



IUM Atualidade



***As Informações na Defesa e Segurança de Portugal:
Uma análise aos vários cenários de conflito (1914-2021)***

Coordenador: Major Pedro da Silva Monteiro



*Número 26
Julho 2021*

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

*AS INFORMAÇÕES NA DEFESA E
SEGURANÇA DE PORTUGAL: UMA
ANÁLISE AOS VÁRIOS CENÁRIOS DE
CONFLITO (1914-2021)*

Coordenador:
Major Pedro da Silva Monteiro

Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM

Julho de 2021

A publicação *IUM Atualidade* visa publicar eletronicamente no sítio do IUM, ensaios ou artigos de opinião sobre temas de segurança e defesa da atualidade, assim como trabalhos sobre temáticas pertinentes e de mais-valia para a *práxis* do Instituto, preferencialmente da autoria de docentes do IUM, investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros, a convite do Diretor ou por iniciativa própria.

Números publicados:

1. Intervenção Militar Francesa no Mali – Operação SERVAL (Abril de 2014)
Tenente-coronel de Infantaria Pedro Ribeiro
Major de Infantaria António Costa
Major de Infantaria Hugo Fernandes
2. A Aviação Estratégica Russa (Dezembro de 2014)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
3. A Crise na Ucrânia (Março de 2015)
Tenente-coronel de Engenharia Leonel Martins (Coord.)
Tenente-coronel Navegador António Eugénio (Coord.)
4. A Dissuasão Nuclear na Europa Central (Outubro de 2015)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
5. Afeganistão treze anos depois (Fevereiro de 2016)
Tenente-coronel Técnico de Informática Rui Almeida
6. O Aviador do Futuro: evolução expectável e possíveis contributos da Internet das Coisas (IoT) (Abril de 2016)
Coronel Piloto-Aviador António Moldão
7. (Versão Portuguesa)
Regras e Normas de Autor no CIDIUM: Transversais e Específicas das Várias Linhas Editoriais (Julho de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
7. (Versão Inglesa)
CIDIUM Publication Guidelines: General and Specific Guidelines of the IUM (Novembro de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
8. Capacidades balísticas no território de Kaliningrado (Dezembro de 2017)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
9. O processo estratégico do poder financeiro internacional para a defesa do interesse nacional (Junho de 2018)
Professora Doutora Teodora de Castro
10. Armas “proibidas”: O caso dos lasers cegantes (Julho de 2018)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
11. A “nova” república da Macedónia do norte: significado geopolítico e geoestratégico (Agosto de 2018)
Tenente-coronel (GNR) Marco António Ferreira da Cruz

12. Mobilidade no espaço da CPLP: Desafios securitários (Setembro de 2018)
Major de Artilharia Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
13. A crise dos migrantes e refugiados no espaço Europeu. Contributos do instrumento militar (Novembro de 2018)
Major de Engenharia João Manuel Pinto Correia
14. NATO after the Brussels Summit. An optimistic perspective (Novembro de 2018)
Tenente-coronel de Infantaria Francisco Proença Garcia
15. John McCain: o militar que serviu a América e deixou um exemplo ao mundo (Dezembro de 2018)
Major de Artilharia Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço
7. (2.^a edição, revista e atualizada) Regras e Normas de Autor no IUM (Janeiro de 2019)
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
16. O poder de Portugal nas relações internacionais (Março de 2019)
Professor Doutor Armando Marques Guedes (Coord.)
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa (Coord.)
17. Impactos da impressão 3d num futuro próximo (Junho de 2019)
Geanne Costa
Maria Clara de Abreu Rocha e Silva
Neandro Velloso
Tenente-coronel Pedro Alexandre Bretes Amador
Tiago Miguel Felício Dâmaso
7. (3.^a edição, revista e atualizada) Normas de Autor no IUM (Fevereiro de 2020)
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros
Coronel Tirocinado (Res) Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
18. -KILLER: O míssil de cruzeiro russo 9M729 (Junho de 2020)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
19. United States Space Force: Necessidade militar ou golpe publicitário? (Junho 2020)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
20. A Europeização da Política (Julho 2020)
Dr. José Ribeiro e Castro
21. A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa Inteligente Chinesa (Janeiro 2021)
Capitão (GNR) Adriana Martins
22. A ISAF e a NATO 13 Anos de Operações no Afeganistão: Uma Análise por Funções Conjuntas (Fevereiro 2021)
Coronel Tirocinado António José Pardal dos Santos (Coord.)
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa (Coord.)
23. China Contra China: Atividade Aérea no Estreito da Formosa como Potencial Catalisador de um Conflito Alargado (Abril 2021)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
24. A Investigação em Ciências Militares – Projetos desenvolvidos em 2020 (Julho 2021)
Coordenadores: Comodoro Ramalho Marreiros
Capitão-tenente Lourenço Gorricha
Professor Thomas Gasche
Major Luís Félix
25. As Relações UE-África (Julho 2021)
Coordenador: Tenente-coronel Marco Cruz

Como citar esta publicação:

Monteiro. P. S. (Coord) (2021). *As Informações na Defesa e Segurança de Portugal: Uma Análise aos Vários Cenários de Conflito (1914-2021)*. IUM Atualidade, 26. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira

Editor-chefe

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Primeiro-marinheiro Conductor Mecânico de Automóveis Rodolfo Miguel Hortência Pereira
Assistente técnica Gisela Cristina da Rocha Basílio

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
www.ium.pt/cisdi/publicacoes

ISSN: 2183-2560

© Instituto Universitário Militar, julho, 2021

Nota do Editor:

O texto/conteúdo da presente publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Índice

Nota introdutória

Major de Material Pedro da Silva Monteiro. 1

Capítulo 1 – O Papel das Informações nos seus diversos níveis de emprego

Tenente-coronel de Infantaria César Miguel Santinho Garcia 5

Capítulo 2 – As informações de Portugal na primeira Guerra Mundial: O Caso da Batalha de la LYS

Técnico Superior Pedro Miguel Santos Guerra. 13

Capítulo 3 - As Informações em Portugal durante a segunda Guerra Mundial

Técnico Superior Saul Tierri da Silva Carapinha. 21

Capítulo 4 – As Informações no Estado da Índia

Tenente-coronel de Artilharia João Paulo Catrola Martins. 29

Capítulo 5 – As Informações no teatro de operações de Moçambique

Major de Material Pedro da Silva Monteiro. 37

Capítulo 6 – As Informações em Macau

Primeiro-tenente de Marinha Rogério Gonçalo e Castello-Branco dos Santos. 53

Capítulo 7 – As Informações no Teatro de Operações da Bósnia

Coronel de Artilharia Vítor Manuel Correia Mendes 63

Capítulo 8 – As Informações no Teatro de Operações do Kosovo

Tenente-coronel TODCI Jorge Manuel do Nascimento Alves. 71

Capítulo 9 – As Informações no Teatro de Operações do Afeganistão

Sargento-ajudante de Infantaria Paulo César Campos Silva 79

Capítulo 10 – As Informações no Teatro de Operações de Timor – Operação Cobra

Major de Cavalaria Rui Miguel Pinho Silva 87

Capítulo 11 – As Informações no Teatro de Operações do Mali

Técnico Superior Andrea Senos Moutinho 99

Capítulo 12 – As Informações no Teatro de Operações da Somália – Eunavfor Atalanta

Capitão-tenente Fuzileiro Luís Henrique Gomes Goulart. 109

Capítulo 13 – As Informações no Teatro de Operações do Golfo da Guiné. Segundo-tenente de Marinha Pedro Miguel Henriques Pereira Carvalho Gonçalves.	121
Capítulo 14 – As Informações no domínio do Ciberespaço Capitão de Infantaria GNR André Filipe Lopes Barreira.	131
Capítulo 15 – As Informações no Apoio ao combate ao Crime Organizado- Os Grupos Motards Major de Infantaria GNR, Rui Miguel dos Santos Póvoa.	141

NOTA INTRODUTÓRIA

A presente publicação surge no âmbito dos trabalhos desenvolvidos e competências adquiridas pelos auditores da Pós-Graduação em Informações Militares (PGIM) 2020/2021, inseridos na Unidade Curricular (UC) Teoria e Fundamentos das Informações.

Três dos objetivos gerais desta UC são: “Aquisição de conhecimentos teóricos aprofundados, acompanhados de exemplos práticos sobre as várias vertentes das Informações inseridas numa sociedade global, em constante evolução”; “Compreender o papel das Informações nos seus diversos níveis de emprego”; e “Compreender no âmbito concetual o contributo das Informações para a Segurança e Defesa Nacional”.

Intencionalmente, os temas foram desenvolvidos de modo a concorrerem para um estudo holístico sobre o papel das informações na defesa e segurança de Portugal em vários cenários de conflito (1914-2021), evidenciando a estrutura, o emprego, os contributos e a influência das informações de Portugal. Com este desiderato, pretendeu-se estudar uma área do conhecimento ainda por explorar, incidindo, sobretudo, na atividade dos Serviços de Informações nos conflitos em que Portugal esteve envolvido, no séc. XX d.C. e primeiro quartel do séc. XXI d.C., colmatando uma lacuna identificada pelo General Pedro Cardoso.

Com este enquadramento, a presente obra, “As Informações na Defesa e Segurança de Portugal: uma análise aos vários cenários de conflito (1914-2021)” encontra-se organizada em 15 capítulos:

O Capítulo 1, “O Papel das Informações nos seus diversos níveis de emprego”, funciona como enquadramento de todo o restante estudo. Neste capítulo identificam-se os níveis de emprego das Informações Militares e a sua relevância, no contexto nacional. Deste estudo, foi possível concluir que, embora não esteja formalizado um Sistema de Informações Militares em Portugal, as atribuições e responsabilidades nesta área estão definidas nos vários níveis e que, independentemente do nível de emprego, as Informações Militares são um instrumento essencial para apoiar o planeamento e os processos de tomada de decisão.

O Capítulo 2, “As Informações de Portugal na Primeira Guerra Mundial: O caso da Batalha de La Lys”, analisa o papel das informações na preparação para a Batalha de La Lys, testando a hipótese de que falhas de informações terão contribuído para o desaire português. Os elementos explanados neste estudo indiciam que nas semanas antecedentes à Batalha, apesar das forças portuguesas terem realizado uma atividade de pesquisa satisfatória, ter-se-á verificado uma inapta análise dos dados recolhidos, o que por sua vez se traduziu em conclusões erróneas. Adicionalmente, ter-se-á verificado uma partilha de informações insuficiente por parte das forças britânicas.

O Capítulo 3, “As Informações de Portugal, durante a Segunda Guerra Mundial”, faz uma análise original à espionagem e contraespionagem portuguesa, colmatando a inexistência de trabalhos de minúcia sobre a sua atividade. Este estudo demonstra que as estruturas responsáveis pelo desempenho da contraespionagem portuguesa, influenciaram pela sua atuação, o equilíbrio da política de neutralidade definida pelas entidades governamentais, permitindo, não só, a neutralização de ações externas nocivas ao interesse nacional, como a leitura das agendas encobertas dos agentes de ameaça.

O Capítulo 4, “As Informações no Estado da Índia”, sistematiza o conjunto de indicadores observados antes da invasão do Estado Português na Índia pelas forças da União Indiana, em 1961, e que poderiam ter alertado os decisores políticos e militares portugueses para a ação militar que se avizinhava. Esta abordagem inovadora, comprova que de facto, houve vários indicadores da intenção dessa ação hostil da União Indiana e que estes podem ser classificados de acordo com as dimensões

do poder de um Estado, nomeadamente o instrumento Diplomático, Informacional, Militar e Económico.

O Capítulo 5, “As Informações no Teatro de Operações de Moçambique”, analisa o contributo dos Serviços de Informações portugueses na condução das operações militares no Teatro de Operações (TO) de Moçambique (1964-1974) e o papel da estrutura de informações implementada por Portugal neste teatro. Este estudo compila uma vasta bibliografia de referência, complementada com fontes primárias, comprovando que os Serviços de Informações sofreram várias adaptações ao longo da guerra e, embora tenham carecido de maior coordenação, acabaram por assumir um papel fundamental na sustentação do conflito armado, através da obtenção atempada de informações sobre a ameaça e população, que influenciaram a condução das operações militares em Moçambique.

O Capítulo 6, “As Informações em Macau”, orienta a análise para o contributo do Sistema de Informações da República Portuguesa durante o período de transição administrativa de Macau, que decorreu no período compreendido entre 1986 e 1999. Como revela este estudo, embora o papel das informações tenha sido determinante na tentativa de aferir as intenções dos negociadores chineses, após 1974, constata-se que a criação do Sistema de Informações da República Portuguesa, contemporânea do processo de transição administrativa de Macau, terá tornado o seu apoio residual, tendo as componentes política e diplomática assumido as funções no âmbito das informações.

O Capítulo 7, “As Informações no Teatro de Operações da Bósnia”, descreve o contributo do Ciclo de Produção de Informações para o processo de decisão da primeira Força Nacional Destacada (FND) de Manobra, após o fim da Guerra de África (1961-1974). Este estudo, sustentado em entrevistas realizadas a antigos Oficiais de Informações no TO da Bósnia e Herzegovina, permite constatar que os estudos das informações militares contribuíram para definir a composição e articulação da FND e acautelar os aspetos administrativos e logísticos. Contudo, nas FND subsequentes, as informações militares não foram avaliadas como críticas para o cumprimento da missão, tendo o seu emprego em apoio das operações, variado em função da sensibilidade dos diferentes comandantes da FND.

O Capítulo 8, “As Informações no Teatro de Operações do Kosovo”, apresenta uma análise à doutrina utilizada e à estrutura organizacional interna adotada pelas várias Células de Informações Militares no Kosovo e o modo como se articularam com as suas congéneres no teatro, com a estrutura de *Intelligence* da *Kosovo Force* (KFOR) e com a estrutura das Forças Nacionais Destacadas. Deste estudo, baseado em diretivas operacionais e relatórios de fim de missão, pôde concluir-se que a utilização da doutrina da Organização do Tratado do Atlântico Norte foi fator determinante para a elaboração de produtos de qualidade, para a uniformização de procedimentos e para garantir a interoperabilidade e o estabelecimento de laços de confiança entre todos os intervenientes. As principais dificuldades identificadas, resultaram do deficiente modelo de articulação com as Forças Nacionais Destacadas, que deverá ser tida em consideração em operações futuras.

O Capítulo 9, “As Informações no Teatro de Operações do Afeganistão”, analisa o papel fulcral de uma Célula de Informações Militar em apoio da FND, num TO complexo como o Afeganistão. Através da pesquisa feita, complementada com a experiência adquirida pelo autor como elemento de uma Célula de Informações Militar no Afeganistão, constata-se a relevância assumida por estas células, no âmbito das tarefas de recolha, tratamento, análise de informação e disseminação de *Intelligence*, em proveito da proteção da FND no Afeganistão e para alimentar o Ciclo de Produção de Informações nacional.

O Capítulo 10, “As Informações no Teatro de Operações de Timor – Operação COBRA”, propõe-se a analisar a qualidade do produto das informações militares produzidas no apoio à operação COBRA, conhecida por ser a primeira operação contraguerrilha das Forças Armadas portuguesas pós-guerra do Ultramar. Com este estudo inovador, baseado em fontes primárias, devido à ausência de bibliografia relativa à operação COBRA, conclui-se que, o sucesso desta operação foi possível devido à qualidade do produto das informações produzidas, que demonstraram ser relevantes e antecipatórias, permitindo um melhor planeamento e conseqüente execução. No entanto, fruto da área de operações e dos meios usados, as mesmas informações não se revelaram, na maioria das vezes, oportunas e precisas.

O Capítulo 11, “As Informações no Teatro de Operações do Mali”, teve como objetivo analisar a *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA), enquanto um válido laboratório de experiências para as Informações Militares, no sentido de uma mudança de paradigma que conceba uma *intelligence* cooperativa e multilateral, de onde se destaca a *All Sources Information Fusion Unit* (ASIFU). Neste estudo, constata-se que Portugal tem integrado Células de Informações Militares no Mali, onde vem adquirindo proficiência e competências como parceiro ativo da MINUSMA. O futuro passará por contribuir ainda mais efetivamente na consolidação de uma doutrina de *Peacekeeping-Intel*.

O Capítulo 12, “As Informações no Teatro de Operações da Somália – EUNAVFOR ATALANTA”, analisa o conceito de Comando e Controlo da Operação Atalanta, integrada numa abordagem global da União Europeia para a segurança marítima da região do Corno de África e a estrutura de informações associada. Esta análise permite verificar que ao longo dos anos, foi criada uma vasta rede de ligações com todos os atores regionais, que permite um bom conhecimento situacional marítimo da área de operações, com resultados muito positivos no combate a atos de pirataria e assaltos à mão armada na costa da Somália.

O Capítulo 13, “As Informações no Teatro de Operações do Golfo da Guiné”, dedica-se a analisar a atividade de informações militares em apoio à operação naval no Golfo da Guiné, um espaço de interesse estratégico para Portugal. Deste estudo, conclui-se que as informações de nível estratégico, operacional e tático, potenciam a proteção do instrumento militar naval, com significativa relevância na prossecução da ação externa do Estado no Golfo da Guiné, avaliando e antecipando as ameaças em apoio à sua operação. Realça ainda, a importância de se estreitar as relações com forças aliadas, tendo em vista potenciar ferramentas comunitárias destinadas a promover a segurança cooperativa, como as Presenças Marítimas Coordenadas (PMC).

O Capítulo 14, “As Informações no Domínio do Ciberespaço”, identifica o papel das informações no domínio do ciberespaço, orientando o estudo para o seu contributo em termos securitários, enquadrado nas responsabilidades e missão associadas às forças de segurança, particularizando a Guarda Nacional Republicana (GNR). Este estudo conclui que, face à maior complexidade e amplitude das mudanças do atual ambiente securitário, as autoridades têm de incrementar a capacidade de acompanhamento e antecipação das ameaças, cada vez mais ligadas a redes de dados passíveis de serem recolhidos, colmatando vulnerabilidades associadas à insuficiente maturidade digital de segurança e à insipiente cultura de cibersegurança.

Por fim, o Capítulo 15, “As Informações no Apoio ao Combate ao Crime Organizado – Os Grupos *Motards*”, apresenta um estudo de caso sobre o contributo das informações no combate à criminalidade organizada, particularizando a ameaça que representam os grupos *motards*,

nomeadamente os *Hells Angels Motorcycle Club*. Este estudo revela que, apesar desta ameaça estar presente em Portugal, não existe uma estrutura formal para atuar e controlar a sua atividade, sendo o ciclo de produção de informações trabalhado em cada Força e Serviço de Segurança isoladamente e não de forma integrada, o que poderá representar uma dificuldade na investigação das atividades deste grupo.

Merece especial realce, referir que os trabalhos publicados, foram produzidos por militares e civis com vasta experiência na área das Informações, que acabaram por incorporar os seus conhecimentos técnico-práticos nos mesmos, tendo em consideração as devidas classificações de segurança dos documentos consultados, incrementando a originalidade e relevância do produto final. Todos os trabalhos seguiram metodologias de investigação científica, estrutura e regras de citação e de referenciação atualmente em vigor no Instituto Universitário Militar. Com esta obra, enquadrada na linha de investigação do CIDIUM, “As Informações, Contrainformação e Segurança - Instrumentos militares contribuintes para a Segurança e Defesa Nacional”, consegue-se dar a conhecer às gerações mais jovens, o papel significativo que as informações têm assumido nos vários conflitos em que Portugal tem participado (1914-2021), permitindo afirmar a sua presença como ator relevante na estabilidade do sistema internacional.

O Coordenador

Pedro da Silva Monteiro
Major de Material do Exército
Instituto Universitário Militar

CAPÍTULO 1 – O PAPEL DAS INFORMAÇÕES NOS SEUS DIVERSOS NÍVEIS DE EMPREGO

César Miguel Santinho Garcia
Tenente-coronel Infantaria, Exército

Resumo

Independentemente do seu nível de emprego, as Informações estarão sempre associadas à procura de respostas em ambientes de incerteza e que permitam apoiar o planeamento e os processos de tomada de decisão. O atual contexto, caracterizado por novas e diversificadas formas de ameaças, a par das profundas e constantes transformações, tornam as Informações, enquanto fonte de conhecimento, num instrumento fundamental para qualquer organização. Importa assim, analisar o papel das Informações nos seus diversos níveis de emprego, procurando contribuir para um estudo mais alargado sobre o papel das Informações na Defesa e Segurança de Portugal. Para se atingir este objetivo, efetuou-se um estudo assente essencialmente em pesquisa bibliográfica e análise documental, no sentido de identificar quais os níveis de emprego das Informações Militares e em que medida estas são relevantes no contexto nacional. Deste estudo, foi possível concluir que, embora não esteja formalizado um Sistema de Informações Militares (SIM) em Portugal, as atribuições e responsabilidades nesta área estão definidas nos vários níveis e que, independentemente do nível de emprego, as Informações Militares são um instrumento essencial para a definição de estratégias e modalidades de ação e para o apoio ao processo de tomada de decisão.

Palavras-chave: Informações Militares, Níveis das Operações, Informações Estratégicas, Informações Operacionais, Informações Táticas.

Abstract

Regardless the level of employment, Intelligence will always be associated with the search for answers in environments of uncertainty and that can support the planning and decision-making processes. The current context, characterized by new and diversified forms of threats, alongside with profound and constant transformations, makes Intelligence, a source of knowledge, as an essential tool for any organization. So, it is important to analyse the role of Intelligence in its various levels of employment, seeking to contribute to a broader study on the role of Intelligence in the Defense and Security of Portugal. To achieve this goal, a study was carried out based essentially on bibliographic research and documentary analysis, to identify the levels of employment of Military Intelligence and in what extent they are relevant in national context. From this study, it was possible to conclude that, although a Military Intelligence System is not formalized in Portugal, the attributions and responsibilities in this area are defined at the various levels and that, regardless the level of employment, Military Intelligence is an essential tool for defining strategies and courses of action and to support the decision-making process.

Keywords: Military Intelligence, Levels of Operations, Strategic Intelligence, Operational Intelligence, Tactical Intelligence.

1. Introdução

“It is the role of intelligence to extract certainty from uncertainty and to facilitate coherent decision in an incoherent environment.” (Betts, 2009, p. 93)

As Informações estarão sempre associadas à procura de respostas em ambientes de incerteza e que permitam apoiar o planeamento e os processos de tomada de decisão, independentemente do nível de emprego.

Quando falamos de Informações é indissociável falar de conhecimento e assumindo-se que conhecimento é poder, pode-se deduzir que as Informações são uma forma de poder em si próprio e que apoiam o exercício de outras formas de poder, servindo de base e fundamentação para a definição de estratégias, políticas e tomadas de decisão (Gill & Phythian, 2018, pp. 67-71). Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar o papel das Informações nos seus diversos níveis de emprego, procurando contribuir para um estudo mais alargado sobre o papel das Informações na Defesa e Segurança de Portugal e nos seus vários cenários de conflito.

Este estudo encontra-se delimitado: às Informações Militares em Portugal; aos níveis do planeamento; e da condução das operações estabelecidos na Doutrina Militar Conjunta¹ ao tempo presente.

Para a consecução do presente trabalho, foi inicialmente desenvolvida uma pesquisa bibliográfica exploratória, por forma a definir-se um fio condutor, que culminou com a identificação da seguinte problemática: quais os níveis de emprego das Informações Militares e em que medida estes são relevantes no contexto nacional.

Estando definida a problemática e no sentido de mantermos o foco de interesse necessário ao desenvolvimento do trabalho, estabeleceu-se a seguinte questão central: Qual o papel das Informações Militares em Portugal nos seus diversos níveis de emprego?

A partir desta questão central e com o objetivo de abordar cada uma das dimensões identificadas como essenciais para a compreensão da problemática e que conduzissem à resposta, definiram-se duas questões derivadas:

- Qual o enquadramento conceptual das Informações Militares e dos Níveis das Operações e Estruturas de Comando associadas?
- Qual a estrutura e o papel das Informações Militares em Portugal nos diversos níveis de emprego?

A procura das respostas às questões acima referidas, fez-se, essencialmente, através da consulta de publicações doutrinárias, no sentido de, inicialmente, enquadrar o conceito de Informações Militares e os vários níveis de comando e das operações onde aquelas podem ser empregues e, posteriormente, identificar as estruturas e o papel de Informações Militares nos vários níveis de emprego em contexto nacional.

2. Enquadramento conceptual

2.1. Informações militares

Uma das definições mais tradicionais e comumente utilizada de Informações é da autoria de Sherman Kent, que, numa perspetiva holística, integra nela três dimensões: o conhecimento,

¹ PDMC-01 – Doutrina Militar Conjunta (Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA], 2012). Não se insere no contexto do presente trabalho, a análise ou discussão da adequabilidade à realidade nacional das estruturas de comando estabelecidas nesta publicação.

materializado no produto das informações, a atividade, enquanto processo, e a organização, através dos serviços e entidades produtoras de informações (Kent, 1965).

Esta abordagem holística do conceito ainda reside na atual definição de Informações na doutrina norte-americana: é o produto (conhecimento) resultante da recolha, processamento, integração, avaliação, análise e interpretação da informação disponível sobre nações estrangeiras, forças e elementos hostis ou potencialmente hostis, áreas de operações atuais ou potenciais; são as atividades que resultam no produto; são as organizações empenhadas nessas atividades (U.S. Joint Chiefs of Staff, 2013).

De acordo com a doutrina da NATO, Informações é o produto resultante da aquisição orientada e do processamento de informação relativa a um ambiente operacional e capacidades e intenções dos atores, de modo a identificar ameaças e oportunidades a explorar pelos decisores (NATO, 2017). Refere ainda, que a finalidade das Informações é apoiar a compreensão da situação, produzir avaliações preditivas, fornecer avisos e alertas e apoiar a formulação de estratégias (NATO, 2020).

Ao nível das operações militares, a fronteira entre os níveis estratégico-militar, operacional e tático nem sempre, e cada vez menos, é clara, fruto da tendência do nível político-estratégico poder, ou querer, controlar diretamente o nível tático, por um lado e, por outro, devido às repercussões político-estratégicas das ações táticas (Vego, 2009).

Apesar desta cada vez mais acentuada compressão dos níveis de comando, a classificação das Informações é feita em função do nível das operações e do nível de decisão a que se destinam, designadamente: Informações Estratégicas, Informações Operacionais e Informações Táticas (NATO, 2020, p. 2-1). Independentemente do nível a que se destinam, existe a necessidade de sistematizar a sequência das atividades das Informações através do Ciclo de Produção de Informações, materializado nas seguintes fases: orientação do esforço de pesquisa, pesquisa, processamento e disseminação (NATO, 2020, p. 4-1). Este ciclo é desenvolvido continuamente e concorre para o processo de planeamento das operações e tomada de decisão associada.

A Lei-Quadro n.º 30/84, entretanto revogada, e que estabelecia as bases gerais do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), previa um SIM, constituído pelos departamentos incumbidos da produção de Informações Militares necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas (FFAA), incluindo a garantia da segurança militar. Nas revisões seguintes daquela lei, desapareceu a referência ao SIM e a quinta alteração à Lei-Quadro n.º 30/84², que aprova a Lei-Quadro do SIRP, refere que o disposto na presente lei não prejudica as atividades de informações levadas a cabo pelas FFAA e necessárias ao cumprimento das suas missões específicas e à garantia da segurança militar. Refere ainda, que as disposições constantes dos artigos 1.º ao 6.º da presente lei, bem como as disposições relativas aos poderes do Conselho de Fiscalização e da Comissão de Fiscalização de Dados, são aplicáveis às atividades de produção de informações das FFAA.

2.2. Níveis das Operações e Estruturas de Comando associadas

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) é o responsável pelo planeamento e implementação da estratégia militar e tem na sua direta dependência hierárquica os Chefes de Estado-Maior dos Ramos, para o apoiar nas funções de aprontamento, emprego e sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças (Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, p. 6384).

² Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto.

A doutrina militar conjunta nacional prevê estruturas de comando operacional e um processo de planeamento alinhados com a NATO, que inclui, para além do nível político, três níveis onde se desenvolvem normalmente as operações: estratégico-militar, operacional e tático (EMGFA, 2012, p. 1-2).

O nível estratégico-militar é onde as FFAA são projetadas e empregues, no âmbito de um enquadramento político abrangente, como parte da estratégia, para alcançar os objetivos estratégicos nacionais (EMGFA, 2012). O comando de nível estratégico-militar é exercido pelo CEMGFA, que possui, na orgânica do EMGFA, uma Divisão de Planeamento Estratégico Militar (DIPLAEM), que tem por missão prestar apoio de estado-maior no âmbito do planeamento estratégico-militar e nos âmbitos da prospetiva estratégica militar e transformação, das relações militares internacionais, do planeamento de forças, da doutrina militar conjunta e combinada, da organização e métodos e da atividade de avaliação (Decreto Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho, p. 5281).

O nível operacional é aquele em que as campanhas e as principais operações militares são planeadas, conduzidas e sustentadas para atingir os objetivos estratégicos nos Teatros ou Áreas de Operações (EMGFA, 2012, pp. 1-2). O Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM) tem por missão assegurar o exercício, pelo CEMGFA, do comando operacional das forças e meios da componente operacional do sistema de forças, em todo o tipo de situações e para as missões das FFAA, com exceção das missões reguladas por legislação própria e atribuídas aos Ramos. São também comandos de nível operacional e natureza conjunta, o Comando Operacional dos Açores e o Comando Operacional da Madeira, competindo-lhes planear e executar as medidas superiormente aprovadas relativas à defesa militar dos respetivos arquipélagos (Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro).

O nível tático é aquele no qual as atividades, batalhas e empenhamentos são planeados e executados para atingir os objetivos militares definidos às formações e unidades táticas (*NATO Standardization Office* [NSO], 2019, p. 125), contribuindo para o sucesso ao nível operacional e estratégico. O comando tático é exercido pelos Comandos das Componentes da Força Conjunta ou de outra força tática conjunta. Os Ramos das FFAA desenvolvem a doutrina específica de emprego tático das suas forças em operações (EMGFA, 2012). No contexto deste estudo, ao nível tático importa olhar para os Comandos de Componente de cada um dos Ramos das FFAA, que têm por missão apoiar o respetivo Chefe de Estado-Maior na preparação, aprontamento e sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças.

3. Níveis de emprego das Informações Militares

3.1. Informações Estratégicas

As Informações Estratégicas são as consideradas necessárias para a formulação de políticas e planos militares e para fornecer avisos e alertas, a nível nacional e internacional, constituindo o mais alto nível de Informações, derivado das notícias ou informação recolhidas em resposta às necessidades colocadas pelos governos nacionais, cobrindo todo o espectro de assuntos, militares, diplomáticos, políticos e económicos. (NATO, 2020).

Importa referir igualmente o conceito de Informações Estratégicas de Interesse Militar, que se caracterizam pela capacidade de apoio à decisão política, no que diz respeito às vertentes constituintes do Instrumento Militar em todos os seus vetores de emprego e multidiscipliniedade de utilização, tendo em conta a relação com os demais Instrumentos do Poder influenciadores do ambiente operacional (Silva & Ribeiro, 2018). No caso particular de Portugal, as Informações Estratégicas de

Interesse Militar são aquelas que se destinam a apoiar a tomada de decisão aos níveis político, estratégico e militar, nomeadamente ao nível do Ministério da Defesa Nacional e do EMGFA.

A Lei Orgânica de Bases da Organização das FFAA (LOBOFA) (Lei Orgânica n.º 6/2014, de 01 de setembro), prevê a existência no EMGFA de um órgão com a responsabilidade de assegurar a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões das FFAA, o Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL), cujas atribuições e responsabilidades estão vertidas na Lei Orgânica do EMGFA (Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, p. 6391) e das quais destaca-se o seguinte: produzir as informações de nível estratégico militar para apoio à decisão do CEMGFA.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) refere que a crescente instabilidade e imprevisibilidade no sistema internacional, justificam uma cuidada identificação dos cenários onde os interesses nacionais podem ser postos em causa, valorizando o papel das Informações Estratégicas na busca de uma visão prospetiva e no apoio aos processos de decisão (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, pp. 1982-1983).

A Diretiva Setorial do CISMIL 2020-2021 (2020, p. 12), refere que as informações produzidas por este órgão têm como objeto alvo de análise: a avaliação, as ameaças relacionadas com o terrorismo, a espionagem, a pirataria marítima, a criminalidade organizada e a proliferação de armamento, entre outras. Não obstante a missão prioritária do CISMIL ser a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões das FFAA e à garantia da segurança militar, a diretiva suprarreferida não deixa dúvidas quanto à capacidade e responsabilidade das FFAA na produção de Informações Estratégicas e sua partilha com as entidades competentes, designadamente, com o SIRP, a quem cumpre responder pela produção de informações necessárias à preservação da segurança interna e externa, bem como à independência e interesses nacionais e à unidade e integridade do Estado (Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto, p. 4194).

3.2. Informações Operacionais

As Informações Operacionais são as consideradas necessárias para o planeamento e conduta de campanhas ao nível operacional, destinadas, essencialmente, à identificação da capacidade e intenção dos atores, identificação dos riscos, desenvolvimento de uma melhor compreensão situacional e apoio à tomada de decisão (NATO, 2020, p. 2-1).

Neste contexto, o CCOM inclui na estrutura do seu estado-maior, uma Área de Operações, à qual incumbe, através do Chefe da Secção de Informações Militares (J2) (Decreto Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho):

- Garantir as avaliações de risco e ameaça, nas áreas e teatros de operações onde se encontrem forças e elementos nacionais destacados;
- Produzir, em articulação com o CISMIL, as informações necessárias para a preparação e execução de missões e operações militares;
- Em situações de crise, assegurar a coordenação dos esforços de pesquisa e análise das informações, bem como a operação dos sistemas funcionais de apoio às informações, com vista ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos respetivos planos de operações.

No âmbito das Informações, considera-se ainda, como organismos técnicos com capacidade para apoiar as componentes militares que se constituam sob comando do CEMGFA, os seguintes órgãos dos Ramos: Instituto Hidrográfico, Centro de Informação Geoespacial do Exército e Centro de Informação Meteorológica da Força Aérea.

3.3. Informações Táticas

As Informações Táticas são as consideradas necessárias ao planeamento e condução de operações de nível tático, usadas ao nível dos quartéis-generais das Unidades de baixos escalões e destinadas, essencialmente, à identificação de ameaças e riscos que permitam ao Comandante cumprir a missão (NATO, 2020, p. 2-1).

No âmbito dos Comandos de Componente de cada Ramo das FFAA, salientam-se os principais órgãos que apoiam a respetiva componente na área das Informações. No Comando Naval, destaca-se o Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais (CADOP), que funciona na dependência da Divisão de Informações, constituindo-se como um centro de apoio às operações e a quem compete, entre outras responsabilidades: assegurar o planeamento e a direção do plano de pesquisa superiormente aprovado; o processamento, validação e análise das informações recolhidas das múltiplas fontes de informação; e a disseminação de produtos de informações que satisfaçam os *Priority Intelligence Requirements* do comando de componente naval (Marinha, 2016, pp. 10-11).

O Comandante das Forças Terrestres (CFT) detém autoridade funcional e técnica no âmbito das Informações Militares, Segurança Militar e Contrainformação no Exército. Para além da Repartição de Informações e Segurança (G2) no Estado-Maior do Comando das Forças Terrestres, destaca-se o Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército (CSMIE), que executa e coordena as atividades de Informações e Segurança Militar do Exército e a quem compete, entre outras responsabilidades, elaborar relatórios periódicos e não periódicos de informações militares no âmbito do Ciclo da Produção da Informações (Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho). Na estrutura do CFT, encontram-se também, Células de Informações no Estado-Maior das Brigadas (G2) e das respetivas Unidades (S2) da componente operacional do sistema de forças. Existe ainda, um Agrupamento de Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento (Agr ISTAR), que integra e sincroniza o planeamento e a operação de sensores e equipamentos e sistemas de processamento, exploração, *targeting* e disseminação, em apoio direto a uma Brigada em operações.

No Comando Aéreo, a Repartição de Informações Militares tem como missão providenciar Informações adequadas e oportunas para a tomada de decisão do Comandante, bem como para o planeamento e execução das Operações Aéreas, competindo-lhe, entre outras responsabilidades, recolher, processar, analisar e disseminar informação relativa às Áreas de Interesse superiormente definidas (Força Aérea, 2011).

4. Conclusões

Neste trabalho identificaram-se e analisaram-se as estruturas e o papel das Informações Militares nos seus diversos níveis de emprego, no contexto nacional. Para tal, iniciou-se o percurso metodológico com uma abordagem conceptual das Informações Militares e dos Níveis das Operações e Estruturas de Comando associadas, no sentido de alicerçar o estudo. Seguidamente, focou-se a análise sobre cada um desses níveis, no sentido de identificar as estruturas associadas no contexto das FFAA e o respetivo papel das Informações.

Deste modo, o breve enquadramento conceptual permitiu verificar que a classificação das Informações é feita em função do nível das operações e do nível de decisão a que se destinam e cuja hierarquização está bem definida na estrutura das FFAA.

Ao nível estratégico-militar, destaca-se o CISMIL com a responsabilidade de produzir as informações de nível estratégico-militar para apoio à decisão do CEMGFA, a quem compete ainda, colaborar com o SIRP na produção de Informações Estratégicas.

Ao nível operacional, o CCOM, que tem por missão assegurar o exercício, pelo CEMGFA, do comando operacional das forças e meios da componente operacional do sistema de forças, tem a responsabilidade de produzir, em articulação com o CISMIL, as informações necessárias para a preparação e execução de missões e operações militares.

Ao nível tático das operações, enfatizaram-se os Comandos de Componente de cada um dos Ramos das FFAA, que possuem estruturas dedicadas para a produção de Informações em apoio à preparação, aprontamento e sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças.

Assim, embora não esteja formalizado um Sistema de Informações Militares em Portugal, as atribuições e responsabilidades no âmbito das Informações, nos diversos níveis de comando e das operações, estão previstas nas respetivas leis orgânicas.

Em suma e como resposta à questão central deste trabalho, é possível afirmar que, independentemente do nível de emprego, as Informações Militares são um instrumento essencial para a definição de estratégias e modalidades de ação e para o apoio ao processo de tomada de decisão.

Referências Bibliográficas

- Betts, R. K. (2009). Analysis, war, and decision. Why intelligence failures are inevitable. Em: *Intelligence Theory. Key questions and debates*. (pp. 87-111). Nova Iorque: Routledge.
- CISMIL. (2020). *Diretiva Setorial 2020-2021*. Lisboa.
- Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho (2015). *Lei Orgânica do Exército*. Diário da República, 1.ª Série, 148. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto Regulamentar n.º 13/2015, de 31 de julho (2015). *Orgânica do EMGFA*. Diário da República, 1.ª Série, 148. Lisboa: Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 184, de 29 de dezembro (2014). *Lei Orgânica do EMGFA*. Diário da República, 1.ª Série, 250. Lisboa: Assembleia da República.
- EMGFA. (2012). *PDMC-01 - Doutrina Militar Conjunta*. Lisboa: Autor.
- Força Aérea. (2011). *Organização e Normas de Funcionamento do Comando Aéreo. RFA 303-5*. Lisboa: Autor.
- Gill, P., & Phythian, M. (2018). *Intelligence in an Insecure World* (3.ª ed.). Cambridge: Polity Press.
- Kent, S. (1965). *Strategic Intelligence for American World Policy*. Connecticut: Archon Books.
- Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto (2014). *Lei Quadro do Sistema de Informações*. Diário da República, 1.ª Série, 155. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 6/2014, de 01 de setembro (2014). *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA)*. Lisboa: Assembleia da República.
- Marinha. (2016). *Regulamento Interno do Comando Naval*. Lisboa: Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 61/2016.
- NATO. (2017). *AJP-1 Allied Joint Doctrine* (Edition E Version 1).
- NATO. (2020). *AJP-2 Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-intelligence and Security* (Edition B Version 1).
- NSO. (2019). *NATO Glossary Terms and Definitions*. Autor.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 05 de abril. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)*. Diário da República, 1.ª Série, 67. Lisboa: Assembleia da República.
- Silva, C., & Ribeiro, F. (2018). As Informações Militares - Um Instrumento de Segurança e Defesa Nacional. *Revista de Ciências Militares*, 145-175.
- U.S. Joint Chiefs of Staff. (2013). *JP 2-0, Joint Intelligence*. Washington D.C.: Autor.
- Vego, M. (2009). *Joint Operational Warfare: Theory and Practice*. Newport: U.S. Naval War College.

CAPÍTULO 2 – AS INFORMAÇÕES DE PORTUGAL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: O CASO DA BATALHA DE LA LYS

Pedro Miguel Santos Guerra
Técnico Superior

Resumo

A Batalha de La Lys foi um dos momentos mais marcantes da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, tendo-se saldado na quase total neutralização do Corpo Expedicionário Português (CEP). Este trabalho procura explorar de que forma as informações terão contribuído para a preparação das forças portuguesas para a Batalha de La Lys, explorando a hipótese de que falhas de informações terão contribuído para o desaire português. Os elementos explanados ao longo do trabalho indiciam que nas semanas antecedentes à Batalha, apesar das forças portuguesas terem realizado uma atividade de pesquisa satisfatória, ter-se-á verificado uma inapta análise dos dados recolhidos, o que por sua vez se traduziu em conclusões erróneas. Adicionalmente, ter-se-á verificado uma partilha de informações insuficiente por parte das forças britânicas.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Batalha de La Lys, Corpo Expedicionário Português, Informações, Análise.

Abstract

The Battle of La Lys was one of the main events regarding the Portuguese participation in First World War, having resulted in the almost total neutralization of the Portuguese Expeditionary Corps. This paper aims to explore in which way the Intelligence has contributed to the preparation of Portuguese forces to the Battle of La Lys, exploring the hypothesis that intelligence failures have contributed to the Portuguese defeat. The elements described throughout the paper suggest that in the period before the Battle, although the Portuguese forces acquired relevant data about the enemy, they made an inapt Intelligence analysis, which in turn led to wrong conclusions. Besides, it seems to have taken place an insufficient sharing of Intelligence by the British forces.

Keywords: First World War, Battle of La Lys, Portuguese Expeditionary Corps, Intelligence, Analysis.

1. Introdução

A participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial constituiu um momento marcante na história nacional, que terá sido idealizada com vista a atingir múltiplos objetivos. Com efeito, segundo Teixeira, Domingues e Monteiro (2017) tal participação terá tido o intuito de preservar a posse das colónias, de assegurar a soberania nacional face a Espanha, de garantir um lugar no concerto das nações, e ainda de consolidar a jovem República, reforçando a posição do partido político então no poder - o Partido Democrático.

De entre os vários momentos que constituíram a participação nacional na Primeira Guerra Mundial, cabe destacar a Batalha de La Lys, episódio considerado o “momento mais traumático” do envolvimento português no conflito (Mota, 2006, p. 77). Com efeito, ainda que a Batalha de La Lys possa eventualmente ser perspetivada como uma “vitória estratégia” no cômputo geral da Primeira

Guerra Mundial, na medida em que a resistência oferecida impediu que os alemães concretizassem o seu objetivo estratégico de chegar à costa (Cardoso, 2004), restam poucas dúvidas de que do ponto de vista português foi um desastre tremendo, pois eliminou quase completamente a capacidade de combate do CEP³ (Mattoso, 1994). Tal terá contribuído para uma posição fragilizada de Portugal na Conferência de Versalhes, tendo o país falhado a obtenção de um lugar no Conselho Executivo da Sociedade das Nações, e assim falhado um dos principais objetivos da beligerância – garantir um lugar no concerto das nações (Teixeira et al., 2017).

Este trabalho procurará analisar o papel das informações na preparação para a Batalha de La Lys, testando a hipótese de que falhas de informações terão contribuído para o desaire nacional. Para examinar os méritos dessa hipótese, proceder-se-á à análise de factos históricos, confrontando-os com os preceitos da teoria moderna das informações, recorrendo, para esse efeito, a fontes históricas e a obras de referência. Este trabalho não tem, contudo, a pretensão de emitir um juízo final sobre até que ponto eventuais lacunas no processo de informações terão contribuído para o desaire português em La Lys, na medida em que, tal requereria uma investigação histórica exaustiva, que ultrapassaria o âmbito do presente esforço. No entanto, pretende-se colocar em evidência elementos que, eventualmente, possam vir a contribuir para tal investigação.

Este trabalho encontra-se delimitado ao estudo das informações, como um instrumento específico usado pelas forças portuguesas na Primeira Guerra Mundial, incidindo sobre os eventos que precederam a Batalha de La Lys.

2. As informações em Portugal no Período da Primeira Guerra Mundial

De modo a analisar o emprego das informações na prossecução dos interesses nacionais na Primeira Guerra Mundial, urge, em primeiro lugar, enquadrar o panorama de informações então vigente em Portugal, tanto em termos legislativos como doutrinários.

Nesse sentido, cabe destacar que por ocasião da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, estava já patente na legislação nacional uma estrutura de informações, designadamente através do Decreto n.º 122/1911, de 26 de maio, que “cria na 1ª Direção-Geral (EME) a 1ª Repartição, a qual, por sua vez, compreendia duas secções (art.º 259), sendo de notar que a 1ª Secção tratava de serviço de informações” (Cardoso, 2004).

Efetivamente, como refere Cardoso (2004, p. 79), “com a legislação de 25 de maio de 1911, instaurou-se em Portugal, pela primeira vez, mas apenas nas Forças Armadas, uma estrutura diferenciada e especializada com a missão de trabalhar as informações”⁴. Este desenvolvimento legal sinaliza que os novos responsáveis políticos republicanos teriam já alguma consciência da importância fulcral das informações para a prossecução dos objetivos de Defesa Nacional. Contudo, tal consciência ainda não estaria plasmada num serviço de informações militares rigorosamente estabelecido e estruturado.

Quando Portugal assume o estatuto de beligerante na Primeira Guerra Mundial, as informações militares britânicas terão enviado um representante a Lisboa, aconselhando as autoridades portuguesas a estabelecer, igualmente, um serviço de informações militares. Norton de Matos, o então Ministro da Guerra, terá replicado que tal serviço seria a Carbonária militar (Telo, 2015). Porém, esta

³ Foram registadas cerca de 7300 baixas, entre mortos e prisioneiros de guerra.

⁴ Refira-se que, contudo, como salvaguarda Cardoso (2004), tal estaria já instituído em 1908, mas apenas por via regulamentar.

tratar-se-ia de “um grupo de civis infiltrado e semi-legal” que fazia a “vigilância política dos oficiais”, e que se assemelharia mais a uma “polícia política” (Telo, 2015, p. 232).

Por outro lado, como destaca Cardoso (2004), em 1915, surgira já um documento, intitulado “Manual para Uso do Oficial em Campanha” (Cap. C. S., 1915, cit. por Cardoso, 2004, p. 184), que se afigura provável que fosse para uso interno nas Forças Armadas (FFAA). Este manual continha referências não só à estrutura das informações nas FFAA, como também à teoria e prática das informações, sendo, dessa forma, um exemplo da doutrina de informações à data vigente. Com efeito, tal manual enumerava as funções das Repartições que nos Quartéis-Generais de Grupo de Divisão e Divisões operavam isoladamente, às quais competia a atividade de informações (Cap. C. S., 1915, cit. por Cardoso, 2004, p. 184).

Este manual definia ainda, “as informações como tendo por fim obter notícias do inimigo ou do terreno”, e indicava que estas “se podiam obter por sequestro da correspondência, interrogatórios de pessoas e espões” (Cap. C. S., 1915, cit. por Cardoso, 2004, p. 185). Tal definição de informações coloca o foco na obtenção de informação, isto é, na designada fase da “pesquisa” do ciclo de produção de informações. Refira-se que este ciclo constitui um modelo explicativo do processo de informações, decomposto em várias fases, designadamente: direção, pesquisa, processamento e disseminação. Contudo, vários autores dividem ainda a fase de processamento em duas, nomeadamente: processamento e análise (Johnson, 2012). Por outras palavras, no que diz respeito às informações, o “Manual para Uso do Oficial em Campanha” incidia sobretudo na obtenção de notícias sobre o inimigo, em detrimento do processamento, interpretação, análise, e integração dessas notícias. Tal sugere que o foco no esforço de obtenção de informação, em detrimento da atividade de análise dessa informação, poderia ser uma tendência vigente na atividade de informações em Portugal à data da Primeira Guerra Mundial. Contudo, importa sublinhar que um único documento não basta para extrair tal conclusão, constituindo apenas um indício.

3. As informações e a Batalha de La Lys

Como refere Ramalho (2015), existe um mito de que as forças portuguesas terão sido surpreendidas pela ofensiva alemã, isto é, que nada faria esperar que as forças alemãs atacassem naquela data, e em tão elevado número. Contudo, o mesmo autor alerta para vários indícios tornavam previsível um ataque daquela natureza.

Desde já, o contexto estratégico apontava para um ataque iminente em larga escala das forças alemãs. A assinatura do tratado de paz entre a Alemanha e a Rússia, a 03 de março de 1918, possibilitara que os alemães focalizassem os seus recursos na frente Ocidental e, como refere Ramalho (2015), era imperativa a execução de um ataque violento nessa frente, com o intuito de aí garantir a vitória antes da chegada das forças norte-americanas às linhas da frente.

Assim, a 21 de março de 1918, os alemães lançaram a chamada “Operação Michael”, que teria como objetivo atravessar o rio Somme, conquistar Amiens e tomar Paris (Ramalho, 2015). Porém, a resistência imposta pelos aliados logrou travar a ofensiva a 04 de abril. Gorado o objetivo de avançar sobre Paris, restava agora aos alemães “atravessar o rio Lys, invadir o Saliente de Ypres, tomar Calais e Dunquerque e forçar os ingleses a passar o canal” (Ramalho, 2015, p.149). Esta estratégia incluiria “atacar e eliminar” a Divisão portuguesa, na medida em que era este o ponto mais fraco das linhas inimigas, e a desmoralização das forças lusas, prestes a ser rendidas, seria do conhecimento dos

alemães (Ramalho, 2015). A ofensiva seria batizada de “Operação Georgette”, e terá sido preparada durante todo o mês de março de 1918.

Em conjugação com o contexto estratégico, indícios no terreno apontavam para um ataque iminente, em larga escala, contra as posições lusas. Efetivamente, em contraste com a preparação da suprarreferida “Operação Michael”, cujo ataque incidiu sobre uma extensão de cerca de 70 quilômetros, e em que as preparações inimigas eram de difícil detecção pelos observadores das forças aliadas, o mesmo não terá sucedido com a preparação da Operação Georgette (Marques, 2008). Com efeito, “a grande concentração de tropas inimigas numa zona de pequena superfície, o enorme movimento de veículos pesados e de comboios, o transporte e carregamento de munições, as posições da artilharia, a construção de abrigos e o reconhecimento da aviação inimiga não era possível passarem despercebidos às tropas da 1ª linha e aos observadores da Divisão portuguesa, devido à curta distância que os separava” (Ramalho, 2015, p. 150). O mesmo autor refere que nos boletins de informações estava referido o grande número de camiões em circulação nas estradas controladas pelo inimigo, a camuflagem de posições de artilharia em grande número, o ruído de trabalhos noturnos, a acumulação de tropas inimigas, e até a observação de grupos de oficiais alemães com mapas, estudando as linhas de ataque em frente às posições lusas (Ramalho, 2015).

Deste modo, importa analisar a reação do comando português à acumulação de várias evidências que apontavam para um ataque iminente. Os indícios suprarreferidos não terão sido completamente ignorados. Ainda no mês de março de 1918, “o serviço de informações do estado-maior do CEP fez saber ao Alto Comando Britânico as desconfianças que tinha sobre a eventualidade de um ataque alemão” (Fraga, 2019, p. 52). Posteriormente, o comandante da Segunda Divisão do CEP, General Gomes da Costa, constatou que a partir do dia 04 de abril, havia já grande preocupação entre os oficiais do estado-maior da Divisão, motivada pelos suprarreferidos movimentos que se verificavam à retaguarda do inimigo, os quais terão sido confirmados pelas patrulhas e postos de observação (Costa, 1920, cit. por Ramalho, 2015). Contudo, uma circular proveniente do quartel-general do CEP, datada de 28 de fevereiro, indicava que não seria provável um ataque em larga escala na frente portuguesa antes do mês de maio, o que causou a seguinte reação no General: “Foi um alívio! Respirámos fundo e rimos de nós próprios do pouco valor dos indícios e informações que tínhamos recolhido” (Costa, 1920, cit. por Ramalho, 2015). Neste caso, é patente o erro de confiar em informações datadas de mais de um mês, e ignorar os indícios subsequentes. Porém, mesmo os indícios mais atuais produziram as conclusões erradas. Como afirma Ramalho (2015, p. 151), “no boletim de informações da divisão de 4 de abril e referente ao dia 3 colocava-se a hipótese [...] de se tratar de uma rendição das tropas inimigas, informando ao mesmo tempo existir um movimento superior aos últimos dias em viaturas automóveis, transporte de materiais em direção à 1ª linha e o aparecimento de oficiais a reconhecer as linhas”.

Por outro lado, cabe referir que as forças britânicas estariam na posse de indícios adicionais que não terão sido partilhados com as forças portuguesas. Com efeito, os britânicos teriam conhecimento de que os alemães teriam localizado os objetivos a bombardear (Fraga, 2013, cit. por Mota, 2019), na medida em que os locais estavam referenciados em mapas capturados por estes. Por precaução, os britânicos terão procedido a alterações no seu dispositivo. Contudo, os portugueses, não tendo sido alertados pelo Aliado, mantiveram as mesmas posições (Henriques, 2001, cit. por Mota, 2019). Adicionalmente, a 07 de abril de 1918, os britânicos estariam já cientes da iminência de um ataque graças a informações extraídas de prisioneiros e à observação aérea e do terreno, a qual

mostrava uma grande movimentação em frente do Setor Português (Mota, 2019). Ludendorff, comandante das forças alemãs, desejava adiantar o início da ofensiva e movia as suas unidades e a sua artilharia à luz do dia (Mota, 2019). No dia 8 de abril, o general Horne terá mesmo comunicado a Douglas Haig, o comandante da Força Expedicionária Britânica, que contava ser atacado no dia seguinte, mas este último terá entendido que a “Operação Georgette” seria provavelmente apenas uma diversão (Stevenson, 2013, cit. por Mota, 2019). Desse modo, as forças portuguesas não foram alertadas para a suspeita de que um ataque poderia ter lugar a 09 de abril, data em que veio a ter lugar a fatídica batalha (Mota, 2019).

4. Implicações

Os dados acima mencionados denotam que as forças portuguesas tinham logrado recolher dados importantes face aos movimentos e ações do inimigo nos dias precedentes ao início da ofensiva. Desse modo, afigura-se improvável que o resultado negativo da Batalha de La Lys tenha resultado de uma falha na componente do processo de informações habitualmente designada por *pesquisa*. Contudo, aparentemente ter-se-á verificado um inapto processamento e análise desses dados, o que por sua vez terá resultado na produção de boletins de informações que induziram em erro os decisores militares.

Como refere Johnson (2012), a análise é “a alma e coração” do ciclo de produção de informações. É através da análise que se produz significado e conhecimento relativamente aos dados que foram obtidos e processados. Se os analistas não logram produzir avaliações fiáveis a partir dos dados disponíveis, todo o trabalho de informações fica comprometido (Johnson, 2012). Contudo, como se referiu no capítulo 2, a doutrina vigente na época, aparenta ter a tendência de colocar a ênfase da atividade de informações na pesquisa de dados, e não na sua interpretação. Desse modo, afigura-se provável que uma análise de informações inábil, eventualmente fruto de uma falta de investimento nessa vertente, tenha contribuído para a impreparação nacional face à ofensiva alemã. Tal análise de informações, menosprezou tanto os indícios de natureza estratégica, designadamente a pressa alemã em chegar ao mar antes de que as forças norte-americanas chegassem em grande número às linhas da frente, como os indícios de natureza operacional e tática, concretamente, a informação obtida pelos pontos de observação que reportavam os comportamentos do inimigo.

Em defesa das informações portuguesas da época, cumpre, contudo, sublinhar que a dificuldade em analisar e integrar corretamente os dados obtidos permanece o grande desafio das informações. Efetivamente, em 2001 os Estados Unidos da América teriam dados suficientes para prever, e possivelmente evitar, os ataques terroristas do 11 de setembro (Johnson, 2012). Contudo, tal como com as forças portuguesas em La Lys, os dados obtidos não terão sido corretamente analisados com vista a produzir conclusões úteis. A dificuldade em produzir conclusões com a utilidade desejada aponta para uma característica fundamental das informações: podem reduzir a incerteza, mas nunca a podem eliminar completamente, ou seja, as informações podem permitir uma melhor preparação para o futuro, mas este permanecerá sempre incerto.

Finalmente, importa sublinhar que se terá verificado uma partilha de informações imperfeita por parte das forças britânicas. Analisar se a incompletude da partilha de informações foi ou não intencional não está no âmbito deste trabalho. Contudo, independentemente do grau de intencionalidade da não partilha de informações relevantes, a circunstância de estas não terem sido transmitidas vem sublinhar como é essencial a manutenção de uma estrutura de informações

independente das estruturas congêneres, isto é, que mantenha uma permuta de informações com essas estruturas, mas que não dependa delas para as questões essenciais à salvaguarda dos interesses nacionais.

5. Conclusões

A apreciação de algumas circunstâncias em torno da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, em especial na Batalha de La Lys, no que ao emprego das informações diz respeito, permite não só destacar a importância das informações, como, sobretudo, realçar que estas são o resultado de um processo com várias fases, produzindo um resultado indesejado quando fases desse processo são descuradas. Efetivamente, os indícios acima reunidos sugerem que embora as forças lusas tenham conseguido recolher dados importantes sobre o seu inimigo, não lograram processar e analisar corretamente esses dados com vista a prever corretamente o seu comportamento. É assim patente, que para o estabelecimento de qualquer estrutura de informações eficaz, a obtenção de notícias sobre o adversário, por si só, é pouco relevante se essas notícias não forem submetidas às melhores práticas de análise.

Contudo, mesmo a melhor análise de informações não produz certezas absolutas nem conclusões infalíveis, sendo que, provavelmente, a data exata do ataque alemão, independentemente do procedimento adotado, manter-se-ia sempre envolta em incerteza. O que variaria, dependendo da qualidade das informações, seria o grau de incerteza.

Uma investigação mais aprofundada, com o intuito de testar ainda mais rigorosamente a hipótese de que a falta de preparação das forças portuguesas para a ofensiva alemã decorreu, em parte, de uma análise de informações inapta, teria de se debruçar sobre o modo como era efetuada a análise dos dados recolhidos pelas forças portuguesas, designadamente, que recursos humanos eram empregues, que métodos e procedimentos eram seguidos, e a que constrangimentos estavam sujeitos.

Por outro lado, aparentemente ter-se-á verificado uma partilha de informações deficiente por parte da Grã-Bretanha, o que vem sublinhar a necessidade de manter uma estrutura de informações que não dependa do contributo de aliados. Para compreender até que ponto as falhas de partilha de informações terão condicionado a preparação portuguesa para a batalha, seria necessário contrastar a totalidade dos indícios detidos pelas forças lusas com aqueles não partilhados pelo Aliado britânico, para assim avaliar a relevância destes últimos.

Finalmente, importa manter em aberto, a possibilidade de que o problema possa não ter sido uma análise de informações inábil, ou uma partilha de informações deficiente, mas antes uma má política, sendo relevante aprofundar a investigação dos vários boletins de informações para compreender se o decisor estava ou não bem informado. Estando o decisor bem informado, termina aí o papel das informações, pois estas, por melhores que sejam, servem para elucidar a política, não para se substituir a ela.

Referências Bibliográficas

Cardoso, P. (2004), *As Informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

Decreto n.º 122, de 25 de maio (1911). *Reorganizando o exército*. Diário do Governo, 1.ª Série, 2137-2168. Lisboa: Ministério da Guerra - Repartição do Gabinete. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/592922>

- Fraga, L. A. (2019). Portugal e a Beligerância na Grande Guerra: Razões de uma intervenção. Em: Freitas, J. G., Cardoso, J. C. & Reis, P. (Ed.), *A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de La Lys* (pp. 43-54) [Versão PDF]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/7755>
- Johnson, L. K. (Ed.) (2012). *The Oxford Handbook of National Security Intelligence*. New York: Oxford University Press.
- Marques, I. P. (2008). *Das Trincheiras Com Saudade*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Mattoso, J. (1994). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mota, G. (2006). Batalha de La Lys: um relato ressoal, *Revista Portuguesa de História*, XXXVIII, pp 77-107. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/144018328.pdf>
- Mota, G. (2019). A Batalha do Lys de 1918 e a sua história. Em Freitas, J. G., Cardoso, J. C. & Reis, P. (Ed.), *A Primeira Guerra Mundial. Na Batalha de La Lys* (pp. 111-121). [Versão PDF]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/7755>
- Ramalho, M. N. (2015). *As divisões da Instituição Militar portuguesa no contexto da Grande Guerra 1914-1918 - David Magno: os dilemas de um militar português* (Tese de Dissertação de Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais). ISCTE, Lisboa.
- Teixeira, N. S., Domingues, F. C., & Monteiro, J. G. (2017). *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Telo, A. J. (2015). Erros e Ilusões da Beligerância Portuguesa, *Actas do Colóquio Internacional "A Grande Guerra - Um Século Depois"*, pp-229-263. Retirado de http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/SiteCollectionDocuments/Noticia%20Atas%20Academia%20Militar/15_Telo.pdf

CAPÍTULO 3 – AS INFORMAÇÕES EM PORTUGAL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Saul Terri da Silva Carapinha
Técnico Superior

Resumo

Muito do que tem sido escrito sobre a importância da *intelligence* em Portugal, durante o período da Segunda Guerra Mundial, tem abordado a temática pela via da atuação dos serviços de informações de forças beligerantes em Território Nacional (TN). Observa-se, porém, a inexistência de trabalhos de minúcia e de referência sobre a atividade da contraespionagem portuguesa. O presente trabalho procura dar corpo a essa aceção, ao colocar a tónica nessa atividade de informações durante esse período histórico, aludindo a uma breve identificação das estruturas responsáveis pelo desempenho da contraespionagem portuguesa, dos resultados publicamente conhecidos das suas ações e da influência que as informações obtidas por via da penetração e monitorização dessas redes clandestinas e hostis tiveram no equilíbrio da política de neutralidade definida à época pelas entidades governamentais. Refira-se, como se demonstra na presente abordagem, que estas permitiram, não só, a neutralização de ações externas nocivas do interesse nacional, como a leitura das agendas encobertas desses agentes de ameaça.

Palavras-chave: Informações, Contraespionagem, PVDE, Legião Portuguesa, Segunda Guerra Mundial.

Abstract

Much of what has been written about the importance of intelligence in Portugal, during the period of World War II, has addressed the issue through the performance of intelligence services from belligerent forces in National Territory. However, it is observed that there is no minutiae and reference work on the Portuguese counterespionage activity. The present work seeks to embody this acceptance, by placing the emphasis on this information activity during this historical period, alluding to a brief identification of the structures responsible for the performance of Portuguese counterespionage, the publicly known results of their actions and the influence that the information obtained through the penetration and monitoring of these clandestine and hostile networks had in the balance of the neutrality policy defined at the time by government entities. It should be noted, as shown in the present approach, that these allowed, not only the neutralization of harmful external actions of national interest, but also the reading of the hidden agendas of these agents of threat.

Keywords: Intelligence, Counterespionage, PVDE, Portuguese Legion, World War II.

1. Introdução

Os anos trinta do século XX, definidos por uma política de defesa no seio do bloco composto pelos países vencedores da primeira Guerra Mundial, mas também, por uma postura revisionista de conquista, claramente desenhada pela Alemanha, podem ser entendidos como um desafio de poderes e de alinhamentos políticos que viriam a despontar num dos conflitos mais sanguinários da humanidade.

Em Portugal, a dificuldade de acompanhamento da política de rearmamento que se vivenciou na Europa, apesar do elevado investimento no sector da defesa⁵ (Carrilho, 1989), teve, a par da guerra civil espanhola, um papel determinante na posição de neutralidade, anunciada a 03 de setembro de 1939 (Oliveira, 1992), perante o conflito que se avizinhava.

Quando a guerra eclodiu, o país não dispunha de condições para afirmar uma estratégia de Estado beligerante, dado que nem o desenvolvimento económico e industrial da época o permitia, fruto da deficiente capacidade industrial nacional (Rosas, 1989), nem as forças armadas dispunham de tal capacidade (Carrilho, 1989). Não restando assim, outra posição possível ao alinhamento por uma política de equilíbrio, Portugal optou pela diversificação e intensificação equidistante das relações internacionais com as potências beligerantes (Barros, 1989). No âmbito peninsular, esta ação foi acompanhada por um reforço diplomático das relações bilaterais com Espanha, materializada no Tratado de Amizade e de Não Agressão Luso-Espanhol, em 1939, que deu lugar ao Pacto Ibérico e consequente proclamação do Bloco Ibérico (1942)⁶.

Embora esta situação levasse a supor a necessidade implícita de um serviço de informações de carácter ofensivo que visasse a infiltração dos centros de decisão política e militar dos atores em conflito, tal nunca se chegou a verificar. Com efeito, como é intuito deste trabalho demonstrar, Portugal sustentou a sua necessidade de informações no trabalho operacional das suas estruturas de contraespionagem, por via da cooperação, monitorização e penetração das estruturas de informações dos atores beligerantes a operar à época em território nacional. Refira-se que, mesmo no seio das forças armadas, a estrutura existente apenas conseguiu compensar essa ausência através da colaboração internacional, da recolha de fontes abertas e de um limitado número de missões de observação para palcos externos como a Itália, a Grã-Bretanha e a frente russa (Guerreiro, 2012).

2. Organizações nacionais com responsabilidades de recolha de informações durante o período de 1939 a 1945

A inexistência de uma estrutura manifestamente responsável pela coordenação e centralização da atividade de informações em Portugal, tanto na sua aceção defensiva como ofensiva, terá permitido a serviços de informações estrangeiros, o desenvolvimento de toda uma série de atividades (Araújo, 2010), designadamente lesivas do interesse nacional. Apesar da existência, desde 1939, de um serviço de informações militar, sob a orientação superior do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, a efetiva atividade de informações, inclusive de âmbito externo, durante o período da segunda guerra mundial esteve essencialmente a cargo da contraespionagem, cujas funções se encontravam dispersas por duas organizações civis não dedicadas: a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e a Legião Portuguesa.

2.1. Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado

A instabilidade social e política que caracterizou a primeira república, conduziu a um reforço de competências de informações em órgãos policiais (Ferreira, 1992). Esta tendência teve continuidade com a criação na dependência do Ministério do Interior, da PVDE, pelo Decreto-Lei n.º 22992/1933, de 29 de agosto, que decorre da coalescência numa única entidade da Polícia de Defesa Política e Social,

⁵ A percentagem da despesa pública total alocada ao Ministério da Guerra e ao Ministério da Marinha rondaram, a partir de 1936, valores sempre acima dos 21 %, chegando a um máximo de 42,6 % em 1941 (Conta Geral do Estado referente aos anos 1927-28 até 1949 – Despesas autorizadas).

⁶ Esta situação resulta da posição portuguesa estar intimamente dependente do posicionamento espanhol perante o conflito e das suas potenciais pretensões expansionistas face a Portugal e ao Norte de África.

estatuída pelo Decreto-Lei n.º 22151/1933, de 23 de janeiro, e da Polícia Internacional, regulada pelo Decreto-Lei n.º 20125/1931, de 28 de julho, em virtude de se completarem na sua ação de defesa da sociedade e do Estado, embora com focos diferentes de atuação.

Segundo o texto constituinte, decorre das atribuições da PVDE, no campo de ação puramente interna, “A defesa política e social” e, no âmbito internacional: a verificação dos postos fronteiriços terrestres e marítimos; a realização da ação policial sobre os estrangeiros que residissem ou transitassem pelo país; “[...] a repressão do comunismo, designadamente no que toca às ligações entre elementos portugueses e agitadores estrangeiros”, no âmbito do que era à época considerada pelo regime político vigente uma ação de contra-ingerência externa e de contrassubversão social, dada a subordinação deste movimento político a Moscovo; a colaboração direta “[...] com os organismos policiais estrangeiros no serviço de informações [...]”; e, por fim, no âmbito da contraespionagem, “combater a ação de indivíduos que exerçam espionagem no país ou contra ele.” (Decreto-Lei n.º 22992/1933, de 29 de agosto, p. 1584).

2.2. Legião Portuguesa

O concurso dos acontecimentos internacionais que descreveram o período que antecedeu a segunda guerra mundial, dos quais se destaca em particular a guerra civil de Espanha⁷ e o receio da sua internacionalização, permitiu a constituição da Legião Portuguesa, através do Decreto-Lei n.º 27058/1936, de 30 de setembro⁸, uma “formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem e da ordem social” integrando-se “no conceito de nação armada”, pelo que lhe foi atribuída uma estrutura paramilitar, ao qual, na revisão de 08 de dezembro de 1938, através do Decreto-Lei n.º 29233/1938, foi incorporado um serviço privativo de informações, que atuava em dois escalões rivais – o da Junta Central e o do Comando Geral (Cardoso, 1980).

Em 1942, assistiu-se ao reforço da atividade de informações da Legião Portuguesa com a promulgação do Decreto-Lei n.º 31956/1942, de 02 de abril, pelo Ministério da Guerra, que definia e codificava as atribuições de “preparação, organização e execução da defesa civil, [...] como nas actividades de informação e contra-espionagem, no âmbito da segurança interna” o que desde cedo se revelou num precioso auxílio da PVDE (Rodrigues, 1995), apesar da rivalidade existente entre estas duas instituições (Pimentel, 2013). Segundo historiadores, a Legião Portuguesa chega a ser, designadamente mais do que a própria PVDE, a principal entidade nacional interlocutora da espionagem estrangeira em Portugal (Pimentel, 2013).

2.3. Serviço de Informações Militar

Em julho de 1939, a poucos dias do início da segunda guerra mundial⁹, foi edificado o Serviço de Informações Militares (SIM), com base em conceitos regulamentados uma década antes no Decreto-Lei n.º 16407/1929, de 28 de janeiro. Colocado sob a orientação superior do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, esta entidade orgânica tinha como órgão de trabalho superior a 1.ª Secção da 2.ª Repartição do Estado-Maior do Exército e, como órgãos subordinados, as 4.ªs Repartições das Regiões Militares e Governo Militar de Lisboa (Decreto-Lei n.º 16407/1929, de 28 de janeiro).

⁷ Conflito armado, entre 17 de julho de 1936 e 01 de abril de 1939, fortemente influenciado pelo clima político da época, e que teve por vencedores os nacionalistas do General Franco, foi considerado, por muitos, como um palco de ensaio do que viria a ser a conjugação de forças beligerantes que se opuseram na segunda guerra mundial.

⁸ Assinado apenas pelo Presidente do Conselho.

⁹ Este conflito teve início a 01 de setembro de 1939.

No concreto, a 1.^a Secção da 2.^a Repartição da 3.^a Direcção Geral, tinha a seu cargo, no âmbito das informações, “Os assuntos de natureza diplomática e as relações com os adidos militares e missões militares, no estrangeiro”; a atualização diária das “informações sobre exércitos estrangeiros, utilizando para isso a imprensa periódica, revistas, jornais estrangeiros e obras existentes na Biblioteca do Exército”; a organização e manutenção a dia das “estatísticas dos recursos existentes em território nacional”; a centralização e arquivo das “informações que os oficiais com o curso de estado maior tenham obtido sob o ponto de vista do serviço especial que tenham desempenhado como oficiais com o curso do estado maior [...]”; e “os assuntos relativos à cartografia militar” (Decreto-Lei n.º 16407/1929, de 28 de janeiro, p. 163-164). Porém, embora a 2.^a Secção não integrasse o SIM, as suas funções, relacionadas com o estudo de prováveis teatros de operações e de manutenção atualizada das situações sobre operações de guerra em países estrangeiros, deveriam, pela sua natureza, ter sido consideradas de importância determinante no âmbito da atividade de informações, sobretudo dada a situação de conflito então vivenciada¹⁰. A par desta estrutura organicamente definida, o SIM contava com a colaboração da Guarda Fiscal, de Missões portuguesas no estrangeiro e de voluntários civis e militares enquanto agentes recrutados (Cardoso, 1980).

3. As informações em apoio à política de neutralidade

Decorrente da neutralidade de Portugal e da sua fachada atlântica, Lisboa converteu-se ao longo do conflito, num centro de espionagem de grande importância, reconhecido por todas as forças beligerantes, que faziam convergir para a capital portuguesa um elevado número de oficiais de informações. Contudo, estes oficiais mencionavam a dificuldade de atuação em Lisboa, em consequência das ações de cinco diferentes ramos policiais, designadamente: a Polícia de Segurança Publica (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Guarda Fiscal e principalmente, a PVDE e os dois ramos de informações a operar sob a Legião Portuguesa (Cardoso, 1980).

Com efeito, apesar da ausência de uma entidade centralizadora e exclusiva da atividade de informações em Portugal, a monitorização de muitas das ações desenvolvidas pelos serviços de informações, permitiram conhecer muita da agenda encoberta dos oficiais de informações estrangeiros colocados em Portugal, fazendo chegar essa informação ao poder político da época. Os inúmeros relatórios de vigilância e de notícia da PVDE e da Legião Portuguesa, e o resultado da cooperação internacional com serviços de informações rivais, tanto oficiais como oficiosos (dada a manifesta anglo ou germanofilia dos elementos que compunham tanto a Legião Portuguesa como a PVDE) atestam esta realidade (Araújo, 2010). São exemplo da importância dos serviços de informações portugueses, operações de contraespionagem como a que permitiu confirmar as intenções da Operação Félix¹¹ de invasão alemã da Península Ibérica, através de operações de *Human Intelligence* (HUMINT) sobre cidadãos alemães em Portugal. Em concreto, as operações da PVDE sobre o controlo das atividades de Hans Steinmez, chefe do núcleo nacional-socialista portuense (Pimentel, 2013) e as

¹⁰ Realça-se que, embora a criação do SIM estivesse prevista em 1929 (Decreto-Lei n.º 16407/1929, de 28 de janeiro), só após dez anos este serviço seria edificado, não satisfazendo já, todas as necessidades da época.

¹¹ Programada para ser desencadeada a 12 de novembro de 1940, esta operação terá sido concertada entre Franco e Hitler, um mês antes, num encontro em Hendaia. Esta operação não terá sido levada a cabo em consequência das elevadas exigências de apoio militar por parte de Franco, mas terá levado por consequência, a Inglaterra a delinear um plano para a ocupação de Cabo Verde e dos Açores, bem como as autoridades portuguesas a encetarem, em dezembro de 1940, um plano militar com o objetivo de assegurar a retirada do governo português para os Açores (Preston, 1990).

do Serviço de Informações da Legião Portuguesa sobre Kuno Weltzien, integrante da rede de agentes alemães, designadamente nos Açores¹², onde este serviço foi particularmente ativo (Araújo, 2010).

3.1. Atividade de contraespionagem enquanto elemento essencial de leitura de agendas encobertas

O facto de Portugal não ser detentor, à época, de uma estrutura externa de informações, coloca em evidência a importância do trabalho conduzido em território nacional, como elemento essencial de recorte e de validação da informação a que tinha acesso por outros meios, como o diplomático. Com efeito, o trabalho de identificação e de análise perspetiva da atuação e das intenções dos demais atores internacionais no âmbito do desenrolar do conflito, com vista à redução da surpresa e da impreparação do aparelho do Estado para fazer face aos acontecimentos, teve um importante apoio na atuação da contraespionagem tanto de âmbito defensivo como ofensivo¹³.

A par das atividades típicas das informações de segurança, designadamente de avaliação da ameaça, da análise de vulnerabilidade (atratividade, penetração e impacto), da análise do risco, e da prevenção, preparação, resposta e recuperabilidade, a contraespionagem¹⁴ terá permitido a recolha de informação de elevada sensibilidade, que possibilitou a leitura da agenda encoberta e dos reais intentos das entidades externas atuantes em TN¹⁵. Esta última resulta por via da identificação, vigilância e monitorização dos oficiais de informações estrangeiros colocados ou de passagem por Portugal, da identificação, monitorização da atividade clandestina e desmantelamento das suas redes de agentes e conseqüentemente análise dos seus quesitos de informação.

3.2. Operações emblemáticas da contraespionagem portuguesa

Longe de esgotarem as ações de contraespionagem portuguesas durante este período destacam-se, pela sua importância, as seguintes operações exemplificativas de ações conduzidas em território nacional contra ambas as fações beligerantes:

- O desmantelamento pela PVDE, em agosto de 1941, de uma rede clandestina britânica conduzida pelo MI9¹⁶, que operava em território continental e designadamente em Macau, com vista a permitir a fuga de território ocupado pelas forças do eixo. Esta rede tinha ramificações em Perpignan, Barcelona e Badajoz, e mantinha relações com as

¹² O Governo de Lisboa, sob a pressão dos acontecimentos, adicionou medidas de reforço da defesa dos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde, em virtude do elevado interesse estratégico que representavam na guerra de supremacia no Atlântico.

¹³ A contraespionagem, apontada como uma ação levada a cabo contra e entre profissionais, que dispõem de formação similar e que tem por alvo os membros de um outro serviço de informações e as suas redes de agentes, dispõe de duas modalidades de abordagem operacional, uma dita de estática que visa a deteção e neutralização das atividades ofensivas, e de uma outra dinâmica, assente predominantemente na manipulação dos agentes hostis através da desorientação das suas atividades, desorganização e enfraquecimento, reduzindo as suas capacidades de recrutamento e lesando a sua reputação pela exposição final da dobragem dos seus agentes (Serviço de Informações de Segurança, 2021).

¹⁴ Atividade que pode ser entendida como a condução de operações de *intelligence* que procuram contrariar as operações estrangeiras de espionagem, sabotagem, ingerência e subversão, que constituam ameaça à segurança nacional, incluindo a deteção de atos de traição e de sedição e sua conseqüente neutralização e/ou manipulação (Godson, 1995; Johnson, 2005; Shulsky & Schmitt, 1991). Este conceito é ligeiramente diferente do de contrainformação, usado no meio militar, que, dada a sua orientação específica para a realidade castrense, tende igualmente a considerar as medidas de segurança, ativas e passivas, destinadas a salvaguardar as notícias, o pessoal, o material e as instalações (Pinto, 2001).

¹⁵ Como atesta a existência de inúmeros relatórios de atividade operacional da PVDE e da Legião Portuguesa (Araújo, 2010).

¹⁶ O MI9, Secção 9 da Direção Britânica de Informações Militares, foi um Departamento do Gabinete de Guerra durante o período de 1939 a 1945, que tinha a seu cargo a missão de ajudar os combatentes da Resistência em território ocupado pelo inimigo e de recuperar as tropas aliadas que se encontravam atrás das linhas inimigas. A par de missões de resgate, esta Secção tinha por incumbência comunicar com prisioneiros de guerra britânicos e enviar-lhes conselhos e equipamento (Holt, 2010).

representações diplomáticas britânica, polaca, belga e com o representante de De Gaulle em Portugal (Pimentel, 2013).

- O caso conhecido por desmantelamento da rede Shell foi levado a cabo pela PVDE, em 1942, e pôs cobro às atividades clandestinas do *Special Operations Executive*¹⁷ que, com apoio de elementos da Legião Portuguesa, teria por intento a condução de ações de sabotagem e demolições não autorizadas em Portugal Continental em caso de invasão alemã¹⁸ (Barreiros, 2012).
- O desmantelamento pela PVDE, em maio de 1943, da rede de espionagem da Abwehr alemã, conhecida por “organização Bremen”, com ramificações em Lisboa, Madeira, Açores, Luanda e Lobito (Pimentel, 2013).

4. Conclusões

Durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal conseguiu manter a sua política de neutralidade através de uma política sinuosa de exploração de contradições entre os dois blocos beligerantes.

Apesar de inicialmente equidistante, e colaborante com o bloco Aliado Anglo-americano a partir dos finais de 1942, esta posição de neutralidade terá sido o resultado não só da capacidade diplomática portuguesa e da mestria com que esta política foi conduzida pelas entidades governamentais da época¹⁹, bem como do interesse favorável que tal posição acatava junto das potências beligerantes.

Embora fique por fazer a avaliação da potencial importância, relativa ou não, que as informações tiveram na anuência ou definição dos intentos da política de neutralidade de geometria variável traçada pelas autoridades governamentais portuguesas ao longo das diversas etapas conflito, é inegável e não menosprezável o trabalho levado a cabo pela contraespionagem portuguesa: na identificação das agendas encobertas dos atores beligerantes; na cooperação internacional entre as várias estruturas de informações Aliadas e do Eixo, bem como na monitorização das ações de recrutamento; na gestão de fontes e de contactos; na sabotagem; na propaganda externa; nas conspirações e inclusive no trânsito de agentes; e na utilização da banca nacional para financiamentos de operações diversas e pagamento a agentes de ambas as fações beligerantes em território nacional.

Referências Bibliográficas

- Araújo, R. (2010). *O império dos espões - A espionagem em Portugal e nas colónias*. Alfragide: Oficina do Livro,
- Barreiros, J. A. (2012). *A traição a Salazar*. Oficina do Livro.
- Barros, J. L. (1989). Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Publicações D. Quixote.

¹⁷ O *Special Operations Executive*, também referido como *Baker Street Irregulars*, foi uma organização britânica, oficialmente criada pelo primeiro-ministro Winston Churchill e pelo Ministro da Economia de Guerra Hugh Dalton, a 22 de julho de 1940, com a missão de encorajar e facilitar a espionagem e a sabotagem atrás das linhas inimigas, e servir como núcleo das Unidades Auxiliares, um movimento de resistência contra a possível invasão do Reino Unido pela Alemanha (Crowdy, 2008).

¹⁸ A descoberta desta rede teve elevadas consequências políticas no relacionamento luso-britânico, resultando na expulsão silenciosa de três diplomatas acreditados em território nacional e na detenção de inúmeros cidadãos portugueses. Embora inicialmente discutida com as autoridades nacionais no âmbito de resposta à eventual concretização da Operação Félix de invasão alemã, a demolição de locais estratégicos em território nacional, que as autoridades nacionais pretendiam diminutas e os britânicos relativamente vastas, não terá chegado a um entendimento que satisfizesse os intentos de Londres.

¹⁹ Através de um ardil equilíbrio de cedências para ambos os lados, como atestam as negociações secretas da cedência da base das lajes (Vintras, 1975) e a gestão da venda de volfrâmio para a Alemanha Nazi (Pimentel, 2013).

- Cardoso, P. (1980). As informações em Portugal, *Nação e Defesa*, (7680). Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Carrilho, M. (1989). Política de defesa e de Rearmamento. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Publicações D. Quixote.
- Crowdy, T. (2008). *SOE Agent: Churchill's secret warriors*. Oxford: Osprey.
- Decreto n.º 16407, de 28 de janeiro (1929). *Organização do exército metropolitano*. Diário do Governo, 1.ª Série, 19, 155-172. Lisboa: Ministério da Guerra. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/356649>
- Decreto-Lei n.º 20125, de 25 de julho (1931). *A polícia internacional portuguesa é transferido para o Ministério do Interior*. Diário do Governo, 1.ª Série, 175, 1767-1769. Lisboa: Presidência do Ministro. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/529633>
- Decreto n.º 22151, de 23 de janeiro (1933) *É criada a polícia de defesa política e social*. Diário do Governo, 1.ª Série, 19, 102. Lisboa: Ministério do Interior.
- Decreto-Lei n.º 22992, de 29 de agosto (1933). *É criada a polícia de vigilância e defesa do Estado*. Diário do Governo, 1.ª Série, 195, 1583-1585. Lisboa: Ministério do Interior. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/319428>
- Decreto-Lei n.º 27058, de 30 de setembro (1936). *A polícia internacional portuguesa é transferido para o Ministério do Interior*. Diário do Governo, 1.ª Série, 230, 1145-1146. Lisboa: Presidência do Conselho. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/321843>
- Decreto-Lei n.º 29233, de 08 de dezembro (1938). *Regulamento da Legião Portuguesa*. Diário do Governo, 1.ª Série, 284, 1610-1613. Lisboa: Presidência do Conselho. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/350048>
- Decreto-Lei n.º 31956, de 02 de abril (1942). *A Defesa Civil do Território*. Diário do Governo, 1.ª Série, 76, 298-299. Lisboa: Ministério da Guerra. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/166550>
- Ferreira, J. M. (1992). As relações entre as Forças Armadas e o Regime. Em: Rosas, F., Serrão, J., & Marques, A. H. (Coords.), *Nova História de Portugal: Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, VII. Editorial Presença.
- Godson, R. (2001). *Dirty Tricks or Trump Cards – Covert action & Countereintelligence*. Transaction Publishers,
- Guerreiro, C. (2012). Oficiais portugueses na frente russa [página *online*]. Disponível em: <http://aterremempportugal.blogspot.com/2012/09/oficiais-portugueses-na-frente-russa.html>
- Holt, T. (2010). *The Deceivers: Allied Military Deception in the Second World War*. Scribner.
- Johnson, W. R. (2005). *Thwarting enemies at home and abroad – How to be a Counterintelligence officer*, Georgetown University Press.
- Oliveira, C. (1992). A evolução política. Em: Rosas, F., Serrão, J., & Marques, A. H. (Coords.), *Nova História de Portugal: Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, VII. Editorial Presença.
- Pimentel, I. F. (2013). *Espiões em Portugal durante a II Guerra Mundial*. A Esfera dos Livros.
- Pinto, R. M. (2001). As Informações na Idade da Informação. *Revista Militar*, (2391), 287-316.
- Preston, P. (1990). *The Politics of Revenge: Fascism and the Military in Twentieth-century Spain*. Routledge.
- Rodrigues, L. N. (1995). A gravidade da hora que passa!: a criação da Legião Portuguesa em 1936. *Análise Social*, XXX. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- Rosas, F. (1989). A indústria portuguesa durante a segunda Guerra Mundial – Da pré-História à Idade do Ferro. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Publicações D. Quixote.
- Serviço de Informações de Segurança (2021). Contraespionagem [página *online*]. Disponível em: <https://www.sis.pt/ameacas>
- Shulsky, A. N., & Schmitt, G. J. (1991). *Silent Warfare – Understand the World of Intelligence*. Washington, D.C.: Potomac Books, Inc.
- Vintras, R. E. (1975). *História secreta da base dos Açores (The Portuguese Connection)*. Lisboa: Editora Ulisseia.

CAPÍTULO 4 – AS INFORMAÇÕES NO ESTADO DA ÍNDIA

João Paulo Catrola Martins
Tenente-coronel Artilharia, Exército

Resumo

O Estado Português da Índia, considerado a jóia da coroa do império ultramarino Português, foi conquistado pela força das armas em 1961, terminando com mais de 500 anos de presença portuguesa na Índia. Logo a seguir à sua independência, em 1947, a União Indiana declara abertamente que pretendia retomar o controlo de qualquer território indiano ainda sob o que considerava ser, domínio colonial. Através de uma investigação bibliográfica assente em fontes primárias e secundárias pretende-se com este estudo, identificar e classificar o conjunto de indicadores passíveis de darem o alerta para a ação militar levada a cabo pelas forças armadas da União Indiana, em 18 de dezembro de 1961. Verificaremos, que de facto houve vários indicadores da intenção dessa ação e que estes podem ser classificados de acordo com as dimensões do poder de um Estado. Registaram-se ações aos níveis Diplomático, Informacional, Militar e Económico.

Palavras-chave: Índia, Informações, Estado Português, Invasão, Vijay.

Abstract

The Portuguese State of India, considered the crown jewel of the Portuguese overseas empire, was conquered by the force of arms in 1961, putting an end to more than 500 years of Portuguese presence in India. Shortly after its independence in 1947, the Indian Union openly declared that it intended to regain control of any Indian territory still under, what it considered, to be colonial rule. Through a bibliographic research based on primary and secondary sources, this study will seek to identify and classify the set of indicators liable to alert the military action carried out by the armed forces of the Indian Union on December 18, 1961. We will verify, that in fact, there were several indicators of the intention of that action and that these can be classified according to the dimensions of the power of a state. Actions at the Diplomatic, Informational, Military and Economic levels are registered.

Keywords: India, Intelligence, Portuguese State, Invasion, Vijay.

1. Introdução

Considerada a jóia da coroa do império, o Estado Português da Índia, foi invadido pela União Indiana na noite de 17 para 18 de dezembro de 1961. Apologista da não violência, a ação da União Indiana poderia ser considerada como uma surpresa para os decisores políticos portugueses. Importa assim, compreender qual o nível efetivo de surpresa dessa ação e se não terá havido indicadores que pudessem indiciar a ação militar que se avizinhava.

O objeto deste estudo será o conjunto de indicadores passíveis de serem identificados nas ações da União Indiana, no período entre a independência, em 1949, e a data da invasão do Estado Português na Índia, em 1961. Neste contexto, o Objetivo Geral (OG) da investigação é sistematizar o conjunto de indicadores observados antes da invasão do Estado Português na Índia pelas forças da União Indiana, em 1961, e que poderiam ter alertado os decisores políticos e militares portugueses para a ação militar

que se avizinhava. De modo a suportar o OG, irá procurar-se atingir os seguintes objetivos específicos: identificar o conjunto de indicadores e alertas; e classificar os indicadores e alertas identificados, segundo os modelos das dimensões dos instrumentos de poder de um Estado²⁰.

Assim, através de uma pesquisa bibliográfica assente em fontes primárias, escritas por quem viveu a história, e em fontes secundárias, irá procurar-se identificar e organizar os indicadores observados antes da invasão do Estado Português na Índia, recorrendo ao modelo DIME.

Para tal, o estudo está organizado do seguinte modo. Para além da introdução no primeiro capítulo, procura-se no segundo capítulo fazer um enquadramento do objeto de estudo, revendo a principal literatura consultada e definindo os conceitos necessários para a compreensão do modelo de análise. No terceiro capítulo sistematizam-se os indicadores identificados, organizando-os segundo o modelo DIME e no quarto capítulo, tecem-se as conclusões do estudo.

2. Enquadramento

2.1. O Estado Português da Índia

A presença portuguesa na Índia teve início com a chegada de Vasco da Gama, em 20 de maio de 1498. No entanto, é Afonso de Albuquerque que conquista Goa, uma primeira vez em 25 de fevereiro de 1510 e, uma segunda em 25 de novembro de 1510. Em 1526 recebe foral do Rei Português, iniciando assim mais de 500 anos de administração efetiva portuguesa sobre o território (Viegas, 2010).

Estado Português na Índia, constituído pelos territórios de Goa, Damão e Diu (Figura 1) não tinha mais de 4.200 km², sensivelmente a área do Algarve. Contava com aproximadamente 700.000 habitantes, entre portugueses e locais (Couto, 2006). A descontinuidade territorial do Estado Português na Índia impedia qualquer ação defensiva concertada.



Figura 1 - O Estado Português da Índia

Fonte: Couto (2006).

2.2. Conceitos enquadrantes

O *NATO Intelligence Fusion Centre* (NIFC) (2015, pp. 8-9) propõe a técnica de Análise de Ambiente para ajudar a alargar o âmbito da análise. A sua aplicação ajuda a gerar ideias para uma variedade de finalidades, uma das quais é servir de indicadores da geração de cenários.

²⁰ Diplomático, Informacional, Militar e Económico (DIME).

Os indicadores são fenómenos observáveis e que podem ser revistos periodicamente, de modo a ajudarem a monitorizar eventos, observar tendências e alertar para mudanças imprevistas. Por norma, tomam a forma de uma lista de ações observáveis, de condições, de factos ou eventos cuja ocorrência em simultâneo dão um claro sinal de que um determinado acontecimento está prestes a ocorrer ou já ocorreu. Podem ser monitorizados para fornecer alertas de nível tático, operacional ou estratégico sobre eventos que, a ocorrerem, teriam um impacto significativo no cumprimento dos objetivos definidos. A identificação de indicadores ajuda a orientar o esforço de pesquisa, sendo uma das tarefas fundamentais das Informações (Heuer & Pherson, 2011, p. 104).

Uma vez que a análise efetuada se situa ao nível estratégico, o modelo adotado será o modelo dos Instrumentos do poder de um Estado: Diplomático, Informacional, Militar e Económico (DIME) (NIFC, 2015).

Por seu lado, Forcier (2018), define Alerta como “o acto de comunicar e reconhecer uma ameaça”²¹, referindo ainda que o Alerta é o problema mais fundamental das Informações. Na sua essência, o Alerta está intimamente relacionado com a tomada de decisão por parte do decisor e permite dissuadir o conflito armado, dando tempo à Diplomacia para agir.

2.3. Modelo de Análise

Forcier (2018) enuncia a metodologia de cinco passos para desenvolver Indicadores e Alertas aplicada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): i) Identificar e definir a ameaça; ii) Definir os enunciados de normalidade para os fatores de análise; iii) Identificar Indicadores a monitorizar e que indicam um estado de crise; iv) Selecionar os Indicadores críticos; e, v) Consolidar e pesquisar informação sobre todos os Indicadores críticos. Esta será a metodologia de análise adotada neste trabalho.

3. Desenvolvimento de Indicadores e Alertas

3.1. Identificar e definir a Ameaça

A ameaça consubstanciava-se na União Indiana, mais propriamente no problema de alerta: Irá a União Indiana empregar o seu Instrumento Militar para anexar os territórios do Estado Português na Índia?

Desde a sua independência do Reino Unido, em 1947, que a União Indiana vinha a reclamar o controlo sobre a totalidade do território do subcontinente indiano (Morais, 1995). A União Indiana considerava este controlo como essencial para manter a sua coesão interna, uma vez que o seu tecido político e étnico era bastante diverso. O não controlo de uma parte do seu território, mesmo às mãos de uma potência estrangeira, poderia colocar em causa a unidade da jovem nação.

3.2. Definir os enunciados de normalidade para os fatores de análise

3.2.1. Diplomático

A União Indiana é um país não alinhado e professa a não violência em linha com a filosofia de Gandhi. No entanto, manterão a retórica de oposição à ocupação colonial junto da Comunidade Internacional no sentido de levar Portugal a entregar os territórios pacificamente (Morais, 1995, pp. 19–21).

3.2.2. Informacional

A União Indiana mantém a retórica que é um Estado uno e que Portugal é uma potência colonial que ocupa indevidamente os territórios que constituem o Estado Português na Índia. A União Indiana

²¹ Tradução do autor de “*an act of communication and acknowledgement of threat.*”.

continuará a desenvolver ações no domínio da informação, de modo a ganhar a simpatia da população indígena do Estado Português na Índia e o apoio da Comunidade Internacional.

3.2.3. Militar

Embora mantenham um crescimento a fim de contrariar um conjunto de ameaças externas, não é expectável que as Forças Armadas da União Indiana intervenham no Estado Português na Índia a fim de anexar os seus territórios. A União Indiana mantém umas Forças Armadas capazes e com experiência de combate na 2.^a Guerra Mundial, equipadas com armamento moderno (Aranha, 2010).

3.2.4. Económico

O comércio com o Estado Português na Índia não é essencial para a economia da União Indiana. No entanto, não há razão para a interrupção das trocas comerciais. A União Indiana tem vindo a aumentar o investimento em material militar, embora essa situação se prenda com a necessidade de equipar as suas Forças Armadas para fazer face a ameaças externas, tal como o Paquistão (Domingos, 2017).

3.3. Identificar Indicadores a monitorizar e que indicam um estado de crise

No Quadro 1 enunciam-se alguns dos indicadores a analisar segundo o modelo dos Instrumentos de Poder Nacional.

Quadro 1 - Fatores a analisar nos Instrumentos de Poder Nacional

Diplomático	Informacional	Militar	Económico
<ul style="list-style-type: none"> • Representações Diplomáticas • Reconhecimento • Negociações • Tratados • Políticas • Fóruns Internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação Militar • Diplomacia pública • Relações Públicas • Recursos de Informação • Porta-vozes e agentes de comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidades militares • Operações em curso • Cooperação no domínio militar • Demonstrações de força • Tecnologias militares • Efetivos e organização das forças 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas comerciais • Políticas fiscais e monetárias • Embargos • Tarifas • Assistência prestada

Fonte: *Instruments of National Power* (2014).

3.4. Selecionar os Indicadores Críticos

Como foi referido anteriormente, os Alertas têm como principal finalidade apoiar a tomada de decisão, identificando indicadores de ação da potencial ameaça. Tendo em consideração que a metodologia está a ser aplicada a eventos passados, não serão selecionados indicadores críticos. Assim, os indicadores foram recolhidos da bibliografia analisada.

As fontes bibliográficas consultadas não são claras quanto à origem da informação que chegava aos decisores políticos portugueses. Em 1960, o Serviço de Informações Estratégico era responsabilidade da 2.^a Repartição da Secretariado-Geral da Defesa Nacional (Decreto-Lei n.º 43077/1960, de 18 de julho), no entanto, não chega a ser claro se este Serviço teve alguma participação na obtenção de informação que alertasse o Governo Português para a hipótese de uma intervenção armada por parte da União Indiana. Brandão Ferreira (2010, p. 175) refere que o Governo Português teria conhecimento da intenção de ação armada por parte da União Indiana com alguns meses de antecedência, aventando a hipótese de esta informação ter sido cedida pelos Serviços de Informações (SvcInfo) Paquistaneses.

No terreno, as Forças Armadas no Estado Português da Índia dispunham de um Quartel-General com uma Repartição de Informações e as Forças Terrestres contavam igualmente com uma Repartição de Informações. Estes órgãos iam recebendo e processando notícias que lhes permitiam

ter conhecimento das movimentações e preparativos do Exército da União Indiana (Alves, 2007; Alves, 2010; Ferreira, 2010; Morais, 1995).

3.5. Consolidar e pesquisar informação sobre todos os Indicadores Críticos

3.5.1. Diplomático

- Em 1947, ainda antes da independência, os futuros dirigentes indianos fazem já discursos exaltados a reivindicar a posse dos territórios do Estado Português na Índia (Morais, 1995).
- Em 1950, dá-se a apresentação da reivindicação formal ao Governo Português da soberania sobre os territórios do Estado Português na Índia, solicitando o início imediato de negociações (Ferreira, 2010; Morais, 1995).
- Em 1954, o Governador de Damão é impedido de aceder aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli que mais tarde são oficialmente anexados pela União Indiana (Morais, 1995).
- Em 1955, a União Indiana encerra a delegação diplomática em Lisboa (Morais, 1995) e informa que a delegação Portuguesa em Nova Deli também deverá ser encerrada (Ferreira, 2010).
- Ainda em 1955, Nehru afirma no parlamento Indiano “Nós não estamos dispostos a tolerar a presença dos portugueses em Goa, ainda que os goeses queiram que eles aí estejam” (Nogueira cit por Morais, 1995).
- Em 1958, a União Indiana envia um emissário secreto a Portugal com a finalidade de negociar uma saída diplomática para a crise (Ferreira, 2010).
- Em abril de 1961, o Ministro da Defesa da União Indiana incita Nehru a dar a ordem para a recuperação dos territórios pela força.

3.5.2. Informacional

- Logo em 1948, a imprensa indiana reclama os territórios de Goa, Damão e Diu (Morais, 1995).
- Aumento da campanha da imprensa indiana contra a posição Portuguesa, chegando a afirmar que massas de voluntários invadirão pacificamente os territórios (Ferreira, 2010).
- Entre 1953 e até 1955, as ações por parte de grupos de *Satyagrahis*²² por todos os territórios (Coutinho cit por Domingos, 2017; Morais, 1995).
- Relativamente aos SvcInfo, a União Indiana estava a par das opções de resposta diplomática de Lisboa, através da condução de ações de espionagem que passaram despercebidas às forças Portuguesas. Assim, a União Indiana tem um perfeito conhecimento do dispositivo das forças Portuguesas (Ferreira, 2010; Morais, 1995).
- Alguns dos agentes da União Indiana estão inclusive colocados no Estado-Maior do comando das Forças Portuguesas tendo acesso a toda a correspondência classificada. Mais tarde vêm a ser reconhecidos no Campo de Prisioneiros como Oficiais da União Indiana (Ferreira, 2010, p. 175; Morais, 1995, p. 58).

3.5.3. Militar

- Aumento da atividade terrorista, inicialmente dirigida apenas contra as forças policiais e alguns alvos civis de ocasião, mas com o aproximar da data da invasão, o seu alvo passa a ser as unidades militares (Morais, 1995; Oliveira, 1976). Estas ações eram levadas a cabo não só por elementos residentes no Estado Português na Índia mas afetos à União Indiana, como por elementos armados infiltrados diretamente da União Indiana (Aranha, 2010).

²² *Satya* – verdade; *Agraha* – firmeza ou força. Conceitos de *satyagraha* (força da verdade) e de *ahimsa* (não violência) constituíam a filosofia de Mahatma Gandhi de resistência pela não violência (Morais, 1995, p. 61).

- Em 1954, dá-se o assalto armado por parte de cidadãos da União Indiana aos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli que acabam por ser tomados (Morais, 1995).
- Em 1955, ameaça de bloqueio naval ao Estado Português na Índia (Ferreira, 2010).
- Em 1961, vai-se dando conta da concentração de tropas junto às fronteiras (estimados mais de 100.000 efetivos) (Aranha, 2010; Ferreira, 2010; Oliveira, 1976).
- O sobrevoo do espaço aéreo do Estado Português na Índia é cada vez mais recorrente (Ferreira, 2010; Oliveira, 1976).

3.5.4. Económico

Logo em 1955, a União Indiana isola economicamente os territórios do Estado Português na Índia. São apresados barcos de pesca portugueses e dá-se a proibição do comércio, da transferência de fundos e a correspondência postal de e para a União Indiana. Este bloqueio económico mantém-se durante toda a crise, não tendo sido levantado até à data da invasão (Morais, 1995).

4. Conclusões

Com este estudo pretendeu-se sistematizar à luz da metodologia de cinco passos para desenvolver Indicadores e Alertas, conforme é aplicada na OTAN, a crise que levou à invasão do Estado Português na Índia pela União Indiana. O seu objetivo era identificar o conjunto de indicadores observados antes da invasão do Estado Português na Índia pelas forças da União Indiana em 1961 e que poderiam ter alertado os decisores Políticos e Militares Portugueses para a ação militar que se avizinhava.

De facto, através da revisão literária efetuada, foi possível identificar um conjunto de indicadores e alertas, e classificá-los, segundo o modelo das dimensões de poder de um Estado.

Assim, na dimensão Diplomática, a União Indiana nunca ocultou a sua intenção de integrar na União os territórios do Estado Português na Índia. Inicialmente procurou a via do diálogo, no entanto, esbarrou na intransigência do Governo Português.

Na dimensão Informacional, foram sendo conduzidas ações de propaganda que suportavam as ações nas dimensões Diplomática, Militar e Económica. Foi possível também, identificar ações de recolha de informação coberta, através da infiltração nas fileiras portuguesas com agentes encobertos.

Por seu lado, na dimensão militar, foram também desencadeadas ações ao longo de toda a duração da crise, o que já de si dava claros indicadores que a ação armada, embora não desejada, era uma opção para a União Indiana. Com o prolongar da crise, esta opção tornou-se cada vez mais na modalidade de ação a adotar pela União Indiana.

Por fim, na dimensão Económica, também foi possível identificar ações em apoio das outras dimensões e que indicariam a possibilidade de conflito, nomeadamente a implementação de um bloqueio.

Este estudo possibilitou a sistematização de informação que estava dispersa por um conjunto de fontes, de acordo com um modelo analítico atual e em uso na OTAN. Posto isto, foi possível trazer uma nova luz aos acontecimentos que se verificaram no Estado Português na Índia, que leva a concluir, que teria havido espaço para a ação diplomática como forma de resolução desta crise, não fosse a mencionada intransigência negocial do governo Português.

Deste modo, pode-se concluir que os SvcInfo portugueses cumpriram com o seu dever: recolhendo e processando notícias de modo a produzir uma consciencialização da situação ao poder político. Não foi o intuito deste estudo compreender qual a razão que levou o Governo Português a

não tomar qualquer ação no sentido de tentar a via diplomática ou mesmo de reforçar militarmente o Estado Português da Índia. Contudo, aventa-se apenas a hipótese de, tendo a consciência de que a defesa militar do Estado Português da Índia era uma impossibilidade, restava a Oliveira Salazar esperar que uma resistência até ao último homem, levasse à condenação generalizada da ação militar da União Indiana, por parte da Comunidade Internacional.

Referências Bibliográficas

- Alves, J. L. (2007). Estado Português da Índia. Eventos da década de cinquenta anterior à invasão do Estado pelas Forças Armadas da União Indiana em 18 de Dezembro de 1961 — Rememoração Pessoal. *Revista Militar*, 2467/2468. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/226>
- Alves, J. L. (2010). Em A. R. Eanes (Ed.), *Revisitar Goa, Damão e Diu*. Liga dos Combatentes.
- Aranha, J. (2010). Revisitar Goa. Em: A. R. Eanes (Ed.), *Revisitar Goa, Damão e Diu* (pp. 85–99). Liga dos Combatentes.
- Couto, F. C. (2006). *O fim do Estado Português da Índia, 1961: Um testemunho da invasão*. Tribuna da História.
- Decreto-Lei 43077, de 18 de julho (1960), *Actualiza a organização e atribuições do Secretariado-Geral da Defesa Nacional*, Diário do Governo, 1.ª Série, 165, 1743-1748. Lisboa: Presidência do Conselho. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/43077/1960/07/18/p/dre/pt/html>
- Domingos, M. A. (2017). *O Estado Português na Índia de 1947 a 1962* (Tese de Dissertação de Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Cavalaria). Academia Militar, Lisboa. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/19257>
- Ferreira, J. B. (2010). O fim da presença Portuguesa na Índia. Em: Eanes, A. R. (Ed.), *Revisitar Goa, Damão e Diu* (pp. 147–192). Liga dos Combatentes.
- Forcier, Y. (2018, julho). *NATO Intelligence Warning System* [Palestra].
- Heuer, R. J., & Pherson, R. H. (2011). *Structured analytic techniques for intelligence analysis*. CQ Press.
- Instruments of National Power. (2014, setembro). The Lightning Press SMARTbooks [página online]. Disponível em: <https://www.thelightningpress.com/the-instruments-of-national-power/>
- Morais, C. A. (1995). *A queda da Índia portuguesa: Crónica da invasão e do cativo* (2.ª ed.). Editorial Estampa.
- NIFC. (2015). *Quick wins for busy analysts*. Autor.
- Oliveira, F. C. (1976). *Invasão da Índia: Notas de um Ex-prisioneiro de guerra*. Gráfica Ouvidor.
- Viegas, V. (2010). Notas sobre as políticas portuguesas na Índia e o foral de Goa. Em: Eanes, A. R. (Ed.), *Revisitar Goa, Damão e Diu* (pp. 114–135). Liga dos Combatentes.

CAPÍTULO 5 – AS INFORMAÇÕES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE

Pedro da Silva Monteiro
Major Material, Exército

Resumo

Entre 1961 e 1974, Portugal esteve envolvido numa guerra em três Teatros de Operações (TO) distintos, contra uma ameaça de natureza subversiva, cujo modo de atuação atribuiu um papel significativo às atividades de informações. Contudo, dadas as características de Moçambique, a natureza da ameaça e as lições identificadas nos outros TO, tornaram o papel das informações excepcionalmente relevante para a condução das operações militares. O objetivo deste trabalho visa analisar o contributo dos Serviços de Informações (SvcInfo) portugueses na condução das operações militares no TO de Moçambique (1964-1974). Através de um raciocínio dedutivo, assente numa estratégia qualitativa, analisou-se a estrutura, o emprego e a influência que as informações portuguesas tiveram nas operações militares no TO de Moçambique (1964-1974), como ferramenta de apoio à decisão nas Forças Armadas (FFAA). Este estudo permitiu verificar que os SvcInfo sofreram várias adaptações ao longo da guerra e, embora tenham carecido de maior coordenação, acabaram por assumir um papel fundamental na obtenção atempada de informações sobre a ameaça e população, que influenciaram a condução das operações militares em Moçambique, contribuindo para a sustentação do conflito armado neste TO.

Palavras-chave: Guerra em África, Portugal, Moçambique, Serviços de Informações, Subversão.

Abstract

Between 1964 and 1975, Portugal was involved in a war in three different Theaters of Operations, against a threat of a subversive nature, whose mode of action attributed a significant role to intelligence activities. However, given the characteristics of Mozambique, the nature of the threat and the lessons learned from the other Theaters of Operations, made the role of the intelligence exceptionally relevant for the conduct of military operations. The objective of this research is to analyze the contribution of Portuguese Intelligence Services in the conduct of military operations in the Theater of Operations of Mozambique (1965-1974). Through a deductive methodology approach, based on a qualitative strategy, the structure, employment and influence that Portuguese intelligence had on military operations in the Theater of Operations of Mozambique (1964-1974) was analyzed, as a decision support tool in the Armed Forces. This study allowed us to verify that the Intelligence Services had several adaptations throughout the war and, although they lacked greater coordination, they ended up assuming a key role in obtaining timely intelligence about the threat and population, which influenced the conduct of military operations in Mozambique, contributing to sustain the armed conflict in this Theater of Operations.

Keywords: Africa War, Portugal, Mozambique, Intelligence Services, Subversion.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho visa analisar as informações portuguesas na condução das operações militares no TO de Moçambique (1964-1974). Por informações considera-se o conjunto de tarefas e

sistemas que facilitam continuamente “a compreensão do ambiente operacional, inimigo, terreno e considerações de âmbito civil”, desde a obtenção de informação, pela vigilância, reconhecimento, ou outras fontes, à análise do material recolhido e condução de operações destinadas ao desenvolvimento da situação (Exército Português [EP], 2012, p. 2-27). As informações contribuem para as restantes funções de combate, sendo essenciais para determinar os requisitos de forças (*North Atlantic Treaty Organization* [NATO], 2019), apoiando a tomada de decisão (EP, 2009; NATO, 2016a).

Dada a natureza subversiva da Guerra em África (1961-1974), as informações assumiram “excepcional relevância, em virtude do carácter clandestino do inimigo, da forma de actuar das suas forças e da necessidade de um conhecimento profundo da população” (Estado-Maior do Exército [EME], 1963b, p. 1-V-1), entre a qual “o guerrilheiro vive misturado [...]”, tornando “muito mais difícil obter informação precisa sobre os objectivos militares” (Bispo, 2010, p. 1405) e antecipar as operações da guerrilha (Pinto, 1995, p. 471). Contudo, decorrente das características de Moçambique e das lições identificadas nos outros TO, o papel das informações, cuja atividade “ainda não foi convenientemente estudada, nem divulgada” (Cardoso, 2004, p. 151), revelou-se excepcionalmente significativo para as operações neste TO, tornando este estudo pertinente.

Pela sua abrangência, delimitou-se a investigação (temporal, espacial e concetualmente) (Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar, 2019): de 25 de setembro de 1964 (início da guerra em Moçambique) até 1974; o TO de Moçambique; e a organização, emprego e contributo dos SvcInfo portugueses.

A Questão Central (QC) deste estudo foi saber: qual o contributo dos SvcInfo na condução das operações militares no TO de Moçambique (1964-1974)? Para alcançar esta resposta, seguiu-se o raciocínio dedutivo, partindo da importância das informações para as operações militares, como “premissa”, em busca do contributo que os SvcInfo tiveram no TO de Moçambique (1964-1974), segundo uma estratégia qualitativa (Vilelas, 2009, pp. 105-108), baseada na análise documental, sobretudo de fontes primárias (legislação e arquivos). Este trabalho encontra-se organizado em: enquadramento geral, seguido da análise da estrutura e emprego dos SvcInfo portugueses em Moçambique (1964-1974) e respetivas implicações na conduta das operações militares. Finaliza-se com as principais conclusões, procurando responder à QC identificada.

2. Estrutura das Informações

Durante a Guerra em África (1961-1974), as informações estratégicas eram asseguradas por estruturas governamentais que cooperavam entre si e centralizadas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) / Direção-Geral de Segurança (DGS)²³ (Garcia, 2004a, p. 236) (Figura 1). Em Moçambique, os principais SvcInfo eram: a PIDE/DGS, os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM) e os Serviços de Informações Militares (SIM) (Garcia, 2004b).

²³ A PIDE foi criada em 1945 (Decreto-Lei n.º 35046/1945, de 22 de outubro), em substituição da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (Decreto-Lei n.º 22992/1933, de 29 de agosto) e reorganizada em 1954, ficando responsável pelas relações com as polícias estrangeiras e pela troca recíproca de informações (Decreto-Lei n.º 39749/1954, de 09 de agosto). Em 1969, foi extinta e substituída pela DGS (Decreto-Lei n.º 49401/1969, de 24 de novembro), que se manteve até 25 de abril de 1974.

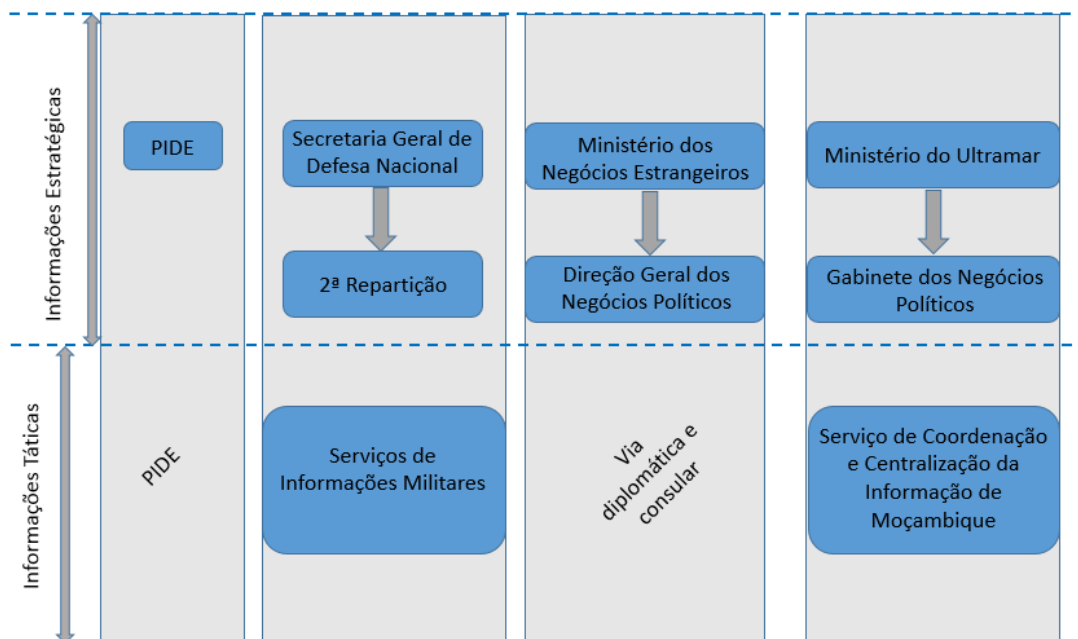


Figura 1 – Estrutura das informações na Guerra em África (1961-1974)

Fonte: Matos et al. (2016, p. 19).

A PIDE estendeu a sua atuação à Região Militar de Moçambique (RMM) em 1956, subordinada ao Ministro do Ultramar (MU) (Decreto-Lei n.º 40541/1956, de 27 de fevereiro) e, após o início da guerra em Angola, reforçou o seu aparelho de informações e segurança, incluindo serviços de ação social (Fraga, 2019; Mateus, 2006; Oliveira, 1963, p. 66), que começaram a: recolher dados demográficos e informação com implicações securitárias, incluindo a deteção e repressão de movimentos subversivos (Cabaço, 2007, pp. 337-338); mobilizar e organizar grupos de defesa civil; e fazer propaganda política (Faria, 1965, pp. 71-75). Em 1962, a PIDE foi reorganizada, centralizando as competências de informações dos serviços policiais, mantendo-se uma divisão exclusivamente vocacionada para a *intelligence* (Figura 2). Após criação da DGS, esta 2.ª Divisão, transitou para a 1.ª Direção – Serviços de Informação, revelador da “[...] vontade de fazer da polícia política uma organização de inteligência, em que a informação fosse o sector principal” (Pimentel, 2011, p. 49)²⁴.

²⁴ À 1.ª Direção incumbia: assegurar o ciclo de informações (pesquisa, recolha, estudo e difusão) que interessassem à política externa e interna, à administração e à defesa do território nacional; gerir os serviços de contrainformação; e centralizar as notícias recolhidas pela Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública (PSP), Guarda Fiscal, administração civil, ou por outros organismos, sendo o único órgão de troca de informações com organizações congêneres estrangeiras (Pimentel, 2011, p. 310).

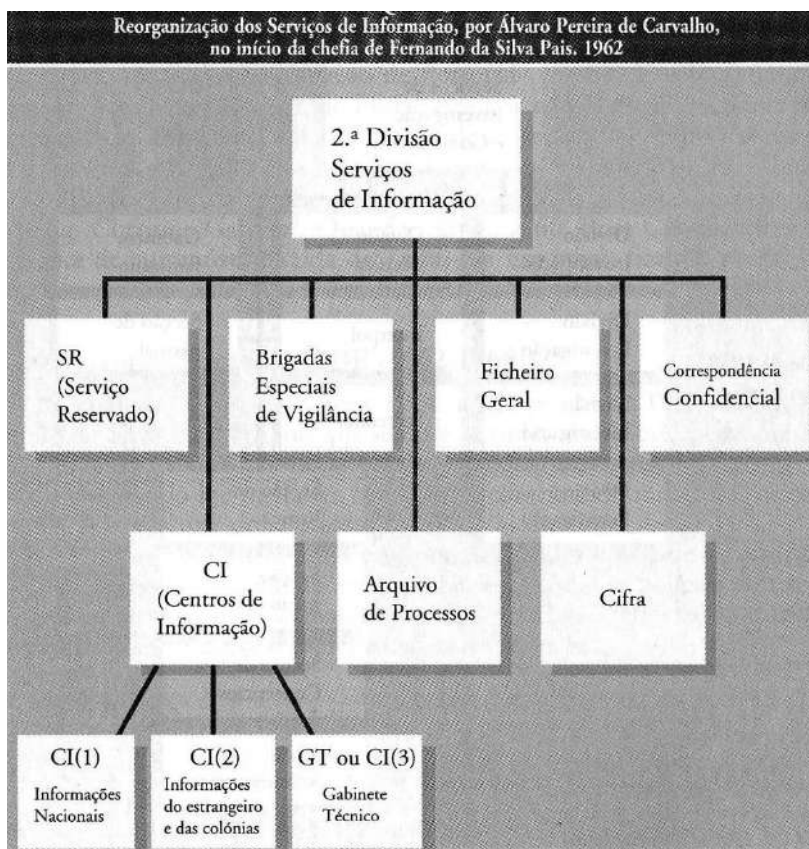


Figura 2 – Estrutura da 2.ª Divisão/PIDE (1962)

Fonte: Pimentel (2011, p. 44).

Os SCCIM dependiam diretamente do Governo-Geral de Moçambique, sendo dirigidos por um funcionário, civil ou militar, nomeado pelo MU (Figura 3). Aos SCCIM incumbia-lhes reunir, coordenar, estudar e difundir as informações de interesse político-administrativo e securitário sobre Moçambique, sendo as restantes informações, coordenadas diretamente entre as entidades interessadas, ou pelas comissões de informações, com elementos do Governo-Geral, que periodicamente, orientavam a ação dos SCCIM (Decreto-Lei n.º 43761/1961, de 29 de junho). Após 1963, os SCCIM funcionaram como SvcInfo do Comandante-Chefe/FFAA²⁵, que recebia também informações das comissões provinciais e distritais (Matos et al., 2016, p. 20).



Figura 3 – Organização dos SCCIM

Fonte: Matos et al. (2016, p. 20).

²⁵ Embora mantendo a dependência hierárquica e administrativa do Governador-Geral de Moçambique.

Em 1964, a RMM estava subordinada ao Ministro do Exército, através do Chefe do EME, dispondo no seu Quartel-General, o SIM (Cardoso, 2004, p. 136), na dependência direta do Vice-Chefe do EME (Figura 4). À 2.ª Repartição/EME competia: planear a pesquisa, reunião, estudo e difusão de informações com interesse para o Exército, designadamente as relativas ao ultramar, segundo as diretrizes estabelecidas pela 2.ª Repartição do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN)²⁶; planear, coordenar e acionar as atividades de contrainformação e de segurança; colaborar na organização e instrução dos SIM; obter os elementos de informação para conduzir ações de guerra psicológica; e centralizar, elaborar e distribuir regulamentos de informações do Exército (Decreto-Lei n.º 42564/1959, de 07 de outubro).

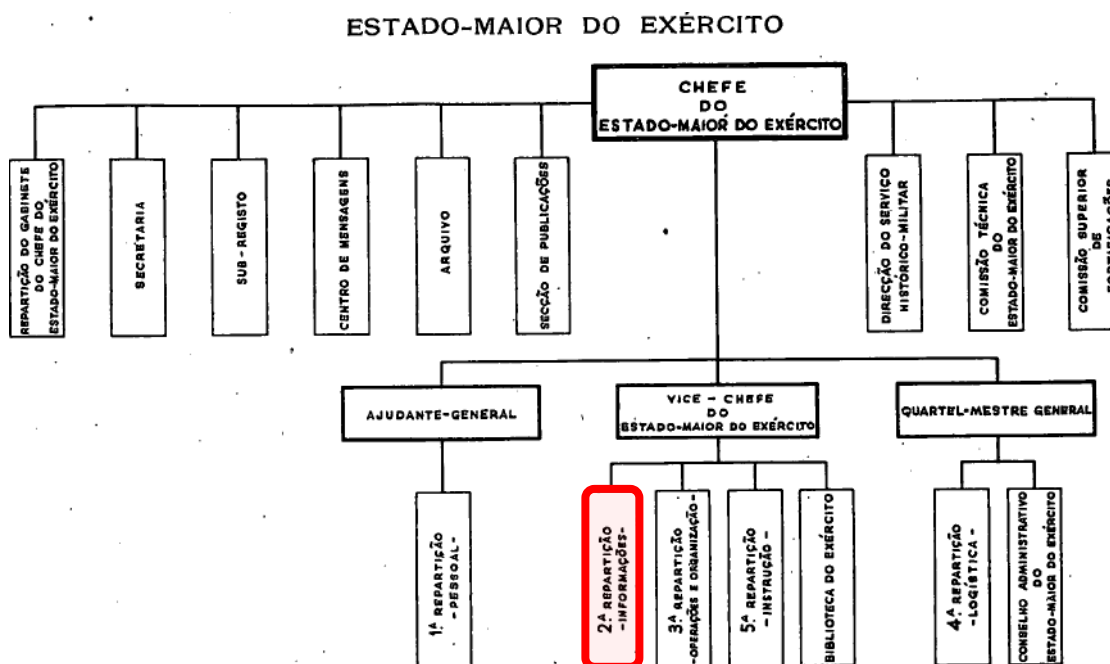


Figura 4 – Estrutura do EME (após 1959)

Fonte: Decreto-Lei n.º 42564/1959, de 07 de outubro (1959, p. 1260).

Em Moçambique existia ainda, um Conselho de Defesa Militar (Lei n.º 2051/1952, de 15 de janeiro), estando o Quartel-General/RMM apoiado por um Destacamento de Ligação e Reconhecimento das Transmissões²⁷, que operava no âmbito da segurança da informação²⁸ (Comissão da História das Transmissões, 2011).

A estrutura dos SvcInfo portugueses sofreu adaptações durante a guerra, destinadas ao reforço e eficiência na coordenação das informações (EME, 1988, pp. 368-369), existindo em abril de 1974 (EME, 1990, p. 158) no:

- Ministério do Interior (MI), a DGS, responsável pela recolha, centralização, coordenação e estudo das informações securitárias e troca de informações com organizações policiais nacionais e estrangeiras (Decreto-Lei n.º 49401/1969, de 24 de novembro);

²⁶ A 2.ª Repartição/SGDN era responsável pela superintendência e política de execução do SIM (Decreto-Lei n.º 37955/1950, de 09 de setembro, p. 672; Decreto-Lei n.º 43077/1960, de 18 de julho).

²⁷ Este Destacamento passaria a designar-se por Secção de Segurança Cripto, inserida na Chefia do Serviço de Reconhecimento das Transmissões (ChSvcRecTm), em Nampula (EME, 1989).

²⁸ Atividade designada por *Communication Intelligence* (COMINT).

- Ministério do Ultramar, o Gabinete dos Negócios Políticos, que centralizava e coordenava as informações dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações das Províncias Ultramarinas²⁹;
- SGDN, a 2.ª Divisão, que centralizava e coordenava a atividade dos SIM (Pedro, 2003, p. 27);
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Direção-Geral dos Negócios Políticos, que centralizava e coordenava as informações recebidas por via diplomática (Garcia, 2004a).

3. Emprego das Informações

Decorrente da necessidade reconhecida, desde 1938, de “estudar mais minuciosamente a defesa das colónias” (Decreto-Lei n.º 28520/1938, de 15 de março, p. 566) e das ocorrências nos restantes TO, as FFAA portuguesas não foram surpreendidas quando a guerra começou em Moçambique³⁰. Em 1964, as bases estruturais dos SvcInfo estavam implantadas em Moçambique: a PIDE encetara medidas de resposta territorial, estabelecendo subdelegações e postos de fronteiras e vigilância (Guerreiro, 2017, p. 32); os SCCIM estavam criados, desde 1961, para assegurar a centralização das notícias obtidas pela PIDE/DGS, PSP, ou Guarda Fiscal, tornando-se indispensável o respeito interinstitucional (Guerreiro, 2017, p. 36); e o SIM contribuía para estabelecer uma rede de “pseudo-caçadores” militares no Niassa e Cabo Delgado, que atuavam como civis (EME, 1989, p. 65). Contudo, existiam fatores que complicavam a eficiência dos SvcInfo, como: extensas áreas de pesquisa; limitadas vias de comunicação, especialmente no Norte e Centro; dispersão populacional; insuficiente rendimento da exploração local e processamento das notícias colhidas, que dificultavam o conhecimento da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) nos escalões mais elevados; e reduzidos oficiais na RMM, habilitados para o planeamento, previsão e disseminação (Quartel-General/RMM, 1964b)³¹.

A PIDE/DGS destacou-se na qualificada recolha de informações estratégicas e no fornecimento de informação tática detalhada às FFAA (Monteiro, 1993), verificando-se uma estreita colaboração entre a PIDE/DGS e a PSP com os SIM (Quartel-General/RMM, 1964b). Para recolher informação útil às FFAA, a PIDE/DCG estava organizada por províncias e era empregue em áreas específicas de interesse militar³², tendo recorrido a diversos métodos e a uma extensa rede de informadores (Mateus, 2004)³³ e agentes infiltrados. Em 1968, reforçaram-se as suas componentes informativa e de investigação (Pimentel, 2011b). Enquanto os SIM controlavam agentes nas fronteiras de Moçambique, a PIDE/DGS controlava os agentes destacados em missões no interior dos países vizinhos, reportando as informações ao MI, onde eram centralizadas. Ambos beneficiaram da competição entre os movimentos subversivos e das dissidências na FRELIMO para minar a sua estrutura organizacional (Cann, 2005; Cross, 1964, p. 34). Todavia, a DGS também “trabalhou sempre em competição com os Serviços de Centralização e Coordenação das Províncias Ultramarinas” (Garcia, 2004a, p. 237). Na década de 1970, o emprego dos Flechas, na dependência da DGS (Reis, 2012, p. 45), revelou-se também

²⁹ Este Gabinete, criado em 1959, na Direção-Geral de Administração Política e Civil, (Decreto-Lei n.º 42671/1959, de 23 de novembro), tornou-se em 1967, num serviço anexo ao Gabinete do MU (Arquivo Científico Tropical, 2020), destacando-se a sua repartição dos negócios políticos, responsável por investigar os acontecimentos com implicações político-sociais nas províncias ultramarinas (Decreto-Lei n.º 47743/1967, de 02 de junho).

³⁰ A Diretiva n.º 6, de 25 de fevereiro de 1961, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), para a defesa de Moçambique, dava instruções para atuar perante previsíveis incursões fronteiriças e sublevações internas (CEMGFA, 1961).

³¹ Este último fator comprova-se pela inexistência nas Companhias de Caçadores, de militares habilitados em *intelligence*, estando somente previstas tais qualificações ao nível do Comando da Zona (Garcia, 2004a).

³² A Delegação da PIDE/DGS tinha Subdelegações na Beira, Nampula e Vila Cabral (Matos et al., 2016).

³³ Para melhorar o rendimento dos informadores, criaram-se na Escola Técnica de Polícia, manuais e guias práticos sobre os aspetos fulcrais para os colaboradores da DGS na recolha de informações (Guerreiro, 2017).

profícuo pela sua experiência como caçadores, interpretando as pistas deixadas no terreno pelo inimigo e por comunicarem o seu dialeto. Porém, em Moçambique os Flechas não alcançaram tanta importância como em Angola, pois o Comandante-Chefe das FFAA, não aceitava que estivessem fora da alçada do Exército (Ângelo, 2017).

Os SCCIM efetuaram o: “estudo da possibilidade de montagem de esquemas de pesquisa de informações e controle da situação política-subversiva das áreas administrativas [...]”; recrutamento, treino e segurança dos agentes dos SvcInfo para os infiltrar interna e externamente; e acionaram o controlo dos vários órgãos de pesquisa (Monteiro, 2001, p. 11), coordenando-os com as autoridades civis, os SIM, ou a PIDE (RMM, 1965)³⁴. Apesar dos SCCIM terem melhorado a articulação e celeridade na circulação das informações, “nunca conseguiram fazer-se aceitar perante os canais militares e/ou a PIDE [...] como orientador do esforço de pesquisa”, perdendo-se a oportunidade (Garcia, 2004a, p. 237; Garcia, 2004b, p. 239; Monteiro, 1993, p. 279).

Ao Comandante-Chefe competia coordenar a atividade dos SIM, mediante as normas fixadas pelo Governador-Geral (Garcia, 2004b). O seu emprego em Moçambique (1964-1974) baseou-se doutrinariamente, no “Regulamento de Campanha – Informações”, de 1954 (EME, 1954; Portaria n.º 14860/1954, de 27 de abril) e, na sua versão atualizada em setembro de 1966 (EME, 1966b), que orientou os SIM até ao escalão Divisão, no conhecimento do inimigo e da área de operações. Porém, este regulamento não considerava a informação de nível operacional, o que obrigava os SIM a um esforço adicional no tratamento das informações entre os níveis tático e estratégico, para serem oportunamente disponibilizadas ao Comandante (Matos et al., 2016, p. 15). O interrogatório dos prisioneiros de guerra baseou-se nas instruções aprovadas em 1965, e o reconhecimento aéreo visual e fotográfico em guerra subversiva seguiu as respetivas instruções aprovadas em 1966, sendo utilizado na operação *Nó Górdio* para deteção de presença inimiga (Bispo, 2010). Os documentos produzidos eram classificados segundo as instruções para a Segurança Militar (SegMil), de 1959 (Portaria n.º 17128/1959, de 17 de abril) e, após 1968, segundo uma versão atualizada (Cardoso, 2004). Destaca-se também, o conhecimento recolhido pelos oficiais enviados ao estrangeiro³⁵ e o estudo sobre lições identificadas em conflitos similares³⁶.

Todavia, devido à carência de efetivos qualificados nos SIM³⁷, a recolha de informação baseou-se sobretudo nas unidades operacionais³⁸, que recorreram a: métodos de *Human Intelligence* (HUMINT), *Imagery Intelligence* (IMINT) e COMINT³⁹; análise de notícias, de documentos e equipamento apreendidos; interrogatórios a prisioneiros; reconhecimentos aéreos; e escutas-rádio com interesse tático-operacional⁴⁰, transmitindo os produtos obtidos aos batalhões⁴¹. Para viabilizar a utilização tática oportuna das informações, informava-se o comandante acerca do essencial,

³⁴ Para cumprir a sua missão, os SCCIM tinham Delegações Distritais em: Lourenço Marques (atual Maputo), Gaza, Inhambane, Beira, Vila Pery, Zambézia, Tete, Cabo Delgado e Niassa (Matos et al., 2016).

³⁵ Especialmente para a Argélia, com vista a estudar a contrassubversão francesa (Fernandes, 1995, p. 169).

³⁶ “no Quênia aprendeu-se a recrutar nas forças adversárias; na Malásia a retirar apoio da população e a garantir mobilidade; na Argélia, assimilaram-se as valências das unidades de quadrícula e de intervenção, a saber extrair as vantagens de emprego dos meios aéreos e desenvolver um eficaz sistema de informações; no Vietname, a captação das populações foi o ensinamento primordial.” (Lousada et al., 2011, p. 219).

³⁷ Apesar desta necessidade estar prevista, desde 1961, para a guerra subversiva (EME, 1961, p. 44).

³⁸ Normalmente patrulhas das Companhias de Caçadores, que produziam informações valiosas (Costa, 1961, p. 149), no entanto, cada Batalhão tinha uma Secção de Operações e Informações e um Pelotão de Reconhecimento dedicados a atividades de estado-maior e de pesquisa (Cann, 2005, p. 132).

³⁹ A NATO inclui ainda o: *Acoustic Intelligence* (ACINT); *Measurement and Signature Intelligence* (MASINT); *Open Source Intelligence* (OSINT); e *Signals Intelligence* (SIGINT) (NATO, 2016b).

⁴⁰ Entrevista ao Coronel Manuel José Marques Ribeiro de Faria, em 18 de maio de 2016 (Matos et al., 2016).

⁴¹ Depoimento do Major-general Renato Marques Pinto, em 06 de setembro de 1999 (Garcia, 2004a).

difundindo-se a restante informação por diversos tipos de relatórios⁴², destacando-se os Relatórios Suplementares de Informações (Supintrep) que cobriam todos os assuntos com interesse para as operações militares (Quartel-General/RMM, 1968)⁴³ e sobre ações sociais (Quartel-General/RMM, 1967b), para captar as populações sob influência dos independentistas.

Os SIM colaboraram ainda, com a República da África do Sul e a Rodésia, que disponibilizaram diversos apoios empregues em Moçambique⁴⁴ (Alves, 2010; Felgas, 1973, pp. 34-36) e atuaram nas ações psicológicas (Garcia, 2003, p. 270), integrando e explorando estudos etnográficos e socioeconómicos sobre a população (Garcia, 2000) e atuação dos independentistas, previstos em diretivas (RMM, 1972a). Porém, a natureza das operações militares, exigia que todos os combatentes estivessem permanentemente atentos ao que os rodeava, para constituírem órgãos de pesquisa ativos (RMM, 1965).

4. Implicações

Na guerra em África (1961-1974), “O aumento da necessidade de conhecimentos teve reflexos marcantes, não só no campo da Informação como ainda no da Contra-Informação.” (EME, 2006, p. 185). Devido à crescente complexidade das ameaças, a PIDE/DGS teve de recorrer a uma densa rede de informadores, constituindo-se na principal fonte de obtenção de informações. As informações recolhidas pelos agentes infiltrados na FRELIMO, dificultaram o desenvolvimento inicial deste movimento, explorando as dissidências entre as várias fações (Mondlane, 1969, p. 132)⁴⁵ e resultaram no assassinato do seu líder pela PIDE (Cann, 2005, p. 141). Apesar do contributo para as operações militares, a dependência excessiva dos informadores revelava debilidades na PIDE/DGS que ditaram o fim do regime vigente em Portugal (Guerreiro, 2017).

A atividade dos SCCIM representou uma “importante novidade porque, pela primeira vez, se criara no aparelho estatal das colónias um órgão de pesquisa sistemática de natureza sócio-antropológica”, que produziu relevantes documentos sobre a sociedade moçambicana da época (Cabaço, 2007, p. 339; Freitas, 1965). Estes serviços foram também um elemento-chave na condução da política nacional e das operações militares pelo apoio de informações úteis ao Comando-Chefe (Cardoso, 2004, p. 115). Porém, apesar de extremamente válida, a criação dos SCCIM, teve a oposição da PIDE “[...] que se considerava responsável pela segurança interna e externa do Estado.” (Pinto, 2004, p. 477).

A importância dos SIM ficou clara durante a guerra, sustentados por relatórios de todas as forças⁴⁶, que permitiram compreender a forma de atuação da guerrilha e melhorar continuamente procedimentos, evitando rotinas. Estes relatórios foram compilados em publicações dedicadas às lições aprendidas, destinadas a “[...] determinar com clareza e honestidade as causas do sucesso ou insucesso” das operações militares portuguesas, visando a “[...] melhoria de eficácia da sua atuação operacional.” pelo melhor conhecimento das forças opositoras (RMM, 1966, p. 1). Verificou-se assim,

⁴² Depoimento do Major-general Garcia Lopes, em 07 de maio de 1997 (Garcia, 2004a).

⁴³ Incluía-se nos Supintrep, informação sobre Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) da FRELIMO e a sua implantação territorial, estudos sobre sua doutrina (Quartel-General/RMM, 1964a) e ação político-administrativa dos restantes movimentos nacionalistas (Quartel-General/RMM, 1967a).

⁴⁴ Estes Estados, consideravam os territórios de Angola e de Moçambique como “tampões” contra a passagem da subversão para os seus próprios territórios (Barroso, 2012; Santiago, 2018).

⁴⁵ O sucesso dos SvcInfo portugueses a explorar as dissidências entre os nacionalistas, levou a equiparar-se o efeito das redes da PIDE a uma Divisão de para-quedistas no solo (Douglas & Pélissier, 1971, p. 216).

⁴⁶ Desde a elaboração de relatórios pós-ação, a sumários diários e relatórios semanais de informações durante os 13 anos de guerra, que mantiveram o Comando-Chefe, o Departamento da Defesa Nacional e o Governo-Central informados sobre a situação político-militar e económico-social em África (Cardoso, 2004, p. 151).

o ajustamento doutrinário dos regulamentos de informações e instruções de SegMil às necessidades da guerra, que resultou na publicação, em 1977, do regulamento “Informações num Batalhão em Guerra Subversiva”. Os Supintrep produzidos, contribuíram também para o bom entendimento entre as FFAA e as populações afetadas, constituindo-se “ainda hoje [...] como trabalhos de alto interesse para estudos prospectivos de base que se venham a realizar naqueles países.” (Cardoso, 2004, pp. 151-152). A doutrina nacional sobre a ação psicológica mostrou-se igualmente adequada (EME, 1963a; RMM, 1973), permitindo “reconverter elementos inimigos e atrair refugiados integrando-os, inclusive, em forças de contrassubversão.” (Reis, 2012, p. 54), ações atualmente previstas na contrainsurgência (Headquarters, Department of the Army, 2014).

Realça-se também, o estudo das lições identificadas pelos norte-americanos no Vietname (Philip, 1966, p. 16; Robert, 1968, pp. 75-76) e franceses na Argélia, que conjugada com o conhecimento situacional, levaram à implementação de estratégias com impacto significativo na contrassubversão em Moçambique, como a: política de aldeamentos⁴⁷, após 1966, destinados a estreitar o controlo das populações e intensificar os aparelhos de informação⁴⁸, que apesar das suas falhas, negou o acesso dos guerrilheiros à sua estrutura de apoio (Henriksen, 1978, p. 162), facilitando a sua deteção (Cabaço, 2007, pp. 349-352); africanização da guerra⁴⁹, que reforçou os efetivos das FFAA e criou nas populações o sentimento de pertença a uma mesma Nação Portuguesa (Bernardo, 2008, p. 95), sendo o recrutamento local mais significativo em Moçambique⁵⁰; e quadrícula (Fernandes, 1995, p. 169), cujo “[...] sistema requeria uma cooperação total, a todos os níveis, entre os militares, a polícia e a administração civil.” (Cann, 2005, p. 84). Neste contexto, após iniciar-se a guerra em Moçambique, o Comando Territorial do Norte subdividiu-se em dois setores⁵¹ e, posteriormente, transformou-se na Zona de Intervenção Norte, com três setores. Em 1966, criou-se em Nampula, o Quartel-General Avançado, “donde passaram a ser dirigidas, controladas e apoiadas as operações nas melhores condições” (Cardoso, 2004, p. 150), ficando em Lourenço Marques, o Quartel-General/RMM (Coelho, 2010; RMM, 1971). A rede de transmissões implementada, com o centro em Nampula, permitiu escutar e emitir mensagens em Cabo Delgado, Niassa e Tete, estabelecendo a ligação ininterrupta ao Comando Operacional das Forças de Intervenção. A atividade da 2.ª Repartição/RMM, apoiada pelos Destacamentos da ChSvcRecTm do Exército, pela PIDE/DGS, pelos SCCIM e pelas 2.ª Repartições da Marinha e da Força Aérea, viabilizou uma relevante colheita de informações e a elaboração de análises oportunas que facilitaram significativamente a atividade operacional e de apoio às populações em todos os escalões (Cardoso, 2004).

Na realidade, foram as informações e contrainformação obtidas, que permitiram às FFAA portuguesas, em 1968, saber da intensificação da mobilização política da população pela FRELIMO, que resultou na execução da operação *Zeta*, com relativo sucesso (Leitão, 1969), e da operação *Nó Górdio*, em 1970 (Comando-Chefe de Moçambique, 1970). Todavia, “as fugas de informação” nesta última (Garcia, 2004b, p. 151), derivadas do pouco secretismo praticado, agravado pelo elevado volume

⁴⁷ Os aldeamentos baseavam-se na premissa que a população era o centro de gravidade no qual se decidiria o desfecho da guerra (Arriaga, 1973, p. 200), concentrando-se a população em áreas pré-selecionadas pelas chefias militares, nas quais se procuravam criar condições sociais (e.g. educação, apoio sanitário e segurança). Entrevista de José Santareno a João Paulo Borges Coelho, realizada em 1992 (Cabaço, 2007).

⁴⁸ Apesar do volume de aldeamentos e população neles realojada seja menor que em Angola, construíram-se em Moçambique mais de 510 aldeamentos (Villiers, 1973, p. 249).

⁴⁹ Em março de 1962, a França tinha 263.000 argelinos nas suas FFAA na Argélia (Pedro, 2001, p. 16).

⁵⁰ Cerca de 42,4 % em 1965, atingindo os 53,6 % do efetivo militar no território em 1973 (Correia, 2000, p. 145).

⁵¹ Antes de 1964, Moçambique tinha três comandos territoriais (Norte, Central e Sul) com limites coincidentes às fronteiras dos distritos (EME, 1990, p. 116).

de forças empenhadas, permitiram à FRELIMO antecipar as ações das FFAA e abandonar as suas bases, contribuindo para o insucesso da operação (Souto, 2007), que não alcançou na plenitude os seus objetivos gerais (RMM, 1972b, p. 3). Na “grande maioria dos casos [...]” a FRELIMO era alertada sobre as movimentações das FFAA (RMM, 1966, p. 9), utilizando mulheres e agentes infiltrados em locais-chave da Administração e do Comando-Chefe (EME, 1966a, p. 12). Porém, a maior falha da rede de informações verificou-se em Tete, em 1969, derivada da negligência portuguesa⁵² sobre as capacidades da FRELIMO, resultando na rápida subversão deste distrito. Apesar do esforço de centralização, as atividades dos SvcInfo, careceram de uma entidade centralizadora, que a nível governamental, coordenasse o tratamento das informações de interesse político-estratégico (Cann, 2005, pp. 140-141), pelo que o Governo-Central foi muitas vezes induzido em erro sobre várias situações. Ainda hoje se verifica esta necessidade identificada, para evitar a competição e sobreposição dos diversos serviços (Garcia, 2004a, pp. 235-236). Apesar de todas as dificuldades, as análises produzidas pelos SvcInfo em Moçambique, permitiram ao poder político encontrar soluções político-administrativas e condições de negociação com os independentistas mais recetivos e às FFAA operar com maior eficácia, angariando o apoio popular (Cardoso, 2004, p. 152). O contributo da boa rede de informações implementada, considera-se assim, um dos fatores que viabilizou Portugal ter conseguido sustentar a guerra por 13 anos, antecipando-se aos guerrilheiros pelo rigoroso esforço de pesquisa de informações (Cann, 2005, p. 144).

5. Conclusões

Neste trabalho analisou-se o papel das informações portuguesas no TO de Moçambique (1964-1974), através de um raciocínio dedutivo, assente numa estratégia qualitativa, visando clarificar a estrutura, o emprego e a influência dos SvcInfo na condução das operações militares em Moçambique, como ferramenta de apoio à decisão.

Constatou-se que as informações portuguesas em Moçambique (1964-1974) foram trabalhadas aos vários níveis por diversos SvcInfo, distribuídos por vários ministérios, estruturalmente implementados desde o início do conflito, destacando-se o papel da PIDE/DGS, dos SCCIM e dos SIM. Contudo, apesar do esforço de centralização, cada serviço tinha os seus próprios métodos e agentes, sendo o grande obstáculo à eficiência das informações, a reduzida centralização e coordenação das notícias e respetivos produtos das diversas proveniências, que induziram muitas vezes o Governo-Central em erro sobre diversas situações. Não obstante, a boa rede de informações implementada e as análises produzidas pelos SvcInfo, permitiram ao poder político encontrar soluções político-administrativas para Moçambique e às FFAA operar continuamente com maior eficácia, angariando o apoio popular.

Respondendo à QC, verifica-se que os SvcInfo contribuíram para apoiar a decisão dos comandantes e melhorar TTP na condução das operações militares no TO de Moçambique (1964-1974), proporcionando a sustentação da guerra até 1974.

Este trabalho contribui para clarificar a atividade dos SvcInfo portugueses em Moçambique (1964-1974), permitindo compreender o seu real contributo na condução das operações militares e assim, realçar a relevância da coordenação eficaz das informações para melhor se atingirem os objetivos político-estratégicos nacionais.

⁵² Assente na dualidade civil/militar e ineficaz coordenação do esforço de pesquisa (Garcia, 2004a, p. 241).

Recomenda-se alargar este estudo à contrainformação neste TO, pela sua relevância na estratégia contra-subversiva portuguesa, dado o emprego eficaz dos SvcInfo da FRELIMO, conforme previsto na sua doutrina. Considera-se uma limitação ter-se restringido o espectro deste estudo ao instrumento militar, negligenciando o contributo das informações nas ações económico-sociais implementadas.

Referências Bibliográficas

- Alves, J. L. (2010). Subversão e Contra-subversão - As Forças Armadas Portuguesas em 1961. *Revista Militar*, (2507), 1289-1315. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/615>
- Ângelo, F. C. (2017). *Os Flechas: a tropa secreta da PIDE/DGS na guerra de Angola*. Alfragide: Casa das Letras.
- Arquivo Científico Tropical. (2020). Ministério do Ultramar/Gabinete dos Negócios Políticos [página online]. Disponível em: <https://actd.iict.pt/view/actd:AHUMUd003>
- Arriaga, K. (1973). *Coragem, Tenacidade e Fé*. Lourenço Marques: Empresa Moderna.
- Barroso, L. F. (2012). *A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)* (Tese de Dissertação de Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais). ISCTE, Lisboa.
- Bernardo, H. (2008). *Estratégia de um Conflito: Angola 1961 – 1974*. Lisboa: Prefácio.
- Bispo, A. J. (2010). A participação da Força Aérea na Guerra de África (1961-1975). *Revista Militar*, (2507), 1377-1405. Disponível: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/620>
- Cabaço, J. L. (2007). *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação* (Tese de Dissertação de Doutoramento em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/publico/TESE_JOSE_LUIS_OLIVEIRA_CABACO.pdf
- Cann, J. (2005). *Contra-Subversão em África: Como os Portugueses fizeram a Guerra de África*. Lisboa: Prefácio.
- Cardoso, P. (2004). *As Informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- CEMGFA. (1961). *Diretiva n.º 6, de 25 de fevereiro de 1961*. Lisboa: Autor.
- Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2.ª ed.). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Coelho, A. (2010). A Logística Terrestre e a Guerra do Ultramar. *Revista Militar*, (2507), 1339-1358. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=618>
- Comando-Chefe de Moçambique. (1970). *Ordem de Operações n.º 2/70 - Operação "Nó Górdio"* [Ordem de Operações]. Planos e Ordens de Operações (PT/AHM/FO/063/A/03 Cx. 927). Arquivo Histórico Militar [AHM], Lisboa.
- Comissão da História das Transmissões. (2011). As Transmissões Militares na Guerra Colonial. *Revista Militar*, (2513/2514), 827-859. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/676>
- Correia, P. P. (2000). A participação local no desenvolvimento das campanhas: o recrutamento africano. Em IAEM (Org.), *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S. Pedro do Estoril, Edições Atena.
- Costa, J. E. (1961). *Informação e Contra-Informação Militar em Ambiente de Guerra Subversiva*. Revista de Artilharia.

- Cross, J. E. (1964). *Conflict in The Shadows: The Nature and Politics of Guerrilla War*. Londres: Constable & Co.
- Decreto-Lei n.º 22992, de 29 de agosto (1933). *É criada a polícia de vigilância e defesa do Estado*. Diário do Governo, 1.ª Série, 195, 1583-1585. Lisboa: MI. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1933/08/19500/15831585.pdf>
- Decreto-Lei n.º 28520, de 15 de março (1938). *Constituída uma Missão às Colónias*. Diário do Governo, 1.ª Série, 60, 566. Lisboa: Ministério das Colónias. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/230132>
- Decreto-Lei n.º 35046, de 22 de outubro (1945). *Criação da polícia internacional e de defesa do Estado*. Diário do Governo, 1.ª Série, 234, 857-859. Lisboa: MI e Ministério da Justiça. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/465094>
- Decreto-Lei n.º 37955, de 9 de setembro (1950). *Organização e atribuições do Secretariado-Geral da Defesa Nacional*. Diário do Governo, 1.ª Série, 178, 671-673. Lisboa: Presidência do Conselho. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/481590>
- Decreto-Lei n.º 39749, de 09 de agosto (1954). *Reorganização dos serviços da Polícia Internacional e de Defesa do Estado*. Diário do Governo, 1.ª Série, 173, 825-832. Lisboa: MI, Ministério da Justiça e Ministério do Ultramar. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/638019>
- Decreto-Lei n.º 40541, de 27 de fevereiro (1956). *Introduzir alterações no funcionamento dos quadros da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 39749 de 9 de Agosto de 1954*. Diário do Governo, 1.ª Série, 43, 297-298. Lisboa: MI, Ministério da Justiça e Ministério do Ultramar. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/306505>
- Decreto-Lei n.º 42564, de 07 de outubro (1959). *Organização Geral do Ministério do Exército*. Diário do Governo, 1.ª Série, 230, 1236-1261. Lisboa: Ministério do Exército. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/430084>
- Decreto-Lei n.º 43077, de 18 de julho (1960). *Atualizar a organização e atribuições do Secretariado-Geral da Defesa Nacional*. Diário do Governo, 1.ª Série, 165, 1743-1748. Lisboa: Presidência do Conselho. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/501979>
- Decreto-Lei n.º 43761, de 29 de junho (1961). *São criados nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique os serviços de centralização e coordenação de informações*. Diário do Governo, 1.ª Série, 149, 767-768. Lisboa: Ministério do Ultramar. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/171352>
- Decreto-Lei n.º 42671, de 23 de novembro (1959). *É criado o Conselho Superior da Política Ultramarina e o Gabinete dos Negócios Políticos*. Diário do Governo, 1.ª Série, 270, 1805-1807. Lisboa: Ministério do Ultramar. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/438336>
- Decreto-Lei n.º 47743, de 02 de junho (1967). *Lei Orgânica do ministério do Ultramar*. Diário do Governo, 1.ª Série, 129, 1177-1208. Lisboa: Ministério do Ultramar. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/312750>
- Decreto-Lei n.º 49401, de 24 de novembro (1969). *É criado no Ministério do Interior um serviço nacional com a designação de Direcção-Geral de Segurança*. Diário do Governo, 1.ª Série, 275, 1664-1666. Lisboa: MI e Ministério do Ultramar. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/217062>
- Douglas, L. W., & Pélissier, R. (1971). *Angola*. Londres: Pall Mall Press.
- EME. (1954). *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: EME.

- EME. (1961). *O Exército na Guerra Subversiva: Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades na Contra Guerrilha*, 1. Lisboa: Autor.
- EME. (1963a). *O Exército na Guerra Subversiva: Acção Psicológica*, 3. Lisboa: Autor.
- EME. (1963b). *O Exército na Guerra Subversiva: Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas*, 2. Lisboa: Autor.
- EME. (1966a). *Boletim de Informação*, (16). Lisboa: Autor.
- EME. (1966b). *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Autor.
- EME. (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974*, 1(1) (2.^a ed.). Lisboa: EME/CECA.
- EME. (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974*, 4(4), Lisboa: EME/CECA.
- EME. (1990). *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: EME/CECA.
- EP. (2009). *PDE 2-00 Informações, Contra-Informação e Segurança*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- EP. (2012). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Faria, D. (1965). *Portugal do Capricórnio*. Lisboa: Agência do Ultramar.
- Felgas, H. (1973). A Importância Político-Militar dos Estados Africanos Nossos Vizinhos. *Boletim de Informação*, (65). Lisboa: EME – 2.^a Repartição.
- Fernandes, A. (1995). No centro da crise. Em: Antunes, J. F. (Org.), *A Guerra de África 1961-1974*, I. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Fraga, L. A. (2019). A guerra em África: PIDE/DGS [página online]. Disponível em: <https://luisalvesdefraga.blogs.sapo.pt/a-guerra-em-africa-pidedgs-187507>
- Freitas, R. I. (1965). *Conquista da adesão das populações*. Lourenço Marques: SCCIM.
- Garcia, F. P. (2000). *Os militares e o apoio sócio-económico às populações, o caso de Moçambique (1964-1974)*. Disponível em: https://www.triplov.com/miguel_garcia/mozamb/milit_moz.html
- Garcia, F. P. (2003). *Análise Global da Guerra: Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Garcia, F. P. (2004a). A importância das Informações na condução da guerra em Moçambique (1964-1974). Em: Moreira, A. (Coord.), *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 233-255). Lisboa: Prefácio. Disponível em: https://www.academia.edu/30383124/A_import%C3%A2ncia_das_Informa%C3%A7%C3%B5es_na_condu%C3%A7%C3%A3o_da_guerra_em_Mo%C3%A7ambique_1964_1974
- Garcia, F. P. (2004b). *Informações e Segurança*. Lisboa: Prefácio.
- Guerreiro, R. (2017). *A Evolução das Informações em Portugal: da Ditadura à Democracia* (Tese de Dissertação de Mestrado em Estratégia). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/13528/1/A_evolu%C3%A7%C3%A3o_das_informa%C3%A7%C3%B5es_em_Portugal_da_ditadura_%C3%A0_democracia.pdf
- Headquarters, Department of the Army. (2014). *FM 3-24 / MCWP 3-33.5 – Insurgencies and Countering Insurgencies*. Washington, DC.; Autor. Disponível em: <https://fas.org/irp/doddir/army/fm3-24.pdf>
- Henriksen, T. H. (1978). *Revolution and Counterrevolution: Mozambique's War of Independence, 1964-1974*. Londres: Greenwood Press.

- Lei n.º 2051/1952, de 15 de janeiro (1952). *A política militar da Nação*. Diário do Governo, 1.ª Série, 10, 239-240. Lisboa: Presidência da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/603082>
- Leitão, J. (1969). *Relatório de Operação ZETA nº18/69*. Nacala: BCP 32.
- Lousada, A. P., Escorrega, L. F., & Menezes, A. C. (2011), Fernando Cavaleiro e a Operação Tridente. *Jornal do Exército*, (602), 217-228.
- Mateus, D. C. (2004). *A Pide/DGS na Guerra Colonial: 1961-1974*. Lisboa: Terramar.
- Mateus, D. C. (2006). *Memórias do Colonialismo e da Guerra*. Porto: Edições Asa.
- Matos, R. I., Silva, P. A., Pires, N. G., Serrudo, H. J., & Fernandes, J. D. (2016). *As Informações na Campanha Militar do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)* (Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2015/2016). Instituto Universitário Militar, Lisboa. Disponível em:
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/20135/1/As%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20na%20campanha%20militar%20do%20Teatro%20de%20Opera%C3%A7%C3%B5es%20de%20Mo%C3%A7ambique%20%281964-1975%29.pdf>
- Mondlane, E. (1969). *The Struggle for Mozambique*. Londres: Zed Press.
- Monteiro, F. A. (1993), *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Porto: Universidade Portucalense,
- Monteiro, L. A. (2001). *Gabinete de Propaganda e Contra-propaganda*. Maputo: Autor.
- NATO. (2016a). *AJP-2 Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- NATO. (2016b). *AJP 2.1 – Allied Joint Doctrine for Intelligence Procedures* (Edition B Version 1). Bruxelas: NATO Standardization Office.
- NATO. (2019). *AJP-3 - Allied Joint Doctrine for the Conduct of Operations* (Edition C, Version 1). Bruxelas: NATO Standardization Agency.
- Oliveira, H. A. (1963). A resposta à guerra subversiva. *Subversão e Contra-subversão*, (62). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, 47-95.
- Pedro, A. N. (2001). Argelinos processam França. *Público*, 12(4183). Lisboa: Sábado.
- Pedro, P. J. (2003). *Sistema de Informações Militares. Contributos para a sua Reestruturação e Operacionalidade* (Trabalho Individual de Longa Duração do Curso de Estado-Maior 2001 – 2003). Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa. Disponível em:
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11894/1/MAJ%20Serra%20Pedro.pdf>
- Philip, G. (1966, fevereiro). Lessons from the Vietnam War. Em: Royal United Institute (Org.), *Seminar Report*. Londres.
- Pimentel, I. F. (2011a). *A História da PIDE*. Maia: Temas e Debates.
- Pimentel, I. F. (2011b). A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS: História, justiça e memória. *Acervo*, 24(1), 139-156. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107825>
- Pinto, M. (1995). *A Guerra de África 1961-1975*, 1. Círculo de Leitores.
- Pinto, R. M. (2004). Os militares e as Informações (Em memória do General Pedro Cardoso). Em: Moreira, A. (Coord.), *Informações e Segurança: Estudos em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 471-489). Lisboa: Prefácio.
- Portaria n.º 14860/1954, de 27 de abril (1954). *Aprovar e pôr em execução o Regulamento de Campanha - Informações*. Diário do Governo, 1.ª Série, 90, 239-240. Lisboa: Presidência da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/217858>

- Portaria n.º 17128/1959, de 17 de abril (1959). *Instruções para a Segurança Militar – Salvaguarda e Defesa para Matérias Classificadas*. Diário do Governo, 1.ª Série, 87, 418. Lisboa: Presidências do Conselho e Ministérios do Exército e da Marinha. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/585690>
- Quartel-General/RMM. (1964a). Plano comunista para a conquista de África. *Supintrep*, (7). [Relatório]. Arquivo da Divisão de Informações do Estado-Maior-General das Forças Armadas [ADIEMGFA], Lisboa.
- Quartel-General/RMM. (1964b). *Relatório anual de comando da RMM*. [Relatório]. Relatórios Anuais (PT/AHM – DIV/2/7/138/1). AHM, Lisboa.
- Quartel-General/RMM. (1967a). Evolução histórica do Panafricanismo. Aparecimento e desenvolvimento dos Partidos Emancipalistas de Moçambique. *Supintrep*, (19). [Relatório]. ADIEMGFA, Lisboa;
- Quartel-General/RMM. (1967b). Populações de Moçambique. *Supintrep*, (22) [Relatório]. ADIEMGFA, Lisboa.
- Quartel-General/RMM. (1968). Potencial de combate das forças da FRELIMO. *Supintrep*, (18). ADIEMGFA, Lisboa
- Reis, J. M. (2012). Guerra Subversiva – Lições Aprendidas e Contributos para o Reajustamento da Doutrina Nacional. *Boletim Ensino / Investigação*, (12). Instituto de Estudos Superiores Militares, 37-65.
- RMM. (1965). *Norma de Execução Permanente do Serviço de Informações Militar*, Autor.
- RMM. (1966). *Experiência de Todos para Todos*. Nampula: RMM – 3.ª Repartição.
- RMM. (1971). *Relatório Logístico: Ano de 1970*. [Relatório]. Relatórios Anuais (PT/AHM – DIV/2/7/139/3). AHM, Lisboa.
- RMM. (1972a). *Directiva 59/72 de acção psicológica para os meses de Dezembro 1972 e Janeiro 1973*. [Relatório]. Relatórios de Acção Psicológica (PT/AHM/FO/063/A/15 Cx. 954: 2). AHM, Lisboa.
- RMM. (1972b). *Relatório de Acção N.º 1/72 - Operação Nó Górdio*. [Relatório]. Relatórios de Acção (PT/AHM/FO/063/A/10 Cx. 941). AHM, Lisboa.
- RMM. (1973). *Relatórios de acção psicológica*. [Relatório]. Relatórios de Acção Psicológica (PT/AHM/FO/063/A/15 Cx. 954: 3). AHM, Lisboa.
- Robert, J. O. (1968). *Vietnam Task*. Melbourne: Cassell Australia.
- Santiago, M. J. (2018). *A PIDE no Xadrez Africano: Angola, Zaire, Guiné, Moçambique (Conversas com o Inspetor Fragoso Allas)* (2.ª ed.). Edições Colibri.
- Souto, A. N. (2007). *Caetano e o ocaso do «Império»: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Editora Afrontamento.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Villiers, C. F. (1973). *Portugal's War*, 11(6). Instituto Africano (Boletim).

CAPÍTULO 6 – AS INFORMAÇÕES EM MACAU

Rogério Gonçalo e Castello-Branco dos Santos
Primeiro-tenente Marinha

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo contribuir para o estudo do papel das informações na Defesa e Segurança de Portugal e nos seus cenários em conflito, no caso concreto de Macau, num contexto de transição administrativa que decorreu entre 1986 e 1999. Portugal exerceu a administração de Macau durante mais de quatro séculos, embora a sua soberania tenha permanecido chinesa. As bases para o processo de transição foram implementadas após 1974, numa tentativa nacional de estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China. O papel das informações foi determinante na tentativa de aferir as intenções dos negociadores chineses. Contudo, constata-se que a criação do Sistema de Informações da República Portuguesa, em 1984, foi contemporânea do processo de transição administrativa de Macau. Os primeiros anos de existência do referido sistema visaram, sobretudo, ganhar o seu espaço institucional a nível nacional. Realça-se que, até 1995, somente o Serviço de Informações de Segurança tinha iniciado a sua atividade operacional, articulando-se em funções específicas com a Divisão de Informações, do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e a forças policiais. Baseado em documentação especializada, proveniente de fontes abertas, o trabalho procura estabelecer a análise de factos do passado por forma a analisar o papel das informações em Macau, constatando-se o seu contributo para o processo de transição.

Palavras-chave: Informações, Macau, Transição Administrativa, Portugal, República Popular da China.

Abstract

This work aims to contribute to the study of the role of intelligence in the Defense and Security of Portugal and its conflict scenarios, in the specific case of Macao, in a context of administrative transition that took place between 1986 and 1999. Portugal exercised the administration of Macao for over four centuries, although its sovereignty remained Chinese. The foundations for the transition process were laid after 1974 in a national attempt to establish diplomatic relations with the People's Republic of China. The role of intelligence has been decisive in trying to gauge the intentions of the Chinese negotiators. However, the creation of the Portuguese Republic's Intelligence System in 1984 was a contemporary of Macao's administrative transition process. The first years of the system's existence were mainly aimed at gaining its institutional space at national level. It should be noted that, until 1995, only the Security Intelligence Service had begun its operational activity, articulating itself in specific functions with the Intelligence Division, from the General Staff of the Armed Forces, and the Portuguese Criminal Police. Based on specialized documentation, from open sources, the work seeks to establish the analysis of past events to establish the role of intelligence in Macao, verifying its contribution for the transitional process.

Keywords: Intelligence, Macao, Administrative Transition, Portugal, People's Republic of China.

1. Introdução

“Quando a China colocou a questão de Macau em cima da mesa, o Governo português foi confrontado com a inexperiência dos seus diplomatas relativamente a Macau e teve muita dificuldade em delinear uma estratégia coerente para as negociações.”

(Mendes, 2016, p. 20)

O presente trabalho, visa analisar o contributo do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) durante o período de transição administrativa de Macau, que decorreu no período compreendido entre 1986 e 1999.

A presença portuguesa em Macau encontra-se devidamente documentada desde o início do século XVI⁵³. Importa referir que Macau nunca integrou as colónias ultramarinas, assim, “[...] desde que os primeiros portugueses se estabeleceram em Macau até à transferência da Administração em 1999, Portugal e a China partilharam a soberania do Território.” (Mendes, 2016, p. 25). Por parte da China, a posição era clara, os “[...] líderes chineses eram contra qualquer tipo de presença europeia permanente, mas abriram gradualmente as regiões costeiras ao comércio.” (Marshall, 2017, p. 47). Esta cedência surge, na medida em que se constatava o incremento de contactos com os Estados⁵⁴ emergentes na Europa, nomeadamente Portugal e Espanha.

Não obstante alguns momentos de tensão, a administração portuguesa do território de Macau, conviveu simbioticamente com a China até 1949. Neste sentido, os “[...] canais diplomáticos oficiais entre os dois países foram desativados em 1949 com a criação da República Popular da China, iniciando-se uma nova fase nas relações luso-chinesas.” (Mendes, 2016, p. 24). Esta suspensão deveu-se à implementação do comunismo na República Popular da China (RPC), doutrina que contrariava os ideais do regime português vigente naquela época. Portugal estabelece relações diplomáticas oficiais com a RPC somente após 1974. Em 1979, o novo regime vigente em Portugal estabeleceu relações diplomáticas com a RPC, tendo assinado, “[...] em simultâneo, uma Ata de Conversações, onde reconhecia a soberania chinesa sobre Macau: Macau era «território chinês sob Administração portuguesa» e a questão seria negociada no momento em que a RPC considerasse apropriado” (Mendes, 2016, p. 25).

Em termos demográficos, em 1988, estima-se que a população de Macau representava cerca de 443.500 habitantes, dos quais, cerca 351.704 habitantes (79,31 %), de cidadania chinesa. A população de cidadania portuguesa traduzia-se em cerca de 91.796 habitantes (20,69 %). Uma análise minuciosa permite aferir que apenas cerca de 6.197 habitantes (1,39 %), pertenciam ao grupo de indivíduos claramente identificados com a cultura portuguesa (Morbey, 1990). A disparidade da paisagem demográfica reflete a dificuldade de atuação das Informações⁵⁵ no terreno, no decorrer do período de transição, com a agravante de que, em Macau, já não se encontravam destacadas forças militares portuguesas desde 1974, por sugestão do governo chinês.

A componente linguística também afetou significativamente a atividade desenvolvida no âmbito das Informações, à semelhança de outros setores. No decorrer do período de transição, constatou-se

⁵³ Os primeiros marinheiros portugueses chegaram a Macau em 1513. Somente em 1557, teve início o estabelecimento permanente, após obtenção de autorização chinesa.

⁵⁴ “Uma comunidade humana que (com êxito) reclama o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território.” Max Weber citado por (Fukuyama, 2006, pp. 19-20). Aspectos de poder do Estado: Conceção e gestão organizacional; Conceção do sistema político; Base de legitimação; e Fatores culturais e estruturais (Fukuyama, 2006).

⁵⁵ “Produto resultante da recolha e processamento dirigido de informações relativas ao ambiente e às capacidades e intenções dos atores, a fim de identificar ameaças e oferecer oportunidades para exploração pelos decisores.” (NATO, 2020, p. 4).

um elevado défice de funcionários públicos bilingues em português e chinês, bem como, a dificuldade em formar tradutores-intérpretes. Assim, a maioria da componente judiciária não dominava o chinês e o “[...] número de tradutores-intérpretes era insuficiente e estes tinham geralmente uma formação de base deficiente e falta de especialização” (Mendes, 2016, p. 127).

Contudo, embora se reconheça a relevância de se “[...] dispor de um serviço de informações que trabalhe eficientemente todos os elementos disponíveis e procure obter os que se tornem necessários.” para apoiar uma decisão política e orientar a sua conduta (Cardoso, 2004, pp. 147-148), o estudo das Informações no processo de transição de Macau é especialmente deficitária. Assim, torna-se pertinente analisar o contributo das Informações no apoio à tomada de decisão política e diplomática e, conseqüentemente, na procura de obtenção da vantagem no âmbito da Estratégia⁵⁶ e do processo negocial, aferindo as intenções e perceções da contraparte chinesa, no processo de transição administrativa de Macau, entre 1986 e 1999, e o respetivo apoio por parte dos Serviços de Informações (SvcInfo).

O objeto de estudo, desenvolvido segundo o modelo de análise da Figura 1, está diretamente relacionado com o papel das informações no período de transição administrativa de Macau (1986-1999), visando o apoio à decisão política e diplomática, de forma a interpretar e analisar a dinâmica negocial implementada. Serão abordados os desafios enfrentados pela administração portuguesa, explorando os pontos antagónicos e de concordância entre Portugal e a RPC. Serão também abordados aspetos relativos às Informações, Governança, Segurança e Defesa, entre outros, que irão sustentar a argumentação e a estrutura do presente trabalho.

Tema: As Informações em Macau							
Objeto de estudo: O papel das informações no período de transição administrativa de Macau (1986-1999).							
Objetivo Geral: Analisar o contributo do SIRP no período de transição administrativa de Macau.							
Objetivos específicos		Questão Central: Qual foi o papel desempenhado pelos Serviços de Informações no período de transição administrativa de Macau?		Conceito	Dimensão	Indicadores	Técnicas de recolha
OE1	Interpretar o emprego da componente das informações no período de transição administrativa de Macau.	QD1	Qual foi o emprego da componente das informações no período de transição administrativa de Macau?	Estado Estratégia	Transição Política Interesse Nacional	- Diretivas - Normativo - Processos - Projetos - Relatórios - Dados estatísticos	Pesquisa documental
OE2	Demonstrar as implicações da componente das informações no período de transição administrativa de Macau.	QD2	Quais foram as implicações da componente das informações no período de transição administrativa de Macau?	Informações	Negociação Interesse Nacional	- Diretivas - Normativo - Processos - Projetos - Relatórios - Dados estatísticos	Pesquisa documental

Figura 1 - Modelo de Análise

Por forma a otimizar a recolha e análise bibliográfica, delimitou-se o presente trabalho ao nível do: conteúdo, tempo e espaço. No que ao conteúdo diz respeito, será dado enfoque ao papel das informações numa perspetiva nacional, como componente essencial no apoio à tomada de decisão política e diplomática, não sendo considerados os SvcInfo de outras nações para além das diretamente envolvidas, concretamente, Portugal e RPC. Relativamente ao tempo, será analisado o período compreendido entre 1986 e 1999. Este período traduz-se como um dos mais profícuos em

⁵⁶ “Ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando os problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo.” (Ribeiro, 2009, p. 22).

acontecimentos na história de Macau, coincidindo com a transição administrativa deste território para a China e respetiva implementação da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Ao nível do espaço, será considerada a Região Administrativa de Macau (RAM), enquanto área privilegiada para o desenvolvimento da componente das Informações, com as devidas idiossincrasias e dinâmicas sociais, para viabilizar o esclarecimento da temática em estudo.

2. Estrutura das Informações

A criação do SIRP coincide, quase em pleno, com o início do processo de transição administrativa de Macau (1986–1999). Importa ainda referir que a assinatura da Declaração Conjunta⁵⁷, entre Portugal e a RPC, para formalização da referida transição, ocorreu a 13 de abril de 1987 (Mendes, 2016), considerando-se eventos paralelos e contemporâneos.

Em 1984, através da publicação da Lei-Quadro n.º 30/84, de 05 de setembro, foram definidas as bases gerais e estrutura do SIRP. À data, são previstos três SvcInfo: o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED); o Serviço de Informações Militares (SIM); e o Serviço de Informações de Segurança (SIS). Em 1985, a 04 de julho, são publicados os diplomas, que no desenvolvimento da Lei-Quadro do SIRP, criam os referidos SvcInfo, com destaque para o Decreto-Lei n.º 225/1985, Lei Orgânica do SIS, o único dos serviços preconizados que é criado como serviço efetivo e autónomo. A atividade operacional do SIS teve início em fevereiro de 1986. Importa referir que, não obstante a estrutura do SIED e do SIM se encontrar devidamente tipificada em legislação própria, o SIS foi o único serviço integrado no SIRP, a operar até 1995. Este facto tem especial importância no caso concreto de Macau, sendo abordado no próximo capítulo do presente trabalho.

Em 1995, a 21 de fevereiro, é publicada a Lei n.º 4/1995, primeira alteração à Lei-Quadro do SIRP, que confere estatuto de lei da Assembleia da República ao regime especial de segredo de Estado do SIRP, na sequência da aprovação do respetivo regime geral, sendo extinto o SIM (nunca destacado organicamente das 2.ªs Repartições dos Ramos das Forças Armadas)⁵⁸, atribuindo ao Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM) competência exclusiva para a produção de informações estratégicas de defesa e militares. Em consequência, a 30 de setembro é publicada a Lei Orgânica do SIEDM, através do Decreto-Lei n.º 254/1995.

O SIEDM inicia a sua atividade operacional em 1997, numa fase avançada e, conseqüentemente, final do processo de transição administrativa de Macau. Ainda em 1997, ocorre a terceira alteração da Lei-Quadro do SIRP, através da publicação da Lei n.º 75-A/1997, de 22 de julho, que altera o modo de eleição, permitindo a votação de lista uninominal para eleger os membros do Conselho de Fiscalização dos SvcInfo. A Figura 2 representa a evolução legislativa e estrutural do SIRP (1984–2014).

⁵⁷ Assinada pelo Primeiro-Ministro português, Cavaco Silva, e pelo Primeiro-Ministro Chinês, Zhao Ziyang.

⁵⁸ A Divisão de Informações do Estado-Maior-General das Forças Armadas só é extinta em 1998.

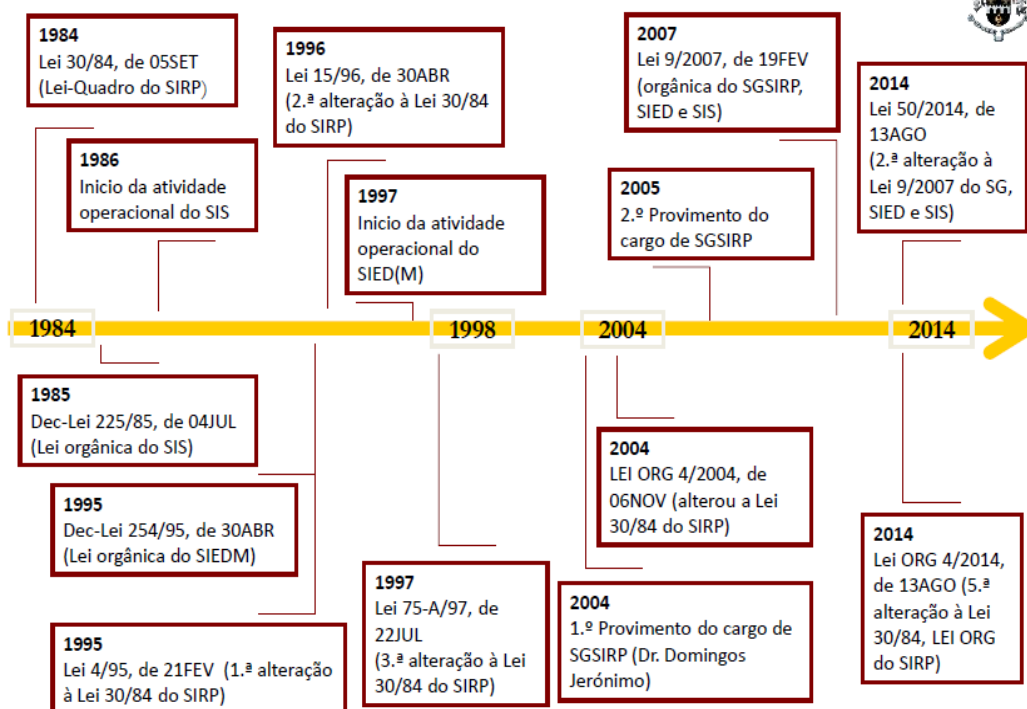


Figura 2 – Evolução legislativa e estrutural do SIRP (1984 – 2014)

Fonte: SIRP (2015).

Salienta-se que, enquadrada na delimitação do presente tema, para além da criação do SIRP, em 1984, importa analisar a Figura 2 no período compreendido entre 1986 e 1999. Em resumo, “[...] até 1995, o sistema será formado pelo SIS, que é criado em 1986, e assegura a segurança interna, a DINFO e a PJ, que, como já vimos, asseguraram informações a partir de 1975. O SIED, a quem legalmente competia a segurança externa, só começará a funcionar em 1995, com a designação de SIEDM.” (Vegar, 2007, p. 149).

Em Macau, a Polícia Judiciária (PJ), para além de proceder à investigação criminal, era a entidade responsável pela condução das atividades relacionadas com as Informações, tendo existido, a título informal, a articulação com o SIRP através de dois oficiais de informações pertencentes ao SIS que, alegadamente, desempenharam funções num gabinete instalado no edifício da PJ de Macau. Importa referir que, até 1998, a PJ de Macau tinha integrado na sua estrutura um “Núcleo de Análise de Informações”, posteriormente transformado em “Divisão de Informações de Segurança do Estado”, no final de 1999, antes da transição da administração do território para a RPC, e posteriormente denominada por RAEM (Governo da RAEM, 2020).

3. Emprego das Informações

No processo negocial de Macau, o emprego e, conseqüentemente, a aplicabilidade das Informações foi dinamizada a dois níveis, nomeadamente: na monitorização da atividade criminal que pudesse colocar em causa o processo negocial; e na tentativa de apoio direto às negociações. Para um emprego eficaz, “A actividade de informações envolve um processo complexo de pesquisa, avaliação, análise, integração e interpretação de informações. As informações para serem úteis devem ser adequadas, oportunas e bastante precisas.” (Cardoso, 2004, p. 150).

Do ponto de vista técnico e doutrinário “[...] as informações podem ser obtidas pela «simples recolha aberta» ou no decurso do «trabalho diplomático normal» os serviços de informações só são chamados a actuar, em permanência ou temporariamente, para verificar ou confirmar as informações obtidas e as análises elaboradas pelos diplomatas.” (Cardoso, 2004, p. 209).

Da perspectiva de Portugal, apesar do eventual apoio da PJ e do SIS no decorrer do processo de transição administrativa de Macau, por decisão política, “A ligação entre os dois países realizava-se através de intermediários contratados pela estrutura administrativa responsáveis pelas trocas de informação, que controlavam os governadores e administrações portuguesas.” (Mendes, 2016, p. 32). Contudo, não era ignorada a necessidade de conhecer as intenções chinesas relativamente ao processo negocial, e esta tarefa é, por excelência, atribuída aos SvcInfo.

Da perspectiva da RPC, os territórios de Macau e *Hong Kong*⁵⁹ seriam extremamente valiosos enquanto fontes de informações, provenientes, respetivamente, de Portugal e do Reino Unido, após a conclusão do processo de transição administrativa. Da parte chinesa, constatou-se “[...] uma estratégia que visava apanhar Portugal desprevenido através da divulgação de mensagens contraditórias.” (Mendes, 2016, p. 69). Esta situação foi particularmente relevante na alteração da ordem de trabalhos de algumas reuniões, sem o aviso prévio, que permitisse à delegação portuguesa preparar-se para debater determinados assuntos. Os negociadores chineses foram particularmente hábeis nas relações pessoais, denominadas em chinês por *Guanxi*. Durante visitas turísticas organizadas para a delegação portuguesa, “[...] os negociadores chineses tentavam obter concessões ou compromissos relativamente às questões mais sensíveis, que mais tarde usavam para reforçar a sua legitimidade moral.” (Mendes, 2016, p. 175).

4. Implicações

A componente das Informações teve impacto direto no decorrer de todo o processo negocial relativo à transição administrativa de Macau.

Em conformidade com o analisado no capítulo 2, o SIRP foi implementado no período correspondente à fase inicial do processo de transição administrativa. Portugal encontrava-se a consolidar a sua democracia, recentemente conquistada, pelo que o contributo por parte do SIRP⁶⁰ terá sido, de um modo geral, residual e complementar à atividade de informações desenvolvida pelo poder político e diplomático. De certa forma, não poderá ser dissociado o estigma relacionado com a componente das informações e o respetivo legado histórico, existente à data.

A fase que antecedeu o período de transição administrativa (1986-1999), visando a preparação das negociações, teve início a nível diplomático, em 08 de fevereiro de 1979, em Paris, com a assinatura da denominada “Ata Secreta”. Assim, “[...] ao assinar a Ata Secreta, Portugal fez uma concessão obtendo como única contrapartida estabelecimento de relações diplomáticas com a China. Este foi o segundo momento onde o regime democrático português não considerou a adoção de uma estratégia para a resolução da questão de Macau.” (Mendes, 2016, p. 55). O aspeto fundamental da Ata Secreta refere que Portugal reconhecia Macau como parte integrante do território chinês e que seria restituído à RPC.

⁵⁹ À semelhança de Macau, Hong Kong também foi alvo de um processo de transição administrativa entre o Reino Unido e a RPC.

⁶⁰ Importa referir que, inicialmente, o SIRP necessitava formar os seus quadros para o início da sua atividade operacional e, em simultâneo, ganhar o seu espaço institucional a nível nacional. Até 1995, apenas o SIS tinha iniciado atividade, não obstante o facto da PJ e da Divisão de Informações (DINFO), desempenhara uma missão específica na atividade das informações.

A assinatura da “Ata Secreta” estabeleceu uma das bases para a ratificação da Declaração Conjunta, em abril de 1987. Entre 1979 e 1987, a “Ata Secreta” permaneceu desconhecida da maioria do poder político. A “[...] Ata seria finalmente descoberta no Ministério dos Negócios Estrangeiros e lida pelo Primeiro-Ministro na reunião do Conselho de Estado de 6 de janeiro de 1987.” (Mendes, 2016, p. 56). Após a insistência de diferentes setores políticos nacionais, pela primeira vez, desde 1979, o Governo reconheceu publicamente a existência da “Ata Secreta”, tendo alegado que o seu conteúdo havia permanecido secreto por razões de continuidade dos interesses superiores do Estado, por forma a respeitar o sigilo assumido por todos os Governos desde 1979 e o desejo da RPC.

O processo de transição administrativa de Hong Kong, que decorreu anteriormente ao de Macau, acabou também por limitar a liberdade de ação de Portugal nas negociações. A RPC utilizou o acordo prévio alcançado com o Reino Unido, como base para o acordo de Macau. “O facto de o processo de Hong Kong ter já decorrido foi útil para preparar o processo de Macau, porque já havia um lastro de experiência homóloga, não igual, mas idêntica, que tornou mais previsível o que seriam as propostas da parte chinesa. Por outro lado, o facto de haver um precedente desempenhou um peso significativo nas negociações.” (Mendes, 2016, p. 77). Através das duas cidades, situadas no sul da RPC e distando 66 quilómetros entre si (Figura 3), a RPC tinha como ambição principal a reintegração de Taiwan no seu território.



Figura 3 – Localização geográfica de Macau e Hong Kong

Fonte: Discovery (2021).

Em Portugal, a situação de Macau estava sujeita a dupla tutela, através do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, potenciando a diplomacia paralela. Constatou-se que os representantes chineses não informavam os representantes portugueses dos detalhes e aprovações a nível interno da RPC, algo que contrastava com os representantes nacionais “[...] que informavam os chineses da fase em que se encontrava o processo de tomada de decisão e muitas vezes deixavam passar demasiada informação, em parte devido às diferenças culturais e à falta de experiência em negociar com os chineses” (Mendes, 2016, p. 116).

5. Conclusões

O presente trabalho encontra-se composto em conformidade com o raciocínio indutivo e estratégia qualitativa, tendo em vista alcançar o objetivo geral: analisar o contributo do SIRP no período de transição administrativa de Macau.

No primeiro capítulo, efetua-se a introdução geral do trabalho, realçando os aspetos relacionados com o enquadramento e justificação do tema, o objeto de estudo e a respetiva delimitação, bem como os conceitos operacionais (Estado, Estratégia e Informações).

O segundo capítulo foca-se na estrutura das Informações, esclarecendo a constituição do SIRP e o respetivo edifício legal vigente no decorrer do processo de transição administrativa de Macau. Desta forma, foi possível estabelecer a base para o desenvolvimento dos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo interpreta-se o emprego da componente das Informações no decorrer do processo negocial, através da abordagem da perspetiva nacional e da RPC, permitindo alcançar a resposta à Questão Derivada (QD) 1 “Qual foi o emprego da componente das informações no período de transição administrativa de Macau?”. Em resposta à QD 1, verificou-se que o emprego da componente das informações teve por base a avaliação das intenções dos negociadores chineses. Contudo, devido à implementação recente do SIRP, à data, o apoio deste organismo terá sido residual.

No quarto capítulo demonstram-se as implicações e o impacto que a componente das Informações desempenhou no processo de transição administrativa de Macau, tratando a dinâmica e contributos existentes ao nível político, diplomático e do SIRP, permitindo aferir diferentes graus de contributos, respondendo à QD 2 “Quais foram as implicações da componente das informações no período de transição administrativa de Macau?”. Em resposta à QD 2, foi viabilizada uma negociação assertiva, evitando tensões diplomáticas irreversíveis, tendo viabilizado uma transição administrativa digna, não obstante o poder desproporcional conferido pela dimensão política da RPC.

Face ao exposto conclui-se que, tendo por base alcançar o objetivo geral e responder à QC: “Qual foi o papel desempenhado pelos Serviços de Informações no período de transição administrativa de Macau?”, foi possível verificar que: (1) dada a recente implementação do SIRP, à data, o apoio terá sido residual; (2) a estrutura de apoio foi implementada, a título informal, em Macau; (3) as componentes política e diplomática assumiram as funções relativamente à componente das informações; (4) a atividade de informações focou-se em descobrir e avaliar as verdadeiras intenções dos negociadores chineses.

Referências bibliográficas

- Cardoso, P. (2004). *As Informações em Portugal* (2.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Discovery, C. (2021). Macau Maps: Location, Tourist Attractions and Transport Maps [página *online*]. Disponível em: <https://www.chinadiscovery.com/macau/maps.html>
- Fukuyama, F. (2006). *A Construção de Estados*. Lisboa: Gradiva.
- Governo da RAEM (2020). Sobre a PJ. Instituição [página *online*]. <http://www.pj.gov.mo/Web//Policia/org.html?lang=pt>
- Marshall, T. (2017). *Prisioneiros da Geografia*. Porto Salvo: Desassossego.
- Mendes, C. (2016). *As Negociações de Macau (1986-1999)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau e Universidade de Macau.
- Morbey, J. (1990). *Macau 1999 - O Desafio da Transição*. Lisboa: Gráfica Monumental.
- NATO. (2020). *AJP - 2. Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counterintelligence and Security*.

- Ribeiro, A. S. (2009). *Teoria Geral da Estratégia - O essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Almedina.
- SIRP. (2015). *Apresentação do SIRP - 2015. Estrutura do SIRP 1984-2014*.
- Vegar, J. (2007). *Serviços Secretos Portugueses (História e Poder da espionagem nacional)*. Lisboa: A esfera dos livros.

CAPÍTULO 7 – AS INFORMAÇÕES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA BÓSNIA

Vítor Manuel Correia Mendes
Coronel Artilharia, Exército

Resumo

Após o fim da Guerra de África (1961-1974), a participação militar portuguesa na operação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Bósnia e Herzegovina (BiH) significou a primeira projeção de uma Força de Manobra para fora do Território Nacional. Neste âmbito, este estudo pretende descrever o Ciclo de Produção de Informações (CPI), bem como o seu contributo para o processo de decisão da Força Nacional Destacada (FND). Apesar das informações militares terem sido relevantes na determinação da natureza e estrutura da Força a destacar, o emprego das mesmas em apoio das operações não foi uniforme, variando em função da sensibilidade dos diferentes comandantes da FND. Fatores distintos permitiram que a FND conduzisse a atividade operacional num ambiente de reduzida Consciência Situacional, nomeadamente o ambiente de baixa intensidade do Teatro de Operações (TO). Por outro lado, uma série de lacunas das próprias informações (e.g. doutrina, formação e treino) constituíram constrangimentos ao seu emprego e significaram um contributo reduzido no processo de decisão dos comandantes das FND.

Palavras-chave: Informações, Força Nacional Destacada, OTAN, Bósnia e Herzegovina.

Abstract

After the end of the African War (1961-1974), Portuguese military participation in the North Atlantic Treaty Organization operation in Bosnia and Herzegovina was the first deployment of a maneuver force outside the Portuguese mainland. In this context, this essay aims to describe the Intelligence Production Cycle, as well as its contribution to the Detached National Force decision process. Although the military intelligence was relevant in determining the task and organization of the Force to be deployed, its use in support of the ongoing operations was not steady, varying according to the sensitivity of the different commanders. Different factors allowed the Portuguese Contingent to conduct the operations in an environment of reduced Situational Awareness, namely the low intensity of the Theatre of Operations. On the other hand, an array of intelligence shortfalls (e.g. doctrine, training and education) was also a constraint to its own use and meant a reduced contribution to the decision making process of Detached National Force commanders.

Keywords: Intelligence, National Deployed Contingent, NATO, Bosnia and Herzegovina.

1. Introdução

No rescaldo da Guerra Fria, a *Operation Joint Endeavor* (OJE) constituiu o maior desafio à OTAN, até então. Pela primeira vez, a Aliança gerou e projetou uma força conjunta e combinada, com uma Componente Terrestre de sessenta mil efetivos, para uma *Joint Operations Area* (JOA) localizada fora das suas fronteiras. Ademais, a OJE teve a participação de atores exteriores à Aliança, nomeadamente de países integrados no programa da Pareceria para a Paz e da Federação Russa.

Também para Portugal, e para o Exército em particular, a OJE constituiu um verdadeiro desiderato, em resposta às designadas “missões em apoio da política externa do Estado e satisfação dos compromissos internacionais assumidos” (Rocha, 2000, p. 72).

Desde o início da década de 1990, que o Exército Português já projetava forças constituídas no quadro de missões das Nações Unidas em África⁶¹. No entanto, a participação na OJE assentou numa Força de Manobra de aproximadamente 900 militares, com uma Área de Responsabilidade (AoR) atribuída, onde a capacidade de informações foi um *enabler* necessário.

A OJE alterou o paradigma das informações militares na OTAN. Com efeito, durante a Guerra Fria, o esforço de pesquisa da Aliança e de cada um dos países membros *per si*, era a capacidade militar do Pacto de Varsóvia (Patrick, 2000, p. 2). Neste âmbito, as disciplinas de *Imagery Intelligence* (IMINT) e de *Signal Intelligence* (SIGINT) tinham a primazia relativamente à *Human Intelligence* (HUMINT) (Lowenthal, 2012, p. 70). Contudo, o empenhamento militar da OTAN na BiH, “obrigou” os aliados a implementarem, pela primeira vez, uma arquitetura de informações capaz de agilizar a partilha de informações (Wentz, 1998, p. 80).

As dinâmicas do TO da BiH estavam para além das *Former Warring Factions* (FWF)⁶² e da monitorização do cumprimento dos termos do Acordo de Dayton⁶³ pelas partes. O cenário mostrou que as FWF, de uma forma geral, cumpriam os termos do Acordo, mas que existia um conjunto alargado de outros atores que condicionavam e influenciavam mais a situação, nomeadamente as inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONG), Organizações Internacionais (OI) e outras organizações de diferente natureza presentes no TO (Wentz, 1998, p. 56). Perante esta realidade, a HUMINT assumiu um papel relevante nas duas fases da OJE (imposição e estabilização da paz), bem como após a transição para Operação *European Union Force* (EUFOR) Althea, ambas operações de Baixa Intensidade, onde a “importância da HUMINT é enfatizada” (Välimäki, 2000, p. 57), comparativamente com as demais disciplinas de informações.

No âmbito da OTAN e da União Europeia (UE), entre 1996 e 2007, Portugal projetou mais de 20 Batalhões para a BiH. No entanto, importa referir que, entre 1991 e 2012, para além do Exército, a presença portuguesa contou com a integração da Marinha, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia de Segurança Pública (PSP) em diferentes missões, nos quadros das Nações Unidas, OTAN, UE e Organização de Segurança e Cooperação Europeia (Branco, 2015). Realçam-se ainda: os diplomatas portugueses, que estiveram integrados em iniciativas da Comunidade Internacional; elementos do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM); e jornalistas. Todos estes atores passaram pelo TO da BiH, antes e após o Acordo de Dayton. Esta miríade da presença portuguesa na BiH representou uma capacidade significativa de recolha de informações, desde o nível estratégico até ao nível tático. A missão genérica das FND consistia na criação do ambiente de segurança que permitisse a aplicação do acordo de paz, ratificado entre a República da BiH, a República da Croácia e a República Federal da Jugoslávia (Machado, 2011). Este desiderato implicava a compreensão do ambiente operacional, nomeadamente a identificação dos atores, respetivas motivações, capacidades, interações e recursos, entre outros parâmetros.

⁶¹ O Batalhão de Transmissões n.º 4 esteve atribuído à ONUMOZ, de abril de 1993 a dezembro de 1994. Manteve um efetivo médio de cerca de 500 militares, desde abril de 1995, na UNAVEM III e na MONUA, em Angola, com três Unidades: Companhia de Transmissões n.º 5, Companhia Logística n.º 6 e Destacamento Sanitário n.º 7 (este, desde setembro de 1997) e no Sahara Ocidental, na Operação MINURSO, com 17 oficiais (Branco, 2015).

⁶² Partes beligerantes no conflito da BiH: Sérvios-bósnios, Croatas-bósnios e Muçulmanos-bósnios, os últimos também designados por Bosniaks (Wentz, 1998).

⁶³ *General Framework Agreement for Peace*.

O Objetivo Geral (OG) deste estudo é avaliar o CPI em apoio da FND nas *Implementation Force* (IFOR)⁶⁴, *Stabilization Force* (SFOR)⁶⁵ e EUFOR Althea⁶⁶. O estudo baseia-se em documentos e artigos disponibilizados em fontes abertas, na experiência do autor como Oficial de Informações de uma FND e em três entrevistas a Oficiais do Exército que cumpriram missões em cargos de informações, no TO da BiH e no *Allied Forces Southern Europe* (AFSOUTH).

Partindo do OG, identificaram-se os seguintes Objetivos Específicos (OE):

- OE 1 – Analisar o papel das informações militares nas FND nas fases de planeamento, aprontamento e em missão no TO da BiH.
- OE 2 – Analisar a relevância das informações militares para os Comandantes das FND no TO da BiH.

Posto isto, importa definir a Questão Central (QC): As informações militares foram relevantes e decisivas para o cumprimento da missão das FND no TO da BiH? Da QC inferem-se três Questões Derivadas (QD):

- QD 1 – As informações militares foram consideradas para definir a composição e articulação da FND no TO da BiH?
- QD 2 – Os Comandantes das FND potenciaram o emprego das informações militares?
- QD 3 – A doutrina, a oferta formativa e o treino das informações militares existentes satisfaziam as necessidades do aprontamento e do emprego operacional da FND no TO da BiH?

Apesar da JOA da OJE ser mais ampla, o âmbito do estudo é a análise dos processos e estrutura de informações da FND dentro dos limites do território da BiH. Nesta conformidade, para além da Introdução e das Conclusões, o estudo tem mais três capítulos: 2 – Estrutura das Informações; 3 – Emprego das Informações; e 4 – Implicações.

2. Estrutura das Informações

Antes de analisar a estrutura nacional de informações militares em apoio da FND, importar compreender a organização das informações militares na OJE, a qual estava enquadrada em Quartéis-Generais organizados de acordo com o conceito de *Combined Joint Task Force*. O Quartel-General de nível estratégico era o *Supreme Headquarter Allied Power in Europe* (SHAPE), na Bélgica, o AFSOUTH, em Itália, detinha o comando operacional e o *Allied Rapid Reaction Corps* (ARRC), durante o período da IFOR, assumiu o comando da operação no TO, dividido em três AoR de escalão Divisão⁶⁷. Cada Divisão tinha AoR de Brigada, estando a FND integrada na Brigada italiana da *Multinational Division South-East*. Em cada um dos diferentes escalões, o CJ2⁶⁸ assumia a gestão do CPI na AoR respetiva. A dimensão do CJ2 no Quartel-General da IFOR/SFOR em Sarajevo era relativamente reduzida, pelo que era reforçado com *augmentees* vindos do CJ2 do Quartel-General do AFSOUTH, que funcionava como elemento de apoio de retaguarda. Para além do AFSOUTH, o CJ2 do Quartel-General do ARRC, na Alemanha, e o *United States Joint Analysis Centre*, no Reino Unido, apoiavam analiticamente o CJ2 da IFOR/SFOR, através da produção diária de Sumários de Informações (INTSUM), elaborados, “essencialmente, a partir de fontes HUMINT” (Gramer, 1996).

⁶⁴ Missão da OTAN na BiH, entre 22 de novembro de 1995 e 20 de dezembro de 1996.

⁶⁵ Missão da OTAN na BiH, entre 20 de dezembro de 1996 e 02 de dezembro de 2004.

⁶⁶ Missão da União Europeia, com início em 02 de dezembro de 2004.

⁶⁷ A *Multinational Division North*, de comando norte-americano, a *Multinational Division South-East*, de comando francês e a *Multinational Division South-West*, de comando britânico.

⁶⁸ *Staff* de Informações no Quartel-General da IFOR/SFOR.

Para além da estrutura supramencionada, existia um espectro alargado de outros meios de pesquisa, processamento e disseminação de informações, de carácter nacional, o que exigiu a implementação de medidas e estruturas que facilitassem a partilha, a sincronização e a coordenação das atividades. Com efeito, a inexistência de doutrina conjunta de informações consolidada, constituía um obstáculo à partilha de informações em ambiente multinacional (Patrick, 2000, p. 2). À época, a publicação conjunta de informações dos Estados Unidos da América (EUA), o *Joint Publication 2-0*, de 1995, referia que não existia uma única referência doutrinária de informações para operações multinacionais, cada aliança ou coligação devia desenvolver a sua própria doutrina (U.S. Army, 1995). É neste contexto que surgiram na BiH as Células de Informações Nacionais, a que Portugal não aderiu, as quais agilizaram a implementação do conceito de “*intelligence reachback*”⁶⁹ na OTAN.

Por ter sido a primeira unidade conjunta de informações militares da OTAN, importa referir a criação, em 1997, do *Allied Military Intelligence Battalion* (AMIB)⁷⁰, em apoio da OJE e, exclusivamente dedicado às disciplinas de HUMINT e de Contrainformação. A gestão da atividade do AMIB era compartimentada na estrutura de CJ2X⁷¹, a unidade era empregue em apoio direto do Comandante da SFOR (COMSFOR), mantendo o canal técnico com o *Allied Command of Europe Counterintelligence Activities* do SHAPE.

De uma forma geral, quase todas as FND projetadas para o TO da BiH tinham uma estrutura de informações em Quadro Orgânico de Pessoal (QOP) que se resumia a uma Secção de Informações⁷² no Estado-Maior da FND. Uma exceção, sem que tal tenha ficado plasmado no QOP, foi a missão do 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado (2BIMec) da Brigada Mecanizada Independente⁷³ no segundo semestre de 2004, a qual edificou um Módulo de Informações com um efetivo de oito militares⁷⁴. Independentemente das missões atribuídas à FND no TO da BiH, como força de quadrícula com setor atribuído ou como força de reserva do COMSFOR⁷⁵, a estrutura de informações manteve-se inalterada. Como força de reserva do COMSFOR, um Oficial português ocupou um cargo no CJ2 do Quartel-General da SFOR⁷⁶, e como força de quadrícula, um Oficial de Ligação português estava colocado Quartel-General do escalão superior (Brigada).

3. Emprego das Informações

O emprego das informações será analisado nos âmbitos: 1 – da preparação da primeira FND; 2 – das fases de aprontamento em Território Nacional e em missão em TO das FND subsequentes à primeira Força projetada; 3 – do processo de seleção dos militares; e 4 – da formação e treino.

Como era expectável, a incerteza associada ao TO da BiH era grande, nomeadamente quanto às ameaças e riscos. No entanto, a área de operações não era desconhecida para as Forças Armadas (FFAA) portuguesas. Com efeito, trinta e cinco militares (seis dos quais da Força Aérea) estiveram na *United Nations Protection Force*⁷⁷, sem esquecer os elementos da PSP que também serviram na

⁶⁹ O conceito de *reachback* traduz-se na implementação de uma arquitetura de informações que facilite o apoio de informações a uma Força Destacada, a partir do Território Nacional, bem como a partilha de informações, se Força Destacada estiver integrada numa Força Multinacional (U.S. Army, 2013).

⁷⁰ Edificado na fase da SFOR.

⁷¹ Estrutura que efetua a gestão da HUMINT e da Contrainformação.

⁷² Um Oficial (Oficial de Informações), um Sargento (Sargento de Informações) e uma Praça (condutor).

⁷³ Em 2006 passa a designar-se Brigada Mecanizada.

⁷⁴ Um Oficial (Oficial de Informações), cinco Sargentos, um dos quais do Contingente esloveno, e duas Praças (condutores).

⁷⁵ Força de quadrícula de 1996 a 2000 e de 2003 a 2007, e Reserva do COMSFOR, entre 2000 e 2003.

⁷⁶ Na área de produção como analista político.

⁷⁷ Missão das Nações Unidas, entre fevereiro de 1992 e março de 1995.

Componente de Polícia desta *Protection Force* (Branco, 2015, pp. 120, 123). Todos constituíram fontes de informação primárias da Divisão de Informações (DINFO) do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), cujo apoio à Divisão de Informações do Estado-Maior do Exército (EME) foi importante para “formular as propostas relativas à estrutura da Força, dependência de comando e sustentação” da FND projetada em janeiro de 1996 (Rocha, 2000, p. 76).

Nas FND subsequentes, o papel das informações estava de acordo com o determinado na Diretiva Operacional (DIROP) do EMGFA, e nas diretivas do EME, do Comando Operacional das Forças Terrestres e da Brigada responsável pela geração da Força, bem como da proposta de QOP do Comandante da FND respectiva. De uma forma geral, os comandantes não avaliaram as informações militares como críticas para o cumprimento da missão. Isto significou que, durante a fase de aprontamento, as tarefas do *Staff* de Informações eram essencialmente associadas à Segurança Militar e, uma vez projetada a FND no TO, a situação não se alterava significativamente. Em algumas FND, o Oficial de Informações era o Adjunto das Operações (M. Cardoso, entrevista presencial, 06 de novembro de 2020)⁷⁸.

À semelhança de outros países da OTAN, Portugal não tinha um Quadro Específico de Informações. Com algumas exceções, os Oficiais e Sargentos que desempenharam funções de Informações nas FND não tinham qualificações de informações, para além do conhecimento adquirido nos respetivos cursos de formação. Por outro lado, o catálogo de cursos do Exército, até 2001, era limitado quanto às informações militares. Foi neste contexto, que o já extinto Batalhão de Informações e Segurança Militar preparou e ministrou o primeiro Curso de Operações HUMINT, o qual se viria a revelar importante como elemento gerador de sinergias para a edificação da capacidade de informações no Exército, em particular no âmbito das FND, num período em que a única referência doutrinária do Exército era o Regulamento de Campanha - Informações de 1966.

Em 2004, o 2BIMec da Brigada Mecanizada Independente edificou a primeira Célula de Informações em apoio de uma FND na BiH, selecionando Oficiais e Sargentos habilitados com o Curso de Operações HUMINT, concebido para colmatar a lacuna de informações identificada no âmbito das FND. A missão da Célula era a recolha e análise de informações orientada para a Proteção de Força. No entanto, o QOP não refletia a existência da Célula, a qual foi “edificada com Sargentos de Pelotão das Subunidade de Manobra mais o Oficial de Informações, o Sargento de Informações e uma Praça em QOP” (M. Cardoso, *op. cit.*).

Esta Célula de Informações foi muito para além das tarefas da Segurança Militar, tendo tido um papel ativo na fase do treino orientado para a missão, através de brífingues de situação de informações à FND, exercícios setoriais de informações e a integração efetiva nos exercícios de escalão Batalhão. Uma vez projetada no TO, muita da atividade operacional da FND decorreu do CPI, o qual estava sincronizado com o *Battle Rhythm* da FND. As subunidades de manobra e a Célula de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) foram devidamente aproveitados como sensores, sem que para tal tenha sido necessário alterar as respetivas missões. As Normas de Execução Permanente (NEP) de informações desta FND⁷⁹ “refletiram a estrutura de informações existente”⁸⁰ (M. Cardoso, *op. cit.*). Da análise das

⁷⁸ Tenente-coronel de Infantaria na Reserva. Cumpriu quatro missões no TO da BiH (1998, 2000, 2002 e 2004), em funções distintas: Comandante de Companhia de Atiradores, Oficial de Informações, Oficial CIMIC e Oficial de Operações).

⁷⁹ Constituída pelo 2.º BIMec/SFOR, 2º semestre de 2004.

⁸⁰ NEP 2.40 – Missão e cadeia de Comando e Controlo da Célula de Informações; NEP 2.41 – Documentação operacional da Célula de Informações; NEP 2.42 – Disseminação da documentação operacional produzida na Célula de Informações.

NEP de informações de outras FND, constata-se que as mesmas se limitavam aos procedimentos de Segurança Militar.

Como anteriormente referido, a FND teve duas missões distintas, inicialmente como força de quadrícula com AoR atribuída, depois como Força de Reserva do COMSFOR, nesta segunda podendo ser empregue em todas as AoR das *Multinational Divisions*, e, por fim, novamente com AoR atribuída. Apenas como Força de Reserva, a FND teve o acesso ao sistema de Comando e Controlo *Mission Secret* da SFOR. No entanto, a FND não tinha acesso a todos os *layers* e não existiam *Deployable Intelligence Packages* para potenciais áreas de intervenção (Cardoso, *op. cit.*). A interação do Oficial português no CJ2 do Quartel-General da SFOR com a FND esteve limitada à inexistência de um Sistema de Comando e Controlo do Exército para as FND (L. Pereira, entrevista presencial, 09 de dezembro de 2020)⁸¹.

Após a Transferência de Autoridade (ToA) da SFOR para a EUFOR Althea, a FND foi reajustada, sendo de sublinhar a edificação de duas *Liasion and Observation Teams* (LOT) e de uma *Verification Team* nacionais, cujo conceito de emprego era semelhante aos Destacamentos do AMIB, mas mais limitado a tarefas de ligação com as entidades locais, no sentido de manter a Consciência Situacional do TO (Council of the European Union, 2004, p. 12).

4. Implicações

A missão da FND na BiH representou um desafio para as informações militares. Enquanto integrada na IFOR/SFOR, os Oficiais de Informações focavam-se nas tarefas inerentes à Segurança Militar. Constituíram constrangimentos ao emprego das informações na FND no TO da BiH: 1 – a inexistência de doutrina de informações da OTAN consolidada; 2 – o facto da formação e treino das informações militares no Exército Português, à data, estar orientado para operações convencionais; 3 – lacunas de interoperabilidade. As LOT e *Verification Teams* na EUFOR Althea obrigaram à qualificação de militares com competências de HUMINT, contribuindo para alavancar a formação de HUMINT no Exército e nas FFAA.

5. Conclusões

Tendo presente o OG deste estudo, considera-se que o percurso metodológico seguido (dedutivo) proporcionou a sua concretização, permitindo responder à QC. A fim de sistematizar a resposta à QC, apresentam-se as respostas às três QD.

Antes de responder à QD 1, importa sublinhar que as informações militares são uma atividade subsidiária em apoio do Comandante. Assim, nos estudos conducentes à projeção da primeira FND para o TO da BiH, e dado o elevado nível de incerteza, constata-se que os estudos das informações militares foram importantes para definir a composição e articulação da FND, bem como o dispositivo e acautelar os aspetos administrativos e logísticos. Nas FND subsequentes, enquanto IFOR/SFOR, as informações não foram avaliadas como críticas para o cumprimento da missão, pelo que os QOP refletiam esta opção. A ToA para a EUFOR Althea e a criação das LOT traduziu-se na reorientação da missão da FND, a qual passou a ser essencialmente de recolha de informações.

Relativamente à QD 2, verifica-se que, enquanto IFOR/SFOR, de uma forma geral, a *Common Operational Picture* dos Comandantes da FND era reduzida, o que se traduzia numa Consciência

⁸¹ O Coronel Luís Pereira desempenhou um cargo de Analista de Informações (Analista Político) na *Production Cell* do CJ2/SFOR HQ.

Situacional limitada. Nesta conformidade, a capacidade das informações influírem a atividade operacional era reduzida, inclusive quando a missão foi de força de quadrícula. A maior ou menor sensibilidade para as informações dos diferentes Comandantes das FND refletia-se no grau de utilização das mesmas. Esta situação foi viável, porque o TO da BiH era um ambiente de baixa intensidade e o grau das ameaças e dos riscos revelou-se menor do que o expectável.

Quanto à QD 3, constata-se que a doutrina nacional era da década de 1960, a OTAN não tinha doutrina consolidada para ambientes conjuntos e combinados, a oferta formativa era muito escassa e o treino específico de informações era mínimo e orientado para operações convencionais. O Curso de HUMINT estimulou a formação e o treino das informações militares.

Em conformidade com as respostas às QD, conclui-se que as informações militares foram relevantes e decisivas apenas na preparação da primeira FND. Nas FND subsequentes, as informações militares não foram prioritárias para os respetivos comandantes.

Referências Bibliográficas

- Branco, C. (2015). A participação portuguesa em missões de paz da ONU [página *online*]. Disponível em www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000300006
- Council of the European Union. (2004). *Concept for the European Union (EU) Military Operation in Bosnia and Herzegovina (BiH) - Operation ALTHEA*. Bruxelas: Autor. Disponível em <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST%2012576%202004%20INIT/EN/pdf>
- Gramer, G. (1996). Operation Joint Endeavor: Combined Joint Intelligence in Peace Enforcement Operations [página *online*]. Disponível em <https://fas.org/irp/agency/army/mipb/1996-4/gramer.htm>
- Lowenthal, M. (2012). *Intelligence: From secrets to policy*. Disponível em <https://www.ucdc.edu/sites/default/files/uploads/documents/Academic/Courses/V12PSM120C/Week%202%20-%20Lowenthal,%20Ch.%205,%20From%20Secrets%20to%20Policy.pdf>
- Machado, M. (2011). A missão genérica na Bósnia em 1996 e o acidente de 24 de janeiro [página *online*]. Disponível em: <https://www.operacional.pt/a-missao-na-bosnia-em-1996-e-o-acidente-de-24-de-janeiro/>
- Patrick, M. (2000). *Intelligence in support of Peace Operations: The Story of Task Force Eagle and Operation Joint Endeavor*. U.S. Army War College: Carlisle Barracks. Disponível em <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a378285.pdf>
- Rocha, O. C. (2000). Portugal e as Operações de Paz na Bósnia: A Preparação das Forças. *Nação e Defesa*, 2.ª Série (92), 71-92. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/62686184.pdf>
- U.S. Army (1995). *Joint Pub 2-0: Joint Doctrine for Intelligence Support to Operations*.
- U.S. Army (2013). *Joint Pub 2-0: Joint Doctrine for Intelligence Support to Operations*.
- Välimäki, P. (2000). *Intelligence in Peace Support Operations*. Helsinki: National Defence College. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/39979675.pdf>
- Wentz, L. (1998). *Lessons from Bosnia: The IFOR Experience*. CCRP. Disponível em <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA461623.pdf>

CAPÍTULO 8 – AS INFORMAÇÕES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO KOSOVO

Jorge Manuel do Nascimento Alves
Tenente-coronel TODCI, Força Aérea

Resumo

O emprego das informações militares nacionais no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, no período de 2012 a 2017, consubstanciou-se no emprego de Células de Informações Militares (CIM) para apoio ao processo de tomada de decisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Contingente de Forças Nacionais Destacadas (FND) que, à data, fazia parte integrante da *Kosovo Force* (KFOR). Neste estudo, contextualiza-se a existência deste TO e procede-se ao enquadramento legal que consubstanciou o empenhamento de FND no Kosovo e da decisão de aí serem constituídas CIM. O objetivo deste estudo é analisar a doutrina utilizada, a estrutura organizacional interna adotada pelas várias CIM e o modo como se processou a articulação com a estrutura de *Intelligence* da KFOR e com a estrutura da FND e a integração na estrutura das CIM congêneres existentes. Da investigação efetuada pôde concluir-se que a utilização da doutrina Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi fator determinante para a elaboração de produtos de qualidade, para a uniformização de procedimentos e para garantir a interoperabilidade e o estabelecimento de laços de confiança entre todos os intervenientes. As principais dificuldades identificadas, resultam do deficiente modelo de articulação com a FND que, caso não sejam tidas em consideração no futuro, poderão pôr em causa o cumprimento da missão.

Palavras-chave: Células de Informações Militares, Doutrina de Emprego, *Intelligence*, Kosovo, Segurança.

Abstract

The employment of national military intelligence in the Theater of Operations in Kosovo, from 2012 to 2017, was achieved through the use of Military Intelligence Cells to support the decision-making process of the Armed Forces General Staff and the Detached National Forces Contingent, which at the time was part of Kosovo Force (KFOR). The aim of this study is to analyze the doctrine used, the internal organizational structure adopted by the various Military Intelligence Cells and the way in which the articulation with the KFOR Intelligence structure and with the Detached National Forces Contingent structure and the integration in the structure of the existing Military Intelligence Cells took place. The study focuses essentially on the analysis of the doctrine used, the internal organizational structure adopted by the various Military Intelligence Cells, how the articulation with the intelligence structure of KFOR took place, how the integration with the structure of the similar Military Intelligence Cells in the Theatre of Operations took place and how the articulation with the Detached National Forces structure took place. From the investigation carried out it was possible to conclude that the use of North Atlantic Treaty Organization doctrine was a determining factor for the development of quality products, for the standardization of procedures and for ensuring interoperability and the establishment of bonds of trust between all players. The main difficulties identified result from the deficient model of articulation with the Detached National Forces, which, if not taken into account in the future, could jeopardize the fulfillment of the mission.

Keywords: *Military Intelligence, Employment Doctrine, Intelligence, Kosovo, Security.*

1. Introdução

O emprego das informações militares nacionais no TO do Kosovo, no período de 2012 a 2017, consubstanciou-se no emprego de CIM para apoio ao processo de tomada de decisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Contingente de FND que, à data, fazia parte integrante da KFOR. Neste contexto, e pretendendo-se que o presente trabalho não tivesse qualquer “classificação de segurança”, a definição do objeto de estudo deparou-se desde logo com limitações de índole diversa, seja pela quase inexistência de literatura publicada em fontes abertas, seja pela natureza “classificada” dos documentos que o autor teve acesso⁸² e da informação que o próprio autor possui, por ter estado diretamente envolvido neste TO.

Assim, definiu-se como objetivo deste trabalho, analisar as informações militares nacionais no TO do Kosovo, no período de 2012 a 2017, consubstanciado no emprego de CIM para apoio ao processo de tomada de decisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e das FND que, no âmbito da OTAN, faziam parte integrante da KFOR⁸³.

2. Enquadramento

Através da Resolução n.º 1244/99, de 10 de junho, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a permanência de uma força multinacional no Kosovo, sob a liderança da OTAN, designada por KFOR, com a responsabilidade de estabelecer e manter a segurança no território (CSNU, 1999).

Em 23 de novembro de 2004, realiza-se a conferência de geração de forças para as operações da OTAN, em 2005, tendo Portugal disponibilizado um Batalhão para reserva tática da KFOR. Decorrente do disposto no n.º 1 da Portaria n.º 231/2005, de 10 de fevereiro, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) “é autorizado a aprontar, sustentar e empregar o contingente nacional na força internacional da KFOR, sob o comando da OTAN” (Portaria n.º 231/2005, de 10 de fevereiro). A partir desta data, e até maio de 2017, as Forças Armadas Portuguesas passam a contribuir para a Reserva Tática da KFOR, com uma Unidade de Escalão Batalhão, constituindo-se como o *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion*. A participação nacional incluía ainda cinco militares em cargos no Quartel-General da KFOR e cinco elementos numa CIM (âmbito deste estudo)⁸⁴.

Decorrente da avaliação semestral da situação no *Periodic Mission Review*, a composição da participação nacional foi sofrendo várias alterações ao longo dos anos.

2.1. Enquadramento Legal

De acordo com o estabelecido no n.º 1 do Artigo 32 do Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, o Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL) “tem como missão assegurar a produção de informações necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas e à garantia da segurança militar”⁸⁵ (Decreto-Lei n.º 184/2014, 29 de dezembro, p. 6391). Na alínea d) do n.º 2, da mesma legislação, estabelece-se ainda que compete ao CISMIL “Propor ao CEMGFA a constituição e

⁸² Diretivas Operacionais (DIROPS), Conceitos de Operações (CONOPS), *Commander’s Critical Information Requirements* (CCIR), *Priority Intelligence Requirements* (PIR), *Planos de Pesquisa*, Relatórios de Final de Missão.

⁸³ Missão de manutenção da paz liderada pela OTAN, a operar no Kosovo, desde junho de 1999, para construir a paz e a estabilidade na área.

⁸⁴ Constatação do Autor, que esteve presente no TO do Kosovo, em 2017.

⁸⁵ Sem alteração em relação ao definido no Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro.

extinção das células de informações militares, bem como as respetivas relações de comando e controlo”⁸⁶ (Decreto-Lei n.º 184/2014, 29 de dezembro, p. 6391).

2.2. Disposições constituintes

“As Forças Armadas, num quadro de cooperação internacional, têm contribuído para a promoção da paz e segurança, com uma projeção de Forças Nacionais Destacadas (FND) sem paralelo histórico nacional” (Fonseca, 2014, p. 7). Foi neste contexto que Portugal contribuiu com forças militares para a KFOR, entre 1999 e 2017.

Tendo por base a DIROP14/CEMGFA/2012 – Célula de Informações Militares no Kosovo, de 13 de setembro (EMGFA, 2012), aprovada por Despacho do CEMGFA de 03 outubro, entre 2012 e 2017, o CISMIL, constituiu seis CIM no TO do Kosovo, enquadradas pelas respetivas Diretivas Operacionais anuais do CEMGFA referentes ao empenhamento Nacional na KFOR, nomeadamente:

- 1.ª CIM – novembro de 2012 a outubro de 2013;
- 2.ª CIM – novembro de 2013 a julho de 2014 (EMGFA, 2013);
- 3.ª CIM – abril de 2015 a outubro de 2015 (EMGFA, 2015a);
- 4.ª CIM – outubro de 2015 a abril de 2016 (EMGFA, 2015b);
- 5.ª CIM – abril de 2016 a outubro de 2016 (EMGFA, 2016a);
- 6.ª CIM – outubro de 2016 a maio de 2017 (EMGFA, 2016b).

Da análise aos documentos a que se teve acesso não foi possível identificar as razões que levaram à tomada de decisão de encerrar as Células de Informações Militares no Kosovo (CIMKOS), entre julho de 2014 e abril de 2015.

3. Células de Informações Militares

As CIMKOS foram todas implementadas junto do Quartel-General da KFOR, no campo *Film City*, em Pristina⁸⁷.

Em termos organizacionais e funcionais, todas as CIMKOS seguiram a doutrina OTAN, nomeadamente o definido no *Allied Joint Publication 2 (AJP-2)*, que à data se encontrava em vigor, e tiveram como princípio orientador o Ciclo de Produção de Informações (Figura 1). Atendendo à conjuntura vivenciada no TO e à heterogeneidade de qualificações técnicas dos elementos constituintes de cada uma das CIMKOS, a sua organização foi sendo ligeiramente adaptada de forma a dar resposta às necessidades de informação e a melhor cumprir a missão atribuída (EMGFA, 2013; EMGFA, 2015a; EMGFA, 2015b; EMGFA, 2016a; EMGFA, 2016b).

⁸⁶ No Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro, apenas lhe competia dirigir as CIM, quando constituídas.

⁸⁷ A FND encontrava-se no campo *Slim Lines*, também em Pristina (de acordo com os “Relatórios de Fim de Missão”, com classificação de segurança de “Confidencial”).

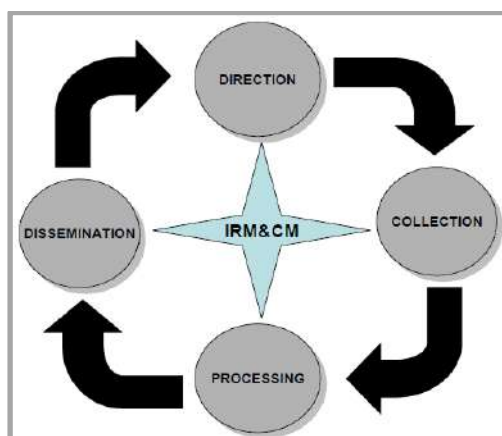


Figura 1 – *The Intelligence Cycle*

Fonte: NATO (2016).

3.1. Missão

A missão das CIMKOS sendo classificada, não pode ser aqui explicitada. Refere-se apenas que foi inicialmente definida na já referida DIROP14/CEMGFA/2012, e não sofreu qualquer alteração posterior. No entanto, poder-se-á afirmar que, à semelhança do que referiu genericamente Fonseca (2014, pp. 231-232), a atividade das CIMKOS, “justificam, eventualmente, o reforço dos meios existentes no TO” e, estando na dependência direta do General Chefe do CISMIL, tinham como missão, produzir Informações que: em benefício da FND, permitissem apoiar o planeamento das suas operações e contribuíssem para a sua segurança e proteção; em benefício do CISMIL, contribuíssem com Informações para o ciclo de tomada de decisão do CEMGFA e pudessem responder a quesitos de Informações do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) e/ou das organizações internacionais de que Portugal faz parte, nomeadamente OTAN e União Europeia (UE).

Embora a missão estabelecida tivesse o duplo objetivo de apoiar a FND e o CISMIL, os produtos elaborados foram essencialmente em proveito do CISMIL, uma vez que, por desconhecimento das potencialidades, receio de ingerência, ou qualquer outra razão não identificada, raramente houve solicitações por parte das FND⁸⁸. A avaliação das razões subjacentes a este facto não cabe no âmbito deste estudo, mas considera-se de primordial importância que sejam identificadas e tidas em consideração em situações futuras.

Apesar das FND terem, eventualmente, podido ser mais apoiadas, da análise efetuada aos respetivos Relatórios Finais de Missão, pode concluir-se que todas as CIMKOS cumpriram cabalmente a sua missão.

3.2. Estrutura organizacional interna

À semelhança da missão, também a estrutura organizacional e funcional de cada uma das CIMKOS é classificada, pelo que não poderá ser especificamente apresentada ou discutida neste estudo. Poder-se-á, no entanto, referir que cada um dos respetivos comandantes⁸⁹ definiu e propôs para aprovação superior a estrutura organizacional e funcional que, tendo por base a Missão atribuída e a doutrina OTAN anteriormente referida (NATO, 2016), julgaram ser a que melhor se adaptaria à

⁸⁸ Relatórios produzidos pelas CIM com classificação de segurança de “Reservado”.

⁸⁹ À data, era superiormente entendido que os Comandantes das CIM seriam sempre oficiais superiores a desempenhar funções no CISMIL, de forma a possuírem uma visão abrangente da situação que se vivia no TO, bem como dos requisitos de informação existentes e do respetivo plano de pesquisa.

“Avaliação da Situação” no TO e às qualificações técnicas possuídas por cada um dos seus elementos constituintes.

Da experiência pessoal do autor e da análise à documentação classificada que se teve acesso, poder-se-á afirmar que a constituição-base dum CIM (Figura 2) apresentada por Fonseca (2014, pp. 232-233) espelha, de uma forma genérica e abrangente, a que constituiu todas as CIMKOS.

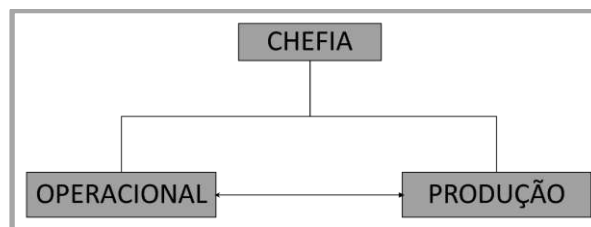


Figura 2 – Constituição-base de uma CIM

Fonte: Fonseca (2014).

Embora salvaguardando algumas particularidades apresentadas pelas CIMKOS, decorrentes da especificidade deste TO, também no que diz respeito às funções acometidas a cada uma das áreas referidas, Fonseca (2014, pp. 232-233) é bastante assertivo, pois, de uma forma geral pode-se afirmar que:

- Área de Chefia – Desempenhada por um oficial superior em funções na Repartição de Produção do CISMIL e sendo, normalmente, o elemento tecnicamente mais qualificado como Analista de Informações, a quem competia:
 - i. Tratar de todos os assuntos relacionados com a CIM, nomeadamente em termos de emprego operacional, gestão de pessoal, logístico e administrativo;
 - ii. Estabelecer a ligação com a estrutura de comando em território nacional (CISMIL) e com a da FND em TO;
 - iii. Estabelecer a ligação com a estrutura de informações do Quartel-General da KFOR, nomeadamente com o J2⁹⁰ e J2X⁹¹;
 - iv. Estabelecer a ligação com a estrutura de CIM congêneres presentes no TO;
 - v. Desempenhar funções de analista sénior.
- Área Operacional – Desejavelmente composta por elementos com qualificações em pesquisa, *Human Intelligence* (HUMINT) e de *Counter-Intelligence*, competia-lhe:
 - i. Proceder à pesquisa de informação de modo a atender às necessidades de produção de Informações;
 - ii. Proceder à desconflituação da pesquisa;
 - iii. Proceder à gestão da pesquisa;
 - iv. Articular-se operacionalmente com o J2 e J2X.
- Área de Produção – Desejavelmente composta por elementos com qualificações na área de análise de informação, competindo-lhe:
 - i. Proceder à análise de toda a informação coletada;
 - ii. Elaborar produtos de Informações e de Contrainformação, consentâneos com as solicitações e necessidades;

⁹⁰ *Intelligence Branch*.

⁹¹ Em operações, a direção, coordenação e supervisão dos elementos militares de *Counter-Intelligence* e HUMINT destacados são de responsabilidade do J2X. (NATO, 2020).

- iii. Disseminar os produtos elaborados;
- iv. Articular-se operacionalmente com o J2, J2X e oficial de informações da FND.

3.3. Articulação com a estrutura de *Intelligence* da KFOR

Da avaliação dos Relatórios de Fim de Missão das diferentes CIMKOS⁹² poderá apenas afirmar-se que a articulação com a estrutura de Informações da KFOR se fez especialmente tendo por base o estabelecimento de relações com o J2, J2X, equipas HUMINT e com a representação do *Allied Command Counter Intelligence* no TO. Todos os comandantes das CIMKOS referiram o estabelecimento destas relações como fundamentais para aceder a informação privilegiada, que muito contribuiu para o cumprimento da missão.

Da avaliação dos Relatórios de Fim de Missão decorre ainda, que este tipo de articulação e relacionamento, só se alcança através do estabelecimento de laços de confiança e da partilha de informação credível, pelo que todas as CIMKOS contribuíram, não só com o conhecimento e *expertise* dos seus elementos nas reuniões de trabalho e *briefings* oficiais em que participaram, como também partilharam alguns dos produtos elaborados e considerados como passíveis de contribuir para responder aos PIR da KFOR⁹³.

3.4. Integração na estrutura de CIM congéneres

De uma forma geral, todos os países contribuintes com forças para a KFOR possuíam Células de Informações Nacionais implementadas e, obviamente, tinham interesses e dinâmicas próprias. No entanto, a capacidade de produção de Informações credíveis num TO como o do Kosovo, caracterizado pela descrição dos atores, pela existência de diferentes causas, interesses e dinâmismos, carece especialmente a informação proveniente de fontes *Open Source Intelligence* (OSINT) e HUMINT. Deste modo, a partilha de informação e o estabelecimento de processos colaborativos e consultivos entre organizações congéneres torna-se fundamental. Este último aspeto foi aquele que justificou a reunião dos meios de *Intelligence* dos diferentes países no Quartel-General da KFOR. Embora este aspeto não seja muito aprofundado nos Relatórios de Fim de Missão, é perceptível que as CIMKOS, especialmente aquelas que deram início a um ciclo temporal de presença no TO (primeira e terceira), embora imediatamente aceites na “Comunidade *Intel*”, tiveram de alcançar a confiança e o respeito das suas congéneres através do estabelecimento de relações interpessoais, bem como da partilha de informação credível e de produtos de qualidade.

3.5. Articulação com a estrutura da Força Nacional Destacada

Atendendo ao grau de classificação de segurança dos documentos consultados, refere-se apenas que a DIROP14/CEMGFA/2012 – Célula de Informações Militares no Kosovo, de 13 de setembro, para além da Missão, estabelecia também, as relações de comando entre as CIMKOS e as FND. Na prática, pode-se afirmar genericamente, que a articulação das CIMKOS com a FND se consubstanciou a dois níveis: formalmente, ao nível do comando e, informalmente, ao nível da estrutura de informações (S2) do batalhão. Da experiência pessoal do autor e da análise aos respetivos Relatórios de Fim de Missão, refere-se apenas que este foi um aspeto com o qual todos os chefes de CIMKOS tiveram de lidar. Ao nível da relação de comando estabelecida, foi considerada como geradora de ambiguidades e de limitações operacionais que, caso se tivesse efetivado, poderiam ter

⁹² Foram consultados relatórios confidenciais da 1.ª CIMKOS (Oliveira, 2013), da 3.ª CIMKOS (Alves, 2015) e da 6.ª CIMKOS (Alves, 2017).

⁹³ Nestes casos, os documentos foram traduzidos para inglês e devidamente “sanitizados” de informação com interesse apenas nacional.

tido repercussões negativas na execução da missão das CIMKOS. Ao nível da relação informal estabelecida com o S2, não é destacada a existência de conflitualidade.

4. Conclusões

Embora este trabalho tenha estado limitado por não poder ter “classificação de segurança”, definiu-se como objetivo, analisar a forma como se estruturaram e foram empregues as informações militares nacionais no TO do Kosovo, no período de 2012 a 2017, consubstanciado no emprego de CIM para apoio ao processo de tomada de decisão do EMGFA e das FND, nesse TO.

Após um breve enquadramento da conjuntura subjacente à existência deste TO, do enquadramento legal nacional que consubstanciou o empenhamento de FND no Kosovo e à tomada de decisão de aí serem constituídas CIM, dá-se efetivamente início ao estudo com que se pretendeu atingir o objetivo definido.

Da investigação efetuada pôde concluir-se que apesar das CIMKOS terem na sua missão estabelecida o duplo objetivo de apoiar a FND e o CISMIL, os produtos elaborados foram essencialmente em prol do CISMIL, uma vez que, por desconhecimento das suas potencialidades, receio de ingerência, ou qualquer outra razão não identificada, raramente houve solicitações por parte das FND.

Em termos organizacionais e funcionais internos, pôde também concluir-se que, apesar de algumas alterações consideradas necessárias para melhor se adaptar à “Avaliação da Situação” no TO e às qualificações técnicas possuídas por cada um dos seus elementos constituintes, as CIMKOS seguiram a doutrina OTAN aplicável. Fica aliás claro, ter sido este o motivo que esteve na base do estabelecimento dos laços de confiança e da partilha de informação credível e de qualidade que tornaria muito profícua, a articulação com a estrutura de *Intelligence* da KFOR, como também a integração na estrutura das CIM congéneres.

Apesar de não se ter podido aprofundar as razões subjacentes, facilmente se conclui que, ao nível da articulação com a estrutura da FND, existiram constantemente problemas e até um clima de conflitualidade, muito provavelmente decorrente da relação de comando que se encontrava superiormente estabelecida.

Como contributos para o conhecimento, deixar-se-ia aqui realçado, que aplicação prática da doutrina OTAN é efetivamente um fator importante pois, garantindo padrões de qualidade e de procedimentos, facilita a interoperabilidade e o estabelecimento de laços de confiança entre todos os intervenientes.

Por forma a obviar que, em situações futuras voltem a ocorrer, julga-se ser importante que fossem estudadas as razões subjacentes ao facto de terem havido poucas solicitações de apoio por parte da FND e a problemática ocorrida ao nível da articulação das CIMKOS com a estrutura da FND.

Referências Bibliográficas

Alves, J. (2015). *Relatório Final de Missão_Kosovo_CIM3*.

Alves, J. (2017). *Relatório Final de Missão_Kosovo_CIM6*.

CSNU. (1999). *Resolution 1244(2009)*, 51670 263847 (testimony of UNSC).

Decreto-Lei n.º 184, 29 de dezembro (2014), *Aprova a Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª Série, 250, 6382-6397. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/65983261>

- Decreto-Lei n.º 234, de 15 de setembro (2009). *Aprova a Lei Orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Diário da República, 1.ª Série, 179, 6444-6455. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/489711>
- EMGFA. (2012). *DIROP N.º 14/CEMGFA/12 – Célula de Informações Militares no Kosovo (13 de setembro)*, Lisboa [Confidencial].
- EMGFA. (2013). *DIROP N.º s/n/CEMGFA/13 – 2ª Célula de Informações Militares no Kosovo (s/data)*, Arquivo do Centro de Informações e Segurança Militares [CISMIL], Lisboa [Reservado].
- EMGFA. (2015a). *DIROP N.º s/n/CEMGFA/15 – 3ª Célula de Informações Militares no Kosovo (s/data)*, Arquivo do Centro de Informações e Segurança Militares [CISMIL], Lisboa [Reservado].
- EMGFA. (2015b). *DIROP N.º s/n/CEMGFA/15 – 4ª Célula de Informações Militares no Kosovo (s/data)*, Arquivo do Centro de Informações e Segurança Militares [CISMIL], Lisboa [Reservado].
- EMGFA. (2016a). *DIROP N.º s/n/CEMGFA/15 – 5ª Célula de Informações Militares no Kosovo (s/data)*, Arquivo do Centro de Informações e Segurança Militares [CISMIL], Lisboa [Reservado].
- EMGFA. (2016b). *DIROP N.º s/n/CEMGFA/15 – 6ª Célula de Informações Militares no Kosovo (s/data)*, Arquivo do Centro de Informações e Segurança Militares [CISMIL], Lisboa [Reservado].
- Fonseca, D. (2014). *A globalização e a necessidade de conhecer - as informações militares na democracia portuguesa*. Évora: Universidade de Évora.
- NATO. (2016). *AJP-2 NATO Standard Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security (Issue September)*. NATO Standardization Office.
- NATO. (2020). *AJP-2 NATO Standard Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security (Issue July)*. NATO Standardization Office.
- Oliveira, J. N. (2013). *Relatório Final de Missão_Kosovo_CIM1*.
- Portaria n.º 231, de 10 de fevereiro (2005). *Aprova a permanência de uma força multinacional no Kosovo, sob a liderança da NATO, designada por KFOR*. Diário da República, 2.ª Série, 40, 2851. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/1802735>.

CAPÍTULO 9 – AS INFORMAÇÕES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO AFGANISTÃO

Paulo César Campos Silva
Sargento-ajudante Infantaria, Exército

Resumo

O presente trabalho irá demonstrar a importância de uma Célula de Informações Militar (CIM) em Teatros de Operações (TO) complexos como o Afeganistão. A investigação, está assente numa estratégia consubstanciada na pesquisa analítica, baseada na análise da aplicação das ferramentas necessárias, no âmbito da minha área de funções enquanto analista no Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL). A falta de *Intelligence* adequada, oportuna e pertinente, aliada à dificuldade do ambiente operacional, no Afeganistão, pode afetar a utilização das capacidades e as decisões dos comandantes, a nível tático, operacional e estratégico. Assim, o objetivo deste estudo, visa analisar, na conjuntura da partilha de informações, o papel das CIM, com as capacidades necessárias para atuar no seio da comunidade de informações, em apoio das forças no terreno. Desse modo, e partindo da experiência pessoal como elemento de uma CIM no Afeganistão, pretende-se partilhar o conhecimento obtido na partilha de informações, em apoio das Forças Nacionais Destacadas (FND). Com este trabalho foi possível constatar que as CIM são essenciais, no âmbito das tarefas de recolha, tratamento, análise de informação e disseminação de *Intelligence*, em proveito da proteção das FND, especialmente no Afeganistão, bem como para alimentar o Ciclo de Produção de Informações (CPI) nacionais.

Palavras-chave: Afeganistão, Teatro de Operações, Célula de Informações Militares, *Intelligence*, Forças Nacionais Destacadas.

Abstract

The present work will demonstrate the importance of a Military Intelligence Cell in Theaters of Operations as complex as Afghanistan. The investigation is based on a strategy embodied in analytical research, based on the analysis of the application of the necessary tools, within the scope of my area of functions as an analyst at the Military Information and Security Center. The lack of adequate, timely and pertinent Intelligence, combined with the difficulty of the operational environment in Afghanistan, can affect the use of the functions and the decisions of commanders, at the tactical, operational, and strategic level. Thus, the objective of this study, aims to analyze, in the context of intelligence sharing, the role of Military Intelligence Cell, with the necessary capacities to act within the intelligence community, in support of forces on the ground. Thus, and based on personal experience as an element of a Military Intelligence Cell in Afghanistan, it is intended to share knowledge in the sharing of information, in support of the Detached National Forces. With this work it was possible to verify that the Military Intelligence Cell are essential, in the scope of the tasks of collecting, processing, analyzing information and disseminating Intelligence, for the benefit of the Detached National Forces protection, especially in the Afghanistan, as well as to feed the National Intelligence Production Cycle.

Keywords: Afghanistan, Operations Theater, Military Intelligence Cell, Intelligence, Deployed National Forces.

1. Introdução

O presente trabalho pretende expor a importância de uma CIM em ambiente Operacional, que num conjunto de condições, circunstâncias e influências, afetam ou podem afetar o emprego das forças militares com impacto nas decisões dos comandantes. Deste modo e, segundo a doutrina da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), a *Intelligence*, é o produto resultante do processamento de notícias respeitantes a atores, reais ou potencialmente hostis, ou áreas de operações atuais ou potenciais (NATO, 2016a). Neste sentido, existe a necessidade da criação de um “órgão” responsável por recolher, tratar e disseminar informações adequadas e oportunas para o desempenho da missão a executar. Segundo Silva (2018, p. 26) “uma Célula de Informações Militares (CIM) é uma capacidade equipada e guarnecida por uma nação para assegurar o apoio de Informações nacional dentro de um Comando NATO, que pode estar agregado a um comando permanente ou móvel”. Estas células, são de arquitetura flexível e modular e, de acordo com o mesmo autor, providenciam, em tempo oportuno, a troca direta de Informações nacionais e do teatro.

O objetivo geral deste estudo é analisar o papel fulcral de uma CIM, munida com as capacidades necessárias para atuar no seio da comunidade de informações, em apoio das forças militares no terreno. Pretende-se assim, demonstrar a conjuntura da partilha de informações, nomeadamente através de uma CIM em apoio à FND no Afeganistão. Deste modo, o objetivo basilar das Informações será, o produto resultante da aquisição orientada e do processamento de informação relativa a um ambiente operacional, capacidades e intenções dos atores, de modo a identificar as ameaças e oportunidades a explorar pelos decisores (NATO, 2019).

Esta análise é delimitada ao TO do Afeganistão, durante o período de 2010 a 2014. Seguiu-se um raciocínio dedutivo, assente numa estratégia qualitativa, recorrendo a ferramentas de fontes abertas, e à experiência do autor, enquanto analista no CISMIL e como elemento de uma CIM no Afeganistão.

Ao longo do trabalho, irá verificar-se, o quão importante e pertinente é adquirir informação detalha e oportuna, na execução das vicissitudes das missões militares.

2. Enquadramento

Em 2003, a NATO assumiu o comando da *International Security Assistance Force* (ISAF), no Afeganistão, uma campanha focada na condução de operações de contrainsurgência, na qual, à semelhança de outras campanhas, a *Intelligence* desempenhou um papel fulcral para se poder compreender o ambiente operacional e, em grande medida, no conhecimento dos aspetos culturais da população.

Em 2010, os Estados Unidos da América (EUA) anunciaram um ajustamento da sua estratégia para a região do Afeganistão⁹⁴ e Paquistão. O reajustamento refletiu as decisões assumidas pelos

⁹⁴ A conferência de Bonn, patrocinada pela Organização das Nações Unidas em 2001, estabeleceu um processo de reconstrução política que incluiu a adoção de uma nova constituição, uma eleição presidencial em 2004 e eleições para a Assembleia Nacional em 2005. Em dezembro de 2004, Hamid Karzai tornou-se o primeiro Presidente democraticamente eleito do Afeganistão, e a Assembleia Nacional foi inaugurada em dezembro seguinte. Karzai foi reeleito, em agosto de 2009, para um segundo mandato. A eleição presidencial de 2014, foi a primeira do país a incluir um segundo turno, que contou com os dois primeiros votantes do primeiro turno, Abdullah Abdullah (atual Presidente do Conselho Superior para Reconciliação Nacional) e Ashraf Ghani. Ao longo do verão de 2014, as suas campanhas contestaram os resultados e negociaram acusações de fraude, levando a uma intervenção diplomática liderada pelos EUA, que incluiu uma auditoria de votos completa e a negociações políticas entre os dois campos. Em setembro de 2014, Ghani e Abdullah concordaram em formar o Governo de Unidade Nacional, com Ghani empossada como Presidente e Abdullah elevada ao recém-criado cargo de Presidente Executivo. No dia seguinte à

parceiros da NATO em Lisboa e as linhas orientadoras do Comandante da ISAF, na altura General David Petraeus.

O iniciar da retração, em julho de 2011, sem que as *Afghan National Security Forces* tivessem capacidade de assumir as responsabilidades de segurança, constituía um erro crasso. No mesmo sentido, Anders Rasmussen, Secretário-Geral da NATO, afirmava como sendo errada uma retirada precipitada e considerava que um calendário rígido poderia oferecer oportunidade acrescidas aos insurgentes⁹⁵ (Rasmussen, 2011).

Em janeiro de 2010, e devido à duplicação de meios e subseqüentemente, excesso de informação que muitas das vezes era redundante, foi criada uma plataforma de partilha de informação da ISAF, a *Afghanistan Mission Network*⁹⁶. Esta rede tornou-se na principal rede de transmissão de informação crítica, trazendo inclusive alterações na postura de partilha de informação, passando do “*need to know*” para o “*need to share*”, o que contribuiu para o preenchimento de uma *Common Operational Picture*, mais próxima da realidade (Chad et al., 2014). As lições aprendidas na utilização desta plataforma, serviram de base para a implementação da *Federated Mission Networking*, que se encontra atualmente em uso nas missões da NATO.

A complexidade do TO do Afeganistão⁹⁷ forçou a NATO a adaptar a sua estratégia, bem como a abordagem operacional, Táticas Técnicas e Procedimentos (TTP), com base em lições aprendidas (Yalçinkaya & Özer, 2016). Contudo, apesar dos esforços desenvolvidos pelas várias forças de segurança, em 2010, o ambiente de conflitualidade que se verificava no país, aumentou, sobretudo na zona Leste e Sul do Afeganistão. Em média, de janeiro a dezembro de 2010, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, o nível de violência registou um aumento de 70 %. Só na Área de Responsabilidade (AoR) do *Regional Command Capital* registou-se um aumento de quase 30 % (Armed Conflict Location & Event Data Project, 2020). Nesta conjuntura, a FND, estava exposta à insurreição quer no quadro das *Operational Mentor and Liaison Teams* (OMLT), quer no das *Mobile Education and Training Teams* (METT), existindo uma ameaça latente contra qualquer membro da Comunidade Internacional, nomeadamente em raptos, atentados com *Improvised Explosive Devices*, ou em ataques contra as suas instalações. Nesse sentido, foi necessário criar uma equipa com capacidade de produzir *Intelligence* em proveito, não só das Forças Armadas Portuguesas, mas também das FND no TO do Afeganistão (CISMIL, 2014).

3. Papel das Informações

Atualmente, as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a contribuir com o seu esforço para missões militares conjuntas em zonas de conflito, de caráter internacional e multinacional, de prevenção de conflitos, manutenção da paz, assistência humanitária e outras, quer no âmbito da

inauguração, a administração Ghani assinou o Acordo de Segurança Bilateral EUA-Afeganistão e o Acordo sobre o Status das Forças da OTAN, que fornecem a base legal para a presença militar internacional pós-2014 no Afeganistão (The World Factbook, 2021).

⁹⁵ *Haqqani Taliban Network; Harakat ul-Mujahidin; Harakat ul-Jihad-i-Islami; Islamic Jihad Union; Islamic Movement of Uzbekistan; Islamic State of Iraq and ash-Sham-Khorasan Province; Islamic Revolutionary Guard Corps/Qods Force; Jaish-e-Mohammed; Jaysh al Adl (Jundallah); Lashkar i Jhangvi; Lashkar-e Tayyiba; al-Qa'ida; al-Qa'ida in the Indian Subcontinent; Tehrik-e-Taliban Pakistan* (CIA Factbook, 2020).

⁹⁶ A Rede de Missão do Afeganistão é a rede principal da Coligação, no que diz respeito ao Comando, Controlo, Comunicações, Sistemas Informáticos, *Intelligence*, Vigilância e Reconhecimento (C5ISR) para missões lideradas pela NATO no Afeganistão (RAND Corporation, 2021).

⁹⁷ O Afeganistão é descrito por Matthew M. Aid (2012) como um Estado feudal empobrecido, do século XVIII, sem litoral, semelhante a uma manta de retalhos formada por sete grandes grupos étnicos, 400 grandes redes tribais e 32 milhões de habitantes, 80 % dos quais dispersos por 40.000 povres aldeias rurais, cuja lealdade é para com o poder tribal e não para com o Governo eleito.

Aliança Atlântica quer das Nações Unidas e, em teatros com características tão distintas e particulares tais como os TO do Afeganistão, Kosovo, Mali República Centro Africana e Iraque. Nesta tipologia de TO, é necessário que todas as funções conjuntas⁹⁸ funcionem em pleno.

Assim, o papel basilar das Informações, assenta na contribuição para: se obter um entendimento contínuo e coordenado do ambiente operacional, identificando as condições necessárias para alcançar os objetivos definidos, evitando a surpresa; e avaliar o impacto das ações dos adversários, forças amigas e neutrais, no conceito de operações (NATO, 2019).

Por outro lado, a perceção dos diversos atores que atuam no ambiente operacional depende, fundamentalmente, da *Intel* disponível, requerendo, por isso, grande agilidade no ambiente da informação, em reforço das restantes funções conjuntas, contribuindo para o sucesso da missão da Força como um todo.

Concomitantemente, os comandantes têm diversas responsabilidades, incluindo o fornecimento de orientação de planeamento, definição da área de interesse e dos *Commander's Critical Information Requirements* (CCIR). Para atender a esses requisitos, as equipas de *Intel*, no caso em estudo, as CIM, recolhem, analisam e disseminam, todos os dados disponíveis nos sistemas geográficos e políticos, militares, económicos, sociais, de infraestrutura e de informação (NATO, 2019).

3.1. O papel da *Intelligence* em ambiente operacional – Requisitos

De acordo com a doutrina da NATO, a produção de Informações é composta por quatro fases (NATO, 2016a):

- Orientação – determinação das necessidades de informação, esforço na recolha de informação e emissão de ordens para as unidades e órgãos de pesquisa;
- Aquisição – exploração dos meios pelas fontes e órgãos de pesquisa e disponibilização da informação obtida à unidade, ou órgão de processamento apropriado para a produção de *Intelligence*;
- Processamento – conversão da informação em *Intelligence*, através do registo, avaliação, análise, integração e interpretação;
- Disseminação – através da transmissão oportuna da *Intelligence*, na forma e meios apropriados, a quem dela necessita.

Na conjuntura da produção das informações, estas são alimentadas por um conjunto de capacidades de aquisição (disciplinas), que irão reforçar as necessidades de informação: os métodos de recolha de informação e os meios utilizados. Assim, dentro das disciplinas do CPI existem os seguintes métodos de recolha de informação:

- *Imagery Intelligence* (IMINT) – decorre da recolha em forma de imagem ou vídeo, através de sensores de imagem;
- *Signals Intelligence* (SIGINT) – resulta da recolha e exploração de emissões no espectro eletromagnético;
- *Human Intelligence* (HUMINT) – baseada em fontes humanas;
- *Measurement and Signature Intelligence* (MASINT) – informação científica e técnica obtida através de métodos de análise com o objetivo de identificar equipamentos ou fontes de emissão;

⁹⁸ As funções conjuntas fornecem uma estrutura e atividades relacionadas e agrupadas, com o intuito de apoiar os comandantes na integração, sincronização e orientação das várias capacidades em operações conjuntas, sendo elas: a Manobra, os Fogos, o Comando e Controlo, as Informações, as Atividades de Informação, a Sustentação, a Proteção da Força e a Cooperação Civil-Militar (NATO, 2019).

- *Open Source Intelligence* (OSINT) – deriva de informação disponível ao público, em fontes abertas, e de informação não-classificada com distribuição limitada;
- *Acoustic Intelligence* (ACINT) – resulta da recolha e processamento de fenómenos acústicos através de sensores de som.

3.2. Emprego das Informações – Célula de Informações Militar

Para entender o papel das informações na NATO, importa situar aquilo que são funções conjuntas na doutrina da organização, na qual a *Intel* se integra. As funções conjuntas fornecem uma estrutura sólida de recursos e atividades relacionadas, agrupadas para apoiar os comandantes na integração, sincronização e orientação das várias capacidades em operações conjuntas, incluindo a Manobra, Fogos, Comando e Controlo, *Intel*, Atividades de Informação, Sustentação, Proteção da Força e Cooperação Civil-Militar (NATO, 2019).

Concomitantemente, o papel das informações será poder contribuir para um raciocínio contínuo e coordenado dentro da natureza do ambiente operacional, em proveito dos comandantes, conseguindo identificar as condições necessárias para atingir os objetivos finais, evitando desse modo, efeitos indesejados e avaliar o impacto das ações de adversários, forças amigas e neutrais, no conceito de operações (NATO, 2019).

No Afeganistão, nomeadamente em Kabul e dentro do seio da ISAF, o sistema de informações era constituído por várias e dispersas organizações, com diferentes objetivos e sem uma estrutura de comando centralizada⁹⁹. A estas, juntavam-se as unidades de informações da NATO, o que provocava uma duplicação de esforços¹⁰⁰ no campo das informações. (NATO, 2017, pp. 2-16) (Aid, 2012). Nesta conjuntura, de possuir uma capacidade própria no seio das Informações, as FND, foram confrontadas muitas vezes com a falta de *Intelligence* operacional atempada e objetiva, para poderem responder às novas tipologias de ameaça e aos desafios colocados à segurança. Nesse sentido, foi identificada a referida necessidade de se desenvolver e potenciar eficazmente, a capacidade de pesquisa e de análise de informação pertinente à identificação da capacidade da ameaça, ou da potencial ameaça, às Forças Armadas Portuguesas nas FND (CISMIL, 2014).

Nessa perspetiva, foi aprovado pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) a constituição de uma CIM, destacada para o Afeganistão, na dependência orgânica do CISMIL, potenciando a capacidade de apoiar o CPI deste órgão pela adicional exigência de pesquisa e análise, e a capacidade de resposta das FND, com informação oportuna e precisa¹⁰¹ face aos novos Requisitos de Informações (RFI) colocados pela transversalidade e globalização da ameaça (NATO, 2019). O reconhecimento da importância do papel que esta capacidade representava para a prossecução da missão em apoio às FND e, a perceção de que a dimensão da capacidade instalada no TO não era suficiente para satisfazer os RFI estabelecidos, foi decisivo para a ativação das equipas de informações no TO do Afeganistão (CISMIL, 2014).

⁹⁹ Em Kabul, por exemplo, existiam quatro grandes centros de fusão de informações (*Fusion Center*), ao serviço dos EUA e da NATO: o *Multinational Joint Intelligence Center*, no Quartel-General da ISAF, o *Joint Intelligence Operations Center*, exclusivo dos EUA, um *Fusion Center* da *Central Intelligence Agency* (CIA), na embaixada dos EUA, o qual não partilhava informação com os restantes, e um *Fusion Center* dedicado à Força de Operações Especiais (Aid, 2012).

¹⁰⁰ Cada um dos Comando Regionais (eram cinco), produzia os próprios relatórios de *Intel*, os quais eram processados pelo próprio *Fusion Center* regional, em adição à *Intel* produzida nas Brigadas e Batalhões, cada uma com capacidade de produção de relatórios específicos para os respetivos comandantes (Aid, 2012).

¹⁰¹ Requisitos essenciais do CPI, cujo produto é habitualmente designado por *Intelligence*.

4. Características operacionais das CIM

Em 2014, a estrutura de Informações das FND (S2) não estava suficientemente capacitada para operar no atual contexto das redes de terrorismo, da insurreição e do crime organizado, com que se via confrontada. Apesar da importância, validade e qualidade do trabalho desenvolvido pelos S2 nas FND, estes não se encontravam munidos de capacidades suficientes para desenvolver as suas funções extensivamente e, frequentemente, a sua ação revelava-se algo desajustada dos RFI suscitados pela atividade operacional (CISMIL, 2014).

Neste contexto, as capacidades de pesquisa, investigação, análise e produção de *Intelligence* da CIM, proporcionam um acréscimo de potencial, para mais completa identificação, conhecimento e neutralização da ameaça e, uma extensiva, eficaz e oportuna resposta aos RFI estabelecidos, quer no apoio ao planeamento operacional dos comandantes na área de operações, quer no contributo com produtos de importância estratégica e operacional, adequados ao CPI do CISMIL.

Concomitantemente, a CIM, apresenta recursos, que aumentam significativamente as capacidades do CISMIL para apoiar diretamente o ciclo de decisão do CEMGFA, sendo que a sua principal função será: preencher as lacunas de informação existentes, em particular as relativas à *situation awareness* para as ameaças emergentes; potenciar a resposta de RFI urgentes, em particular às ameaças identificadas, à análise do terreno, dos alvos e de imagens na área de operações; apoiar não só os aspetos operacionais de uma FND mas, particularmente, a implementação das necessárias medidas de segurança protetiva (CISMIL, 2014).

A criação da CIM contribuiu significativamente para as seguintes atividades de informação (CISMIL, 2014):

- Conhecimento da situação na área de operações e, em menor escala, no TO;
- Apoio das Informações ao Planeamento Operacional do EMGFA;
- Expansão da capacidade de Informações das FND (*Intelligence Reach Back*);
- Partilha e troca de Informações suscetíveis de prevenir e neutralizar as ameaças às FND.

5. Conclusões

A necessidade de desenvolver a capacidade de pesquisa e de análise da informação das FND, pertinente à identificação e capacidade da ameaça dos elementos armados no Afeganistão, esteve na génese da criação de uma equipa com as capacidades técnicas de se integrar no seio da comunidade de *Intel* da ISAF. Nessa perspetiva, e analisando as lacunas existentes, constituiu-se e destacou-se para o TO do Afeganistão uma CIM, com a capacidade de providenciar respostas face aos pedidos de informação nacionais e das FND no TO do AFG, ficando na dependência orgânica do CISMIL.

A CIM executou assim, missões e tarefas, no âmbito da produção do CPI, utilizando as várias disciplinas da recolha de informações, com o intuito de produzir relatórios de *Intelligence* e de Segurança Militar, sempre em proveito da Força do Contingente Militar Português destacado no TO, bem como, alimentar o CPI do CISMIL.

Deste modo, a CIM-Afeganistão, executou o CPI do CISMIL e das FND e, contribuiu prioritariamente, para a Segurança e Proteção da FND, com *Intelligence* oportuna, suscetível e facilitadora do desenvolvimento de medidas de proteção e segurança adequadas para as FND e do seu sucesso operacional.

Adicionalmente, e dentro da premissa de operações conjuntas, a CIM trocou e partilhou *Intelligence* com o J2 do comando da ISAF e com os aliados presentes no TO, numa base de regularidade, apoio mútuo e de confiança.

Em suma, e tendo como objetivo geral analisar o papel fulcral de uma CIM, dentro da conjuntura da partilha de informações, foi possível verificar que a CIM no TO do Afeganistão, executou tarefas de Informações e de Segurança Militar em proveito da Proteção da Força do Contingente Militar Português destacado no TO. A CIM alimentou o CPI do CISMIL, demonstrando o papel relevante que uma equipa com a capacidade efetiva de recolha, análise e disseminação de informações adequadas, pertinentes e oportunas, executa, tanto para alimentar o CPI a nível nacional, como em proveito das FND nos diversos tipos de TO em que Portugal participa.

Referências Bibliográficas

- Aid, M. M. (2012). *Intel Wars: The secret history of the fight against terror*. New York: Bloomsbury Press.
- Armed Conflict Location, & Event Data. (2020). Search Results for: Afghanistan [página online]. Disponível em: <https://acleddata.com/?s=afghanistan>
- Beljan, R. (s.d.). *ISAF Lessons Learned paper presentation*. Disponível em: https://www.academia.edu/5827535/ISAF_Lessons_Learned_paper_presentation
- Chad, C., Serena, I. R., Joel, B., Jan, O., & Bradley, L. (2014). *Lessons Learned from the Afghan Mission Network: Developing a Coalition Contingency Network*. RAND Corporation. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR300/RR302/RAND_RR302.pdf
- CIA *Factbook*, (2020). Afghanistan [página online]. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/afghanistan/#terrorism>
- CISMIL. (2014). *Extratros documentais de estudo sobre o Afeganistão*. Lisboa: Autor.
- International Crises Group. (2020). Afghanistan [página online]. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/asia/south-asia/afghanistan>
- NATO. (2010). *Bi-Strategic Command - Knowledge Development - (Pre-Doctrinal Handbook, Final Draft 17 Mar 2010)*. Norfolk: Allied Command Transformation.
- NATO. (2016a). *AJP-2 Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- NATO. (2016b). *AJP-2.1 Allied Joint Doctrine for Intelligence Procedures*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- NATO. (2017). *AJP-01 Allied Joint Doctrine* (E ed.). Bruxelas: NATO Standardization Office.
- NATO. (2019). *AJP-3 - Allied Joint Doctrine for the Conduct of Operations. Edition C, Version 1*. Bruxelas: NATO Standardization Agency AGENCY.
- RAND Corporations (2021). *Lessons Learned from the Afghan Mission Network: Developing a Coalition Contingency Network*. Washington: Rand Corporation. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR302.html
- Rasmussen, A. F. (2011). NATO Secretary General Anders Fogh Rasmussen at the meeting of NATO Defence Ministers [página online]. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_71419.htm

- Silva, C. M. (2018). *As Informações Militares – Um instrumento de segurança e defesa nacional* (Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2017/2018). Instituto Universitário Militar, Lisboa.
- The European Union Institute for Security Studies. (2020). Afghanistan 2011-2014 and beyond: from support operations to sustainable peace [página *online*]. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/content/afghanistan-2011-2014-and-beyond-support-operations-sustainable-peace>
- The World Factbook. (2021). Afghanistan [página *online*]. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/afghanistan/#terrorism>
- Walters Jr., R., & Traugott, L. (2017). The State of Afghanistan's Intelligence Enterprise. *Military Review*, 64-71.
- Washington Post. (2009). COMISAF's Initial Assessment [página *online*]. Disponível em: http://media.washingtonpost.com/wp-srv/politics/documents/Assessment_Redacted_092109.pdf?hpid=topnews
- Yalçinkaya, H., & Özer, Y. (2016). Another lesson learned in Afghanistan: the concept of cultural intelligence. *International Peacekeeping*, 24(3), 434-460. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13533312.2016.1244485>

CAPÍTULO 10 – AS INFORMAÇÕES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE TIMOR – OPERAÇÃO COBRA

Rui Miguel Pinho Silva
Major Cavalaria, Exército

Resumo

Foi em 1999, que o povo timorense se deslocou às urnas, ficando decidido nessa altura, serem um país independente. Para que o processo de transição decorresse de forma pacífica, foi criada uma força de manutenção da paz multidimensional e integrada, sob a alçada da Organização das Nações Unidas. Através da projeção de Batalhões, Portugal participou na componente militar da *Peace Keeping Force / United Nations Transitional Administration in East Timor*, sendo que, no segundo contingente enviado, fruto de infiltrações de milícias no setor atribuído, tornou-se necessário planear e executar uma operação de segurança, a qual ficaria conhecida como operação COBRA. Este estudo, que se encontra assente num raciocínio dedutivo baseado numa estratégia qualitativa, propôs-se analisar a qualidade do produto das informações militares produzidas no âmbito do apoio à operação COBRA, tendo para isso, sido analisadas as informações militares produzidas e a própria operação. Concluiu-se que, o sucesso da operação COBRA foi possível graças à qualidade do produto das informações produzidas, nomeadamente pelas mesmas se demonstrarem relevantes e antecipatórias, que permitiu um melhor planeamento e conseqüente execução. No entanto, fruto da área de operações e dos meios usados, as mesmas informações não se revelaram, na maioria das vezes, oportunas e precisas.

Palavras-chave: Operação COBRA, Informações Militares, Qualidade.

Abstract

It was in 1999, that the Timorese people went to the polls, deciding at that time, to be an independent country. In order for the transition process to proceed peacefully, a multidimensional and integrated peacekeeping force was created under the auspices of the United Nations. Through the projection of Battalions, Portugal participated in the military component of the Peace Keeping Force / United Nations Transitional Administration in East Timor, where, in the second contingent sent, because of infiltrations by militias in the assigned sector, it becomes necessary to plan and execute an operation of security, which became known as operation COBRA. This study, based on deductive reasoning and on a qualitative strategy, pretend to analyze the product quality of the military intelligence produced in the scope of support the operation COBRA, having analysed the military intelligence produced and the operation itself. It was concluded that the success of the operation COBRA was possible thanks to the product quality of the intelligence produced, namely that it proved to be relevant and anticipatory, which allowed a better planning and consequent execution. However, due to the operations area and the means used, the same intelligence has not, been most of the time, accurate and timely useful.

Keywords: Operation COBRA, Military Intelligence, Quality.

1. Introdução

Na sequência do referendo ocorrido a 30 de agosto de 1999, onde o povo timorense se deslocou às urnas para decidir o futuro do país, votando a favor da independência, ao contrário de usufruírem de uma autonomia especial dada pela Indonésia, Timor passou a estar sob a alçada da Organização das Nações Unidas (ONU) (Braz, 2013), por ser necessário dar início a um processo de transição. Para isso, o Conselho de Segurança da ONU emanou a Resolução n.º 1272, onde “estabeleceu uma força de manutenção da paz multidimensional e integrada, que tinha por missão precisa a responsabilidade global pela administração de Timor-Leste durante o período de transição” (Palma, 2005, p. 2).

Nesse quadro, a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET)¹⁰², que continha uma componente militar, uma componente civil e uma componente de assistência humanitária e de reabilitação, passou a ter “a responsabilidade global (“*overall responsibility*”) pela administração do Território” de Timor (Brito, 2002, p. 3).

Portugal participou nesta missão, sendo que, para a componente militar, designada por *Peace Keeping Force* (PKF), esta participação deu-se através da projeção de Batalhões, denominados por PORBATT¹⁰³ (*Portuguese Battalion*) (Pacheco, 2017).

Pese embora a Indonésia tenha reconhecido o resultado do referendo, a 19 de outubro de 1999, revogando as leis que formalmente anexavam Timor, o clima de insegurança manteve-se, sendo que, uma das principais ameaças vinha “de antigos membros das milícias pró-indonésias, que se infiltravam a partir da parte ocidental da ilha” (Braz, 2013, p. 33). É nesse sentido, que durante a presença do PORBATT 2¹⁰⁴, é lançada a Operação COBRA, que ficaria conhecida por ser a primeira operação contraguerrilha pós-guerra do Ultramar (Ferreira, 2013).

Nesse sentido, por se considerar extremamente relevante, a operação COBRA constitui-se como o objeto deste estudo, que tem como propósito, efetuar uma reflexão holística à forma como as informações militares produzidas no apoio à condução da operação, contribuíram para o sucesso da mesma.

Para melhor focalizar o estudo, o mesmo encontra-se delimitado a nível temporal, espacial e de conteúdo, ou seja, encontra-se delimitado ao período em que decorreu a operação; aos acontecimentos ocorridos no território de Timor; e, às atividades desenvolvidas pelo PORBATT 2, podendo, porém, existirem algumas referências à missão global da PKF/UNTAET para um melhor entendimento do estudo.

Face ao exposto, com o desiderato de atingir o propósito do estudo, define-se como Objetivo Geral (OG): Classificar a qualidade do produto das informações militares no apoio à condução da operação COBRA em Timor. Decorrente desse objetivo são definidos os seguintes Objetivos Específicos (OE):

- OE 1: Analisar o emprego das informações militares no apoio à operação COBRA;
- OE 2: Analisar a condução da operação COBRA.

Com vista a alcançar o OG definido, formulou-se a seguinte Questão Central (QC): De que forma a qualidade do produto das informações militares contribuíram para os resultados obtidos na operação COBRA desenvolvida em Timor?

¹⁰² A UNTAET esteve em Timor de outubro de 1999 a maio de 2002, sendo substituída pela Missão das Nações Unidas de Apoio em Timor-Leste (UNMISSET) (Pacheco, 2017).

¹⁰³ Esta participação prolongou-se até junho de 2004, no âmbito da UNMISSET (Pacheco, 2017).

¹⁰⁴ 2.º Batalhão de Infantaria Paraquedista, presente em Timor de 14 de agosto de 2000 a 16 de fevereiro de 2001 (Braz, 2013).

Este estudo encontra-se organizado em cinco capítulos. Para além da introdução (capítulo 1) e das conclusões (capítulo 5), no segundo capítulo é efetuado o enquadramento do estudo, sendo exposta a base conceitual, a metodologia e o modelo de análise adotado. O terceiro capítulo é dedicado às análises do emprego das informações militares e da operação COBRA, que irão contribuir, para que, no quarto capítulo, seja efetuada a avaliação da qualidade do produto das informações militares no apoio a esta operação, respondendo desta forma à QC.

2. Enquadramento do Estudo

2.1. A Qualidade do Produto das Informações Militares

2.1.1. Informações Militares

Segundo a doutrina nacional, por informações, pode-se entender, o produto resultante de um processo de tratamento de notícias “respeitantes a nações estrangeiras, organizações ou elementos, reais ou potencialmente hostis, ou áreas de operações atuais ou potenciais” (Exército Português, 2007, p. I-1-4). Por sua vez a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) acrescenta que as mesmas visam identificar ameaças e oferecer oportunidades de exploração por parte de quem toma decisões (NATO, 2016).

Nesse sentido, no que diz respeito às informações militares, as mesmas “facultam ao comandante os meios para uma previsão das prováveis táticas, possibilitando uma avaliação das capacidades do inimigo” dotando-o de uma vantagem sobre o mesmo, reduzindo os riscos intrínsecos ao combate e aumentando a probabilidade de sucesso (Exército Português, 2009, pp. 1-5 e 1-6).

2.1.2. Ciclo de Produção de Informações

Tendo sido mencionado que as informações resultam de um processo, importa aqui referir de que forma o mesmo ocorre. Assim, o denominado Ciclo de Produção de Informações, materializa-se por ser uma sequência de atividades em que a informação é obtida, tratada, convertida em informações e disponibilizada. Esta sequência compreende quatro fases, conforme se pode visualizar na Figura 1. Contudo, deve existir um esforço constante para que se consiga atingir um elevado nível de qualidade das informações produzidas, na medida em que as mesmas servem para apoiar a tomada de uma decisão.

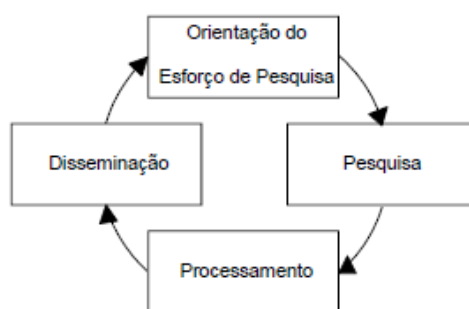


Figura 1 – Ciclo de Produção de Informações

Fonte: Exército Português (2009).

2.1.3. Produto das Informações Militares

Não existindo na doutrina portuguesa, nem na doutrina NATO, indicadores que permitam verificar a qualidade do produto das informações, recorre-se à doutrina norte-americana, que identifica um conjunto de características necessárias para que se possa afirmar que as informações

possuem um elevado nível de qualidade (Estados Unidos da América [EUA], 2013), e que por sua vez, também orientam o próprio ciclo de produção para o apoio às operações (Tabela 1).

Tabela 1 – Indicadores de Qualidade

INDICADOR	DEFINIÇÃO
Antecipatórias	Devem fornecer uma base sólida para o planeamento e para a tomada de decisão.
Oportunas	Devem permitir antecipar eventos e evitar surpresas.
Precisas	Devem ser factualmente corretas e transmitir a situação como realmente é.
Completas	Devem responder às perguntas colocadas, assim como, identificar aspetos relevantes que podem influenciar o cumprimento da missão.
Relevantes	Devem ser relevantes para o planeamento e execução da operação e contribuir para a compreensão do adversário e de outros aspetos significativos.
Objetivas	Devem evitar preconceitos ou ideias preconcebidas, por forma a serem o mais objetivas possíveis a fim de serem evitados erros no planeamento e execução.
Disponíveis	Devem estar sempre acessíveis ao decisor, tendo em atenção a forma de disseminação mais oportuna.

Fonte: Elaborado a partir de EUA (2013, pp. II-7 e II-8).

2.2. Modelo de Análise

Pelo exposto até ao momento, é reconhecido o papel fundamental do produto das informações militares no sucesso de uma operação, nomeadamente no apoio que as mesmas fornecem à tomada de decisão (planeamento e execução). Por esse motivo, neste estudo, é efetuada uma análise às respostas obtidas dos participantes, usando os indicadores de qualidade do produto das informações (Figura 2).



Figura 2 – Modelo de Análise

2.3. Metodologia

A metodologia de investigação seguida neste estudo assenta num raciocínio dedutivo, apoiado numa estratégia qualitativa, tendo sido utilizado como desenho de pesquisa o estudo de caso (Figura 3) (Instituto Universitário Militar [IUM], 2016).

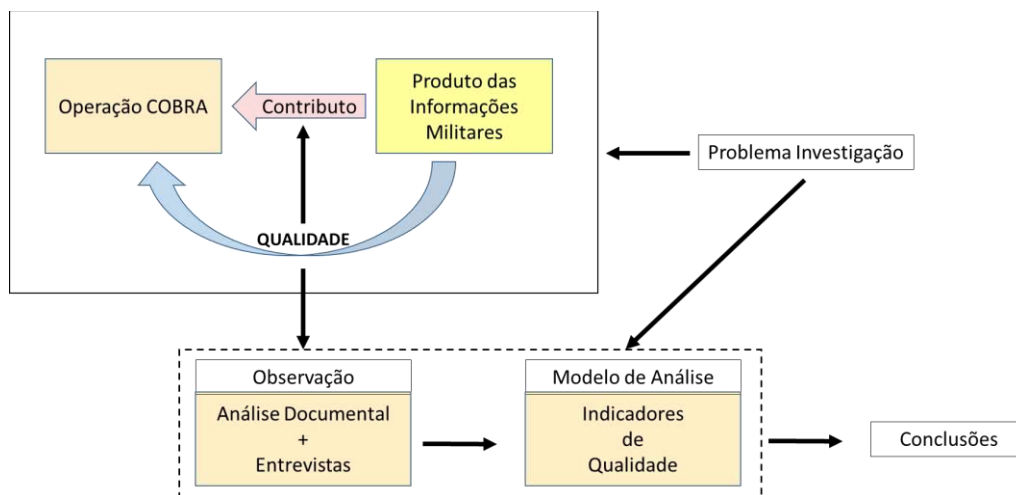


Figura 3 – Esquema Metodológico

Integraram este estudo as entidades constantes na Tabela 2, em virtude das funções extremamente relevantes que desempenhavam à altura em que decorreu a operação. Esta participação efetuou-se através da realização de um inquérito por questionário, realizado por *email*, no período compreendido entre 11 e 18 de janeiro de 2021.

Tabela 2 – Entidades Entrevistadas

POSTO	NOME	FUNÇÃO EM 2000
Cor	Paulo Abreu	Comandante da Companhia Paraquedista 23 / PORBATT 2
TCor	António Alves	Comandante da Companhia Paraquedista 22 / PORBATT 2
TCor	Nuno Moreira	Oficial de Informações do PORBATT 2
CFr	Henrique Alberto	Comandante da Companhia de Fuzileiros 23 / PORBATT 2

As respostas obtidas foram alvo de uma análise de conteúdo, onde foram identificados os indicadores do modelo de análise, por forma a verificar a qualidade do produto das informações no apoio à operação COBRA. O CFr Henrique Alberto, por não ter participado diretamente no planeamento nem na execução da operação, não respondeu ao inquérito, tendo existido apenas uma comunicação telefónica, que permitiu compreender melhor a articulação e emprego do PORBATT 2. Foi ainda efetuada uma análise documental baseada, essencialmente, em artigos disponíveis em fontes abertas e alguns documentos produzidos pelo PORBATT 2.

3. O 2.º Batalhão de Infantaria Paraquedista (PORBATT 2) / PKF / UNTAET

3.1. O Setor Central: Organização e Missão

Foi no dia 23 de fevereiro de 2000, que a UNTAET entrou, efetivamente, em funções, dispondo de uma estrutura militar, a PKF (Figura 4), que tinha como missão, apoiar a manutenção de um ambiente seguro em Timor (Garcia, 2005a).

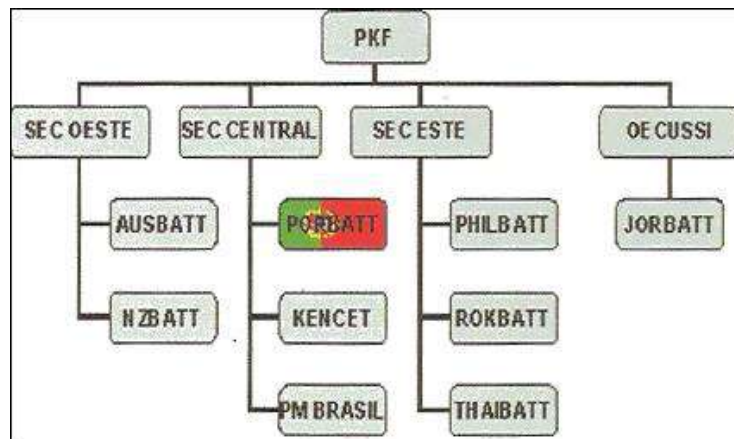


Figura 4 – Organização da PKF

Fonte: Gouveia (2010, Apd C-2).

Para cumprir esta missão, foi efetuada uma divisão territorial em quatro setores: Oeste, Central, Este e Enclave de Oecússi-Ambeno (Figura 5), existindo ainda, forças de intervenção, de âmbito local e de âmbito global. A Portugal foi cometido o setor Central que abrangia seis distritos: Aileu, Ainaro, Díli (incluindo a ilha de Ataúro), Ermera, Liquiçá e Manufahi (Braz, 2013; Garcia, 2005b).

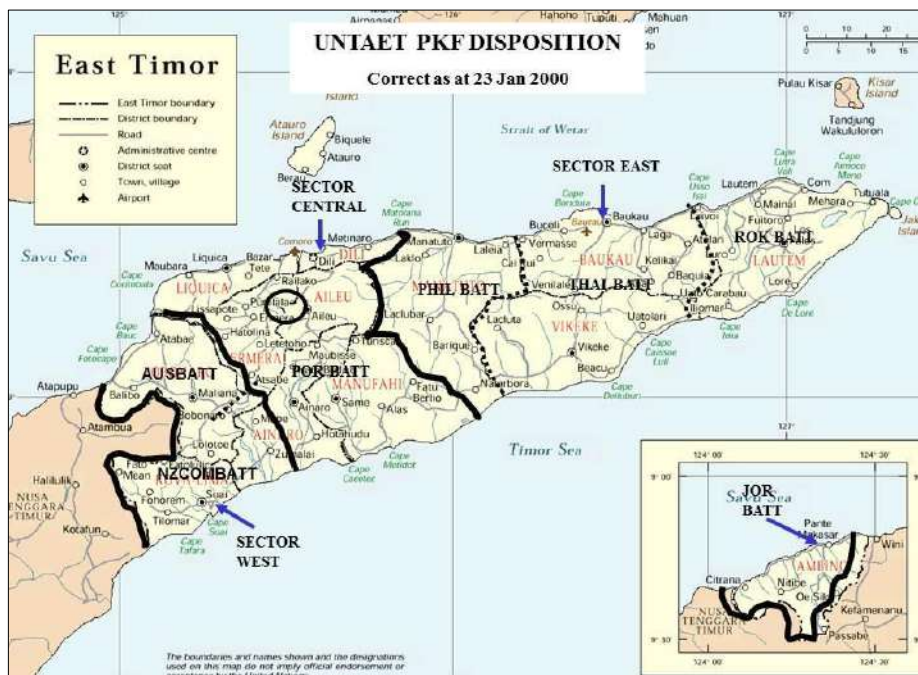


Figura 5 – Implementação no terreno do dispositivo da PKF

Fonte: Braz (2013, p. 34).

O comando deste setor encontrava-se no distrito de Díli, mais concretamente em Caicoli, tendo à sua responsabilidade uma área de cerca de um terço de todo o território, que representava aproximadamente 50 % da população timorense, sendo por isso, difícil manter uma presença permanente em toda a área (Ferreira, 2013; Pires, 2006). As forças cometidas a este setor contavam com um efetivo de cerca de 1.300 homens, repartidos por uma Companhia Queniana, uma Companhia de Polícia Militar do Brasil e um Batalhão Português¹⁰⁵ (Palma, 2005), e tinham, entre outras, a responsabilidade de: (i) “assegurar que a sua área de responsabilidade se mantinha livre da ameaça militar ou paramilitar” [e] (ii) “dispor de um sistema de pesquisa de informações seguro e partilhado ao nível do Distrito” (Garcia, 2005b, p. 9).

O PORBATT 2, constituído por setecentos e cinco militares, deu a sua entrada no setor a 15 de agosto de 2000 (PORBATT, 2000b), estando organizado da seguinte forma: Comando, uma Companhia de Comando e Serviços, um Destacamento de Engenharia, duas Companhias de Atiradores Paraquedistas, uma Companhia de Fuzileiros da Armada (Figura 6) e um Destacamento de Operações Especiais (DOE). Este último, passou já durante a missão, a depender diretamente do comando do setor Central, deixando de pertencer ao PORBATT 2 (Gouveia, 2010).

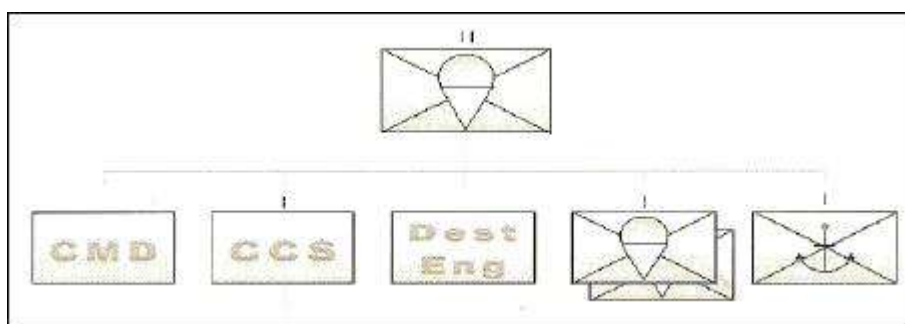


Figura 6 – Organização do PORBATT 2

Fonte: Gouveia (2000, Apd D-1).

3.2. As Informações: Estrutura e Emprego

De acordo com o Quadro Orgânico de Pessoal (QOP) aprovado para a missão, o PORBATT 2 previa na sua orgânica uma célula de informações, constituída por um Oficial de Informações (Capitão), um Sargento Adjunto (Sargento-Ajudante), um Sargento de Informações (Primeiro-Sargento) e um Condutor/Radiotelefonista (Soldado) (N. Moreira, entrevista por *email*, 13 de janeiro de 2021).

Para operacionalizar a produção de informações que apoiassem a missão, foi proposta, ainda durante a fase de aprontamento, uma reorganização que passava pela criação de equipas, à custa do DOE, dependentes diretamente do Oficial de Informações e que estariam vocacionadas para atividades de *Human Intelligence* (HUMINT)¹⁰⁶. No entanto, com a passagem do DOE para o comando do setor Central e com a necessidade de ministrar treino aos elementos das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), houve a necessidade de voltar à estrutura “clássica” (N. Moreira, *op. cit.*).

Contudo, e face às notícias que chegavam acerca de infiltrações de milícias no setor, foi adotada outra solução para operacionalizar o esforço das informações. Foi constituída uma equipa HUMINT,

¹⁰⁵ Este setor viria, posteriormente, a ser reforçado com forças da Coreia do Sul, Filipinas e Moçambique.

¹⁰⁶ HUMINT – disciplina das Informações onde a informação é obtida a partir de fontes humanas (Exército Português, 2009).

liderada pelo Oficial de Informações, com quatro Sargentos e que passou a ser o principal órgão de pesquisa, sendo que, o ciclo de produção de informações era efetuado no Posto de Comando (PC) Tático (localizado em Same, distrito de Manufahi), com o apoio dos militares da célula de informações (Sargento Adjunto e Sargento de Informações) que se mantinham no PC Principal.

Nesse sentido, na operação COBRA, a equipa HUMINT “conduzia diariamente atividade HUMINT junto das populações, no sentido de obter os Elementos Essenciais de Informação sobre as localizações, movimentos, efetivos e intenções dos grupos de milícias, no sentido de permitir a condução de operações de captura por parte das companhias” (N. Moreira, *op. cit.*).

3.3. Operação COBRA

Conforme já referido anteriormente, em virtude da confirmação das notícias relativas à infiltração de milícias no setor, mais concretamente nos distritos de Manufahi e Ainaro, o PORBATT 2 teve a necessidade de planear uma operação de segurança. Esta operação continha três fases: Fase I – Reconhecimento da área de operações, obtenção e confirmação de notícias e restabelecer a confiança da população na PKF, no sentido de levar os habitantes locais a pressionar as milícias a entregarem-se de forma pacífica; Fase II – incorporar membros das FALINTIL nas subunidades do PORBATT 2 e efetuar ações de deceção e de demonstração de força; e Fase III – efetuar operações de segurança através da constituição de Patrulhas de Combate, a fim de compelir as milícias a renderem-se ou serem capturadas (PORBATT, 2000a; PORBATT, 2000b).

Para isso, o PORBATT 2 articulou-se da seguinte forma: PC Tático, 22.^a Companhia Paraquedista a três pelotões, 23.^a Companhia Paraquedista com quatro unidades de manobra (dois pelotões orgânicos e dois pelotões da 23.^a Companhia de Fuzileiros), parte proporcional dos meios logísticos da Companhia de Comando e Serviços, equipa de elementos das FALINTIL, utilizados como guias e intérpretes nos comandos das unidades até escalão secção. O apoio aéreo seria garantido pelas operações aéreas da PKF (PORBATT, 2000b).

O esforço de pesquisa incidiu nos distritos de Manufahi e Ainaro, com vista a esclarecer a situação e permitir garantir uma situação de segurança, ao mesmo tempo que, através de atividades CMA¹⁰⁷, se procurava manter uma ligação à população (PORBATT, 2000c).

No final, a operação Cobra permitiu criar um clima de estabilidade e de segurança, possibilitando dessa forma, incrementar as atividades CIMIC, e as atividades no âmbito da assistência humanitária e reabilitação de infraestruturas (Ferreira, 2013; H. Alberto, entrevista por *email*, 14 de janeiro de 2021).

4. A qualidade do produto das Informações Militares no apoio à Operação COBRA

4.1. A produção das Informações Militares

Segundo N. Moreira (*op. cit.*) a organização “clássica” de uma célula de informações numa missão deste tipo, demonstrou não ser vantajosa para apoiar as operações, tendo existido a necessidade de se efetuar uma reorganização. A organização prevista em QOP encontrava-se vocacionada para operações convencionais, o que não era o caso de Timor, pois a ameaça atuava como guerrilha. Adicionalmente, por norma, um Batalhão enquadra-se numa Brigada ou Divisão, possuindo estes escalões, meios que permitem conduzir atividades de informações em várias disciplinas. Nesse sentido, os Batalhões “são mais consumidores do que produtores” (N. Moreira, *op. cit.*) de

¹⁰⁷ *Civil-Military Actions* – termo dado, em Timor, às atividades de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) que eram desenvolvidas ao nível das unidades de escalão Batalhão e Companhia (Katz, 2020).

informações, o que, mais uma vez, não acontecia em Timor, sendo o próprio PORBATT 2 produtor e consumidor.

Contudo, a capacidade de adaptação foi superior. De acordo com P. Abreu (entrevista por *email*, 18 de janeiro de 2021) existiu sempre um esforço por parte do comando em obter e processar a informação, mas acima de tudo, em confirmar a mesma antes de serem atribuídas as missões às subunidades. Assim, através da HUMINT, efetuaram-se contactos com as populações nas aldeias “socorrendo-se do Capelão do Batalhão e Comandantes das FALINTIL como intérpretes e elementos de grande influência sobre as populações [permitindo] identificar a constituição dos grupos, suas intenções e movimentações” (Moreira, 2001, p. 22).

Nesta perspetiva, a condução das operações foi guiada pelas informações que se conseguiram obter sobre localizações, movimentos e intenções dos grupos de milícias, sendo designada por N. Moreira (*op. cit.*) por “*actionable intelligence*”.

4.2. A qualidade do produto das Informações Militares

Foi solicitado aos participantes deste estudo que classificassem, segundo uma Escala de *Likert* (1-Discordo Totalmente a 5-Concordo Totalmente), a qualidade do produto das Informações Militares, no caso particular da operação COBRA, tendo em atenção os indicadores de qualidade previamente expostos. Os resultados obtidos (Tabela 3) demonstram que as informações produzidas tiveram um papel **relevante** e **antecipatório**, pois permitiram “planear as operações a realizar, de forma mais objetiva/direcionada, face à dimensão da Área de Operações” (A. Alves, entrevista por *email*, 14 de janeiro de 2021), e assim, “antecipar os movimentos e intenções dos grupos de milícias” (N. Moreira, *op. cit.*).

Tabela 3 – Respostas dos Participantes

	Antecipatórias	Oportunas	Precisas	Relevantes	Completas	Objetivas	Disponíveis
Oficial de Informações	4	4	4	4	3	3	3
Comandante CPara 22	4	2	3	5	3	4	3
Comandante CPara 23	3	3	2	4	2	3	2

Por outro lado, os resultados também nos permitem identificar que as informações produzidas, na opinião dos entrevistados, não foram sempre **completas** e **disponíveis**. De acordo com A. Alves (*op. cit.*) também é necessário entender que há 21 anos atrás não existiam os meios que existem hoje em dia, capazes de obter e disseminar informação. Os meios rádio utilizados, também tinham um alcance reduzido devido às características do terreno (PORBATT, 2000b). Porém, esta lacuna foi suprimida com a utilização dos meios aéreos, dando uma maior mobilidade à equipa, permitindo comunicar em tempo real (Moreira, 2021). A falta de meios do escalão superior, para conduzir atividades noutras disciplinas das informações, veio acentuar a dificuldade em obter informações mais completas e também mais **precisas** e **objetivas**. As dificuldades da língua, o medo que a população sentia e a fiabilidade da informação obtida através das atividades HUMINT, foram o maior obstáculo (P. Abreu, *op. cit.*; PORBATT, 2000b).

Adicionalmente, na maioria das vezes, a informação era “pouco credível e grande parte das vezes não era **oportuna**” (Garcia, 2005b), na medida em que, “a informação da presença de milícias

em determinada zona era por vezes obtida ou por indícios (vestígios) ou após estabelecermos contacto com os habitantes das aldeias [acontecimentos passados]" (A. Alves, *op. cit.*).

Contudo, de uma forma global, é perceptível que a capacidade de adaptação da célula de informações e o trabalho por si produzido, contribuiu decisivamente para o sucesso da operação, sendo que, os resultados obtidos, demonstram que a qualidade do produto das informações militares se reveste de uma importância extrema no apoio à execução de uma operação.

5. Conclusões

Este estudo teve como objetivo principal efetuar uma reflexão holística, classificando a qualidade do produto das informações militares no apoio à operação COBRA, que foi planeada e executada pelo PORBATT 2, no ano 2000, no âmbito da PKF/UNTAET, em Timor.

Tendo por base um raciocínio dedutivo, sustentado numa estratégia qualitativa, foi definido como objeto de estudo a operação COBRA. Através da análise documental e análise aos resultados obtidos a um inquérito por entrevista, efetuado a entidades com responsabilidades de planeamento e execução, foi possível classificar a qualidade, através dos seus indicadores, do produto das informações produzidas e como elas contribuíram para o sucesso da operação.

Nessa sequência, e respondendo à QC identificada, que materializa o problema da investigação "De que forma a qualidade do produto das informações militares contribuíram para os resultados obtidos na operação COBRA desenvolvida em Timor?", pode concluir-se, de forma global, que o sucesso da operação COBRA se deveu à qualidade do produto das informações, na medida em que, estas tornaram-se relevantes para o planeamento e para a execução, assim como, permitiram antecipar as intenções dos grupos das milícias.

No entanto, em virtude da área de operações e dos meios usados, nem sempre foi possível ter as informações disponíveis de forma precisa e oportuna, exigindo um esforço de adaptação por parte dos elementos da célula de informações do PORBATT 2, e das próprias subunidades, que muitas vezes tiveram de fazer de entidade produtora e consumidora de informações em simultâneo.

Pode-se afirmar, que este estudo contribuiu para um melhor conhecimento da operação COBRA em si, mas acima de tudo, contribuiu para uma melhor perceção e entendimento sobre a forma como as informações militares produzidas, para apoiar uma operação, são fundamentais para o resultado final da mesma. Nesse sentido, as mesmas podem levar ao sucesso ou insucesso, consoante a sua seja boa ou má, respetivamente.

Considerada uma das principais operações pós-guerra do Ultramar, não se pode deixar de referir que a mesma ocorreu há 21 anos atrás, constituindo-se assim, como uma das principais limitações (memória), pelo que se recomenda um estudo semelhante a uma operação mais recente, como é o caso das operações desenvolvidas na República Centro Africana.

Referências Bibliográficas

- Braz, C. (2013). *A manutenção da paz e a sua sustentabilidade: As missões da ONU e a contribuição militar portuguesa em Timor-Leste* (Tese de Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e da Segurança). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Brito, N. (2002). A administração transitória das Nações Unidas em Timor Leste. *Janus 2002* [Versão PDF]. Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/2002/2002_2_9.html

- EUA. (2013). *Joint Publication 2-0 Joint Intelligence*. Washington: Joint Chiefs of Staff.
- Exército Português. (2007). *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Exército Português. (2009). *PDE 2-00 Informações, Contra-Inteligência e Segurança*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Ferreira, J. (2013). Memórias de Timor. *Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP)*, (22), 13-14.
- Garcia, F. (2005a). *Timor Lorosa'e – Uma experiência militar nas Nações Unidas* [Versão PDF]. Disponível em: https://www.academia.edu/30382692/Timor_Lorosa_e_Uma_experi%C3%Aancia_militar_nas_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas
- Garcia, F. (2005b). *O papel das Forças Armadas Portuguesa na consolidação de Timor Lorosa'e* [Versão PDF]. Disponível em: https://www.academia.edu/30382685/O_papel_das_For%C3%A7as_Armadas_Portuguesa_na_consolidac%C3%A7%C3%A3o_de_Timor_Lorosa_e
- Gouveia, H. (2010). *As Forças Nacionais Destacadas e a Cooperação Civil-Militar* (Trabalho de Investigação Aplicada). Academia Militar [AM], Lisboa.
- IUM. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Katz, D. (2020). *CIMIC Structure and Organisation* [página online]. Disponível em: <https://www.accord.org.za/lessons/cimic-structure-and-organisation/>
- Moreira, N. (2001). Informações nas FND. *Boia Verde, Revista de Informação das Tropas Aerotransportadas*, XXXI, (195), 22-23.
- NATO. (2016). *AJP 2 - Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security (Edition A Version 2)*. NATO Standardization Office.
- Pacheco, R. (2017). *A Impunidade das Violações de Direitos Humanos em Timor Leste durante a Ocupação Indonésia (1975-1999)* (Tese de Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos). Universidade do Minho, Braga.
- Palma, E. (2005). Portugal em Timor-Leste: INTERFET e UNTAET. *Janus 2005* [versão PDF]. Disponível em: https://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005_4_3_10.html#topo
- Pires, R. (2006). *O Exército e a cooperação militar bilateral e multilateral. Contribuição para a política externa do estado português* (Trabalho Individual de Longa Duração). Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], Lisboa.
- PORBATT. (2000a, 14 de setembro). *Operation COBRA*. (FAX). Timor: 2nd Paratroop Infantry Battalion.
- PORBATT. (2000b, 20 de setembro). *Operação COBRA*. (FAX). Timor: 2nd Paratroop Infantry Battalion.
- PORBATT. (2000c, 07 de outubro). *Operação COBRA*. (FAX). Timor: 2nd Paratroop Infantry Battalion.

CAPÍTULO 11 – AS INFORMAÇÕES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO MALI

Andrea Senos Moutinho
Técnico Superior

Resumo

O número crescente de efetivos da Organização das Nações Unidas (ONU) destacados para missões em contextos violentos, voláteis e complexos, tem levado a Organização a repensar a segurança do seu pessoal e dos civis sob a sua proteção. A Política de Informações de Missões de Manutenção de Paz tem sido uma parte central destes esforços. O objetivo desta investigação foi analisar a *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA) enquanto um válido laboratório de experiências para as Informações Militares (IM), no sentido de uma mudança de paradigma que conceba uma *intelligence* cooperativa e multilateral, de onde se destaca a *All Sources Information Fusion Unit* (ASIFU), constatando-se que as questões da validade e uso da informação se mantêm pertinentes. Portugal está presente no Mali, e tem integrado Células de Informações Militares (CIM) multinacionais, onde vem adquirindo proficiência e competências nesta área como parceiro ativo da MINUSMA. O futuro passará por contribuir de forma ainda mais efetiva para a consolidação de uma doutrina de *Peacekeeping-Intel*.

Palavras-chave: ONU, MINUSMA, Informações Militares, Células de Informações Militares, Doutrina de *Peacekeeping-Intel*.

Abstract

The growing number of United Nations (UN) personnel deployed to missions in violent, volatile, and complex settings has pushed the UN to take all means necessary to improve the safety and security of its staff and of civilians under its protection. The UN's Peacekeeping-Intelligence Policy has been a central part of these efforts. The goal of this investigation was to analyze the Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali as a valid laboratory of military intelligence experiments, towards a paradigm shift that conceives a cooperative and multilateral intelligence, where the All Sources Information Fusion Unit stands out, stating that issues of validity and use of information remain relevant. Portugal is present in Mali, and has integrated multinational Military Intelligence Cells, where it has acquired proficiency and skills in this area as an active partner of MINUSMA. In the future, it will contribute, even more effectively, to the consolidation of a Peacekeeping-Intel doctrine.

Keywords: UN, MINUSMA, Military Intelligence, Military Intelligence Cells, Peacekeeping-Intel Doctrine.

1. Introdução

O ambiente estratégico do século XXI d.C. envolve uma miríade de impulsionadores étnicos, religiosos, ideológicos e de capacidades, que requer soluções sustentáveis em sociedades assoladas por conflitos, desastres ou catástrofes humanitárias.

A maioria das missões militares modernas ocorre assim em ambientes complexos com mandatos muitas vezes amplos que envolvem uma multiplicidade de desafios políticos, socioeconômicos e securitários, de que o Teatro de Operações (TO) do Mali é exemplo paradigmático. Como resultado, a atuação destas forças diverge muitas vezes, e implica operações que vão muito para além da guerra. A produção de informações, a *intel*, é vital, portanto, para o desfecho de um conflito (Bang, 2017). Mas a *intel* convencional, destinada à informação sobre Estados, militares e indivíduos-alvo já não é suficiente.

Neste contexto, proceder a uma abordagem sobre as IM num determinado TO encerra, na sua génese, várias dificuldades, entre elas o condicionamento na pesquisa, quer por ausência de bibliografia madura, quer pela natureza classificada da documentação que poderia ser consultada. Assim, correndo o risco de ser excessivamente ambicioso no seu objetivo, o presente estudo pretende analisar o papel das IM nas Nações Unidas, e particularmente no TO Mali, através de uma revisão do estado da arte existente e disponível sobre uma temática que é, só por si, restritiva, lançando algumas questões para futura investigação e consolidação de doutrina, e procurando ainda destacar o contributo nacional, desde 2015 até à presente data.

2. As Informações Militares

A literatura acerca de IM parece reduzir-se, sobretudo, a descrições de casos, que acabam por ter “apenas” valor histórico – embora não se possa excluir o potencial empírico das *lessons learned*. Alguns académicos advogam que falta teoria relativamente aos processos e às atividades de *intel* (Handel, 1990) – mas o que parece ser evidente é que provavelmente há uma não adaptação dos modelos e das teorias existentes a um contexto de informações (Gill & Phytian, 2013), mormente à especificidade das IM.

As IM muitas vezes não fornecem aos comandantes e aos decisores políticos uma compreensão eficaz de ambientes complexos, nomeadamente de *Counter-Insurgency*. Esta falha decorre, segundo Finnegan (1998), em grande parte, da falta de análises holísticas: a maioria das análises de ambientes complexos deriva de um modelo de análise de sistemas que desconstrói artificialmente tanto o ambiente como as pessoas e grupos dentro desse ambiente; e tratar ambientes complexos, como o Iraque ou o Afeganistão, como sistemas que podem ser divididos em peças rotuladas, leva os analistas a fazer pressupostos inúteis e logicamente insondáveis em relação à identidade humana. Estes pressupostos, por sua vez, minam a eficácia analítica. As Forças Armadas têm, portanto, de adquirir um vasto conhecimento das populações locais e das suas sociedades: “[...] failing to understand the human dimension of conflict is too costly in lives, resources, and political will [...] a new [*intelligence*] concept should seek to explain how populations understand their reality, why they choose either to support or resist their governments, how they organize themselves socially and politically, and why and how their beliefs transform over time” (Ellis, 2012, pp. 13-14).

Com as operações de paz envolvidas em situações cada vez mais voláteis e perigosas, parece haver uma aceitação crescente entre os Estados-Membros da ONU de que as missões das Nações Unidas precisam de maior capacidade para produzir informações, tanto para se protegerem como para cumprirem os seus mandatos de forma mais eficaz.

Embora as informações sejam um importante instrumento de todas as operações civis e militares contemporâneas, o conceito de *intelligence* é controverso na ONU devido à tensão entre o cariz multilateral e transparente, prescrito pela organização, e a natureza muitas vezes dissimulada e

clandestina das informações. No entanto, o relatório de 2015, do *High-Level Panel on Peace Operations* e o relatório de acompanhamento do Secretário-Geral sobre o futuro das operações de paz, apelaram ao reforço das capacidades analíticas das operações de paz para os ajudar a lidar com ambientes complexos (Smith & Karlsrud, 2015) (Figura 1).

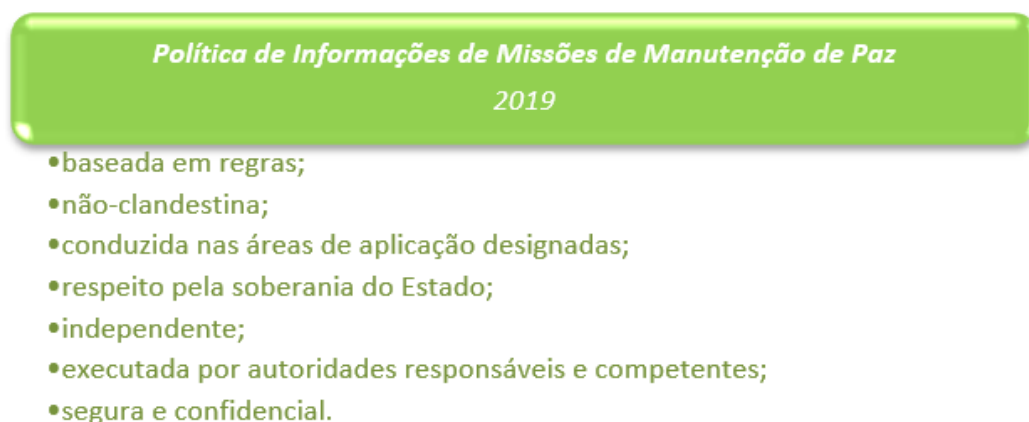


Figura 1 - Política de *Informações de Missões de Manutenção de Paz*

Fonte: Adaptado de UN (2019).

As operações de paz da ONU, de acordo com Meharg (2009), desenvolveram abordagens para colmatar as lacunas de informação relacionadas com o alerta precoce e a proteção dos civis e da própria missão. Porém, devido à falta de um quadro de informações específico da organização, as respostas da missão têm sido *ad hoc*. A *intel* nas operações de paz também carece de clareza conceptual: desmistificar este termo, politicamente carregado, exige que seja definido no contexto da organização, explicando as suas necessidades e requisitos, estruturas existentes e limitações (UN, 2019).

Apesar da *intel* se focar tradicionalmente em servir o interesse nacional e operar contra um adversário claramente definido, o termo expandiu-se, e atores como empresas de segurança privada, e *military contractors*, organizações terroristas e empresas comerciais, agora também se referem a *intel* (Keegan, 2002). No contexto ONU, a *intel* é melhor entendida como uma análise situacional multidimensional, partilhada numa base de necessidade de saber e de confiança. Para que seja eficaz, a *intel* requer processos e estruturas que garantam que possa ser partilhada e armazenada de forma segura. Estas estruturas devem favorecer a avaliação comum, a partilha de informações e a integração horizontal e vertical entre os componentes civis, policiais e militares das missões. Devem também ser regidas por regras e procedimentos, tarefas e orientações rigorosos (Spencer & Balasevicius, 2009) (Figura 2).

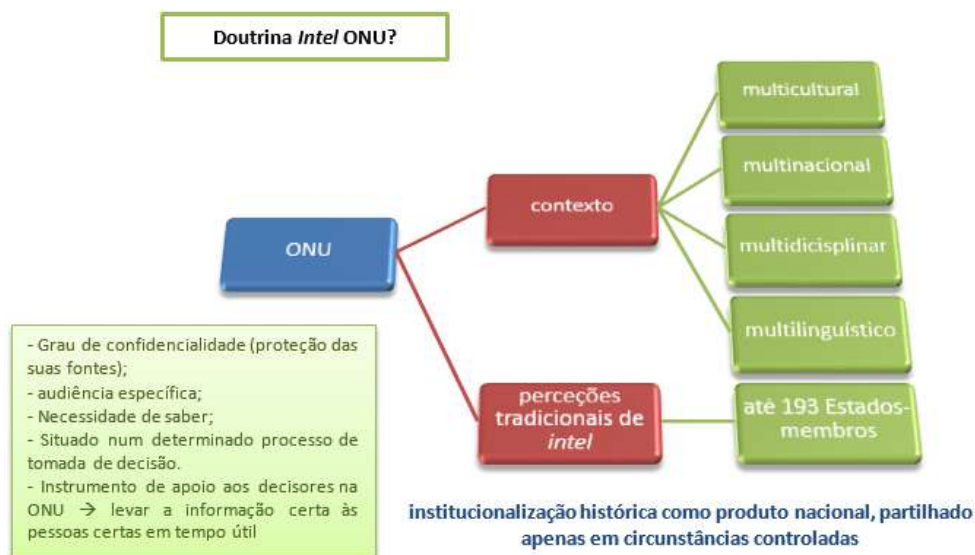


Figura 2 - Desafios a uma Intel ONU

Fonte: Adaptado de diversas referências (2021).

3. O Laboratório Mali

Desde que obteve a sua independência em 1960, o Mali tem sido palco de momentos de evidente tensão entre a elite política negra da região Sul, que sempre controlou o Estado, e o leque alargado e diferenciado de povos do Norte, que preconizam diferentes visões relativamente ao estatuto político-administrativo desejável para os seus territórios, além de disputarem abertamente os fluxos de comércio ilícito que perpassam a região. Vive, por isso, num permanente “estado de violência” (Gros, 2010).

Quando a Líbia entrou em colapso, em 2011, tornou ampla e facilmente acessível uma elevada quantidade de armamento que terá sido “desviada” por centenas de mercenários dos vários países da região que, à época, regressavam aos seus territórios de origem. Neste contexto, uma ofensiva militar, em inícios de 2012, desenvolvida por uma aliança entre tuaregues e islamistas, logrou expulsar o Exército do Norte do Mali com relativa facilidade, tendo colocado em causa a integridade do território maliano, e lançado o país numa profunda crise político-militar¹⁰⁸. Estes acontecimentos estiveram na base do Golpe de Estado militar de 2012, o qual forçou a queda do então Presidente maliano, Amadou Toumani Touré, e deixou o país numa situação de vazio político e institucional.

Surgiu a *African-led International Support Mission in Mali*, conduzida conjuntamente pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e pela União Africana, e que contou com beneplácito da ONU. Todavia, esta missão revelou-se incapaz de impedir os avanços da coligação tuaregue e islamista em direção à capital maliana; como resultado, o Presidente interino do Mali, Dioucounda Traoré, pediu, em 2013, oficialmente apoio à França para desenvolver uma intervenção militar cirúrgica com o intuito de preservar a soberania e a integridade territorial do Mali: *Operação SERVAL* e mais tarde a *Operação BARKHANE* (2014)¹⁰⁹. O Mali tornou-se assim, o epicentro das

¹⁰⁸ A rebelião que se verificou na região de Azawad – território reivindicado por comunidades autonomistas/independentistas, que se estende por parte do Mali, bem como a algumas parcelas do Norte do Níger e do Sul da Argélia – forçou o Estado maliano a abrir um novo processo de diálogo com as duas alianças de grupos armados entretanto criadas: *Plateforme des Mouvements Patriotiques* (próxima de Bamako e favorável à unicidade do Mali) e *Coordination des Mouvements de l’Azawad* (pró-independentista).

¹⁰⁹ Contemplava também, mandato para combater o terrorismo em toda a região do Sahel.

preocupações de segurança internacional sobre a migração, o terrorismo e o crime organizado (Albrecht, Ravnkilde, Marie & Rikke, 2017).

Em 2013, a MINUSMA foi criada pela Resolução n.º 2100 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para apoiar a construção da paz no Mali, evitar uma maior desestabilização do Sahel e, a prazo, fomentar o diálogo intercomunitário (Resolução n.º 2100/2013, de 25 de abril). Quase em simultâneo, para contribuir de forma ativa para a estabilização da região, a União Europeia (UE) lançou duas missões de treino: a *European Union Capacity Building Mission (EUCAP) in Mali*¹¹⁰ e a *European Union Training Mission (EUTM) in Mali*¹¹¹, onde Portugal se encontra ativamente envolvido, desde janeiro de 2015 (Security Council Report, 2021).

A MINUSMA tem vindo a representar a prática emergente de estabelecer missões de manutenção da paz da ONU em ambientes de conflito assimétrico, onde “não há paz para manter” (Gros, 2010). Neste contexto, e após intervenções internacionais em larga escala no Afeganistão e no Iraque, os soldados europeus regressaram à manutenção da paz da ONU.

Após o aumento da pressão para que as operações de paz da ONU tenham maior capacidade para lidar com ameaças assimétricas, em 2012, o Secretariado apelou aos Estados-Membros para que ajudassem a fornecer “capacidade de *intel*” à MINUSMA. Em resposta, os Países Baixos, em conjunto com outros países europeus, projetaram a ASIFU¹¹² (Figura 3), criada em 2014, que é a estrutura de *intel* mais robusta colocada numa missão da ONU até à data, contribuindo para uma melhor compreensão dos principais intervenientes, dos fatores de conflito, da economia local e da perceção dos principais círculos eleitorais, a fim de produzir informações preditivas e fiáveis que possam conduzir a atividades militares eficazes.

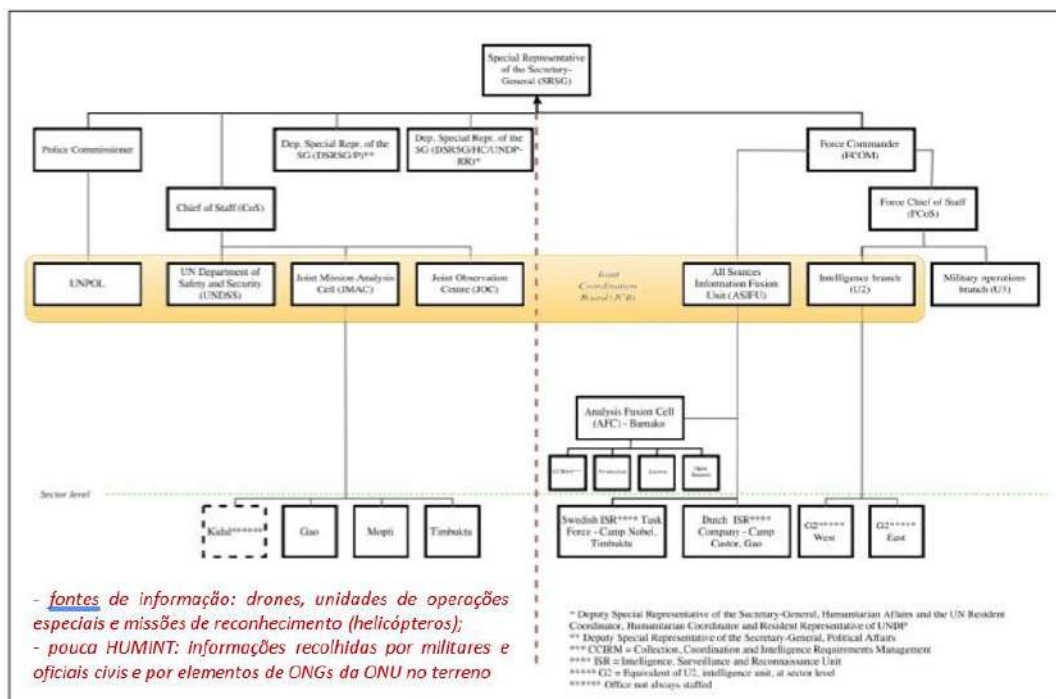


Figura 3 - Estrutura de Informações da MINUSMA e ASIFU

Fonte: Abilova e Novosseloff (2016).

¹¹⁰ Treino às forças de segurança.

¹¹¹ Reconstrução das Forças Armadas malianas e aconselhamento de reformas do setor castrense.

¹¹² Baseia-se em lições de operações militares anteriores no Afeganistão e no Iraque; a Unidade reúne e analisa informações, e produz IM para fornecer proteção à força e servir objetivos de missão.

Contudo, ainda subsistem alguns obstáculos¹¹³ às IM na MINUSMA: países com histórico de colaboração tendem a confiar uns nos outros, mas a falta de confiança proíbe a partilha de informação, por vezes até entre países europeus (as CIM¹¹⁴ tendem a colocar o seu primeiro esforço em reportar aos seus ramos nacionais, e não partilham automaticamente com os seus colegas de missão); preconceitos e sensibilidades diversas; e desafios, particularmente na coexistência de vários mandatos em simultâneo¹¹⁵ e na interação entre forças europeias e africanas¹¹⁶. Ainda assim, o Mali tornou-se um laboratório de experiências para a *intel* (Smith & Karlsrud, 2015).

4. Portugal no Mali

O esforço feito por Portugal em matéria de *peacekeeping* gravou uma imagem que se tem vindo a tornar cada vez mais sólida (Moreira, 2010). Contribuidor ativo e relevante nas missões internacionais, sobretudo no continente africano, onde se tem destacado pelo perfil do soldado português, tem mostrado, nas palavras do General Loureiro dos Santos¹¹⁷, que é capaz de ombrear com “outros países europeus com mais capacidades, o que se tem verificado na nossa atuação com as Forças Nacionais Destacadas. Em todo o lugar são sempre muito elogiadas pelos comandantes e, curiosamente, muito bem recebidas pela população, o que normalmente não acontece com os aliados”. Para além do envio de contingentes e/ou plataformas aéreas e marítimas, as Forças Armadas também têm enviado militares para missões de paz não inseridos em unidades constituídas, para desempenharem diversas funções¹¹⁸.

Em setembro de 2014, Portugal assumiu o compromisso da MINUSMA, com um contingente de 51 militares, num país charneira para a estabilidade do Sahel, cujos problemas podem constituir-se como ameaça direta à Europa (e.g. expansão do terrorismo). Em dezembro de 2019, Portugal assumiu o Comando Geral da EUTM¹¹⁹, por um período de seis meses, e já durante o segundo semestre de 2020, as Forças Armadas nacionais tiveram como responsabilidade: operações de evacuação e emergência médicas, inserção de forças de operações especiais e missões de recolha de informação e reconhecimento (UN Peacekeeping, 2021). Ao longo destas rotações, naquela que é considerada a missão mais perigosa do mundo, as Forças Nacionais Destacadas têm sido constantemente enaltecidas pela ONU, mas também pela UE, pelo seu desempenho.

¹¹³ Partilha de informações a partir de bases de dados classificadas da NATO difícil; várias unidades de *intel* inovadoras produzem relatórios abrangentes, focando-se no longo prazo; a liderança militar da MINUSMA valoriza mais a *intel* atual e relacionada com a segurança (pouco disponível dentro da organização); contributos dos intervenientes militares e civis desordenados, carecendo de partilha, coordenação e integração.

¹¹⁴ Produção de informação para garantir a segurança e proteção do contingente, e produção de informação para o EMGFA, em Portugal.

¹¹⁵ A MINUSMA tem sido cautelosa para não ser vista como estando demasiado próxima da *Operação BARKHANE* nas suas avaliações diárias e na forma como conduz as suas operações; os dois mandatos são, e devem permanecer, muito distintos, caso contrário, a missão poderia correr o risco de perder a sua imparcialidade e ser convidada a sair pelo governo anfitrião. É difícil para as missões cooperar com uma força paralela para melhorar a segurança do pessoal da ONU sem que o governo anfitrião e a população local questionem a sua imparcialidade; podem ocorrer situações em que a MINUSMA obtém informações cruciais para a BARKHANE proteger o seu pessoal, e vice-versa. No final, por muito diferentes que sejam, partilham o objetivo último de ajudar o governo maliano.

¹¹⁶ Os europeus trazem capacidades de *intel* inovadoras, fortemente baseadas em procedimentos avançados da NATO; quando as forças são maioritariamente constituídas por soldados africanos (por maior familiaridade cultural e conhecimento das línguas faladas localmente), unir as capacidades ocidentais e africanas é um desafio: procedimentos e sistemas incoerentes, níveis de experiência e mecanismos de reporte divergentes.

¹¹⁷ Entrevista ao Diário de Notícias, fevereiro de 2016.

¹¹⁸ Na maioria das vezes, de observação militar, exercidas só por oficiais de posto superior a Capitão.

¹¹⁹ Mandato estendido até maio de 2024.

Ainda que algumas das nações contribuintes tenham CIM nacionais implementadas, naturalmente com interesses e dinâmicas próprias, a cooperação entre congéneres neste tipo de TO torna-se, pois, fundamental. Apesar de não ter CIM destacadas no Mali, Portugal tem participado em células de *intel* internacionais. Este tipo de articulação e relacionamento¹²⁰, ainda que muitas vezes decalcado de doutrina da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), só se alcança através de laços de confiança e da partilha de informação credível. A contribuição com o conhecimento e *expertise* dos seus elementos nas reuniões de trabalho e *briefings* oficiais em que participam, e a partilha de alguns dos produtos elaborados, passíveis de contribuir para o cumprimento da missão, são elementos de projeção de credibilidade das forças portuguesas, que têm, de facto, uma reputação impoluta. Mais, a capacidade nacional, já acima referida, de relacionamento interpessoal com forças e populações africanas, é fator de alavancagem, e serve, indubitavelmente, para a mitigação de ambiguidades e de limitações operacionais.

As experiências em curso na NATO e na UE têm sido positivas: vejam-se os casos de sucesso do *Intel Fusion Centre* da NATO, e do *Joint Situation Centre*, ou *SitCen* da UE, nos domínios da produção e partilha de IM, e no âmbito da política externa e militar da UE, respetivamente (Smith & Karlsrud, 2015). Neste quadro, o Mali tem sido palco de aprendizagem para os oficiais de informações portugueses, e é evidente que a mudança de paradigma de *intelligence*, de questão inerentemente soberana para uma abordagem rigorosa para recolher informações e fazer avaliações prospetivas no contexto da ONU (como já preconiza a sua Política de *Intel*, revista em 2019) beneficia Portugal, quer pelo contributo que pode dar, quer pela experiência que daí advém.

5. Conclusões

Apesar da limitação imposta pela não classificação do presente estudo, e ainda pela ausência de bibliografia que suportasse algumas das evidências, procurou-se identificar um fio condutor na *Intel* da ONU, especificamente em missões como a MINUSMA, e avaliar o contributo de Portugal.

Parece ser evidente que desenhar novas operações militares deve contemplar a cooperação internacional em IM para fazer face a ameaças voláteis e sem fronteiras. IM inadequadas não alimentam, *per si*, o extremismo, mas reforçam as suas operações e existência. Um novo caminho deverá incorporar uma abordagem multilateral (Shurkin, Pezard & Zimmerman, 2017) que permita, nomeadamente aos países do Sahel, reforçar as suas instituições políticas e socioeconómicas. Só então, as operações poderão ser adaptadas para inverter eficazmente o extremismo que arrasta a região para a anarquia.

A relação entre a *intel* nacional e a ONU levanta uma questão essencial: quando é que a segurança internacional se torna uma extensão da segurança nacional? Cada nação deve responder a esta pergunta por si mesma, mas a longo prazo, e numa perspetiva humana mais alargada, é evidente que a ONU deve ter os meios necessários para alcançar os seus objetivos, e em última análise, alcançar a paz. Inevitavelmente, os problemas globais exigem soluções globais (Pires, 2014), cuja a resolução exigirá o desenvolvimento de uma *intel* de manutenção da paz, na linha do que vem sendo realizado pela MINUSMA e pela ASIFU. Neste campo, o Mali tem sido um verdadeiro laboratório de *intel*, já que a ONU vem aplicando outros conceitos (ao estilo NATO) e novas capacidades; embora o incentivo para

¹²⁰ As cadeias de comando destes elementos ainda precisam de clarificação.

o fortalecimento destas estruturas num ambiente de ameaça assimétrica seja considerável, as questões da validade e uso da informação mantêm-se pertinentes.

Portugal tem sido parceiro significativo da MINUSMA, integrando igualmente grupos de trabalho multinacionais de IM. Por este motivo, tem adquirido experiência e conhecimento imensurável, para além de se projetar como instrumento da ação externa. Contudo, deverá sobretudo, empenhar-se em estar cada vez mais presente, com militares cada vez mais qualificados e preparados em *intel*, reforçando o seu papel único em África e fazendo jus a uma tradição de país conciliador e agregador de vontades.

Referência Bibliográficas

- Abilova, O., & Novosseloff, A. (2016). *Demystifying Intelligence in UN Peace Operations: Toward an Organizational Doctrine*. New York: International Peace Institute.
- Albrecht, P., Ravnkilde, C., Marie, S. & Rikke, H. (2017). *African Peacekeepers in Mali*. Copenhagen: Danish Institute for International Studies.
- Bang, M. (2017). *Military Intelligence Analysis: Institutional Influence*. Helsinki: Sweedish Defence University.
- Ellis, D. C. (2012). "Left of Bang": The Value of Sociocultural Analysis in Today's Environment. *Prism*, 3(4), 13-21. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317313087_Left_of_Bang_The_Value_of_Sociocultural_Analysis_in_Today's_Environment/link/5bae7569a6fdccd3cb7b95dc/download
- Finnegan, J. P. (1998). *Military Intelligence*. Washington, D.C.: Center of Military History United States Army.
- Gill, P., & Phytian, M. (2013). *Intelligence in a Insecure World* (2.ª ed.). Wiley.
- Gros, F. (2010). *States of Violence: an essay on the End of War* (2.ª ed.). Nova Iorque: Seagull Books.
- Handel, M. (1990). *Intelligence and Military Operations*. Abingdon: Routledge.
- Keegan, J. (2002). *Intelligence in War - the value - and limitations - of what the military can learn about the enemy*. New York: Vintage Books.
- Meharg, S. J. (2009). *Measuring what matters in Peace Operations and Crisis Management*. Ontario, Canada: Queen's Policy Studies/Pearson.
- Moreira, A. (2010). *Portugal e as Operações de Paz – Uma Visão Multinacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares.
- Pires, N. L. (2014). *Wellington, Spínola, Petraeus - O Comando Holístico da Guerra*. Alcochete: Nexo Literário.
- Resolução n.º 2100/2013, de 25 de abril (2013). *Estabelece a Missão Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA)*. CSNU.
- Security Council Report. (2021). UN Documents for Mali [página online]. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/mali/>
- Shurkin, M., Pezard, S., & Zimmerman, R. (2017). *Mali's Next Battle: Improving Counterterrorism Capabilities*. Santa Monica, California: Rand Corporation.
- Smith, A. C., & Karlsrud, J. (2015). *Europe's Return to UN Peacekeeping in Africa? Lessons from Mali*, New York: International Peace Institute.
- Spencer, E., & Balasevicius, T. (2009). *Crucible of Success: Cultural Intelligence and the Modern Battlespace*. National Defence and the Canadian Armed Forces.

UN. (2019). *Peacekeeping-Intelligence Policy UN Doc* [Ref. 2019.08, May 1, 2019]. UN Department of Peace Operations.

UN Peacekeeping. (2021). MINUSMA Fact sheet [página *online*]. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minusma>

CAPÍTULO 12 – AS INFORMAÇÕES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA SOMÁLIA – EUNAVFOR ATALANTA

Luís Henrique Gomes Goulart
Capitão-tenente Fuzileiro, Marinha

Resumo

Em 2008, a União Europeia (UE) deu início à Operação Atalanta, que tinha em vista a dissuasão, prevenção e repressão da pirataria ao largo da Somália, e a proteção dos navios do *World Food Program* (WFP) com ajuda alimentar. Esta operação é ainda hoje parte de uma abordagem global ao problema da pirataria, ocorrendo em paralelo com outras missões e projetos que visam contribuir para a segurança marítima da região do Corno de África. A presente investigação pretende analisar o conceito de Comando e Controlo (C2) das operações militares da UE, em particular na Operação Atalanta, e a estrutura de informações associada, fundamental no planeamento, direção, execução e avaliação das operações, a todos os níveis de resposta militar a crises. A análise do conceito de C2 da UE e a sua aplicação à Operação Atalanta, permitiu verificar que ao longo dos anos, foi criada uma vasta rede de ligações com todos os atores da região. Essa estrutura permite um bom conhecimento situacional marítimo da área de operações, com resultados muito positivos na contribuição para a dissuasão, prevenção e repressão de atos de pirataria e assaltos à mão armada na costa da Somália.

Palavras-chave: Corno de África, Informações, Operação Atalanta, Piratas, Somália.

Abstract

In 2008, the European Union initiated Operation Atalanta, which aimed at deterring, preventing and suppressing piracy off Somalia coast, and protecting the World Food Program vessels. This operation is still today part of a global approach to the problem of piracy occurring in parallel with other missions and projects that aim to contribute to maritime security in the Horn of Africa region. The present research intends to analyze the European Union command and control concept, in specifically in Operation Atalanta, and the associated intelligence structure, fundamental in the planning, direction, execution and evaluation of operations, at all levels of crisis response. The analysis of the European Union command and control concept and its application to Operation Atalanta made it possible to verify that it has over the years created a wide network of connections with all actors in the region. That structure allows a good maritime situational awareness of the operations area, with very positive results regarding to deterrence, prevention and repression of acts of piracy and armed robberies off the Somalia coast.

Keywords: Horn of Africa, Intelligence, Operation Atalanta, Pirates, Somalia.

1. Introdução

Em 2008, a Somália era considerada um Estado falhado e ocupava o primeiro lugar no índice de Estados frágeis (The Fund for Peace, 2020). Os conflitos internos destruíram a sua agricultura e economia e dificultavam a tentativa das Organizações Internacionais (OI) de levar ajuda humanitária às populações e combater a fome que se vivia no país (Cox, 2020). Como consequência deste ambiente de instabilidade, os milhares de navios mercantes que todos os anos transitam na proximidade da

Somália, constituíram-se como uma excelente oportunidade para os piratas, que com um ataque e sequestro bem sucedido, obtém lucros inalcançáveis de outra forma, sem sofrer repercussões das ausentes autoridades da Somália (Lucas, 2013). É por via marítima que circula 95 % do comércio da UE e 20 % do comércio global passa no Golfo do Áden, pelo que a liberdade de movimentos nestas vias de comunicação é de extrema importância (Centro de Segurança Marítima para o Corno de África [MSCHOA], 2020).

Considerando o impacto que os atos de pirataria tinham globalmente e na situação particular da Somália, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou, a 02 de junho de 2008, a Resolução n.º 1816, solicitando, em particular aos Estados interessados na utilização das rotas marítimas ao largo da costa da Somália que atuassem, reprimindo-os tanto no mar alto, como nas águas territoriais (CSNU, 2008). Assim, em apoio desta resolução e no âmbito da sua política externa e de segurança comum (PESC), a UE decidiu, a 10 de novembro de 2008, levar a cabo uma operação militar. Iniciou-se assim, a Operação Atalanta, que tinha em vista a proteção dos navios do Programa Alimentar Mundial (WFP), que encaminham a ajuda alimentar para as populações deslocadas da Somália e contribuir para a dissuasão, a prevenção e a repressão dos atos de pirataria e dos assaltos à mão armada ao largo da costa da Somália (Conselho da União Europeia, 2008).

Mas estes objetivos não seriam alcançáveis sem que se observasse uma abordagem integrada do problema, pelo que em 2010, foi lançada a *European Union Training Mission (EUTM) in Somalia*, que contribui para o treino e formação das Forças de Segurança da Somália (*European External Action Service [EEAS]*, 2016), e em 2012, a *European Union Capacity Building Mission (EUCAP) in Somalia*¹²¹, para reforçar as capacidades de aplicação do direito marítimo civil da Somália (EUCAP Somalia, 2019).

Portugal tem participado regularmente, desde 2008, na Operação Atalanta, através da atribuição de meios navais, ou integrando oficiais no Estado-Maior da Força, *Force Headquarters (FHQ)* e, sempre que possível, no *Operation Headquarter (OHQ)* em Northwood, no Reino Unido (Comando da *European Union Naval Force [EUNAVFOR]*, 2013). Participa também, desde 2010, na EUTM-Somália e assume, presentemente, o comando da *Task Force 465*¹²² (Comité Político e de Segurança, 2020), como fez em 2011, em 2013, e em 2019. O atual comando viu, no final de 2020, o Conselho da UE (2020) estender o período da operação Atalanta até 31 de dezembro de 2022 e alargar o leque de missões, atribuindo-lhe missões secundárias executivas e não executivas, com o objetivo de contribuir para a cooperação regional na resposta aos fluxos marítimos ilícitos e no desmantelamento de todas as formas de tráfico de mercadorias lícitas e ilícitas suscetíveis de financiar atividades terroristas na Somália.

O presente estudo visa contribuir para a compreensão do papel das informações na defesa e segurança de Portugal e nos seus vários cenários de conflito, particularmente no teatro de operações da Somália, em que Portugal tem participado através da EUNAVFOR Atalanta.

Assim, esta investigação tem por objeto de estudo a atual estrutura de informações da EUNAVFOR – Somália, tendo por objetivo, analisar o conceito de C2 das operações militares da UE, em particular na Operação Atalanta, e o emprego, resultados e implicações da estrutura de informações associada.

¹²¹ Denominada anteriormente de EUCAP-Nestor.

¹²² A designação da Força Tarefa da Operação Atalanta

2. Estrutura de Informações

As informações são fundamentais para o planeamento, direção, condução e avaliação das operações, a todos os níveis das operações da UE: estratégico-político (Instituições da UE), estratégico-militar (OHQ), operacional (FHQ) e tático (comando de componente e níveis inferiores) (EEAS, 2015b). São, portanto, cruciais para a definição da estratégia, identificação e seleção de objetivos e determinação dos meios necessários para o sucesso de uma missão (NATO, 2020).

2.1. Nível Político-Estratégico

A UE possui duas estruturas de informações, o *EU Intelligence Analysis Centre* (EU INTCEN) e o *EU Military Staff* (EUMS) *Intelligence Directorate* (INT), as quais, desde 2007, através do *Single Intelligence Analysis Capacity* (SIAC) (Figura 1) coordenam a produção de produtos de avaliação da situação (EU INTCEN, 2015).

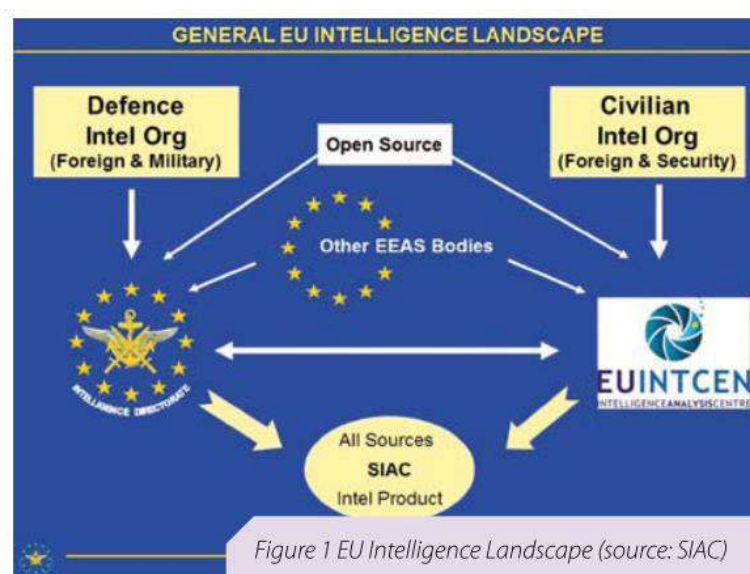


Figura 1 - Single Intelligence Analysis Capacity

Fonte: Palacios (2014).

O EU INTCEN, criado em 2002, disponibiliza informações em apoio do Alto-Representante/Vice-Presidente (HR/VP) e ao Comité Político e de Segurança (PSC) (EU INTCEN, 2015). Possui duas divisões: a de *Analysis* e a *General and External Relations*. O EUMS INT garante a avaliação da situação e o aviso antecipado, contribuindo para o contínuo processo de planeamento do EUMS, bem como no âmbito do processo de planeamento de resposta a crises. Possui três ramos: *Policy*, *Support* e *Production* (Palacios, 2014). O EU INTCEN e o EUMS INT não possuem órgãos de recolha de informações próprios, estando os seus produtos de informações dependentes de fontes abertas, relatórios diplomáticos, informação providenciada pelos serviços de segurança e de informações dos Estados-Membros, e por outras entidades do EEAS, de OI, de Organizações Não-Governamentais (ONG), do *EU Satellite Centre*, e de missões e operações da UE a decorrer (civis e militares) (EU INTCEN, 2015).

O PSC exerce o controlo político e direção estratégica da operação, acompanhando assim, a resposta da UE em caso de crise, mantendo o diálogo político com o HR/VP (Conselho da União Europeia, 2001) e sustentando as suas decisões no pareceres e recomendações do *European Union*

Military Committee, que avalia as opções militares estratégicas desenvolvidas pelo EUMS e encaminha-as para o PSC, juntamente com a sua avaliação e aconselhamento militar (EUMS, 2019).

2.2. Operação Atalanta - Nível Estratégico-Militar

Conforme definido no conceito da UE para o C2 militar (EUMS, 2019) o Comandante da Operação é um comandante de nível estratégico, nomeado habitualmente pelo PSC, estando autorizado para exercer o C2 operacional das forças atribuídas bem como algumas funções específicas no processo de geração de forças. É da sua responsabilidade o desenvolvimento do conceito de operações, *Concept of Operation* (CONOPS) e o Plano Operacional (OPLAN) (EUMS, 2019).

O seu OHQ, localizado fora da área de operações, está sediado em Espanha – Rota desde 29 de março de 2019 (Conselho da União Europeia, 2018) (Figura 2).

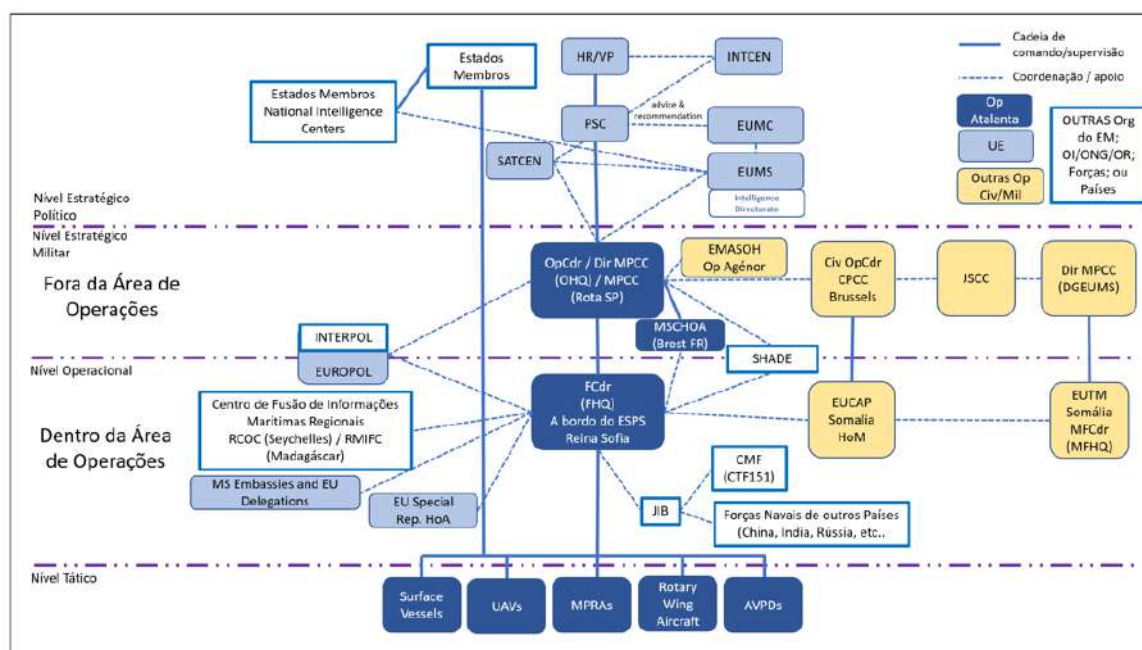


Figura 2 – Estruturas de C2 e diagrama de coordenação / ligação para missões militares da UE – Op. Atalanta

Fonte: Adaptado a partir de (EUMS, 2019).

A estrutura de informações do OHQ encontra-se em estreita ligação ao EUMS INT, usufruindo do seu apoio, nomeadamente no referente a produtos do SIAC, à ligação com as estruturas de informações dos Estados-Membros, e na facilitação de respostas a pedidos de informação (EUMS, 2019). Ao mesmo nível, são estabelecidas ligações a outras operações militares na área de operações, como é o caso da *European Maritime Awareness in the Strait of Hormuz*, e às estruturas de comando das outras missões e operações da UE, a EUTM-Somália e a EUCAP-Somália.

Em estreita cooperação com a indústria marítima, a EUNAVFOR criou o MSCHOA (MSCHOA, 2020), o qual, ainda que localizado em Brest, está integrado no departamento de operações do OHQ. O MSCHOA permite ao OHQ, através de um registo voluntário, manter o panorama situacional da indústria marítima na área de operações, a difusão das mais recentes orientações de combate à pirataria para a indústria marítima, a coordenação de grupos de trânsito através do *Internationally Recommended Transit Corridor* (IRTC), e a resposta aos incidentes na área de operações.

Ainda que a ligação à *Internacional Criminal Police Organization* (INTERPOL) e à *European Union Law Enforcement Agency* (EUROPOL) se possa efetuar ao nível do OHQ, esta ligação é mais forte no nível operacional (C. Sousa, entrevista por email, 02 de janeiro de 2021)¹²³, pois estão em vigor limitações legais que impõem a eliminação de toda a informação referente aos dados pessoais e relativos aos equipamentos das pessoas detidas com conexão aos atos de pirataria ou assaltos à mão armada na área de operações, após a sua comunicação à EUROPOL e à INTERPOL (Conselho da União Europeia, 2020).

A *Shared Awareness and Deconfliction Initiative* (SHADE) foi criada pelos Estados Unidos da América (EUA), em 2008, e está sediada no Bahrain. Esta iniciativa decorreu da necessidade de coordenar os esforços de combate à pirataria entre a EUNAVFOR e a *Combined Maritime Forces*¹²⁴ numa área de operações demasiado extensa e cujo sucesso comum exigia coordenação. Ao longo dos anos, vários países aderiram à SHADE com as suas marinhas e atualmente é efetuada uma conferência anual em que são partilhadas informações e boas práticas no combate à pirataria. Ainda que destinada à partilha de informações estratégicas, alguma informação de nível tático é partilhada entre os navios através da plataforma Mercury¹²⁵ (Ghosh, 2016).

2.3. Operação Atalanta - Nível Operacional

Conforme previsto no conceito da UE para C2 militar, e mediante certas restrições, algumas responsabilidades de um comandante podem ser assumidas por outro comando (EUMS, 2019), o que se deverá passar no caso da Operação Atalanta, que atualmente apenas conta com um meio naval.

O *Force Commander* é nomeado pelo PSC e exerce o C2 de todas as forças na área de operações, a partir de um dos meios navais disponibilizados pelos Estados-Membro, para além de contribuir para o planeamento operacional do OHQ. Como na Operação Atalanta não está estabelecido um comando de componente, o *Force Commander* assume simultaneamente o nível tático da operação, sendo responsável pelo planeamento, organização e execução de todas as atividades táticas na área de operações. Para garantir um eficaz e eficiente C2 das forças na área de operações, o FHQ, através do N2, mantém o panorama situacional marítimo, através de uma constante partilha de informações com várias entidades, entre as quais:

- O Representante Especial da UE no Corno de África;
- As embaixadas e delegações da UE na área de operações;
- A INTERPOL e a EUROPOL;
- O *Regional Maritime Intelligence Fusion Centre*, sediado em Madagáscar e o *Regional Centre for Operations Coordination*, sediado nas Seychelles, que são apoiados pela UE e se complementam no estabelecimento do panorama situacional marítimo no Oceano Índico Ocidental;
- As missões da UE na AO, nomeadamente com o chefe de missão da EUCAP-Somália e o comandante da EUTM-Somália;

No entanto, a maior partilha de informações é efetuada através dos membros do SHADE e através dos membros do *Joint Intelligence Board* (JIB)¹²⁶ (C. Sousa, *op. cit.*).

¹²³ O CTEN Lopes de Sousa é o atual oficial de informações do FHQ, habitualmente designado N2.

¹²⁴ É uma parceria marítima multinacional, que existe para defender a legislação internacional, combatendo atores não-estatais ilícitos em alto mar e promovendo a segurança, estabilidade e prosperidade.

¹²⁵ A Plataforma Mercury é uma ferramenta de partilha de informação e um mecanismo de coordenação das atividades de combate à pirataria.

¹²⁶ O JIB é uma estrutura de partilha regular de informações entre as diferentes células de informações dos estados-maiores das diferentes forças na área de operações, contribuindo para um melhor panorama situacional marítimo.

2.4. Operação Atalanta - Nível Tático

As estruturas de informações ao nível tático são as disponibilizadas pelos Estados-Membro no processo de geração de forças e estão dependentes das capacidades dos meios navais e aéreos atribuídos. Em 2013, durante o comando da EUNAVFOR de Portugal, foram atribuídos nove navios, quatro aeronaves e duas equipas autónomas de proteção a navio, *Autonomous Vessel Protection Detachment* (AVPD). Atualmente a Operação Atalanta encontra-se a ser executada com um navio e uma aeronave espanhóis e com uma AVPD do Montenegro (EU NAVFOR, 2021a).

3. Emprego das Informações

No presente capítulo procurar-se-á entender como as informações são empregues nos diferentes níveis e com que objetivos. A estrutura de informações da UE é empregue continuamente para apoiar os decisores políticos: desde o alerta precoce, prevenção de conflitos, resposta e gestão de crises, estabilização e consolidação da paz, e mesmo na ajuda ao desenvolvimento sustentável dos países. Da análise do processo de planeamento da UE em resposta a crises militares (Figura 3) é possível compreender o papel de cada entidade ao nível político, estratégico e operacional, verificando-se que o EUMS, e por inerência o EUMS INT, tem um papel determinante no contributo para o enquadramento político para a abordagem da crise, *Political Framework for Crisis Approach*, na contribuição para o conceito de gestão de crise, ou *Crisis Management Concept*, no desenvolvimento das *Military Strategic Options* (MSO) e na elaboração da *Initiating Military Directive*.

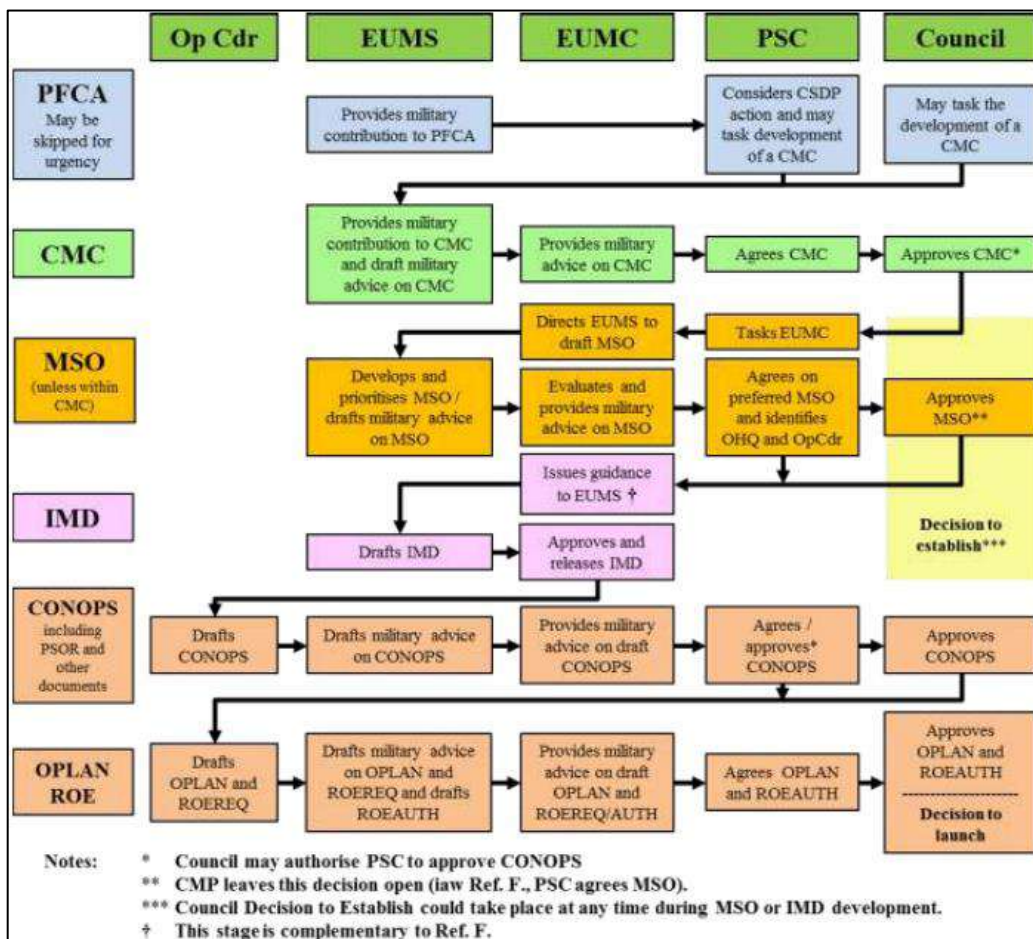


Figura 3 - Processo de planeamento de resposta a crises militares da UE

Fonte: EEAS (2015b).

No planeamento e condução da operação Atalanta, a estrutura identificada anteriormente permite à EUNAVFOR operar numa área de operações com cerca de 8.700.000 km², cobrindo o Sul do Mar Vermelho, todo o Golfo do Áden, e uma parte significativa do Oceano Índico, incluindo a costa da Somália, mar territorial e águas interiores (Figura). Numa área tão extensa, apenas com uma eficaz estrutura de informações é possível executar as tarefas para que está mandatada, protegendo os navios do WFP e contribuindo para a dissuasão, prevenção e a repressão dos atos de pirataria e dos assaltos à mão armada ao largo da costa da Somália (Conselho da União Europeia, 2008).

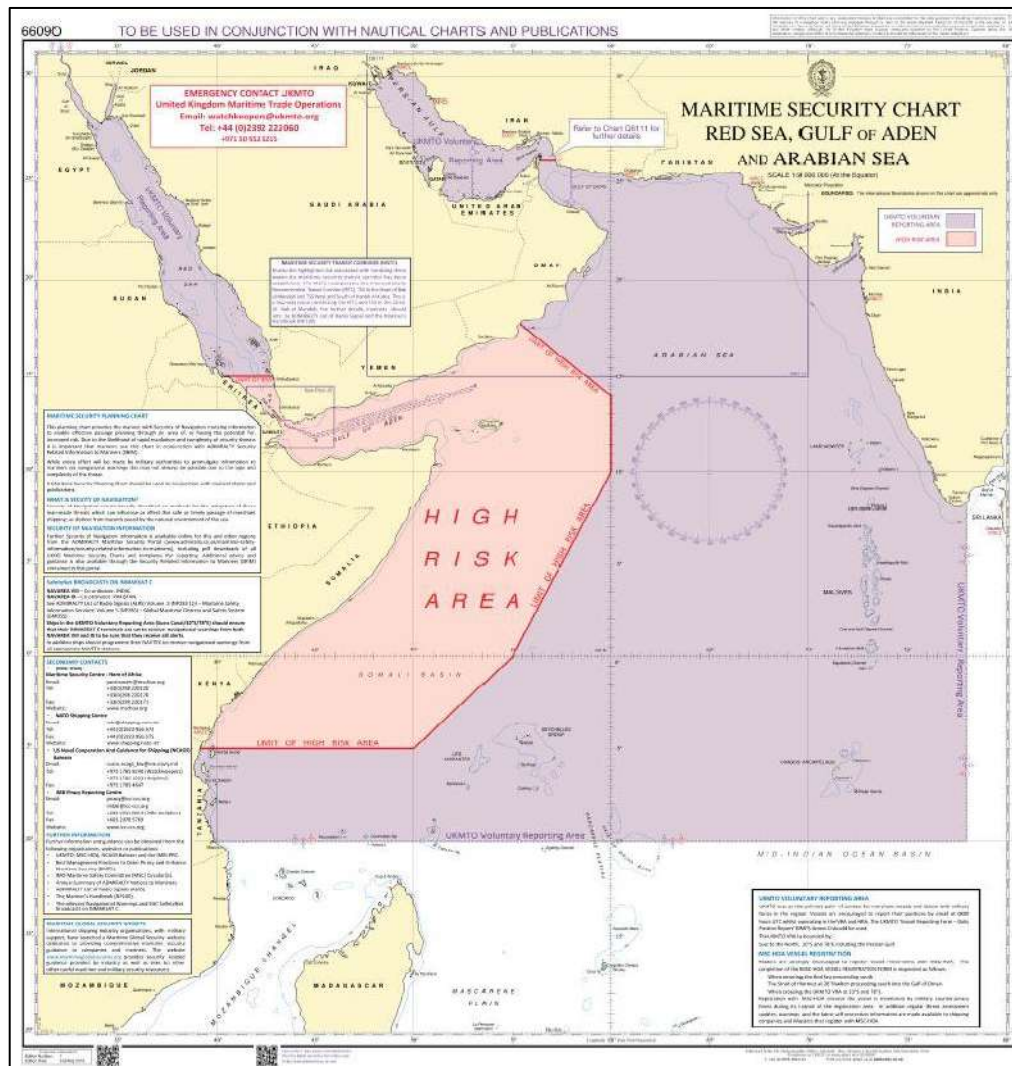


Figura 4 - Área de Operações da Operação Atalanta

Fonte: EU NAVFOR (2021c).

É com o suporte dado pela estrutura de informações identificada no capítulo anterior, que o OHQ desenvolve o seu planeamento estratégico, produzindo entre outros documentos: o CONOPS, o *Provisional Statement of Requirements (PSOR)* para conduzir o processo de geração de forças, as *Rules of Engagement* e a OPLAN (EEAS, 2015a; EUMS, 2019).

No nível operacional e tático da Atalanta, que decorre na área de operações, a estrutura de informações do FHQ, emprega a informação obtida pelas ligações estabelecidas, conform a Figura 5, e define um plano de pesquisa com os meios de pesquisa disponibilizados pelas nações contribuintes.

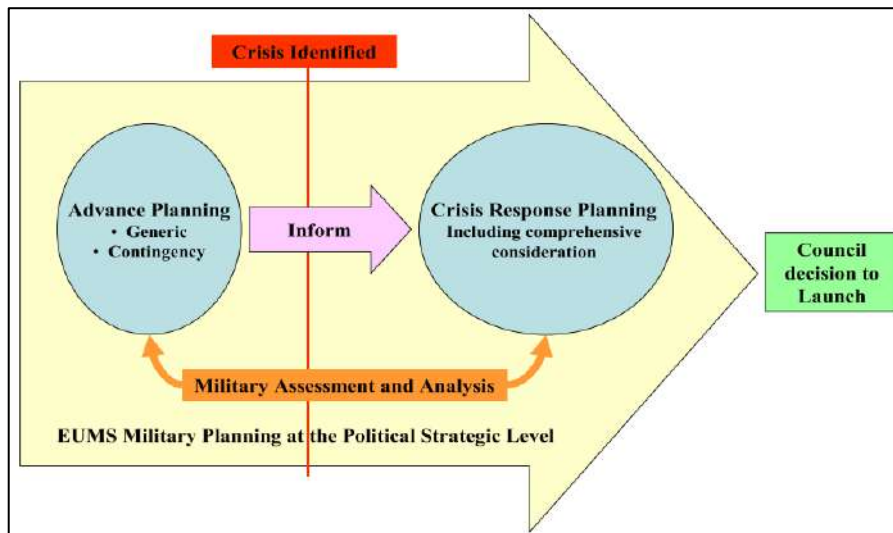


Figura 5 - Relação da avaliação e análise com o planejamento militar no nível estratégico

Fonte: EEAS (2015b).

Com esta informação, o FHQ coordena as escoltas aos grupos de trânsito e garante um patrulhamento de dissuasão mais eficaz e eficiente. Pode efetuar, por exemplo, voos de vigilância com recurso a aeronaves de patrulhamento marítimo para localizar embarcações suspeitas e com os meios de superfície, interromper as atividades de pirataria. A atuação da EUNAVFOR não se cinge ao meio aquático, e em maio de 2012, chegaram a ser executadas ações ofensivas na costa da Somália tendo como alvos depósitos logísticos de grupos de pirataria. Além disso, o conhecimento situacional obtido, permite à EUNAVFOR identificar e apoiar os navios que se encontrem em situação de emergência no mar e a monitorizar a atividade pesqueira na área, contribuindo para controlar a pesca ilegal (EU NAVFOR, 2021c).

4. Implicações

A pirataria na Somália é um problema de complexa resolução, pelo que a UE adotou uma abordagem global, reprimindo as ações de pirataria, mas ao mesmo tempo atuando sobre as suas raízes, que estão ligadas à instabilidade regional. Assim, a coexistência da EUNAVFOR, da EUCAP-Somália e da EUTM-Somália, constituíram uma forma coerente de executar a política comum de segurança e defesa, que produziu resultados ao longo da última década (conforme Figura 6 e Quadro 1). Desde 2008, a Operação Atalanta garantiu a proteção de todos os navios da WFP e da *African Union Mission in Somalia* (AMISOM) e garantiu a proteção de muitos outros navios na IRTC e na área de risco, junto à costa da Somália.

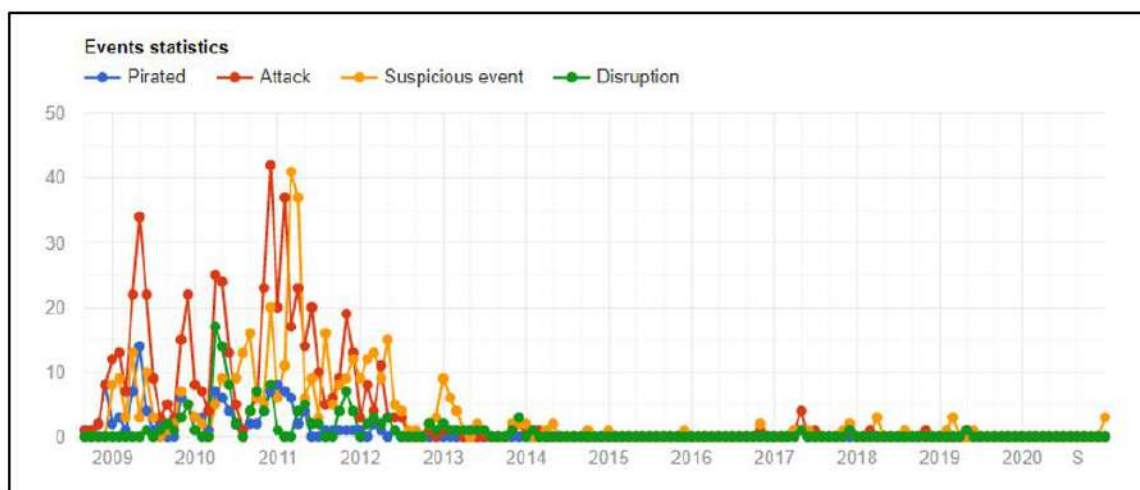


Figura 6 – Eventos na Área de Operações da Operação Atalanta, de 2008 a 2020

Fonte: EU NAVFOR (2021b).

Quadro 1 – Dados estatísticos da Operação Atalanta, de 2009 a 2020

ATUALMENTE DETIDOS POR PIRATAS																
Navios											0					
Reféns											0					
DESDE 2009																
Navios do WFP protegidos											1527					
Navios da AMISOM protegidos											704					
Toneladas de comida e ajuda entregues pelo WFP											2190117					
Piratas transferidos para julgamento pelas autoridades competentes											Total		Detidos		Condenado	
											171		5		145	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020			
Eventos suspeitos	8	59	99	166	74	20	5	1	2	6	4	5	3			
Ataques totais	24	163	174	176	34	7	2	0	1	7	2	1	0			
Dos quais Pirateados	14	46	47	25	4	0	0	0	0	2	0	0	0			
Disrupções	0	14	65	28	16	10	1	0	0	2	0	1	0			

Fonte: Adaptado a partir de EU NAVFOR (2021b).

5. Conclusões

A UE tem empregue uma abordagem global ao problema da pirataria através das missões que tem a decorrer: EUNAVFOR, EUCAP-Somália e EUTM-Somália, bem como pelos diversos projetos e apoio a projetos que visam contribuir para a segurança marítima da região do Corno de África.

O EUMS INT e o EU INTCEN, são as duas grandes estruturas de informações que garantem o SIAC e que permitem ao nível político e estratégico-militar, manter a avaliação da situação na Somália e o contínuo processo de planeamento de resposta a crises. No entanto, estas entidades não possuem órgãos de pesquisa, estando dependentes da partilha de informação dos Estados-Membro.

A análise do conceito de C2 da UE e a sua aplicação à Operação Atalanta, possibilitou verificar que este permitiu ao longo dos anos, criar uma rede alargada de ligações com todos os atores na região, e que atualmente, permite compilar um panorama situacional marítimo da área de operações com resultados muito positivos.

No entanto, o recente alargamento do leque de missões, atribuindo missões secundárias executivas e não executivas, com o objetivo de contribuir para a cooperação regional na resposta aos fluxos marítimos ilícitos e no desmantelamento de todas as formas de tráfico de mercadorias lícitas e

ilícitas suscetíveis de financiar atividades terroristas na Somália, poderá requerer um ajustamento da rede de contactos para que se mantenha um adequado conhecimento situacional, capaz de sustentar o cumprimento da missão.

Neste estudo, a identificação integral da estrutura de informações da EUNAVFOR ficou limitada pela classificação de segurança que a documentação estruturante das informações habitualmente possui.

Referências Bibliográficas

- Comando da EUNAVFOR. (2013, maio). EUNAVFOR. *Revista da Armada*, (6). Disponível em: <https://www.marinha.pt/pt/servicos/Paginas/revista-armada.aspx>
- Comité Político e de Segurança. (2020). Decisão (PESC) 2020/1826 do Comité Político e de Segurança de 1 de dezembro de 2020. *Jornal Oficial da União Europeia*, 60–61. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:32020D1826>
- Conselho da União Europeia. (2001). Decisão do Conselho, de 22 de janeiro de 2001, que cria o Comité Político e de Segurança. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* [2000–2002].
- Conselho da União Europeia. (2008). Acção Comum 2008/851/PESC do Conselho, de 10 de novembro de 2008. *Jornal Oficial da União Europeia*, 33–37. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32008E0851&qid=1609421058902&from=PT>
- Conselho da União Europeia. (2018). Appointment of the EU Operation Commander. *Jornal Oficial da União Europeia*, 142–143. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018D1083&from=EN>
- Conselho da União Europeia. (2020). Decisão (PESC) 2020/2188 do Conselho, de 22 de dezembro de 2020, que altera a Acção Comum 2008/851/PESC relativa à operação militar da União Europeia tendo em vista contribuir para a dissuasão, a prevenção e a repressão dos atos de pirataria e dos assaltos à mão armada. *Jornal Oficial da União Europeia* [L 435/74-L 435/78].
- Cox, D. (2020). *Somalia Intervention*. Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <https://doi.org/10.4135/9781452276335.n425>
- CSNU. (2008). *Resolution 1816 (2 June 2008)*.
- EEAS. (2015a). *EU Concept for Force Generation*. Bruxelas: Council of the European Union. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-14000-2015-INIT/en/pdf>
- EEAS. (2015b). *The European Union Concept for Military Planning at the Political Strategic Level*. Bruxelas: Council of the European Union. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-6432-2015-INIT/en/pdf>
- EEAS. (2016). *European Union Training Mission – Somalia*, 32. Disponível em: https://eeas.europa.eu/csdp/missions-and-operations/eutm-somalia/docs/factsheet_eutm_somalia_en.pdf
- EU INTCEN. (2015). *EU INTCEN Factsheet*. Disponível em: <https://www.statewatch.org/media/documents/news/2016/may/eu-intcen-factsheet.pdf>
- EU NAVFOR. (2021a). Deployed Assets [página online]. Disponível em: <https://eunavfor.eu/deployed-units/avpdss/#news-tabs>
- EU NAVFOR. (2021b). Key facts and figures (infographic) [página online]. Disponível em: <https://eunavfor.eu/key-facts-and-figures/>
- EU NAVFOR. (2021c). Mission [página online]. Disponível em: <https://eunavfor.eu/mission/>

- EUCAP Somalia. (2019). *EUCAP Somalia fact sheet*.
- EUMS. (2019). *EU Concept for Military Command and Control – Rev 8*, 53. Bruxelas: Council of the European Union. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-8798-2019-INIT/en/pdf>
- Ghosh, P. K. (2016). Shared Awareness and Deconfliction Initiative Can the success story be applied to Southeast Asia? [página *online*]. Disponível em: <https://ipdefenseforum.com/2016/02/shared-awareness-and-deconfliction-initiative/>
- Lucas, E. (2013). Somalia's «Pirate Cycle»: The Three Phases of Somali Piracy. *Journal of Strategic Security*, 6(1), 55–63. Disponível em: <https://doi.org/10.5038/1944-0472.6.1.5>
- MSCHOA. (2020). MSCHOA and Maritime Domain Awareness [página *online*]. Disponível em: <https://on-shore.mschoa.org/about-mschoa/>
- NATO. (2020). *Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-intelligence and Security* (B versão 1).
- Palacios, J. M. (2014). Single Intelligence Analysis Capacity (SIAC) - A Part of the EU Comprehensive Approach. *IMPETUS*, (17), 10–11.
- The Fund for Peace. (2020). Fragile States Index [página *online*]. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/data/>

CAPÍTULO 13 – AS INFORMAÇÕES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO GOLFO DA GUINÉ

Pedro Miguel Henriques Pereira Carvalho Gonçalves
Segundo-tenente TSN-RI, Marinha

Resumo

O Golfo da Guiné é um espaço estratégico de interesse nacional para Portugal e área onde o país tem uma presença histórica e alargada. A proteção desses interesses faz-se pela via diplomática, mas também através do esforço militar, o que se verifica pelo empenhamento frequente de meios navais da Marinha Portuguesa naquela sub-região. A presença naval nacional num espaço estratégico para o país, destaca a sua imagem e reforça o contributo português para a segurança marítima global. Contudo, esta atividade precisa de apoio ao nível de informações militares, fundamentais para o desenvolvimento de operações militares fora de área. Através do presente artigo, analisa-se a atividade de informações militares navais para apoio à operação naval no Golfo da Guiné, bem como os atores que a executam, concluindo-se com indicação de alguns contributos que a podem potenciar.

Palavras-chave: Defesa, Política Externa, Golfo da Guiné, Informações Militares, Marinha.

Abstract

The Gulf of Guinea is a strategic space of national interest for Portugal and an area where the country has a historical and extensive presence. The protection of these interests is done through diplomacy, but also through military effort, which is verified by the frequent commitment of naval means of the Portuguese Navy in that sub-region. The national naval presence in a strategic space for the country highlights its image and reinforces the Portuguese contribution to global maritime security. However, this activity needs support at the level of military intelligence, essential for the development of military operations. Through this article, the activity of naval military information to support naval operations in the Gulf of Guinea is analyzed, as well as the actors that carry it out, concluding with an indication of some contributions that may enhance it.

Keywords: Defense, Foreign Policy, Gulf of Guinea, Military Intelligence, Navy.

1. Introdução

O Golfo da Guiné (GdG) é uma sub-região com relevância crescente a nível internacional, principalmente pelos abundantes recursos energéticos que alberga, mas também pela importância para o tráfego mercante, pelos recursos haliêuticos (Ribeiro, 2019) e, mais recentemente, devido ao recrudescimento da criminalidade em ambiente marítimo que regista, da qual se destaca a pirataria. Pela segunda razão suprarreferida, a área analisada neste trabalho é considerada, atualmente, um dos espaços marítimos mais perigosos para a navegação a nível global, o que “tem destabilizado toda a região e representa uma ameaça para a paz e segurança internacional” (Ukongu, 2019).

O crescimento de ameaças à segurança no GdG e a facilidade com que essas se expandem a áreas e interesses alargados, tem motivado a atenção regional, mas também de atores extrarregionais, com interesses na área e que têm desenvolvido esforços, de âmbito bilateral, com países locais, mas também multilateral. A este nível destacam-se vários países europeus e a própria União Europeia (UE),

com experiência ao nível de operações de combate à pirataria marítima na contracosta africana¹²⁷ e países com que Portugal tem laços robustos e se encontram em algumas das organizações internacionais de que é parte, como os Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil (Silva, et al., 2019).

O contributo de atores extrarregionais para a securitização do GdG tem sido feito, muitas vezes, através da cooperação militar (Amador, 2017) e do emprego de meios na área, em particular navais, por ser em ambiente marítimo que mais se têm expandido as atividades ilícitas de impacto mais negativo nos interesses globais (Guedes, 2020).

A crescente preocupação com a segurança marítima no GdG estende-se também a Portugal, que no espaço do Atlântico Sul, em geral, e naquela sub-região, em particular, encontra vários dos interesses estratégicos das suas políticas Externa e de Defesa (PCM, 2013). Por essa razão, Portugal tem empenhado meios e militares em ações no GdG, com relevância particular para as de cariz naval. De forma a apoiar a operação dos meios destacados em missões no GdG, na antecipação de ameaças ao seu emprego; e de modo a oferecer-lhes o maior e mais antecipado conhecimento possível do teatro, suas particularidades e atores, tanto os que dele fazem parte, como aqueles com capacidade para nele interagirem, surge a necessidade de recurso a informações militares de nível operacional e tático.

Com o presente trabalho, cujo objeto de estudo assenta nas informações militares no apoio à operação de meios e forças navais portuguesas no espaço do GdG, pretende-se como objetivo geral, analisar como essa atividade se processa. Na mesma linha, esboçaram-se dois objetivos específicos que visam: i) identificar os atores envolvidos no processo de produção de informações para apoio às operações no GdG; e ii) descrever o nível de aplicação das informações ao nível tático.

Para atingir o objetivo geral esboçaram-se uma questão central, da qual derivam duas derivadas, que procuram respostas para os objetivos específicos (Quadro 1).

Quadro 1 – Questões Central e Derivadas

Questão central	
Como são elaboradas as informações militares de apoio às operações navais portuguesas no GdG?	
Questão derivada 1	Questão derivada 2
Quem participa na produção de informações militares de apoio aos meios e forças navais portuguesas no GdG?	Para que fim são utilizados os produtos de informações militares de apoio aos meios e forças navais portuguesas no GdG?

O quadro metodológico seguido compreendeu o raciocínio dedutivo, aliado a uma estratégia de investigação qualitativa, com horizonte temporal delimitado, entre 2018 e a presente data, correspondente à permanência do Navio da República Portuguesa (NRP) *Zaire* em São Tomé e Príncipe (STP), onde está em missão de capacitação da Guarda-Costeira daquele país. Conceptualmente, a investigação subordinou-se, primordialmente, à área das Informações, complementando-se com recurso à geopolítica e estratégia.

¹²⁷ Operação da *European Union Naval Force* (EUNAVFOR) Atalanta, conduzida, desde 2008, segundo resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o intuito de: proteger os navios do Programa Alimentar Mundial e outros vulneráveis, combater e controlar a pirataria e o roubo armado no mar, acompanhar a atividade piscatória ao largo da costa da Somália e apoiar outros programas e missões da UE na região.

2. Importância geoestratégica do GdG

A preocupação com a segurança marítima tem-se acentuado, devido ao incremento da ameaça sobre as atividades desenvolvidas no mar, com relevante impacto global. Ações que despoletam a insegurança marítima ocorrem em espaços diversos, com prejuízo direto para atores locais e extrarregionais, que aí têm interesses estratégicos, razão das preocupações securitárias destes últimos para com situações que ameacem a segurança em áreas marítimas distantes de si. De entre os espaços referidos, destaca-se o GdG, onde a atividade criminal está a crescer (IMB, 2018), sem relação paralela nas capacidades de resposta locais. “Uma escalada da pirataria e outras ameaças transfronteiriças nas águas do GdG têm evidenciado o escasso nível de supervisão do domínio marítimo na região” (Osinowo, 2015, p. 1).

A relevância do GdG na cena internacional destaca-se pelos seus recursos energéticos, de grande qualidade e de fácil extração em *offshore* (Barros, 2014), pela abundância de minérios e outros recursos e pelo aumento das ações de criminalidade marítima. Estas últimas, fazem com que a área surja em destaque nos indesejados *rankings* dos espaços marítimos mais perigosos para a navegação (Pavia, 2016), com o número de eventos criminais a aumentar durante o ano de 2020, seguindo a tendência dos anos anteriores (Veiga, 2020).

Face ao risco elevado e às ameaças aos interesses de vários atores, regionais e extrarregionais, algumas tentativas de mitigação do problema têm sido esboçadas, mas tenuemente colocadas em prática. Ao mesmo tempo, a presença de unidades navais de marinhas extrarregionais tem-se tornado constante, situação verificada, mesmo com alguma quebra, em 2020, ano em que a situação pandémica vivida levou várias marinhas a diminuir a sua atividade operacional (Gráfico 1)¹²⁸. Contudo, a urgência que os dados mais recentes demonstram, torna premente concertar ações, sejam elas bilaterais ou multilaterais, de maneira a que se estanque a situação, antes que esta se descontrole como aconteceu no Golfo de Áden, no final da década de 2010 (Machete, 2014).

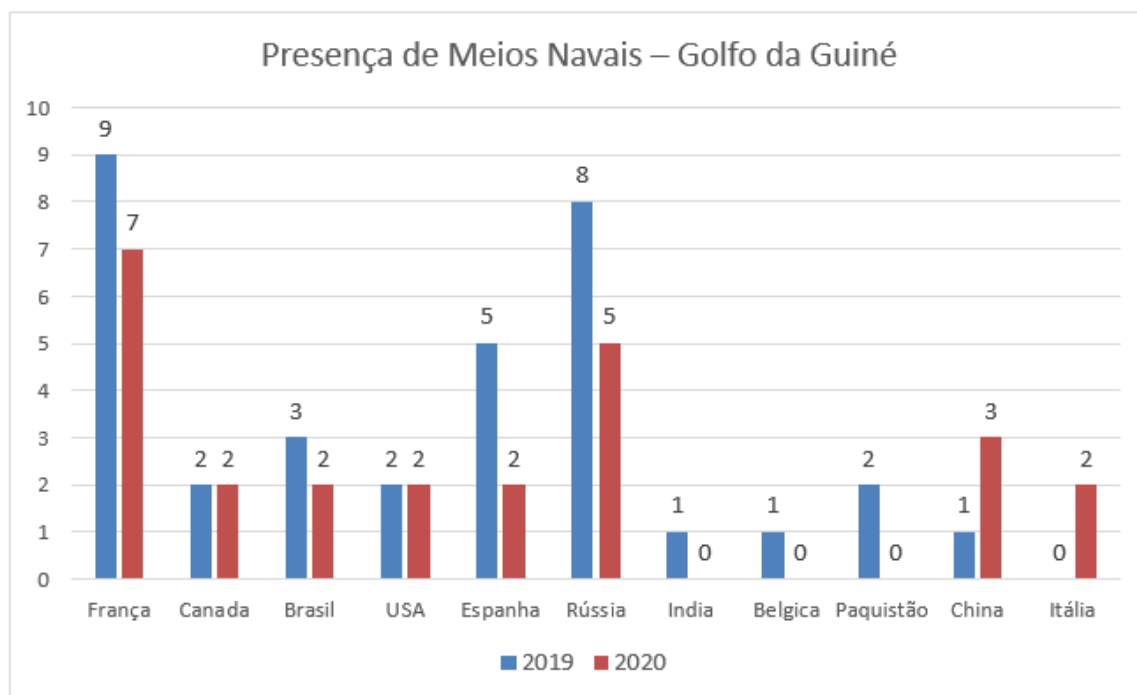


Gráfico 1 – Presenças de Meios Navais de marinhas extrarregionais do GdG

¹²⁸ Nesta contabilização exclui-se a referência à presença portuguesa, que desde 2018, tem o NRP ZAIRES a operar em STP e, entre 2019 e 2020, empenhou três outros navios na área do GdG, ao abrigo da Iniciativa “Mar Aberto”.

Os Espaços Estratégicos de Interesse Nacional Conjuntural (EEINC) são identificados pela avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade do país, considerando: as prioridades ao nível das políticas Externa e de Defesa, os atores identificados em determinados espaços de interesse e as orientações de organizações de que Portugal faz parte (Ministério da Defesa Nacional, 2014). Todas as áreas regionais onde os interesses nacionais se localizam, encaixam na definição suprarreferida. Assim, considera-se o GdG um EEINC, pela relevância que tem para os interesses de Portugal.

Geograficamente define-se o GdG como o espaço marítimo delimitado a Oeste pelo meridiano que passa no Cabo Palmas e Libéria e o paralelo do Cabo Lopez e Gabão (Rodrigues, 2014). Numa linha estratégico-institucional, adotada pela *Maritime Organization of Western and Central Africa*, a sub-região é limitada, a Norte, pela latitude do Senegal e, no limite oposto, pela latitude Sul de Angola (Figura 1).



Figura 1 – Delimitações geográfica e institucional do GdG
Fonte: Adaptado do Google maps (2021).

No GdG, Portugal tem uma significativa diáspora, principalmente em Angola, uma das suas principais fontes de hidrocarbonetos¹²⁹ (Nunes, 2015), mantendo relevantes interesses económicos, culturais e linguísticos, além de ser uma área em que o país adquire relevância evidente como Estado europeu, atlântico e lusófono. Perante tal relevância, importa garantir a proteção dos interesses, o que se faz através de uma ação diplomática ativa, mas que não é exclusiva da área dos Negócios Estrangeiros. Os interesses estratégicos de um país exigem a participação do aparelho militar em defesa dos mesmos, embora isso não signifique obrigatoriamente uma atitude beligerante. O apoio militar à política externa concretiza-se habitualmente “através de ações de cooperação técnico-militar, mentoria e assistência militar [...] no âmbito bilateral e multilateral, ou através de ações no âmbito da Reforma do Setor de Segurança” (Garcia, 2014, p. 12). É assim que se forma aquilo que Nye (2011) chamou de *soft power*, numa perspetiva de Defesa.

¹²⁹ Angola, Nigéria e Guiné Equatorial, por esta ordem, têm um grande peso na origem de hidrocarbonetos importados por Portugal.

Num espaço tão relevante para os interesses nacionais, a cooperação militar em Cabo Verde, Guiné-Bissau, STP e Angola faz-se através de missões de formação e presença naval, como ocorre em STP, com o NRP *Zaire*, e através da frequente deslocação de outros meios navais para águas do GdG, com a Iniciativa Mar Aberto¹³⁰ e a participação em exercícios, como os da série *Express*¹³¹ (Cravinho, 2021). Perante a relevância que aquela região tem para Portugal e a constante presença de meios navais da Marinha, surge a necessidade de “obter um conjunto de indicadores que permitam [...] a quem comanda, tomar opções, decidir, verificar a cada momento se tudo está a decorrer conforme o planeado, antecipar obstáculos e ameaças que possam surgir.” (Bartolomeu, 2012, p. 681), o que é feito através das informações militares navais.

3. As informações militares

As informações são uma ferramenta essencial ao nível político-estratégico, “um instrumento decisivo para o apoio à governação nos regimes democráticos e têm como objetivo essencial dotar o decisor político do conhecimento necessário para uma tomada de decisão responsável” (Pereira, 2012). A sua importância é relevada no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, onde se destaca o facto de serem “um instrumento estratégico do Estado, fundamental para o apoio à tomada de decisão [...] sobretudo em matérias de Segurança e Defesa” (PCM, 2013, p. 8). A imprevisibilidade e o amplo leque de novas e difusas ameaças reforça a necessidade de informações de qualidade que se constituem como instrumento relevante na desejável antecipada identificação de ameaças e sua avaliação, bem como de encontro de oportunidades para a ação do Estado, num mundo cada vez mais complexo e volátil (Rodrigues & Jesus, 2016), onde a competição entre atores é feroz e exigente.

O enquadramento legal dado pela Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa¹³² permite às Forças Armadas (FFAA) desenvolverem a atividade de informações, no âmbito do apoio ao cumprimento das suas missões e no que respeita à garantia da segurança militar. Assim, as FFAA, através do Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL), ao nível do Estado-Maior-General das Forças Armadas e no escalão estratégico-militar (Quadro 2), e dos estados-maiores dos Ramos, em consonância funcional com as divisões, centros e células de *intel* dos comandos operacionais dos mesmos, nos escalões tático e operacional, desenvolvem as informações necessárias à preparação e execução das missões e operações militares.

Quadro 2 – Delimitação da atividade de informações ao nível estratégico

Informações Estratégicas		
Atividade essencial à ação do Estado e à salvaguarda da segurança dos seus interesses, através do apoio à tomada de decisão estratégica superior		
Nível Estratégico (político)		Nível Estratégico (militar)
Órgãos responsáveis		Órgão responsável
SIS	SIED	CISMIL

¹³⁰ Visa o aprofundamento da cooperação bilateral com parceiros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A missão complementa, através de diversas ações no mar e em terra, as atividades no quadro da Cooperação no Domínio da Defesa entre Portugal e os demais Estados lusófonos.

¹³¹ Exercícios navais organizados pelo Comando Militar dos EUA para África (AFRICOM), em diferentes áreas marítimas circundantes do continente africano.

¹³² Lei n.º 30/84, de 05 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, 75-A/97, de 22 de julho, Lei Orgânica n.º 4/2004, de 06 de novembro e Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto.

Segundo Cajarabille “as grandes potências navais sempre ampliaram a sua esfera de ação [...] além das zonas próximas do seu território, tendo em vista o apoio ao interesse do Estado” (2002, p. 12). Embora Portugal não se enquadre nesta categoria, pode, como defende o mesmo autor, na qualidade de pequena potência e dotada de capacidade oceânica e de projeção de força, almejar semelhantes desideratos. Ao contemplar o GdG nos EEINC e, considerando as missões e operações militares desenvolvidas por Portugal naquela sub-região, constata-se que o panorama de atuação é predominantemente marítimo/naval. Destaca-se por isso, a orientação do esforço de informações do CISMIL para o domínio marítimo, e das diferentes áreas da Marinha que trabalham nesta área, em particular o Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais (CADOP).

A produção de informações de nível estratégico-militar é da competência do CISMIL, que apoia e responde ao Chefe de Estado-Maior-General das FFAA (CEMGFA) na preparação da ação de planeamento, direção e controlo da defesa militar. Assim, depreender-se-á que na fase de definição estratégica, antecedente à mobilização de meios e desenho da missão, as informações necessárias, ao nível estratégico, serão produzidas pelo CISMIL, que, neste caso, apoiará a decisão de empregar unidades navais (e eventuais forças de fuzileiros) no GdG, avaliando possíveis ameaças e, possivelmente, identificando oportunidades estratégicas para a Defesa Nacional reconhecidas pelo centro. Em suma, e como exemplo, a decisão estratégica de movimentação do NRP *Zaire* para STP terá tido apoio do CISMIL. Nesse âmbito, o apoio ao nível das informações dado ao NRP *Zaire*, empenhado no GdG, e a outros navios da Marinha, que com alguma regularidade atuam naquela área, é desenvolvido, primordialmente, pelo Ramo, através da Divisão de Informações do Comando Naval (COMNAV) e do CADOP.

As informações de apoio à operação do navio que está em STP surgem da análise decorrente do tratamento de dados de várias fontes e, também, oriundos do próprio navio. Não havendo uma operação com várias marinhas europeias empenhadas, como a existente ao largo da Somália, o desenvolvimento de informações é feito de forma independente, embora o GdG seja frequentemente navegado por meios de diversas marinhas e exista alguma partilha de informações entre países aliados (UE, 2015). Por essa razão surge a necessidade de um acompanhamento constante da área, para apoio aos navios que se desloquem para a mesma ou lá se encontrem, o que permite a elaboração de um leque de produtos que colmatem as necessidades de informações dos meios. Esses têm como periodicidade e objetivo, os definidos no Quadro 3.

Quadro 3 – Delimitação da atividade de informações ao nível estratégico

Produtos de apoio à operação de NRP's em missão no GdG		
Tipo	Periodicidade	Objetivo
<i>INTREP</i> sobre situação GdG (pirataria)	Semanal	Apresentar indicadores de alerta e análise de tendências no âmbito da ameaça
<i>INTREP</i> de apoio a operação ¹³³	Quando necessário	Análise sumária com ponto prospetivo de apoio à antecipação de possível ameaça no âmbito da operação específica
<i>INTREP</i> sobre atividade pesqueira no GdG	Indefinida	Apresentar indicadores de alerta e análise de tendências no âmbito da ameaça
Análise de matérias pertinentes à operação	Quando necessário	Analisar e identifica matérias que, embora possam ser secundárias, podem ter impacto na operação

¹³³ Para apoio à operação/navegação do navio sempre que tem missão atribuída.

Ao navio compete atualizar a fonte de informações que o alimenta, pois é o meio e a sua guarnição que se encontram no teatro e essa é uma função relevante para a coleta de dados e informações.

Na Marinha, os órgãos de pesquisa são as fragatas e submarinos, que possuem capacidade de Guerra Eletrônica e alguma capacidade de *Signals Intelligence* (SIGINT). Além desta, todos navios têm alguma capacidade ao nível de *Human Intelligence* (HUMINT) e de *Imagery Intelligence* (IMINT) (Pedro, 2003), desenvolvidas por equipas próprias em cada guarnição, principalmente nas escalas em portos estrangeiros, o que permite apoiar a avaliação de ameaça dos mesmos e identificar e informar acerca de escalas e áreas de operação de marinhas estrangeiras, em particular as não-NATO.

Embora o NRP *Zaire* se encontre em STP, tem uma missão específica e com área de operação circunscrita, e os demais meios da Marinha que costumam deslocar-se à sub-região, fazem-no apenas em determinados períodos, o que dificulta a prática de pesquisa por meios próprios, situação que provavelmente afetará marinhas aliadas com interesses e presença no GdG.

Uma contrariedade comum pode promover respostas combinadas e mesmo considerando que, ao nível das informações, a partilha é sempre ténue e limitada, pela sensibilidade da atividade, a conjugação de esforços e a troca de informações entre aliados com presença habitual na área poderá promover um maior conhecimento situacional marítimo do GdG.

“A troca de informação relevante e fiável, através de canais seguros e protegidos, entre estados e embarcações, entre navios e autoridades costeiras e portuárias [...] pode ser a chave mais promissora para evitar incidentes ilegais” (Marques, 2018, p. 99). E este objetivo, potencialmente concretizável com a França, que assegura a missão *Corymbe*¹³⁴, poderá ganhar força através do desenvolvimento das Presenças Marítimas Coordenadas (PMC)¹³⁵ da UE, que visam garantir uma coordenação mais eficaz da presença militar da UE no GdG, apresentadas como uma das prioridades para a presidência portuguesa da UE, no primeiro semestre de 2021 (Lusa, 2020).

4. Conclusões

Portugal, como Estado com uma política externa alargada e contacto com vários pontos do mundo, tem no GdG relevantes interesses estratégicos que carecem de proteção. Essa política externa executa-se pela via político-diplomática, que pode prestar um importante apoio ao esforço de Defesa na área que analisamos em particular, por ser no mar, e no uso deste, onde se identificam parte significativa desses interesses.

Pelo que antecede, o instrumento militar naval ganha relevância na prossecução da ação externa do Estado e explica do empenhamento frequente de unidades navais da Marinha no GdG, onde se encontra, há três anos, em apoio à Guarda Costeira de STP, um navio português, servindo para capacitação naval militar daquele Estado, através de treino e possibilitação do exercício da autoridade do Estado no Mar, de forma a contrariar atividades ilícitas como a pesca ilegal, tráficos ilegais, a poluição marinha e a pirataria e o roubo armado a navios.

¹³⁴ Cifra-se numa constante presença naval francesa no GdG, com o objetivo estratégico de cimentar as relações militares e diplomáticas, em particular com os países francófonos ali situados. Esta ação contínua remonta a 1990 e faz com que a França mantenha navios em operação nessa zona. A sua influência na região, permite-lhe ser um ator preponderante e, eventualmente, vir a desempenhar um papel de charneira de qualquer operação combinada a edificar na área.

¹³⁵ Conceito recente que visa, entre outras matérias, a partilha voluntária de informações entre as marinhas dos Estados-Membros da UE em áreas de interesse estratégico comum, com base na presença naval.

As ações suprarreferidas, acrescidas da necessidade de proteção dos interesses estratégicos nacionais no GdG, surgem como resposta à questão derivada 2: *para que fim são utilizados os produtos de informações militares de apoio aos meios e forças navais portuguesas no GdG?*

Para o cumprimento de uma presença naval frequente naquela área do globo e apoio aos meios que a concretizam, torna-se necessário desenvolver uma capacidade ao nível das informações militares, para avaliação e antecipação de ameaças e apoio à sua operação. Nesse âmbito, e embora o nível estratégico assente no CISMIL, a produção de informações de nível tático, acaba por recair nos setores da Marinha com competência nesse âmbito.

O contacto da Divisão de Informações do COMNAV e do CADOP com os meios a operar no GdG alimenta o fluxo de informações necessário para apoiar a presença militar naval portuguesa no GdG, o que responde à questão derivada 1 apresentada: *quem participa na produção de informações militares de apoio aos meios e forças nacionais navais portuguesas no GdG?*

Face ao exposto, e considerando a apresentação de respostas na tentativa de indicar *quem* produz informações militares navais para operação no GdG e *porquê*, respondeu-se à questão central que orientou este estudo: *como são elaboradas as informações militares de apoio à operação de meios e forças navais portuguesas no GdG?*

Todavia, constrangimentos ao nível de recursos e inconstante operação naquela sub-região criam algumas dificuldades às informações militares, principalmente ao nível do desenvolvimento da ação de pesquisa.

Além de Portugal, nações como a França, têm interesses relevantes e são uma presença habitual no Atlântico Sul. Fazendo uso das relações com aliados como a França, e potenciando ferramentas comunitárias que visam promover a segurança cooperativa, como as PMC, poderá estabelecer-se a cooperação combinada como incremento para uma atividade de informações mais capaz, com previsíveis ganhos para ambas as partes.

As informações militares no GdG afiguram-se como fundamentais na proteção dos interesses nacionais naquela região e, para exponenciar o contributo de Portugal no reforço da segurança marítima, numa importante zona do globo.

Referência Bibliográficas

- Amador, P. (2017). *O Instrumento Militar Português como Produtor de Segurança: contributos para uma arquitetura securitária no Atlântico Sul*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Barros, M. C. (2014). *A Segurança no Golfo da Guiné: Uma visão marítima angolana*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Bartolomeu, J. (2012). Informações Militares – O atual ambiente estratégico. *Revista Militar*, (2525/2526), 681-734. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/715>
- Cajarabille, V. L. (2002). Papel das Marinhas no âmbito da Política Externa dos Estados. *Cadernos Navais*, (2), 1-52.
- COMNAV. (2016). *Regulamento Interno do Comando Naval*.
- Cravinho, J. G. (janeiro, 2021). *Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da sessão de apresentação das FND para 2021 aos Órgãos de Comunicação Social* [Entrevista].
- Garcia, F. P. (2014). O Instrumento Militar e as Força Armadas. *Revista de Direito e Segurança*.

- Guedes, H. (2020). Maritime Piracy in the Gulf of Guinea. *Atlantic Centre Policy Brief Issue 04*. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/pub/Documents/Atlantic-Centre_PB_04.pdf
- IMB. (2018). *Piracy and Armed Robbery Against Ships – Report for the period 1 January – 31 March 2018*. Londres: ICC International Maritime Bureau.
- Lusa. (2020). Presidência da União Europeia: Ministro da Defesa assume reforço da parceria com África como prioridade. *Observador*.
- Machete, R. (2014). *Segurança no Golfo da Guiné. Paper apresentado na conferência de abertura - Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros*.
- Marques, J. F. (2018). Desafio de Segurança no Golfo da Guiné. *Relações Internacionais*, 91-100.
- Ministério da Defesa Nacional. (2014). *Missões das Forças Armadas - MIFA 2014*.
- Nunes, C. C. (2015). O Golfo da Guiné e o Abastecimento Energético de Portugal. *Relações Internacionais*, (46), 61-82.
- Nye, J. S. (2011). *The future of Power*. Nova Iorque: PublicAffairs.
- Osinowo, A. A. (2015). O Combate à Pirataria No Golfo Da Guiné. *Resumo de Segurança em África*.
- Pavia, J. Z. (2016). *The Maritime Security in the Gulf of Guinea, the Energy Security of Europe and the Potential Role of NATO and Portugal*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- PCM. (2013). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 - Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Lisboa: Diário da República.
- Pedro, P. (2003). *Sistema de Informações Militares. Contributos para a sua reestruturação e operacionalidade* (Trabalho Individual de Longa Duração). Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11894/1/MAJ%20Serra%20Pedro.pdf>
- Pereira, J. (2012). *Os vetores estratégicos das informações em Portugal*.
- Ribeiro, A. S. (2019). O NRP Zaire e a segurança marítima de São Tomé e Príncipe. *Público*, (10839).
- Rodrigues, A. R. (2014). A segurança no Golfo da Guiné. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 1-15.
- Rodrigues, T., & Jesus, J. D. (2016). Portugal: Particulars of the Portuguese Intelligence Services. Em: Graaff, B., Nyce, J. M., & Locke, C. (Eds.). *Handbook of European Intelligence Cultures*. Lanham: PublisherRowman & Littlefield, 1-26.
- Silva, A. L., Lima, A. C., Silva, A. G., Soares, M. C. Maciel, R. R., & Siqueira, W. S. (2019). *Segurança Marítima, Pirataria e Cooperação: Lições para a Marinha do Brasil dos casos da EU-NAVFOR Atalanta e do Golfo da Guiné*. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa.
- UE. (2015). *Council conclusions on the Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020*. Conselho da EU.
- Ukonga, F. A. (2019). Especialistas alertam para ameaça crescente de crime marítimo transnacional [página online]. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1658501>
- Veiga, A. (2020). Golfo da Guiné: Pirataria marítima cresce, a cada ano e ameaça o futuro [página online]. Disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2020/10/26/32818/golfo-da-guine-pirataria-maritima-cresce-a-cada-ano-e-ameaca-o-futuro/>

CAPÍTULO 14 – AS INFORMAÇÕES NO DOMÍNIO DO CIBERESPAÇO

André Filipe Lopes Barreira
Capitão Infantaria, Guarda Nacional Republicana

Resumo

O ambiente de segurança atual, caracterizado por uma maior interação entre pessoas, redes e sistemas de informação, tem exigido por parte das autoridades uma maior capacidade de acompanhamento e antecipação. A complexidade e amplitude destas mudanças, associadas à velocidade exponencial que novas descobertas estão a acontecer, tornam premente a compreensão deste fenómeno por forma a antecipar novas ameaças, riscos e desafios à segurança. Neste contexto, a recolha, o processamento e a capacidade de análise de informação, assume um papel essencial, por forma a conhecer os agentes de ameaça, suas intenções e capacidades, pelo que, este trabalho pretende identificar o papel das informações no domínio do ciberespaço e os contributos que as mesmas podem dar para o incremento da segurança. Destaca-se o papel fulcral das informações neste domínio, como meio para melhor identificar riscos e ameaças, bem como novas oportunidades que poderão surgir neste contexto, permitindo assim, uma tomada de decisão mais fundamentada.

Palavras-chave: Informações, Ciberespaço, Cibersegurança, Ameaças.

Abstract

The current security environment, characterized by greater interaction between people, networks and information systems, has demanded from the authorities a greater capacity for monitoring and anticipation. The complexity and amplitude of these changes, associated with the exponential speed that new discoveries are taking place, make it urgent to understand this phenomenon in order to anticipate new threats, risks and challenges to security. In this context, the collection, processing and capacity of information analysis, assumes an essential role, in order to know the threat agents, their intentions and capabilities. Therefore, this research aims to identify the role of intelligence in cyberspace and the contributions that it can make to increasing security. The central role of intelligence in this field is highlighted, as a means to better identify risks and threats, as well as new opportunities that may arise in this context, thus allowing a more informed decision making.

Keywords: Intelligence, Cyberspace, Cyber security, Threats.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar o papel das informações no domínio do ciberespaço, nomeadamente quanto ao contributo que podem dar para o incremento da segurança, enquadrado naquilo que são as responsabilidades e missão associadas às forças de segurança e, em particular, à Guarda Nacional Republicana (GNR) enquanto força de segurança de natureza militar.

O ambiente de segurança atual, caracterizado por uma crescente globalização da sociedade e massificação de novas tecnologias de informação e comunicação, tem exigido às instituições no geral e à GNR em particular, uma maior capacidade de acompanhamento e antecipação de novas ameaças que coloquem em causa a segurança de pessoas e bens. Estas novas dinâmicas estão a mudar radicalmente a forma como se vive, trabalha e comunica, podendo ser altamente disruptivas a médio

prazo, pelo que, é essencial considerar o seu impacto securitário, relevando-se o papel que a cibersegurança e as informações podem dar no que concerne à identificação de possíveis novas ameaças, riscos e desafios à segurança.

Este trabalho é sustentado por uma metodologia de investigação qualitativa, assente na análise documental de relatórios institucionais e obras de referência, encontrando-se estruturado em três capítulos. No primeiro é apresentada a estrutura de informações abordada, onde se explicita o conceito de ciberespaço e alguns princípios da Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço (ENSC), de 2019, fazendo-se posteriormente a ligação entre cibersegurança e *ciberintelligence*. No segundo capítulo apresenta-se o emprego das informações, dando-se especial relevância à *Open Source Intelligence* (OSINT) na recolha de informação. No último capítulo apresenta-se um conjunto de implicações e desafios associados a novas ciberameaças, numa ótica prospetiva, terminando com as principais conclusões.

2. Do Ciberespaço à Cibersegurança

2.1. O Ciberespaço e a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço

De forma a trabalhar-se numa base de entendimento comum, importa começar por explicitar detalhadamente o conceito de ciberespaço, sobre o qual se desenvolve a presente investigação, bem como, introduzir alguns dos fundamentos subjacentes à ENSC 2019-2023.

A ENSC (2019), constante da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 92/2019, de 05 de junho, define no seu n.º 1³⁶, o conceito de ciberespaço como um “ambiente complexo, de valores e interesses, materializado numa área de responsabilidade coletiva, que resulta da interação entre pessoas, redes e sistemas de informação”.

Honorato, Santos e Mateus (2017), realizaram um estudo comparativo com base nos estudos de Rajnovic (2012), especialista de segurança da Cisco, no qual são identificados os diferentes aspetos que caracterizam o ciberespaço, que se apresentam no Quadro 1.

¹³⁶ De forma a facilitar a leitura, entende-se doravante que a referência à numeração da ENSC 2019 -2023, através da RCM n.º 92/2019, de 05 de junho, é a constante do Anexo a que se refere o seu n.º 1.

Quadro 1 - Comparação de conceitos de ciberespaço

	Tangíveis		Intangíveis				Redes				
	Computadores	Hardware	Informação	Atividades	Aplicações e Serviços	Interação Humana	Virtual	Internet	Redes	Interligação	Comunicação
<i>Oxford Dictionary</i>							V	V			V
Alemanha	V	•	V				V	V	V	V	
Austrália	V	•	•								
Canadá	V	•	V		V	V	V		V	V	
EUA	V	V	V	V		V	V	V	V	V	V
Holanda	V	•	•								
Nova Zelândia	V	V	•						V	V	V
Reino Unido			V	V	V	V	•	V	V		V
União Europeia		V	V				V				
OTAN (Tallin Manual)	V	•	V		V		V		V		V
ISO		V	V	V	V	V	V	V	V	V	
ITU		V	V		V	V	V	V	V	V	

Legenda: “V” – O conceito faz uma referência explícita / “•” – O conceito faz uma referência implícita.
 Fonte: Adaptado de Rajnovic (2012, cit. por Honorato et al. , 2017, p.11).

Considerando a variedade conceptual e as propriedades do ciberespaço, Honorato et al. (2017, p. 11), sintetizam o conceito de ciberespaço como um “espaço criado pela humanidade, para acomodar toda uma nova atividade nascida a partir do último quarto do século XX d.C., e que se caracteriza e constitui como o mundo ‘ciber’, é na grande maioria das suas propriedades diferente dos restantes espaços, exigindo assim uma abordagem estratégica, para a sua exploração e governabilidade, regida por princípios próprios e diferenciados dos restantes domínios ou espaços”.

Em Portugal, as orientações estratégicas relativas à segurança do ciberespaço, estão vertidas na ENSC (2019) (RCM n.º 92/2019, de 05 de junho), que tem como pretensão, aprofundar a segurança das redes e sistemas de informação, como forma de garantir a proteção e defesa do ciberespaço de interesse nacional, bem como garantir uma utilização livre, segura e eficiente do ciberespaço. A ENSC (2019) tem como objetivos estratégicos: maximizar a resiliência, promover a inovação e gerar e garantir recursos, estando assente em seis eixos de atuação: (1) estrutura de segurança do ciberespaço; (2) prevenção, educação e sensibilização; (3) proteção do ciberespaço e das infraestruturas; (4) resposta às ameaças e combate ao cibercrime; (5) investigação, desenvolvimento e inovação; (6) cooperação nacional e internacional (RCM n.º 92/2019, de 05 de junho). Estes objetivos estratégicos e eixos de atuação têm como linhas de ação concretas, reforçar o potencial estratégico nacional no ciberespaço, devendo ser articuladas com outros planos e estratégias, como por exemplo a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, com vista à proteção contra as respetivas ameaças à segurança do ciberespaço. Quanto à natureza destas ameaças, a ENSC (2019) indica que as mesmas podem ter como origem: agentes estatais, por meio de operações de ciberespionagem; ações de ingerência e de desinformação, incluindo ações de cibersabotagem destinadas a atingir infraestruturas críticas e a provocar a disrupção de serviços essenciais; e agentes não estatais, essencialmente associados a fatores de origem criminosa, de móbil pecuniário, motivações políticas e ideológicas, entre outras com objetivos institucionais ou pessoais difamatórios (RCM n.º 92/2019, de 05 de junho).

Relativamente a alguns métodos identificados na ENSC (2019), destacam-se a utilização de *malware*, as ferramentas de anonimização de identidade, o carácter transnacional do ciberespaço com estruturas organizadas do cibercrime (que continuam a utilizar métodos de *ransomware* e de meios de pagamento que permitem transações financeiras em aparente anonimato), assim como, determinados fenómenos como o terrorismo e respetivas atividades de suporte através de meios digitais, extremismo violento e radicalização e ativismo no ciberespaço (RCM n.º 92/2019, de 05 de junho).

2.2. Da Cibersegurança à *Ciberintelligence*

A ENSC (2019) (RCM n.º 92/2019, de 05 de junho, p. 2889) define como cibersegurança, um “conjunto de medidas e ações de prevenção, monitorização, deteção, reação, análise e correção que visam manter o estado de segurança desejado e garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e não repúdio da informação, das redes e sistemas de informação no ciberespaço, e das pessoas que nele interagem”.

Este conceito entronca naquilo que são as responsabilidades e missão associadas às forças de segurança e, em particular, à GNR enquanto força de segurança de natureza militar, que tem por missão, “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei” (n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro). Neste particular, importa mencionar as missões, atribuições e bases de organização interna da GNR de relevo sobre cibersegurança, destacando-se as competências da Divisão de Gestão Aplicacional, Segurança e Cibersegurança, integrada na Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, que entre outras, assegura nos termos da alínea c) do artigo 21.º do Despacho n.º 1292/2020 de 29 de janeiro, a “direção, coordenação, controlo, gestão e execução das atividades da Guarda em matéria de cibersegurança”.

Neste particular, importa destacar as competências inerentes ao Centro Nacional de Cibersegurança, que exerce os poderes de autoridade nacional competente em matéria de cibersegurança, relativamente ao Estado e aos operadores de infraestruturas críticas nacionais, conforme alínea c) do artigo 2.º-A do Decreto-Lei n.º 136/2017, de 06 de novembro, tendo diversas competências no âmbito do artigo 2-A do mesmo diploma legal, das quais se releva a competência de desenvolver as capacidades nacionais de prevenção, monitorização, deteção, reação, análise e correção, destinadas a fazer face a incidentes de cibersegurança e ciberataques.

Relativamente à estrutura de informações na GNR no domínio da cibersegurança, a competência recai na Direção de Informações, que nos termos do Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, atribuem pelo seu Art.º 7 alínea b), a competência para “proceder à pesquisa, análise e difusão de notícias e informações com interesse para a missão da Guarda”, assim como, pela alínea d), a missão de “apoiar as unidades da Guarda na recolha de notícias necessárias ao cumprimento das suas missões”, concretizando através do Despacho n.º 1292/2020 de 29 de janeiro, pelo seu artigo 14.º, a competência da Divisão de Informações de “realizar estudos normativos e pareceres técnicos no âmbito da cibersegurança e conduzir atividades de *ciberintelligence*, especialmente no domínio «*open source intelligence*» (OSINT), monitorizando, recolhendo e processando notícias existentes no ciberespaço”, que se abordará de seguida com mais propriedade.

As missões de *ciberintelligence* anteriormente referidas, entroncam no 2.º eixo de atuação da ENSC (2019), no âmbito da prevenção, educação e sensibilização, que se foca no reforço dos meios de recolha e processamento de informação; e nas capacidades de análise, por forma a conhecer os

agentes de ameaça, as suas intenções e capacidades e avaliar os potenciais impactos gerados pela sua atividade (RCM n.º 92/2019, de 05 de junho).

3. Emprego das informações

No que respeita à doutrina *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), as informações podem ser consideradas um “produto resultante da aquisição orientada e do processamento de informação relativa a um ambiente operacional e capacidades e intenções dos atores, de modo a identificar ameaças e oportunidades a explorar pelos decisores” (NATO, 2020, p. 2-1), que partilham um objetivo comum: de contribuir para a compreensão do ambiente operacional e apoiar a tomada decisão.

Neste sentido, importa destacar o papel e influência das informações para a segurança, em concreto através da missão da GNR no domínio do ciberespaço, identificando-se neste particular, sumariamente, uma das capacidades existentes no domínio OSINT.

3.1. Utilização de *Open Source Intelligence* na recolha de informação

Ao longo deste séc. XXI d.C., através da revolução das fontes acessíveis ao público, ou seja, fontes abertas, o mundo tem atuado em antítese. Por um lado, tem proporcionado à sociedade moderna enormes vantagens ¹³⁷, contudo, tem simultaneamente levantado sérias questões de segurança de informação que têm trazido vulnerabilidades aos diversos agentes que as utilizam (Hobbs, Morgan & Salisbury, 2014).

Koops, Hoepman e Leenes (2013) indicam que o termo “fontes abertas”, comumente designado por OSINT, deriva da sua utilização em serviços de *intelligence* e segurança, podendo ser caracterizado como: ações de procura, recolha, extração, utilização, validação, análise e partilha de dados publicamente disponíveis em fontes não classificadas, tais como publicações académicas (e.g. artigos de investigação), publicações de órgãos de comunicação social (e.g. jornais, rádio e televisão), conteúdos *web* (e.g. *websites* e redes sociais), dados públicos (e.g. documentos governamentais). Hobbs et al. (2014), referem ainda, que muitas agências de *intelligence* e forças de segurança estão a focar-se em técnicas OSINT pela amplitude e profundidade adicional que as mesmas conferem na obtenção de informação para validar o conhecimento contextual previamente existente- Ao contrário dos sistemas informáticos tradicionais, onde existe apenas uma gama limitada de entradas, as fontes de dados OSINT são cada vez mais variadas e continuam a evoluir à medida que os padrões tecnológicos aumentam. Estas fontes permitem não só fornecer um contexto da situação, como preencher lacunas de conhecimento que inicialmente podem não estar relacionadas, mas com o devido tratamento de informações, podem tornar o quadro de análise cada vez mais completo.

4. Implicações e desafios

O *National Counterintelligence and Security Center* (NCSC) identificou como um dos cinco objetivos estratégicos para o biénio 2020-2022, o combate às ciberameaças e técnicas de informações estrangeiras, objetivo que é transversal a todos os outros¹³⁸ e que tem a sua operacionalização no desenvolvimento de tecnologias de nova geração, como a: *Internet of Things*, tecnologia 5G,

¹³⁷ A título de exemplo pode-se destacar o custo reduzido na obtenção de informação, bem como a atualização e disponibilidade de acesso à mesma, que pode beneficiar diferentes setores, tanto em matérias de segurança no incremento de processos analíticos e de inovação tecnológica, como na exploração de oportunidades de negócio em diversos outros setores (Hobbs, Morgan & Salisbury, 2014).

¹³⁸ Nomeadamente a proteção de infraestruturas críticas, a redução das ameaças às principais cadeias de abastecimento do país, o combate à exploração da economia e a defesa da democracia contra ameaças de influência estrangeiras (NCSC, 2020).

computação quântica e *Artificial Intelligence*. Estas tecnologias, representarão novas oportunidades para outros Estados recolherem informações e conduzirem ações no domínio ciberespacial, as quais, importa detalhar nos pontos seguintes.

4.1. Da *Internet of Things* à *Big Data*

A *Internet of Things* traduz um paradigma emergente que possibilita a comunicação entre um conjunto ilimitado de dispositivos eletrônicos do nosso quotidiano¹³⁹ e sensores através da *internet*, que podem ser comandados centralmente e que permitem recolher uma imensidão de dados sobre movimentos e hábitos de vida (Kumar, Tiwari & Zymbler, 2019).

Na realidade, Ribeiro (2020) refere que o volume de informação gerada e consumida pela sociedade tem crescido de forma exponencial¹⁴⁰, o que tem levado o ser humano a perceber que a sua capacidade para analisar as diferentes fontes de dados é limitada, encontrando na *Big Data*, com o uso de *Analytics*, a solução para conseguir extrair a informação valiosa das colossais bases de dados. Contudo, a massificação deste paradigma pode consequentemente aumentar a vulnerabilidade do utilizador, sendo este risco mais evidente num ciberataque, que pode efetivamente ter consequências devastadoras para uma pessoa¹⁴¹, empresa¹⁴², ou inclusive para um Estado¹⁴³. Neste contexto, um dos principais desafios nestas tecnologias, prende-se com a questão da privacidade e com o tratamento destes grandes volumes de dados passíveis de serem recolhidos, nomeadamente das ações, interesses e hábitos individuais, pois deixamos de ser meros consumidores de informação para passamos a ser produtores de informação (Kumar et al., 2019).

Neste ponto, a Cisco (2019) refere que a privacidade é um imperativo comercial e uma responsabilidade ética, e não apenas um requisito de conformidade, justificando que é necessário garantir a proteção dos dados, desde a conceção dos equipamentos e *software – privacy by design* – ação que gerará, por si só, elevado retorno financeiro.

4.2. Dilemas legislativos

As mudanças tecnológicas emergentes na área do ciberespaço irão impactar a ação do poder legislativo e, consequentemente, das forças de segurança, que se irão deparar com vários desafios éticos e legais, alguns dos quais, só agora se começam a vislumbrar¹⁴⁴. Sobre aspeto, Domingues (2020) faz alusão a uma série de questões que deverão ser alvo de reflexão, nomeadamente:

- Até onde deve ir a legislação de forma a que não coloque obstáculos à inovação e respeite a liberdade das pessoas e agentes económicos?
- Será possível determinar em lei, a neutralidade dos algoritmos envolvidos na tomada de decisão¹⁴⁵ e qual o enquadramento em termos de responsabilidade civil¹⁴⁶?

¹³⁹ Como sejam, *smartwatches*, televisões, aparelhagens, frigoríficos, entre outros.

¹⁴⁰ Previsões feitas em anos anteriores foram largamente ultrapassadas, a título de exemplo em 2014 estimou-se que em 2020 o volume de dados seria na ordem dos 1,6 *zettabytes*, sendo ajustada em 2019 para 44 *zettabytes* (Ribeiro, 2020).

¹⁴¹ E.g. *Ransomware* foi o ataque mais usado no primeiro semestre de 2020, sendo essencial, começar a formar as pessoas em boas práticas de cibersegurança (Jornal Económico, 2020).

¹⁴² E.g. *Hackers* roubam 2,5 milhões € aos restaurantes Portugália, presumivelmente, em março de 2020, através de uma burla informática à sua conta bancária (Prado, 2020).

¹⁴³ E.g. A Estónia, país pioneiro na utilização da *internet* como plataforma de trabalho, inclusive pelo governo, foi alvo de um ciberataque de grandes proporções que parou temporariamente o país, em 27 de abril de 2007 (Davis, 2007).

¹⁴⁴ E.g. Com a utilização dos dados *online* para fins políticos ou publicitários, como o escândalo que envolveu a *Cambridge Analytics*, mudou o mundo, mas não mudou o *Facebook* (Wong, 2019).

¹⁴⁵ Têm sido divulgados alguns exemplos de má utilização de algoritmos, seja por erros nos dados de entrada, lógicas erradas, ou simplesmente por preconceitos dos programadores (Cossins, 2018).

¹⁴⁶ E.g. Na condução autónoma, quem deverá ser responsabilizado num acidente com o veículo autónomo que mate alguém? Quais os limites dessa responsabilidade em caso de acidente?

- Nas transações via *blockchain* com criptomoedas, qual o enquadramento legal do ponto de vista do seu valor como meio de pagamento, da tributação e procedimentos em atos executórios de penhora?
- Será possível conter a disseminação de ciberataques e de notícias falsas¹⁴⁷ que influenciam mentes e até eleições?

Deste modo, verifica-se que existem diversos dilemas e perguntas sem resposta que devem merecer a reflexão da sociedade, de forma a que os vários agentes ligados ao poder de decisão, estabeleçam assim que possível, princípios e parâmetros regulatórios para que a mudança ocorra de forma ética e em benefício da sociedade (Domingues, 2020).

4.3. Tecnologias emergentes

Conforme anteriormente referido, a tecnologia tem sido uma das principais ferramentas, através das quais, os Estados ganham ou perdem poder, pelo que, a transformação tecnológica que está atualmente a ocorrer, não está isolada dos assuntos geopolíticos, como salienta Peter Engelke (2018). Este autor, refere que a competição geopolítica entre as potências mundiais é um grande impulsionador da rutura tecnológica que tem determinado a posição dos Estados relativamente à sua própria segurança e bem-estar, caracterizando-se por três elementos essenciais: a inovação, o talento e a resiliência (Engelke, 2018). A inovação impulsionada pela tecnologia traduz-se em poder económico e militar e, conseqüentemente, em poder geopolítico. Como tal, a competição global pela liderança do setor tecnológico é intensa, não só pelos benefícios económicos que daí advêm, mas também pelo potencial retorno securitário que pode trazer.

Anja Kaspersen (2015) enfatiza a problemática do ritmo acelerado que a mudança tecnológica está a trazer no cenário de segurança internacional, aumentando as disparidades entre os países, dando especial relevo a oito tecnologias emergentes que poderão transformar a segurança internacional, das quais se destacam algumas ligadas ao ciberespaço como sejam: a utilização de drones e a sua conjugação com *Artificial Intelligence* e armas autónomas¹⁴⁸; e utilização por narcotraficantes, atos de espionagem e homicídios. Perante esta realidade, o caminho a seguir para evitar que estas novas tecnologias caiam nas mãos erradas, passará por uma efetiva colaboração dos atores estatais, acompanhando a evolução e difundindo atempadamente, diretrizes éticas e legais antes da disseminação das tecnologias ao público. Para tal, será exigida uma supervisão mais qualificada e uma liderança colaborativa entre todos os atores (Kaspersen, 2015).

5. Conclusões

Verifica-se à escala global, a relevância da tecnologia e sistemas de informação, que impactam decisivamente a forma como se vive, trabalha e comunica. Tal como refere a ENSC, de 2019, urge identificar vulnerabilidades associadas à insuficiente maturidade digital de segurança, tanto no setor público como privado, bem como à fraca cultura de cibersegurança dos cidadãos. Neste sentido, releva-se a importância da recolha e processamento de informação, assim como de capacidades de análise, por forma a conhecer os agentes de ameaça, as suas intenções e capacidades, destacando-se

¹⁴⁷ Neste caso particular, importará também definir o que são *fake news*, e como prevenir e reprimir essa conduta de forma eficaz, nomeadamente em redes sociais e aplicativos de comunicação.

¹⁴⁸ Que podem ser ativadas contra alvos previamente definidos, com base num conjunto de critérios sem qualquer intervenção humana, referindo inclusive, que estas armas poderão representar a terceira revolução na arte da guerra, depois da pólvora e da energia nuclear (Kaspersen, 2015).

a relevância na utilização de OSINT, pelo contributo gerado na recolha de informação no ciberespaço pela amplitude e profundidade adicional que as mesmas conferem.

Verificaram-se ainda, um conjunto de novas ameaças associadas ao ciberespaço e que devem constituir preocupação na área das informações, nomeadamente, ligadas com a imensidão de dados passíveis de ser recolhidos pelos mais variados sensores e aparelhos tecnológicos, que irão aumentar a vulnerabilidade quanto à privacidade e tratamento de dados, importando adotar por princípio, a privacidade, desde a conceção dos sistemas.

Em termos legais, importa também, resolver questões estruturantes sobre a legislação de algoritmos, enquadramento de criptomoedas e procurar soluções em domínios cada vez mais complexos nas ciberameaças, como a disseminação de ciberataques e *fake news*.

Em suma, é essencial destacar o papel essencial das informações, particularmente da GNR, neste domínio do ciberespaço, como meio para identificar ameaças e oportunidades, para melhor compreender o ambiente operacional e apoiar a tomada de decisão, sendo premente refletir sobre possíveis novas ameaças, riscos e desafios à segurança, perspetivando-se o futuro, para melhor preparar as ações no presente.

Referências Bibliográficas

- Cisco. (2019). *Consumer Privacy Survey: The growing imperative of getting data privacy right* (Cisco Cybersecurity Series: Data Privacy November 2019). Disponível em: <https://www.cisco.com/c/dam/en/us/products/collateral/security/cybersecurity-series-2019-cps.pdf>
- Cossins, D. (2018, abril). Discriminating algorithms: 5 times AI showed prejudice. *New Scientist*. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/2166207-discriminating-algorithms-5-times-ai-showed-prejudice/>
- Davis, J. (2007, agosto). Hackers Take Down the Most Wired Country in Europe. *Wired*. Disponível em: <https://www.wired.com/2007/08/ff-estonia/>
- Decreto-Lei n.º 136/2017, de 06 de novembro (2017). *Alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro*. Diário da República, 1.ª Série, 213, 5879-5886. Lisboa: Presidência e da Modernização Administrativa. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/114152775>
- Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro (2008). *Estrutura interna Guarda Nacional Republicana*, Diário da República, 1.ª Série, 231, 8540-8546. Lisboa: Assembleia da República.
- Despacho n.º 1292/2020, de 29 de janeiro (2020). *Primeira alteração ao Despacho n.º 11132/2018, de 11 de novembro - unidades orgânicas flexíveis*, Diário da República, 2.ª Série, 84-105. Lisboa: Assembleia da República.
- Domingues, P. S. (2020). Legislativo 4.0: O desafio da criação de novas leis para um mundo em mutação. Em: Czymmeck, A (Ed.), *A quarta revolução industrial*. (pp. 35-58). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.
- Engelke, P. (2018, agosto). Three Ways the Fourth Industrial Revolution Is Shaping Geopolitics. *World Economic Forum*. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2018/08/three-ways-the-fourth-industrial-revolution-is-shaping-geopolitics/>
- Hobbs, C., Moran, M., & Salisbury, D. (2014). *Open Source Intelligence in the Twenty-First Century: New Approaches and Opportunities (New Security Challenges)*. Palgrave Macmillan.

- Honorato, M., Santos, L., & Mateus, R. (2017). *O Ciberespaço como 5.º Domínio Operacional. Impacto estratégico na Política de Defesa Nacional*. (Trabalho de Investigação de Grupo da Área de Ensino de Estratégia). Instituto Universitário Militar [IUM], Pedrouços.
- Jornal Económico. (2020, julho). Ransomware foi o ataque mais usado no primeiro semestre de 2020. *Jornal Económico*. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/s21sec-ransomware-foi-o-ataque-mais-usado-no-primeiro-semester-de-2020-613341>
- Kaspersen, A. (2015, setembro). 8 emerging technologies transforming international security. *World Economic Forum*. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2015/09/8-technologies-transforming-international-security/>
- Koops, B., Hoepman, J., & Leenes, R. (2013). Open-source intelligence and privacy by design. *Computer Law & Security Review*, 29(6), 676–688. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.clsr.2013.09.005>
- Kumar, S., Tiwari, P., & Zymbler, M. (2019). Internet of Things is a revolutionary approach for future technology enhancement: a review. *Journal of Big Data*, 6(1), 9–21. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40537-019-0268-2>
- Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro (2007). *Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana*, Diário da República, 1.ª Série, 213, 8043-8051. Lisboa: Assembleia da República.
- NCSC. (2020). *The National Counterintelligence Strategy of the United States of America 2020-2022*. Disponível em: <https://www.dni.gov/index.php/ncsc-features/2741-the-national-counterintelligence-strategy-of-the-united-states-of-america-2020-2020>
- OTAN. (2020). *AJP-2 Allied joint doctrine for intelligence, counter-intelligence and security*. (Ed. B Version 1). Brussels: NATO Standardization Office.
- Prado, M. (2020, 21 de novembro). Hackers do Gana roubam €2,5 milhões aos restaurantes Portugalia. *Jornal Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2020-11-27-Hackers-do-Gana-roubam-25-milhoes-aos-restaurantes-Portugalia>
- Rajnovic, D. (2012). *Cyberspace – What is it?*. San José, Califórnia, EUA.
- RCM n.º 92, de 05 de junho (2019). *Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023*, Diário da República, 1.ª Série, 108, 2888-2895. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/122498962>
- Ribeiro, C. S. (2020) Big data no contexto da quarta revolução industrial: transformações no processo de Pesquisa e Desenvolvimento. Em: Czymmeck, A (Ed.), *A quarta revolução industrial* (pp. 93-110). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.
- Wong, J. C. (2019, 18 de março). The Cambridge Analytica scandal changed the world – but it didn't change Facebook. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2019/mar/17/the-cambridge-analytica-scandal-changed-the-world-but-it-didnt-change-facebook>

CAPÍTULO 15 – AS INFORMAÇÕES NO APOIO AO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – OS GRUPOS *MOTARDS*

Rui Miguel dos Santos Póvoa
Major Infantaria, Guarda Nacional Republicana

Resumo

A recolha e tratamento de informação é algo importante para o combate à criminalidade, mas demonstra-se crucial quando se trata da criminalidade organizada. O presente trabalho pretende analisar de que forma a *Intelligence* pode impactar nesse tipo de criminalidade. Nesta matéria o grupo *Hells Angels Motorcycle Club* (HAMC), para além de ser o mais conhecido mundialmente, também é o que se encontra mais disseminado por todo o mundo, praticando atividades delituosas em larga escala. O tráfico de armas, estupefacientes e homicídios são alguns dos crimes mais comuns que são cometidos pelos membros do grupo. Em países como os Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá tem-se apostado na recolha de dados sobre o grupo HAMC para produzir Informações que sustentem as operações de combate à criminalidade praticada por estes. Relativamente à Suécia, tem investido na identificação de todos os indivíduos conotados com este grupo. Em Portugal, apesar desta ameaça estar presente, não existe uma estrutura formal para atuar e controlar a sua atividade, sendo o Ciclo de Produção de Informações (CPI) trabalhado em cada Força e Serviço de Segurança (FSS) isoladamente e não de forma integrada, o que poderá representar uma dificuldade na investigação das atividades deste grupo.

Palavras-chave: Informações, Crime Organizado, *Hells Angels*, *Motards*.

Abstract

The collection and processing of information is important for combating crime, but it is crucial when it comes to organized crime. This paper intends to analyze how Intelligence can impact this type of crime. In this regard, the Hells Angels Motorcycle Club, in addition to being the best known worldwide, is also the one that is most widespread throughout the world, practicing criminal activities on a large scale. Arms trafficking, narcotics and homicides are some of the most common crimes committed by group members. In countries such as the United States of America and Canada, efforts have been made to collect data on the Hells Angels Motorcycle Club group to produce intelligence that supports the operations to combat crime practiced by them. Regarding Sweden, it has invested in the identification of all individuals connected with this group. In Portugal, despite this threat being present, there is no formal structure to act and control its activity, with the Intelligence Production Cycle being worked on in each Forces and Security Service separated and not in an integrated way, which may represent a difficulty in investigating the activities of this group.

Keywords: *Intelligence, Organized Crime, Hells Angels, Motards.*

1. Introdução

“Quem conhece o inimigo e se conhece a si mesmo, em cem batalhas nunca será derrotado. Quem não conhece o inimigo, mas se conhece a si mesmo, terá iguais probabilidades de vitória e de

derrota. Quem não conhece o inimigo nem se conhece a si mesmo, será derrotado em todas as batalhas” (Tzu, 2007, p. 37). Este é o ponto de partida para o estudo das informações.

No contexto da criminalidade organizada existem diversas organizações que convergem para uma série de atividades ilícitas, tais como tráfico de armas, droga, redes de prostituição, entre outros. Nestas organizações, facilmente se enquadram os grupos *motards* organizados, que pertencem ao grupo dos fora-da-lei (Frangoulis, 2014).

No combate às atividades ilícitas realizadas por grupos *motards* organizados as Informações têm um papel sobejamente importante não só na prevenção dessas mesmas atividades, mas também na ocorrência de situações e ocorrências mais graves e que afetem de forma grave o sentimento de segurança das populações.

O presente trabalho, pretende analisar o contributo da disciplina das Informações (*Intelligence*) para o combate à criminalidade organizada, em especial no que toca a grupos *motards* organizados, e consequentemente, que impacto tem na segurança.

De acordo com essa linha de pensamento e com o intuito de restringir o espectro de análise do presente trabalho, será analisado o contributo das Informações, através das FSS e Serviços de Informações na garantia da segurança interna do país.

Por outro lado, o estudo é limitado a um dos grupos *motards*, os HAMC, por ser um dos grupos mais antigos, dos mais famosos, pelas atividades realizadas no âmbito do crime organizado e por terem uma dispersão à escala mundial. Em termos temporais, o estudo foca-se sobretudo em documentação publicada desde o ano 2000 até ao presente.

Por esta razão de ideias, todo este estudo será centrado na importância das Informações, como apoio da atividade operacional com o intuito de prevenir as atividades delituosas praticadas pelo grupo HAMC. Sendo, por isso o objetivo para este trabalho analisar a importância das Informações na perceção sobre a estrutura, atividades delituosas e as formas de combates a essas atividades praticadas pelos HAMC.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos, para além da introdução e conclusões. O capítulo 2 é dedicado às Informações e qual o seu enquadramento no Sistema de Segurança Interna (SSI). O capítulo 3 incide nos grupos *motards*, no qual é feito um enquadramento acerca deste tipo de grupos, focado nos grupos fora-da-lei. De seguida, é analisado o grupo HAMC através da sua história, e as atividades que estão conotadas com este tipo de organização. O capítulo 4 é a conjugação dos dois capítulos anteriores, onde se procura perspetivar a ameaça em Portugal. Para tal, inicialmente é feita uma análise ao que é feito noutros países, como os EUA e Canadá e na Europa (Graaff, Nyce & Locke, 2016), em especial na Suécia, no que toca ao papel das informações na segurança e prevenção das atividades destes grupos. Posteriormente, apresentam-se os perigos que se perspetivam para Portugal, caso não se aposte na recolha de informação orientada para a prevenção da criminalidade, tendo por base os acontecimentos que são relatados pela comunicação social.

2. As Informações e o Sistema de Segurança Interno

As Informações apresentam-se como uma área essencial no apoio às operações de combate ao Crime Organizado (Carvalho, 2007; Carvalho, 2009), como tal, será necessário, em primeiro lugar definir o conceito de Informações e qual o seu ciclo de produção e posteriormente perceber os sistemas de Informações do SSI e a forma como estes se interligam para conseguir o desígnio de combater a criminalidade organizada.

Para a NATO o CPI (Figura 1) tem como objetivo “fornecer um processo para compreender e ordenar as muitas atividades envolvidas na produção de informações” (NATO, 2016, p. 4-2). Assim, as Informações são definidas como “o produto resultante da aquisição orientada e do processamento de informação relativa a um ambiente operacional e capacidades e intenções dos atores, de modo a identificar ameaças e oportunidades a explorar pelos decisores” (NATO, 2016, p. 3-1).

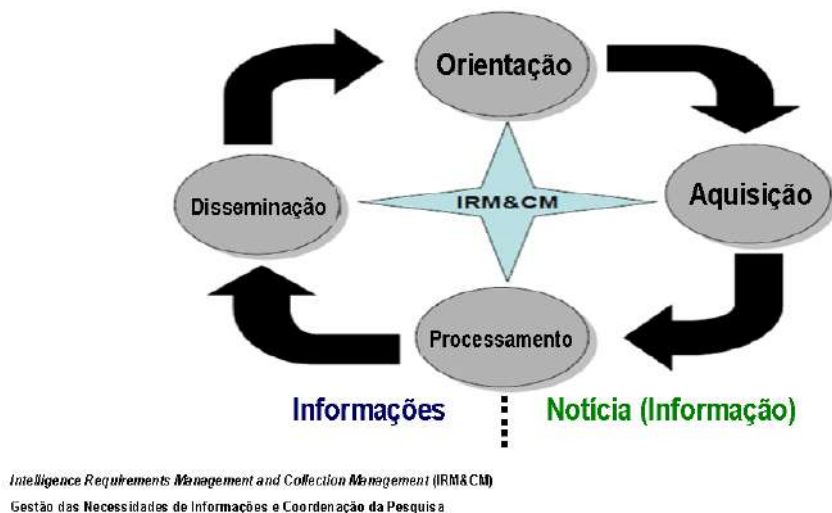


Figura 1 - Ciclo de produção de Informações

Fonte: NATO (2016, p.4-2).

Na ótica policial Alves (2010, p.37) alude a segurança como “o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de atividades, no seu interior ou em seu proveito, sem ruturas”. Segundo Alves (2012), as Informações são produzidas segundo um ciclo, que se designa de ciclo de produção de Informações. Este por norma, é um ciclo contínuo e dividido em quatro fases, que se entrelaçam e sobrepõem de forma dinâmica. Sendo também que as fases são a orientação da pesquisa, pesquisa, processamento e exploração (Exército Português, 2009).

Em Portugal, a prevenção e o combate à criminalidade passa, em grande medida, pela partilha e troca de informação entre as diversas FSS que compõem o SSI¹⁴⁹, de acordo com a LSI (Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto, com as alterações subsequentes), tal como dispõe o seu n.º 2 do art.º 6º “as forças e os serviços de segurança cooperam entre si, designadamente através da comunicação de informações que, não interessando apenas à prossecução dos objectivos específicos de cada um deles, sejam necessárias à realização das finalidades de outros, salvaguardando os regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado”.

Neste âmbito, não existe uma estrutura que integre as diversas FSS e que tenha sido criada com o objetivo primordial de combate criminalidade organizada, à semelhança do que existe no combate ao terrorismo¹⁵⁰. Além disso, os crimes praticados por grupos *motard* organizados são, por norma, da competência reservada para a sua investigação da Polícia Judiciária, de acordo com a Lei da Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto). No entanto, estas duas

¹⁴⁹ Art.º 25.º n.º 2 da Lei de Segurança Interna (LSI) exercem funções de segurança interna, a Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária, Serviço de Informações de Segurança e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, atual Serviço de Estrangeiros e Asilo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2021, de 14 de abril).

¹⁵⁰ Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT) de acordo com o art.º 23º da LSI.

premissas não invalidam que as outras FSS não adquiram dados sobre os indivíduos que pertencem a este tipo de grupos ou mesmo sobre os crimes cometidos por estes. Neste contexto, a troca e partilha deste tipo de dados são auxílios precisos, não só para a conclusão com sucesso de eventuais investigações em curso, mas também para o aprofundar do conhecimento acerca dos indivíduos que integram os grupos, das atividades delituosas cometidas por estes, a sua estrutura hierárquica, o financiamento das suas atividades, modo de funcionamento e implantação territorial.

3. Grupos *motards* organizados

Os grupos *motards* tiveram a sua génese nos Estados Unidos da América (EUA) no início do século XX d.C., quando as motas foram disponibilizadas ao público de forma massificada, sendo identificados os primeiros grupos organizados: o clube *motards* de São Francisco (em 1904) e o *Yonkers Motorcycle Club* (em 1903) (History, 2019). Na década de 1960, os jovens veteranos da guerra do Vietname, em busca de adrenalina, camaradagem e até mesmo uma hierarquia militar, procuraram novas formas de divertimento, levando-os a agregarem-se em gangues *motards* fora-da-lei. A partir dessa altura foram diversos os gangs *motards* que foram criados, primeiramente nos EUA, sendo que nas décadas seguintes essa cultura espalhou-se para a Europa (History, 2019).

3.1. Grupos *motards* 1%er

A cultura *Motorcycle Club* (MC) 1% (Figura 2) foi rapidamente disseminada e assimilada por alguns grupos, que se foram formando, sobretudo nos EUA. Destes grupos destacam-se quatro grandes grupos MC 1%, que se encontram disseminados um pouco por todo o mundo, são eles os: HAMC, *Bandidos* MC, *Outlaws* MC e os *Pagan's* MC (History, 2019; Wethern & Colnett, 2004).



Figura 2 – Símbolo 1%er, ostentado nos coletes dos *motards*

Fonte: Google (2021).

3.2. *Hells Angels Motorcycle Club*

3.2.1. História

Segundo Frangoulis (2014), o HAMC é um grupo *motard* pertencente ao grupo 1%, conhecido mundialmente, cujos membros conduzem tipicamente, motas de marca Harley-Davidson. Para além disso, são considerados um grupo de crime organizado pelo Departamento da Justiça dos EUA e do Canadá e são também conhecidos pelos nomes “H.A.”, “Red & White” e “81”, posição das letras no abecedário (Shields, 2012).

Segundo Frangoulis (2014), que acompanha o Departamento da Justiça dos EUA, os HAMC são considerados como um sindicato de crime organizado. Na mesma linha de pensamento, alguns atores estatais também têm apoiado esta tese, como é o caso do Canadá, através do Relatório Anual de 2002,

do *Criminal Intelligence Service Alberta* (CISA), que conota este grupo com o tráfico de armas, droga, prostituição, segurança privada ilegal, entre outros (CISA, 2002, p. 8).

3.2.2. Atividades

Para desenvolver estas atividades, não raras as vezes, este e outros grupos, têm vindo a abrir *charters* em locais estratégicos conotados com as rotas do tráfico de armas, de estupefacientes e de seres humanos (*European Union Law Enforcement Agency* [EUROPOL], 2013). Para além disso, a abertura destes novos *charters*, muitas vezes em territórios de outros MC, tem sido vista pela EUROPOL, como uma forma de provocação e luta por território, e conseqüentemente, pelas atividades delituosas que se pratiquem nesses territórios. Segundo os documentos acima referidos, a evolução dos tempos tem levado a que a cultura de estilo *biker* tenha caído um pouco em desuso, o que está a alterar a forma de recrutamento de novos membros. Neste contexto, nos novos membros recrutados, incluem-se: presidiários, membros de grupos de extrema direita e até militares, que pelas suas capacidades técnicas e táticas acrescentam capacidade de combate ao grupo. Para além disso, muitos destes novos membros nem sequer carta de condução têm (EUROPOL, 2012). É exemplo disso o *Altid Klar*¹⁵¹ que surgiu na Dinamarca, criado pelos HAMC.

Segundo Palma (2015), em Portugal, tem sido difícil recolher dados deste grupo, já que este é demasiado fechado. No entanto, percebe-se que os *charters* instalados em Portugal têm ligação com os restantes a nível internacional. O mesmo autor afirma que a ameaça é real, embora existam alguns reportes de notícias das suas atividades em Portugal.

4. Perspetiva futura

Até aos dias de hoje, foram desenvolvidas algumas ações por algumas polícias para pôr cobro às atividades delituosas cometidas pelos HAMC, como é o caso dos EUA e Suécia, que serão abordados mais à frente. Para tal, as Informações tiveram um papel importante na recolha de dados e informação acerca, não só do funcionamento, mas também da estrutura e membros que pertenciam ao grupo. Um exemplo claro disso, foi a grande operação denominada "*Black Biscuit*", desenvolvida em 2002, que levou a que fossem infiltrados agentes da ATF¹⁵² no interior dos HAMC. A recolha de informação que os agentes infiltrados fizeram foi preponderante para o desfecho da operação, resultando na detenção de diversos indivíduos da cúpula da organização e na apreensão de diverso armamento e munições (Amicis, 2009).

4.1. Exemplos de outros países

O combate às atividades praticadas por este tipo de grupos criminosos, como os HAMC, tem sido bastante efetivo nalguns países. Neste contexto, destacam-se os EUA (Thompson, 1996) e o Canadá (Research Division Public Safety Canada, 2015), que por terem grandes comunidades destes grupos, tiveram de reagir efetivamente para combater o avanço da criminalidade cometida pelos mesmos. O *National Gang Intelligence Center* (NGIC), no seu *National Gang Report* (NGR) de 2015, acompanha de perto as atividades destes grupos, classificando-os como sendo um *gang*. No Canadá estes grupos são também alvo de análise no CISA, como demonstra o *CISA Annual Report* de 2002 (CISA, 2002). Em ambos os documentos, existem referências às atividades ilícitas praticadas por estes grupos, sendo genericamente atribuído aos mesmos, essencialmente os crimes de: assaltos, venda de estupefacientes na rua, ameaças e intimidação. No entanto, também praticam exploração sexual de

¹⁵¹ Ganguê da Dinamarca filiado dos HAMC, cujos membros não estão associados ao uso de motos e ao estilo de vida *motard* (EUROPOL, 2012).

¹⁵² ATF – *Bureau of Alcohol, Tobacco, Firearms and Explosives*, do Departamento de Justiça dos EUA.

menores, distribuição de drogas em larga escala, homicídios, lavagem de dinheiro e tráfico e posse de armas ilegais, conforme alude o NGR, de 2015 (NGIC, 2015). Na Suécia, segundo Rostami e Mondani (2017), existe uma base de dados, em que constam todos os HAMC e outros membros de grupos associados. Neste caso, as informações são confirmadas pelos serviços de *Intelligence* através da verificação de vários canais de fluxo de informação, como: informadores, polícias infiltrados, vigilâncias, interceções telefónicas, fontes abertas e testemunhos de polícias fardados.

Neste campo, só através de uma política de forte aposta na recolha de informação será possível ter acesso a informações precisas, como as referidas, permitindo detetar os líderes dos HAMC e a constituição dos *charters* e assim, ter um conhecimento consolidado sobre o seu padrão de atividades.

4.2. Perspetiva para Portugal

Em Portugal, a presença do HAMC é relativamente recente, desde 2002, pelo que a informação existente ainda é escassa. Contudo, começam atualmente, a conhecer-se alguns episódios, tal como adianta Palma (2015). A mesma fonte aponta como exemplos: a condenação, em 2010, de vários membros dos HAMC pelos crimes de roubo violento e agressão contra um indivíduo que era *ex-motard*; agressões contra elementos de forças de segurança que estavam de folga, em 2013, durante a concentração *motard* de Faro; a detenção de vários membros do HAMC, em 2018, e as agressões contra elementos do grupo *Bandidos MC*, do qual faz parte o Mário Machado, líder de extrema-direita em Portugal; e a detenção de um membro do *charter* do Luxemburgo, em 2019, após se ter refugiado no Algarve, por ser procurado por homicídio de um membro rival.

Embora, até ao momento os episódios se fiquem por um pequeno número de incidentes e crimes cometidos, a ameaça é real. Segundo o *site* dos HAMC do Porto (HAMC Porto, 2018; História dos Hells Angels, 2019), o grupo tem diversos *charters* nalgumas cidades portuguesas, pelo que será importante continuar a apostar na recolha de dados e na criação de conhecimento através da aplicação do CPI, com o objetivo primordial de prevenir este tipo de criminalidade e de criar mecanismos para monitorizar de perto a sua evolução.

5. Conclusões

A segurança é um dos fins primordiais do Estado e o combate ao crime organizado tem um forte impacto neste sentimento. Para atingir este desiderato o apoio das Informações é fundamental em apoio às operações, mas também como forma de adquirir conhecimento acerca do fenómeno.

Após se delimitar o trabalho ao contributo das Informações no combate ao crime organizado foi feito o enquadramento teórico do tema, através da sua definição, tendo-se chegado à conclusão que o CPI é um processo sistemático que permite adquirir, de forma orientada, conhecimento aprofundado acerca da criminalidade organiza e tomar medidas ajustadas nos planos interno e externo. Além disso, em Portugal, verifica-se que não existe uma estrutura especialmente vocacionada para o combate a este tipo de criminalidade. Contudo, a troca e partilha de informação acerca destes fenómenos é uma realidade assente num edifício jurídico devidamente sedimentado e realista que permite que todas as FSS possam interagir entre si em sede do SSI.

No capítulo 3, através da análise dos grupos denominados de fora-da-lei, nomeadamente os *1%er*, concluiu-se que os *motards*, a quem este termo é atribuído, estão dispostos a divergir dos padrões a sociedade, passando a viver segundo as suas próprias leis, de acordo com a cultura *motard*, sendo que de forma geral, todos estes *motards* estão associados a crimes como o tráfico de droga e de armas, prostituição e homicídios.

No que concerne às atividades desenvolvidas pelos HAMC, toda a literatura é unânime em considerar que estes grupos fora-da-lei, desenvolvem grande parte das suas atividades de financiamento através de atividades ilícitas.

No Capítulo 4, verificou-se que tanto os EUA como o Canadá, têm investido significativamente na recolha de informação destinada a aumentar o conhecimento situacional sobre os grupos *motards*, incluído as suas atividades e membros, visando a prevenção e repressão da criminalidade por estes praticada para o seu financiamento. Por outro lado, a Suécia tem apostado no registo em bases de dados de todos os indivíduos que são conotados com este grupo. Por fim, no que toca a Portugal, foram registados alguns incidentes que envolveram elementos dos HAMC, concluindo-se que, embora este grupo criminoso desenvolva atividades em território nacional, pela presença de *Charters*, até ao presente momento a sua atividade é reduzida, mas com uma forte tendência para aumentar.

Em suma, verifica-se que a presença de grupos *motards* em Portugal tem vindo a aumentar, tal como as atividades ilícitas por estes produzidas. No entanto, tal como se verifica no capítulo 2 não existe uma estrutura formal para atuar e controlar este tipo de atividades, cabendo à Polícia Judiciária, a competência específica de investigação sobre grande parte dos crimes praticados por este tipo de grupos. Assim, tanto as operações como o tratamento de dados e a criação de conhecimento através do CPI não é feito de forma integrada, mas sim em cada FSS isoladamente, sendo apenas de salientar alguma troca de informação entre estes, o que poderá representar uma dificuldade na investigação das atividades deste tipo de grupos.

Referências Bibliográficas

- Alves, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C. (2012). *Adivinhar Perigos*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Amicis, A. D. (2009). *Hell's Angels Criminal Enterprise*. Phoenix: University of Phoenix.
- Carvalho, J. S. (2007). *Segurança: Visão Global - A Perspetiva das Informações*. *Segurança e Defesa*.
- Carvalho, J. S. (setembro, 2009). *Segurança Nacional, Serviços de Informações e Forças Armadas*. *Segurança e Defesa*.
- CISA. (2002). *Relatório Anual abril 2001 – março 2002*. Alberta: Inspector Brian Skeet.
- EUROPOL. (dezembro, 2012). *Fear of Turf War between Outlaw Motorcycle Gangs in Europe* [página *online*]. Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/newsroom/news/fear-of-turf-war-between-outlaw-motorcycle-gangs-in-europe/>
- EUROPOL. (julho, 2013). *Major International Operation against Hells Angels* [página *online*]. Disponível em: <https://www.europol.europa.eu/newsroom/news/major-international-operation-against-hells-angels/>
- Exército Português. (2009). *PDE 2-00 - Informação, Contra-Informação e Segurança*. Lisboa: Autor.
- Frangoulis, G. (2014). *Hells Angels*. Tuscaloosa: The Farmstead Press.
- Graaff, B., Nyce, J. M., & Locke, C. (2016). *The Handbook of European Intelligence Cultures*. Londres: Rowman & Littlefield.
- HAMC Porto. (novembro, 2018). *Hells Angels MC Porto* [página *online*]. Disponível em: www.hells-angels.com/area/portugal/
- Historia dos Hells Angels. (2019). *Site Oficial dos Hells Angels MC Porto* [página *online*]. Disponível em: <http://www.hellsangelsporto.com/about/>

- History. (2019). The Genesis of the Modern MotorCycle Club [página *online*]. Disponível em: <https://www.history.co.uk/history-of-biker-gangs/the-genesis-of-the-modern-motorcycle-club>
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (2008). *Lei da Organização da Investigação Criminal*. Diário da República, 1.ª Série, 165, 6038-6042. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/453255>
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (2008). *Lei de Segurança Interna*. Diário da República, 1.ª Série, 167, 6135-6141. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/453479>
- NATO. (2016). *Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security*. NATO Standardization Office.
- NGIC. (2015). *National Gang Report 2015*. Whashington: Autor.
- Palma, E. A. (2015). *Hells Angels: A ameaça transnacional em Portugal*. Lisboa: CEDIS.
- Research Division Public Safety Canada. (2015). *Research Highlihts - Organized Crime*. Ottawa: Public Safety Canada.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2021, de 14 de abril (2021). *Prevê a redefinição das atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*. Diário da República, 1.ª Série, 72, 8-9. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/161386481>
- Rostami, A., & Mondani, H. (2017). *Organizing on two wheels: uncovering the organizational*. Stockholm: Trends Organ Crime.
- Shields, D. (2012). *The Infamous 'One Percenters': A Review of the Criminality, Subculture, and Structure of Modern Biker Gangs*, 9(1). Laramie: University of Wyoming.
- Thompson, H. S. (1996). *Hell's Angels: A strange and terrible saga*. New York: Ballantine Books.
- Tzu, S. (2007). *A arte da guerra* (7.ª ed.). Almargem do Bispo: Coisas de Ler Edições.
- Wethern, G., & Colnett, V. (2004). *A Wayward angel: The full story of the hells angels*. New York: Lyons Press edition.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A

ACINT	<i>Acoustic Intelligence, Measurement</i>
ADIEMGFA	Arquivo da Divisão de Informações do Estado-Maior-General das Forças Armadas
AFSOUTH	<i>Allied Forces Southern Europe</i>
Agr ISTAR	Agrupamento de Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento
AHM	Arquivo Histórico Militar
AMIB	<i>Allied Military Intelligence Battalion</i>
AMISOM	<i>African Union Mission in Somalia</i>
AoR	Área de Responsabilidade, ou <i>Area of Responsibility</i>
ARRC	<i>Allied Rapid Reaction Corps</i>
ASIFU	<i>All Sources Information Fusion Unit</i>
AVPD	<i>Autonomous Vessel Protection Detachment</i>

B

BiH	Bósnia e Herzegovina
-----	----------------------

C

CADOP	Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais
CCIR	<i>Commander's Critical Information Requirements</i>
CCOM	Comando Conjunto para as Operações Militares
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEP	Corpo Expedicionário Português
CFT	Comandante das Forças Terrestres
ChSvcRecTm	Chefia do Serviço de Reconhecimento das Transmissões
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIDIUM	Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM
CIM	Célula de Informações Militares
CIMIC	Cooperação Civil-Militar, ou <i>Civil-Military Cooperation</i>
CIMKOS	Células de Informações Militares no Kosovo
CISA	<i>Criminal Intelligence Service Alberta</i>
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
COMINT	<i>Communication Intelligence</i>
COMNAV	Comando Naval
COMSFOR	Comandante da SFOR
CONOPS	Conceito de Operações, ou <i>Concept of Operation</i>
CPI	Ciclo de Produção de Informações
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CSMIE	Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
C2	Comando e Controlo
C5ISR	Comando, Controlo, Comunicações, Sistemas Informáticos, <i>Intelligence</i> , Vigilância e Reconhecimento

D

DGS	Direção-Geral de Segurança
DIME	Diplomático, Informacional, Militar e Económico
DINFO	Divisão de Informações
DIPLAEM	Divisão de Planeamento Estratégico Militar
DIROP	Diretiva Operacional
DOE	Destacamento de Operações Especiais

E

EEAS	<i>European External Action Service</i>
EEINC	Espaços Estratégicos de Interesse Nacional Conjuntural
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ENSC	Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço
EP	Exército Português
EUA	Estados Unidos da América
EUCAP	<i>European Union Capacity Building Mission</i>
EUFOR	Operação <i>European Union Force</i>
EUMS	<i>European Union Military Staff</i> , ou Estado-Maior da União Europeia
EUNAVFOR	<i>European Union Naval Force</i>
EUROPOL	<i>European Union Law Enforcement Agency</i>
EUTM	<i>European Union Training Mission</i>
EU INTcen	<i>EU Intelligence Analysis Centre</i>

F

FALINTIL	Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste
FFAA	Forças Armadas
FHQ	<i>Force Headquarters</i> , ou Estado-Maior da Força
FND	Forças Nacionais Destacadas
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FSS	Forças e Serviços de Segurança
FWF	<i>Former Warring Factions</i>
G	
GdG	Golfo da Guiné
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	
HAMC	<i>Hells Angels Motorcycle Club</i>
HR/VP	Alto-Representante/Vice-Presidente, ou <i>High-Representant/Vice-President</i>
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
I	
IFOR	<i>Implementation Force</i>
IM	Informações Militares
IMINT	<i>Imagery Intelligence</i>
INT	<i>Intelligence Directorate</i>
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
INTSUM	Sumários de Informações
IRTC	<i>Internationally Recommended Transit Corridor</i>
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
J	
JIB	<i>Joint Intelligence Board</i>
JOA	<i>Joint Operations Area</i>
J2	Secção de Informações Militares
K	
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
L	
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das FFAA
LOT	<i>Liasion and Observation Teams</i>
LSI	Lei de Segurança Interna
M	
MASINT	<i>Measurement and Signature Intelligence</i>
MC	<i>Motorcycle Club</i>
METT	<i>Mobile Education and Training Teams</i>
MI	Ministério do Interior
MINUSMA	<i>Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali</i>
MSCHOA	Centro de Segurança Marítima para o Corno de África, ou <i>Maritime Security Centre-Horn of Africa</i>
MSO	<i>Military Strategic Options</i>
MU	Ministro do Ultramar
N	
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NCSC	<i>National Counterintelligence and Security Center</i>
NGIC	<i>National Gang Intelligence Center</i>
NGR	<i>National Gang Report</i>
NIFC	<i>NATO Intelligence Fusion Centre</i>
NRP	Navio da República Portuguesa
NSO	<i>NATO Standardization Office</i>
O	
OE	Objetivos Específicos
OG	Objetivo Geral
OHQ	<i>Operation Headquarter</i>
OI	Organizações Internacionais
OJE	<i>Operation Joint Endeavor</i>
OMLT	<i>Operational Mentor and Liaison Teams</i>
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPLAN	Plano Operacional, ou <i>Operation Plan</i>
OSINT	<i>Open Source Intelligence</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P	

PC	Posto de Comando
PGIM	Pós-Graduação em Informações Militares
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PIR	<i>Priority Intelligence Requirements</i>
PJ	Polícia Judiciária
PKF	<i>Peace Keeping Force</i>
PMC	Presenças Marítimas Coordenadas
PORBATT	<i>Portuguese Battalion</i> , ou Batalhão Português
PSC	Comité Político e de Segurança, ou <i>Political and Security Committee</i>
PSOR	<i>Provisional Statement of Requirements</i>
PSP	Polícia de Segurança Pública
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
Q	
QC	Questão Central
QD	Questões Derivadas
QOP	Quadro Orgânico de Pessoal
R	
RAM	Região Administrativa de Macau
RAEM	Região Administrativa Especial de Macau
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RFI	Requisitos de Informações, ou <i>Requests for Information</i>
RMM	Região Militar de Moçambique
RPC	República Popular da China
S	
SCCIM	Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique
SegMil	Segurança Militar
SFOR	<i>Stabilization Force</i>
SGDN	Secretariado-Geral da Defesa Nacional
SHADE	<i>Shared Awareness and Deconfliction Initiative</i>
SHAPE	<i>Supreme Headquarter Allied Power in Europe</i>
SIAC	<i>Single Intelligence Analysis Capacity</i>
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIEDM	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares
SIGINT	<i>Signals Intelligence</i>
SIM	Serviços de Informações Militares
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SSI	Sistema de Segurança Interna
STP	São Tomé e Príncipe
Supintrep	Relatórios Suplementares de Informações, ou <i>Supplementary Intelligence Report</i>
SvcInfo	Serviços de Informações
T	
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações
ToA	Transferência de Autoridade, ou <i>Transfer of Authority</i>
TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos
U	
UC	Unidade Curricular
UCAT	Unidade de Coordenação Antiterrorismo
UE	União Europeia, ou <i>European Union</i>
UNMISSET	Missão das Nações Unidas de Apoio em Timor-Leste, ou <i>United Nations Mission in Support of East Timor</i>
UNTAET	<i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i> , ou Administração Transitória das Nações Unidas para Timor-Leste)
W	
WFP	<i>World Food Program</i> , ou Programa Alimentar Mundial
2	
2BIMec	2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado

*Endereço eletrónico: cidium@ium.pt
Telefone : (+351) 213 002 100 | Fax: (+351) 213 002 162
Morada: Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa*



*Capa
Composição gráfica
Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo
Sobre aguarela de
Tenente-general Vítor Manuel Amaral Vieira*